

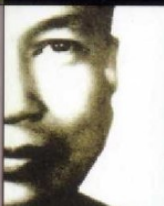


ANTONIO GHIRELLI

TIRANOS

DE HITLER A POL POT:

OS HOMENS QUE ENSANGÜENTARAM O SÉCULO 20




DIFEL

DADOS DE COPYRIGHT

Sobre a obra:

A presente obra é disponibilizada pela equipe [Le Livros](#) e seus diversos parceiros, com o objetivo de oferecer conteúdo para uso parcial em pesquisas e estudos acadêmicos, bem como o simples teste da qualidade da obra, com o fim exclusivo de compra futura.

É expressamente proibida e totalmente repudiável a venda, aluguel, ou quaisquer uso comercial do presente conteúdo

Sobre nós:

O [Le Livros](#) e seus parceiros disponibilizam conteúdo de domínio público e propriedade intelectual de forma totalmente gratuita, por acreditar que o conhecimento e a educação devem ser acessíveis e livres a toda e qualquer pessoa. Você pode encontrar mais obras em nosso site: [LeLivros.site](#) ou em qualquer um dos sites parceiros apresentados [neste link](#)

"Quando o mundo estiver unido na busca do conhecimento, e não mais lutando por dinheiro e poder, então nossa sociedade poderá enfim evoluir a um novo nível."



Antonio Ghirelli

Tiranos

De Hitler a Pol Pot: os homens que ensanguentaram o século 20

Mondadori Editore

Título original: *Tiranni*

Capa: Raul Fernandes 2003

Impresso no Brasil

Printed in Brazil CIP-Brasil. Catalogação-na-fonte Sindicato Nacional dos Editores de Livros, **RJ**

G344t

Ghirelli, Antonio

Tiranos: de Hitler a Pol Pot: os homens que ensanguentaram o Século 20/Antonio Ghirelli/tradução Giuseppe D'Angelo e Maria Helena Kühner — Rio de Janeiro: DIFEL, 2003 322p.

Tradução de: *Tiranni*

Giuseppe D'Angelo e Maria Helena Kühner

Inclui bibliografia

ISBN 85-7432-060-9

1. Ditadores — Biografia. 2. Chefes de Estado — Biografia. 3. Política internacional — Século XX. 4. Despotismo — História— Século XX. I. Título. 03-2273

CDD — 923.1 CDU — 929:32

Todos os direitos reservados pela: EDITORA BERTRAND BRASIL LTDA.

Rua Argentina, 171-1º andar — São Cristóvão 20921-380-Rio de Janeiro-RJ

Tel.: (0xx21) 2585-2070 — Fax: (0xx21) 2585-2087

Prefácio

O que levou Hitler, Stalin, Mussolini, Mao, Franco, Pol Pot e Pinochet a se tornarem figuras emblemáticas do século XX? O que podem ter em comum essas personalidades aparentemente tão díspares? O que pode haver de provocador, ou revelador, em conhecer a ascensão e queda de suas tiranias, seus métodos e formas de atuação que — para espanto de alguns, talvez — eu não hesitaria em dizer que são ainda *atuais*? O *passado* são *passos* de um caminho que ainda estamos trilhando, pois a derrota dessas tiranias não conduziu nem conduzirá automaticamente a novas formas de sociedade.

Estudos e trabalhos foram feitos analisando cada uma delas em separado. E, porém, surpreendente perceber que, sob princípios, ideologias ou mesmo resultados os mais diversos, ou até opostos, há entre elas denominadores comuns. E mais surpreendente ainda reconhecer, por essa visão de conjunto, que é ingênuo supor que o mito da "raça pura", a crença fanatizada na grandeza da nação, ou na "superioridade" de algum grupo, ou outros falaciosos valores invocados para tentar legitimá-las, ficaram no passado. Os princípios geradores dessas formas de atuação estão ainda aí, vivos e presentes, mesmo sob matizes diversos, mais refinados ou sofisticados: permanece a distorção do conhecimento científico em *crença* que se sublinha e aprofunda irracionalmente até o *mito* (se não mais da "raça", o do "progresso" ou da "modernidade"); permanecem as "técnicas de persuasão" que Goebbels se orgulhava de ter sabido sistematizar e manipular, distorcendo a informação em "versões" que viram do avesso a verdade dos fatos, recortando e fragmentando a realidade para interpretá-la à luz da ideologia; permanece a utilização da mídia impressa, falada e televisada, trabalhando das ideias ao "espetáculo" capaz de impressionar e mobilizar as "massas"; permanece o recurso ao irracional, captando e manipulando sentimentos, emoções, tendências latentes ou expressas em cada povo e em cada época; permanece a estigmatização ou satanização do inimigo (seja ele o "judeu", o "burguês", o "comunista" ou "subversivo", ou "terrorista"); permanece a tentativa de apresentar o próprio Poder como "o Bem" absoluto, e seu inimigo como "o Mal", que deve ser não apenas marginalizado, mas necessariamente aniquilado, sem atender a considerações já nem diríamos éticas, mas minimamente humanitárias. E estas são apenas algumas e mais evidentes formas capazes de nos levar à reflexão necessária.

Supô-las ultrapassadas é naturalizar cenas que estão diante de nossos olhos, hoje: como não considerar Guantánamo um campo de concentração se as (raras) imagens que dele temos nos mostram suas centenas de prisioneiros, sem culpa formada, com capuzes de plástico, ajoelhados ou mantidos de pé por dias ou longas horas sob o sol dos trópicos? Por que o horror e indignação que provocaram justamente as câmaras de gás não ressurgem diante das (pouco divulgadas) cenas de bulldozeres em Jenin e Nablus passando na calada da noite por cima de casas palestinas *com pessoas dentro*, e deixando um rastro de corpos despedaçados em meio a ruínas? Reconhecer a "tirania" sob todas as suas máscaras, reconhecer suas formas de intolerância, geradoras de uma agressão e violência que se pretende justificar com risíveis, cínicas ou revoltantes racionalizações, dá elementos para conhecer e entender as contradições do presente, deste confuso momento de transição em que muitos veem a decadência e queda de mais um império, e de um sistema que se globalizou concentrando um poderio econômico e militar inédito, e que outros tantos ainda reverenciam, deslumbrados e invejosos, com a ilusão de vir a partilhar desse poder. O estilo simples, quase jornalístico, de Ghirelli torna sua obra acessível a um público bastante amplo. Sua minuciosa pesquisa e a acumulação de dados e fatos dela resultantes vão servir à sua capacidade de dar vida a cenas as mais diversas, que podem ir da terrível e pungente visão do simples dia a dia de um campo de concentração nazista à risível cena da recepção de Hitler a Mussolini com uma teatralização que usava todos os símbolos e signos caros ao ditador italiano, ou à narração de episódios reais da ação dos jovens guardas vermelhos contra os intelectuais da "velha guarda", ou à revoltante atuação dos militares golpistas chilenos contra os aliados (ou supostos aliados) de Allende, e a outras tantas mais, que nos levam da emoção e da indignação à reflexão, cada vez mais necessária.

Necessária para vermos a que conduzem os unilateralismos de qualquer tipo — cada vez mais contraditórios em um mundo planetizado onde a convivência com a diversidade e a diferença é um aprendizado necessário.

Aprendizado que as atuais circunstâncias tornam mais do que nunca urgente e essencial.

Maria Helena Kühner

Introdução

O grandioso processo de transformação democrática da sociedade, iniciado no Ocidente a partir de três revoluções (a inglesa, a americana e a francesa) entre os séculos 17 e 18 e complementado a seguir, na segunda metade do século 19, com a generosa mensagem do socialismo, deveria vir a concluir-se no século que terminou. O que era de esperar, entre outras coisas, dadas as admiráveis conquistas realizadas exatamente dentro de nossa era pela ciência, pela tecnologia e pelas comunicações. Um cruel paradoxo da história quis, contudo, que essas mesmas conquistas tivessem favorecido, quando não determinado, o advento, tanto na direita, quanto na esquerda, de ditaduras moderníssimas, cujo furor ideológico ensanguentou o século 20 do início ao fim e de um extremo a outro do planeta.

O crescente desenvolvimento dos *mass media* permitiu, de fato, por meio de um ruidoso uso da propaganda, a mobilização das populações em nome de valores discutíveis ou falazes: a exaltação da grandeza nacional, a defesa da suposta pureza e supremacia de uma raça, uma concepção dogmática da luta de classes. O objetivo real de quem se escudava nestes valores era a implantação de um regime despótico, no qual viria a ser negado todo tipo de opinião e de associação, qualquer tipo de crítica, todo e qualquer dissenso. Sedimentou-se, assim, um Estado totalitário de inspiração variegada, porém bem articulado no uso de instrumentos análogos: uma polícia política onipotente e onipresente, tribunais subjugados ao poder e ao partido, pesadas condenações ao cárcere ou ao exílio, campos de concentração na maior parte das vezes destinados ao aniquilamento físico dos deportados ou, no melhor dos casos, à marginalização moral e material dos dissidentes como elementos criminosos, hostis à nação, à raça ariana ou ao proletariado. Não foi menos constante ou impiedosa a pressão sobre os meios de comunicação de massa, sobre a escola e a universidade, sobre as manifestações artísticas, sobre as instituições culturais e até mesmo sobre a pesquisa científica.

Deste modo, os ditadores do século 20 se transformaram gradativamente em

tiranos, senhores absolutos do país, e os tiranos não raro em monstros de crueldade, de cupidez, de delirante presunção. O poder absoluto acabou coincidindo com a abjeção absoluta, realizada por meio de um permanente e deliberado rebaixamento da dignidade, da vergonha e da sacralidade do ser humano. Ao revermos semelhantes horrores torna-se chocante a popularidade, que chegou por vezes até a idolatria, com que foram aureolados os tiranos do século 20, não só por parte da massa manipulada por seus seguidores, como até mesmo entre os adversários do sistema que eles encarnavam. Já no início da Primeira Guerra Mundial, Erich Fromm havia analisado a regressão psicológica que até em países da mais antiga tradição cultural, como a Alemanha e a Itália, ou nos partidos caracterizados, pelo menos teoricamente, como de elevada inspiração humanitária, como o Partido Comunista, havia induzido dezenas de milhões de pessoas psiquicamente normais a dar um apoio determinante e livre a "uma louca aventura de degradação humana e de destruição".

Fromm a definiu como uma "fuga da liberdade": o cidadão que se sente perfeitamente à vontade em uma sociedade totalitária, o súdito que obedece sem repugnância a um tirano, o militante que oferta a seu chefe uma dedicação sem limites têm como único objetivo, segundo aquele psicanalista alemão, "desfazer-se de seu eu individual, com todas as suas deficiências, seus conflitos, riscos, dúvidas", ou, em outros termos, "livrar-se do peso da liberdade". E, quanto mais absoluto for o poder do tirano, mais opressivo o regime ou mais cruéis os sistemas de governo, maiores serão a satisfação e o prazer dessa perversão de tipo evidentemente masoquista. A condição de liberdade de que usufruímos em uma sociedade democrática pode representar, para quem a atinja ainda culturalmente despreparado ou esmagado pela própria fragilidade existencial, um peso do qual só o liberta uma obediência total que deixa campo aberto ao sadismo do tirano, até transformá-lo em um monstro. Provavelmente foi também a violência da sociedade industrial que alimentou a rendição das multidões às magnéticas sugestões de seus líderes.

É evidente que o elenco dos tiranos que ensanguentaram o século 20 com o conforto da propaganda e da tecnologia avançada não se reduz à gesta das personagens que figuram neste livro. Para enriquecê-lo não teríamos mais que a dificuldade da escolha: entre a Indonésia e os Bálcãs, o Japão do micado e a Argentina dos generais, a África do Sul dos racistas brancos e a África dos alucinados Napoleões negros. Limitamo-nos aqui aos nomes mais emblemáticos das duas ideologias contrapostas, reservando um breve capítulo a um ditador como Mussolini, a quem podem e devem ser debitadas responsabilidades bastante pesadas, mas não os crimes horrendos cometidos ou ordenados por monstros sem piedade e sem senso.

STALIN

O ex-seminarista

"Quando Lady Astor, unindo a franqueza dos americanos à arrogância da aristocracia inglesa nos confrontos com os inferiores, perguntou-lhe por quanto tempo ainda continuaria a assassinar, Stalin permaneceu imperturbável. 'Até quando for necessário', respondeu."

ADAM B. ULAM

Do seminário a Lenin O encontro com Lenin, que decidiria seu destino, aconteceu na Finlândia, em dezembro de 1905. Mal havia estourado a primeira revolução russa do século, a "prova geral" do Outubro Vermelho de doze anos depois, quando os bolcheviques se encontraram em Tammerfors, em uma conferência semiclandestina da qual Stalin participaria como delegado do partido georgiano. A primeira impressão foi de desilusão: "Eu esperava", diria ele posteriormente, "ver a águia do nosso partido, o grande homem, grande não só politicamente, mas, por assim dizer, também fisicamente, porque Lenin se apresentava à minha imaginação como um gigante de bela figura, com um ar imponente. Qual não foi, porém, a minha desilusão quando vi um homem dos mais comuns, de estatura inferior à média, que não se distinguia em nada, em absolutamente nada, dos simples mortais."

Naturalmente, Lenin também deve ter então considerado aquele jovem caucasiano como um militante qualquer, sem suspeitar, nem ao menos de longe, de que ele seria o seu futuro sucessor, o discípulo que iria ultrapassar o mestre e, em muitos sentidos, embalsamá-lo. Naquela época Iosif Visarionovic Dzugashvili tinha ainda 26 anos e há apenas seis se dedica por completo à luta política. Segundo uma ficha de dados compilada pela polícia czarista depois de sua primeira prisão, trata-se de um tipo comum ou, melhor, atarracado, de estatura média para baixa, com cerca de um metro e sessenta e dois, barba e bigodes escuros, a fisionomia marcada pela varíola e uma particularidade singular: tem o segundo e o terceiro dedos do pé esquerdo unidos. Desde jovem tem uma lesão

no braço esquerdo que lhe paralisa parcialmente os movimentos. O pai teria sido o seu causador.

Iosif nasce em Gori, uma pequena cidade a 60 quilômetros de distância de Tiflis (depois Tibilisi), capital da Geórgia, em 6 de dezembro de 1879, e passa sua infância na mísera casa dos pais, Visarion e Ekaterina, ambos pertencentes a uma família de camponeses pobres que até 1860 foram servos da gleba. As dificuldades econômicas são exacerbadas pelo temperamento colérico do pai de Soso (nome pelo qual o menino é chamado na intimidade pelos pais e amigos), que tentou em vão fazer fortuna trabalhando por conta própria como sapateiro, e que busca consolo na vodka, maltratando e espancando a mulher até se cansar e voltar para a capital, onde acabará encontrando ocasionalmente a morte em uma briga de bar.

Não se pode ter certeza de que o sapateiro de Gori fosse realmente o pai de Soso. Segundo uma lenda, talvez alimentada por adutores, sua mãe — "uma moça de cabelos ruivos, rosto aberto, liso e tranquilizador, que enrubescia facilmente" — pode ter sido seduzida por alguns dos senhores a cujo serviço estava para ganhar a vida. São citados neste sentido dois nomes: o do célebre explorador russo Prezvalski, com quem Stalin se assemelha surpreendentemente, e também o do Conde Egnatosvili, junto a quem Ekaterina tinha servido como ama de leite para o recém-nascido que a condessa não podia amamentar. E, ao que parece, os Egnatosvili teriam cuidado carinhosamente do rapaz, a ponto de patrocinar sua admissão na escola paroquial de Gori e depois no seminário de Tiflis.

Mas Ekaterina não é apenas uma mulher atraente e corajosa, é também perspicaz o suficiente para intuir os dotes particulares do filho, com o qual terá sempre uma relação muito estreita, como demonstram duas histórias, uma relacionada com a infância de Soso e outra com a maturidade de Stalin. O pequeno Iosif assiste tremendo aos furores de ira e brutalidade com que Visarion os atormenta, e um dia em que o beerrão havia passado da conta, para defender a mãe, atira nele uma faca, fazendo com que ele ficasse tão fora de si que foi necessário manter o menino escondido dele por alguns dias em casa de uma família amiga. Muitos anos depois, em uma das raríssimas vezes em que Ekaterina, agora já idosa, foi ao Kremlin para encontrar-se com o chefe da União Soviética, teria com ele uma conversa da qual transpirou esta troca de ditos espirituosos: "Mas, afinal, que espécie de trabalho você faz?", perguntou a senhora. E Stalin buscou uma referência que a velha camponesa pudesse compreender: "Você não se lembra, mamãe, de nosso czar?"

Ekaterina assente: "Claro que sim." E o filho, um pouco para simplificar, um pouco porque era verdade: "É isso, eu sou uma espécie de czar." Se acreditava, porém, que conseguiria deixar a mãe encantada, enganava-se redondamente,

porque Ekaterina encolhe os ombros e diz: "Bah! No final das contas era melhor que você tivesse virado padre."

De fato, leva à estola *de pope* a estrada que lhe foi aberta, talvez com a ajuda dos Egnatosvili, fazendo-o entrar primeiro para a escola paroquial de Gori e depois, com uma pequena bolsa de estudos, para o seminário de Tiflis.

Mas o menino tem um temperamento rebelde, que não coaduna com a disciplina e a sufocante atmosfera sacerdotal do internato, do qual no máximo irá assimilar as lições de suspeita e delação que o acompanharão por toda a vida, juntamente com o estilo característico e pedagógico que dará à sua monótona oratória. Quanto ao resto, o comportamento indócil e o gosto pelas leituras severamente proibidas por aqueles bons padres logo suscitam sua indignação e um rigor crescentes que acabariam por endurecer posteriormente o rapaz, acentuando sua tendência ao isolamento e à desconfiança. E, como só acontece com adolescentes introvertidos, o impiedoso realista em que Stalin irá se transformar vive aqueles anos acalentando em compensação sonhos de glória, de grandeza, de heroísmo. Entre os livros que mais o impressionam destaca-se um romance georgiano, *O Parricida*, no qual se fala da guerra travada séculos antes contra os invasores russos pelos montanhese do Cáucaso, liderados por um bandido justiceiro, Koba, o Indomável. Quando Soso torna-se um revolucionário e entra para a clandestinidade para escapar à polícia czarista, é exatamente Koba o nome de guerra que assume, em 1901, mantendo-o durante dez anos, até vir a escolher, como bolchevique, aquele que deveria se tornar célebre em todo o mundo.

Enquanto ainda estava no seminário, Soso começa a frequentar na cidade um círculo progressista em que se discutem as ideias novas de Marx, de Comte e de Darwin, em chocante contraste com a educação mística e retrógrada que predominava no seminário — como, aliás, em todas as escolas russas da época. Em 1896 ele funda, juntamente com outros estudantes, um círculo clandestino de jovens socialistas. Três anos depois, ao chegar ao último ano do curso, assume cada vez mais uma atitude de provocação nos confrontos com os professores, manifestando aquela rudeza e aquela insolência mesclada de desprezo que muito mais tarde lhe serão censuradas, inclusive por Lenin. Deveria fazer os exames finais para poder inscrever-se na universidade, mas, por mais que a mãe lhe peça para não fazer isto, decide irrevogavelmente abandonar o curso ou (isto não fica bem claro) fazer-se expulsar, com uma obstinação que vai se mostrar um traço fundamental de seu caráter. No momento em que deixa o internato, já perdeu completamente a fé, mas, ao mesmo tempo, talvez sem dar-se conta, já absorveu os defeitos típicos daquele ambiente, sobretudo a tendência a dissimular o próprio pensamento e a nutrir um pessimismo de fundo sobre o gênero humano, aprofundado ainda por um rancoroso complexo de inferioridade nas confrontações com os próprios companheiros quando são, por acaso, mais cultos

ou brilhantes que ele ou pertencem a uma camada social privilegiada.

A partir daquela época, Soso, já com o cognome de Koba, é um revolucionário em tempo integral. Trabalha à luz do sol ou de forma clandestina, faz propaganda, organiza protestos operários nas fábricas e nas praças, até que enfrenta a primeira detenção, que o leva à prisão e depois, por três anos, ao exílio na Sibéria. Aí mostra-se duro, incansável e autoritário e adquire grande prestígio entre os companheiros, sobretudo devido à determinação com que cerra fileiras em torno das posições intransigentes da facção dirigida por Lenin e que se tornará a plataforma do futuro partido comunista bolchevique, hostil a toda e qualquer forma de gradação ou de reformismo.

Poucos meses depois do encontro com Lenin na Finlândia, Koba desposa a irmã de um companheiro de seminário, Ekaterina Seminovna Svanidze: é o segundo encontro mais importante de sua vida. Ekaterina é uma mulher "forte e bonita, com grandes olhos negros, cabelos luzidios e espessos, presos em coque", por quem Koba se apaixona em 1904 e com quem se casa dois anos depois em uma igreja de Tiflis, diante de um sacerdote amigo que conhecera também no seminário. O rude bolchevique aceita um casamento religioso por amor a Ekaterina e a sua família, e esta o recompensa com a admiração e a devoção de todas as mulheres camponesas, desejando em seu íntimo que Koba queira renunciar a sua vida aventureira de revolucionário para dedicar-se a uma existência tranquila ao lado dela. O casamento é feliz, ainda mais quando, em setembro de 1907, a mulher dá à luz um menininho, que será batizado de Jakov. Pouco mais de um ano depois, no entanto, um ataque de tifo leva embora Ekaterina, levando Koba ao desespero. Aniquilado pela dor, confidencia a um amigo diante do caixão da esposa: "Esta criatura conseguiu enternecer meu coração de pedra. Agora que morreu, morrem também com ela os meus últimos sentimentos de amor ao próximo".

Quatro anos depois, ao ser novamente condenado à deportação para a Sibéria, aí conhece Maria Kuzakova, uma viúva com cinco filhos, em casa da qual aluga um quarto. A mulher se afeiçoa a ele, treme com a possibilidade de ele vir a fugir e, ao fugir, acabar se afogando no rio e, em 1912, lhe dá um filho, Konstantin, tão parecido com Koba que todos logo compreendem quem é o pai.

Discreto e reservado, o rapaz crescerá bem, estudará com grande proveito e terminará até sendo professor universitário. E quando, em 1947, cai em desgraça devido a uma intriga de Beria, vendo-se expulso do partido e da cátedra, salvar-se-á da Lubianka somente devido a uma anotação do pai a pedido do homem da NKVD: "Não vejo motivo algum para a prisão de Kuzakov" (seu sobrenome materno). Entre pai e filho, porém, jamais houve um diálogo cara a cara, e, logo depois, Konstantin confessará que Stalin sempre lhe pareceu "um homem muito fechado e desprovido de sentimentos humanos".

Na realidade, uma vez sepultada Ekaterina, para o georgiano passou a existir apenas a luta pelo poder absoluto no partido, que terá um primeiro salto de qualidade em 1912, um ano particularmente feliz para ele. Ao escapar pela milésima vez da Sibéria, é cooptado para a cúpula de São Petersburgo, por vontade de Lenin, que apreciara os seus relatórios sobre a conjuntura russa recebidos enquanto estava no exílio em Paris. No encontro seguinte, na Cracóvia, confia-lhe a redação de um ensaio sobre um importante problema para a Rússia, o dos limites que um movimento revolucionário pode ser obrigado a estabelecer ao princípio da autodeterminação dos povos. E é exatamente na cidade polonesa que o georgiano decide adotar seu nome de guerra definitivo, Stalin, o homem de aço, antes de partir, por sua vez, para Viena, onde encontrará Trotski e conhecerá Bukarin, estreitando momentaneamente uma forte amizade com o segundo e reforçando, ao contrário, sua irredutível antipatia por Lev Davidovic [Trotski], cuja brilhante dialética e narcisismo o exasperam. *Marxismo e Questões Nacionais*, o ensaio que lhe foi pedido, mostra-se de certo modo modesto sob o ponto de vista científico, mas é recebido com agrado por Lenin, que em uma carta a Máximo Gorki define o autor como "um georgiano prodigioso que honra a literatura teórica marxista". O ano seguinte já é bem menos feliz. Stalin está assistindo a uma *soirée* musical organizada para financiar o *Pravda*, o órgão oficial do partido, quando a polícia irrompe na sala. Alguém ainda tenta salvá-lo, jogando sobre ele um casaco de mulher, mas é inútil. Permanecerá no exílio, em uma localidade a apenas cem quilômetros de distância do Círculo Polar Ártico, por cerca de quatro anos, vivendo um período de miséria, de fome, de aviltamento, no qual sobreviverá exclusivamente graças à caridade dos companheiros que continuaram livres, amadurecendo na enregelante solidão da paisagem siberiana um ódio selvagem a tudo e a todos e encontrando algum conforto apenas nos pouquíssimos livros que consegue encontrar, entre os quais estaria, ao que parece, *O Príncipe*, de Maquiavel.

Terá de esperar iniciar-se o ano de 1917, quando estoura a revolução democrático-burguesa de fevereiro, para voltar a Petrogrado (ora São Petersburgo), onde, porém, vai entrar de imediato no grupo dirigente do movimento, embora não só Trotski, como outros companheiros de prestígio, como Zinoviev e a Kollontai, ainda o considerem "uma figura apagada", até pelo fato de nos primeiros meses ficarem a seu cargo tarefas modestas no partido e na direção do *Pravda*. Mas quando, em abril, Lenin chega à estação de Petrogrado — depois de ter partido de Zurique e de ter atravessado a Alemanha com o famoso trem "blindado" —, Stalin, sem hesitar, cerra fileiras com ele e com suas discutidas "teses" para a conquista violenta do poder.

Embora tendo ficado até certo ponto à margem nos "dez dias que revolucionaram o mundo", no momento decisivo da capitulação do governo Kerenski figura entre os quinze ministros, os "comissários do povo", como foram

batizados pelo *vodz* (ou seja, o líder) e não só com a delegação por nacionalidades, como também com encargos formalmente menores, que na realidade lhe permitirão ir assumindo o controle do aparelho estatal, setor para o qual olha com clarividente interesse.

Neste momento o partido já havia mudado de nome, para Partido Comunista (b) Russo, no qual o *b* entre parênteses significa "bolchevique", e fora levado ao governo sobre as asas das "teses de abril" leninistas: todo o poder aos *soviets* (os conselhos de soldados e de operários), terra para os camponeses, paz imediata e incondicional com a Alemanha. Stalin, que em fins de agosto votara com a esmagadora maioria em favor da revolta armada, já adquirira a este tempo uma tal autoridade que pôde intervir com sucesso a favor de Zinoviev e Kamenev, ameaçados de serem expulsos do partido por terem se oposto à revolta insurrecional.

A participação na guerra civil contra os exércitos brancos na qualidade de comissário político na zona de Caricyn — a cidade que será rebatizada em sua honra durante a Segunda Guerra Mundial como Stalingrado — o consagra definitivamente aos olhos de Lenin, inclusive pela desapiedada energia com que chefia as operações. Distinguido, no inverno de 1919, com a condecoração máxima do novo regime, a Ordem da Bandeira Vermelha, volta a mobilizar-se na primavera seguinte após o ataque desfechado pelo exército polonês do Presidente Pilsudski, no decurso de uma campanha em que entra em rota de colisão com o General Tuchacevski, em um encontro que se mostrará fatal para este brilhante dirigente.

O testamento sepultado

Desfeita a ameaça polonesa, os bolcheviques se dedicam a liquidar as últimas ilhas de resistência na periferia. Stalin participa do empreendimento, primeiro no Azerbaidjão, onde exalta as conquistas do partido "compacto como o aço", e depois na sua Geórgia, onde, juntamente com seu velho amigo Grigori Ordzonikidze, "normaliza" a situação de forma tão brutal que lhe vale a reprovação até dos comunistas locais. De qualquer modo, o regime pode assim consolidar o triunfo da revolução até nas províncias mais longínquas do que seria em breve a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas, e seus dirigentes podem finalmente dedicar alguns fugidios parênteses a sua vida pessoal. Antes da guerra civil, Iosif tinha ficado hospedado em Petrogrado, em casa de seus velhos amigos

Alliluev, cujo chefe de família, Sergei, é um velho bolchevique de fé sólida, ao passo que a filha de dezesseis anos, Nádia, chamada de Nadezda, já havia demonstrado no passado ter uma queda pelo georgiano que lhe havia salvado a vida, quando, três anos antes, havia escorregado, caindo na água, e estando prestes a afogar-se no rio. A jovem tem sido descrita como um tipo de beleza tipicamente meridional, com alguns traços ciganos devidos à avó: linhas bem desenhadas, rosto oval ligeiramente alongado, perfil de camafeu, olhos escuros tornados mais profundos pelos longos cílios postos em evidência pelos cabelos negros, pesados e lisos, recolhidos em um coque atrás da nuca. É uma mulher determinada e inteligente, uma revolucionária convicta, até por influência do ambiente familiar, embora, como todos os Alliluev, esteja ameaçada de uma latente tendência à esquizofrenia.

Svetlana, a sua segunda filha, irá compará-la a "uma pequena barca acoplada a um enorme transatlântico", que seria Stalin, mas, na realidade, de início trata-se de uma história verdadeiramente romântica: a menina se apaixona perdidamente pelo agitador quarentão e acaba por conquistá-lo, até mesmo porque durante o tempo em que Iosif viveu em casa dos seus manteve com ela e com Anna, sua irmã, serões bastante prazerosos, lendo em voz alta trechos de Tchecov e Gorki, ou versos de Puskin. A amizade com os Alliluev se sedimenta definitivamente quando Lenin, procurado pela polícia do governo provisório menchevique, se refugia também em casa dos Alliluev, para depois tornar a partir para a Finlândia, não sem antes se tornar irreconhecível, fazendo com que Stalin, barbeiro improvisado, lhe rape a barbicha e o bigode.

Ao estourar a guerra civil, o governo vermelho já mudara a capital, de Petrogrado para Moscou, onde Iosif instalara o Comissariado para a Nacionalidade, tomando, em 1918, a Nadezda como secretária. É neste momento que os dois vencem suas últimas hesitações e se juntam, sem cerimônias ou festas nupciais, instalando-se em um pequeno aposento no Kremlin. A moça acompanhará Stalin em todos os seus deslocamentos nas várias frentes de guerra contra os exércitos brancos, mas, ao retornar a Moscou, vem já nomeada secretária do governo, mergulhando com tanto zelo no trabalho dos comissários do povo que um dia confidencia a uma amiga, secretária do *vodz*, uma novidade incrível: como bom georgiano, Soso lhe censurara por não estar dedicando a ele bastante tempo e pretende que ela pare de trabalhar. Quando Lenin vem a saber disto, entre divertido e escandalizado, irá repreender Stalin por ser "um asiático" e o forçará a deixar Nadezda livre. O casal tem um primeiro filho em março de 1921, um garoto que terá o nome de Vasili e ao qual a mulher se dedica quase totalmente, a ponto de ser suspensa do partido e ameaçada até de licenciamento. É mais uma vez Lenin quem a salva, embora só venha a voltar ao partido três anos depois.

Neste ponto o parêntese doméstico se fecha porque a revolução bolchevique

está passando por uma fase dramática e chega a ver-se arriscada à catástrofe, dadas as desastrosas consequências econômicas do chamado "comunismo de guerra". É exatamente nesta fase que Dzugasvili faz valer, primeiramente junto a Lenin e depois contra ele, as próprias qualidades de determinação, de concretude e de inoxidável capacidade de trabalho, mascaradas com a ostentada modéstia com que aceita a cinzenta rotina cotidiana, e em contraste com as ambições intelectuais e o incorrigível narcisismo de Trotski e de outros intelectuais do Politburo, bastante satisfeitos de poderem descarregar o peso das incumbências organizativas sobre um personagem que consideram "um provinciano de mentalidade medíocre".

Alarmado com as condições desesperadoras do país, na primavera de 1921 Lenin lança o temerário desafio da NEP, a Nova Política Econômica, que assinala uma guinada liberalista prevendo concessões significativas, ainda que momentâneas, tanto para os camponeses quanto para os comerciantes e as pequenas empresas. O êxito da virada é positivo. Stalin o secundara sem hesitações, afirmando com certa desenvoltura que ela estimularia a energia produtiva dos trabalhadores e marcaria um passo à frente no sentido da realização do socialismo. Apoiar assim, quase incondicionalmente, o *vodz* significa, obviamente, candidatar-se a ser seu herdeiro, e que isto tenha sido realmente calculado os acontecimentos irão em breve demonstrar. De fato, neste mesmo período o protagonista da Revolução de Outubro começa a apresentar um estado de progressivo desgaste físico, de nervosismo, de irritabilidade, como se estivesse descarregando de repente sobre o próprio organismo a tremenda tensão dos últimos tempos. O primeiro sintoma aparecerá em maio de 1922, um mês depois de Lenin ter apoiado com todo o peso de sua autoridade, no encerramento do XI congresso do partido, a eleição de Stalin para secretário-geral.

O cargo, em si, se reveste de um caráter puramente administrativo, mas, a partir da data de sua nomeação, a 3 de abril de 1922, o interessado tomará providências no sentido de conferir-lhe toda a importância política que não tivera no passado. No congresso, Stalin não só renuncia a falar, como se mantém ostensivamente afastado das polêmicas que, pela última vez, movimentarão um congresso bolchevique de maneira tão viva que chega a irritar Lenin, em quem um crescente cansaço em relação ao dissenso se traduz em uma frase que lhe escapa naquelas circunstâncias: "É preciso reprimir, sufocar, fuzilar." Stalin é a última pessoa no mundo que poderia chamar a atenção para o seu erro, e, de agora em diante, terá sucessivas ocasiões de demonstrar isto, visto que já havia posto os pés tanto no Politburo quanto na organização, duas poderosíssimas alavancas do partido, e pode, assim, estender gradualmente a própria influência sobre os aparelhos e as instituições da recém-nascida União Soviética, cuja Constituição seria retificada durante o II Congresso dos Soviéticos, em 31 de

janeiro de 1924. Mas ele teve também um embate com o próprio Lenin a propósito da autonomia da Geórgia, solicitada pelos comunistas locais e impugnada por seu antigo companheiro, que teria preferido a criação de uma única entidade com as três Repúblicas caucásicas.

No caso em questão, ele terminou cedendo, mas suas relações com o periclitante *vodz* não serão mais as mesmas.

Nas cartas aos amigos mais fiéis, ele descreve abertamente "o velho"

como alguém ultrapassado, que deve ser o mais breve possível aposentado. E Lenin intui isto. Nos dois anos que se seguiram, vive profundamente o seu drama: a consciência de seu crescente isolamento e a suspeita de que os companheiros queiram relegá-lo a uma função já meramente decorativa o induzem a lançar-se na peleja. Compreende que o esboço desta marginalização se deve principalmente a Stalin, cuja verdadeira natureza começa agora a conhecer, mas não tem mais forças para empunhar o timão, ainda que, nos últimos meses do ano, tente incansavelmente fazer sentir a própria presença, escrevendo artigos, emitindo diretivas, buscando, sem encontrar, um ponto de referência no Politburo. Não só Zinoviev e Kamenev, como também Bukarin já fazem causa comum com Stalin ou, melhor, cada um deles se propõe intimamente a servir-se dele em função da conquista do poder, com a ilusão de depois deixá-lo de lado; e o próprio Trotski, o brilhante líder do Exército Vermelho de outros tempos, não se sente com coragem de alinhar-se abertamente contra seu mortal inimigo, subestima-o e, com fatal hesitação, desiste de confrontar-se com ele.

Avizinha-se, no entanto, o desfecho da tragédia. Embora, entre 13 e 16 de dezembro de 1922, aniquilado pelo cansaço e pela desilusão, Lenin seja agredido por outros dois ataques apopléticos que o reduzem a uma situação difícil, os três aspirantes a ditadores decidem ser melhor deixar exatamente a Stalin o encargo de seguir de perto a sua lenta agonia, na esperança de torná-lo mais malvisto aos olhos do partido e do próprio *vodz*. Com um incrível esforço de vontade, Lenin consegue, mais uma vez, recuperar, ao menos em parte, suas forças e tem ainda suficiente lucidez para, nos últimos dias do ano, ditar à sua secretária aquela "Carta ao Congresso", que passará à história como seu "testamento" e no qual desabafará todo o desprezo que viera amadurecendo com relação a Stalin, juntamente com o amargo remorso de tê-lo designado para uma responsabilidade tão elevada. Nesta carta, depois de ter sugerido que fosse aumentado o número de membros do Comitê Central, incluindo quadros de origem operária, passa a tratar da questão dos contrastes na cúpula do partido. Não poupa críticas pungentes a Trotski, a Zinoviev e aos outros expoentes do bureau político, mas é a Iosif Dzugasvili que reserva o juízo mais impiedoso, ao comentar que "o companheiro Stalin, ao tornar-se secretário-geral, acumulou em suas mãos um enorme poder", acrescentando que não se pode crer que o esteja

"à altura de dele fazer uso com a necessária prudência".

É uma iniciativa explosiva e ao mesmo tempo reticente, no momento em que, na prática, Lenin está renunciando a intervir publicamente para esconjurar as consequências desta insuficiente "prudência" do secretário-geral, limitando-se a mandar redigir cópias idênticas desse texto com a advertência de que se trata de um documento confidencial, a que só podem ter acesso ele próprio e, depois de sua morte, sua mulher, Nadezda Krupskaja. Stalin, como todos os demais membros do Politburo, é informado a respeito pela própria secretária de Lenin e, embora o documento só venha a ser lido no decurso do XIII Congresso do PCUS, realizado em maio de 1924, se dá conta de sua obscura ameaça. Aliás, poucas semanas antes tinha tido um duríssimo choque com a mulher de Lenin, repreendendo-a por ter deixado o doente escrever cartas e agitar-se, contrariando o parecer dos médicos, e ameaçando por isso denunciá-la ao Comitê Central. Lenin ouve o desabafo da mulher, furiosa com o ultraje, e endereça ao secretário-geral uma carta violenta, em que escreve, entre outras coisas: "Prezado companheiro Stalin, você teve a ousadia de telefonar à minha mulher a fim de ofendê-la... Não pretendo esquecer o que foi feito contra mim, porque é evidente que o que se faz contra minha mulher se faz também contra mim. Devo perguntar-lhe, portanto, se está ou não disposto a retirar as suas afirmações e a desculpar-se ou se prefere romper toda e qualquer relação comigo." O georgiano põe a carapuça e se desculpa, mas o tom com que o faz é quase insolente: "Não creio ter dito nada de brutal ou de intolerável, ou contra o senhor, porque não desejo mais que vê-lo curado..."

Mas, se julga que para manter as nossas relações eu tenha de retirar o que disse, eu retiro, embora continue não entendendo onde está o problema, em que consiste a minha culpa e o que se censura em mim." Ele não sabe ainda que à "Carta do Congresso" o *vodz* acrescentou um comentário fatal: "Stalin é excessivamente grosseiro, e este defeito, se tolerável nas relações entre comunistas, torna-se intolerável em um homem que ocupa o cargo de secretário-geral", de modo que os companheiros devem encontrar um meio de substituí-lo por uma personagem "mais tolerante, mais leal e respeitadora, menos caprichosa".

Apesar de algumas fases de ligeira recuperação, Lenin não mais ficará curado, e a 21 de janeiro de 1924 fechará para sempre os olhos, talvez sem nem imaginar as consequências que a escolha do secretário-geral terá para o futuro do partido, da Revolução e da União Soviética. Só para começar, a partir do XII congresso, que se realizou na primavera de 1923, Dzugasvili consegue passe livre para uma medida policial sem precedentes na história do movimento operário: a autorização para mandar prender os expoentes da oposição e instalar inquéritos contra os comunistas que não denunciasses supostas atividades subversivas contra o partido. Uma praxe que, nos trinta anos que se seguiriam, tornar-se-ia o

esporte preferido de Stalin. A sua posição não será substancialmente enfraquecida nem mesmo pela decisão de Krupskaja de levar ao conhecimento do Comitê Central, poucos dias antes da abertura do XIII congresso do partido, a famosa pró-memória de Lenin sobre os defeitos do georgiano e sobre a oportunidade de substituí-lo por um companheiro menos violento. Stalin se apressa a apresentar a própria demissão, com plena consciência de que a perturbação pelo desaparecimento do Pai da Revolução induzirá até mesmo Trotski a rejeitar suas acusações.

Apesar disto, é exatamente contra Lev Davidovic [Trotski] que o secretário-geral desferirá um ataque sem precedentes, listando ponto por ponto seus supostos erros e dando, mais uma vez, uma guinada memorável, porque em sua intervenção emergem pela primeira vez dois tipos de técnica inquisitorial de que a promotoria pública se servirá amplamente nos processos instalados na década de 1930: a *incriminação por analogia*, como a definiu um grande historiador americano, no sentido de que se acusa alguém de ter repetido aquilo que já foi dito por outro, espião ou agente do inimigo de classe, comprovando a existência de uma ligação de cumplicidade entre ambos; e a *evolução de culpas pregressas*, expediente que se baseia em uma hábil junção de citações e de *dossier* policialesco. O Congresso não hesita um minuto sequer e condena por divisionismo tanto Trotski quanto os 46 companheiros que subscreveram um vibrante protesto contra os métodos despóticos de Stalin.

O czar vermelho

O desaparecimento de Lenin abre definitivamente ao secretário-geral a via do poder absoluto, que ele irá obter gradativamente no decurso de poucos anos, mirando, por um lado, o controle total do partido por meio da eliminação sistemática de seus prováveis ou presumíveis concorrentes e, por outro, liquidando todos os grupos sociais e étnicos, todas as manifestações de pensamento científico, da cultura e da arte que considere um obstáculo à construção da sociedade ideal, uma comunidade de chumbo, de caráter totalitário, da qual deverá germinar o novo homem soviético. Seu despotismo faz dele uma espécie de czar vermelho, seguindo o modelo dos grandes protagonistas da história nacional: Ivan, chamado O Terrível, pelo terror por ele implantado depois de ter adotado pela primeira vez, na metade do século 16, o título de czar, e Pedro, cognominado O Grande, pelo processo de modernização forçada, adotado ao voltar de uma viagem de trabalho e de estudos ao Ocidente, em 1697.

A longa marcha de Stalin no sentido do controle absoluto do regime se conclui entre 1925 e 1928: mumificado Lenin e encaminhados os concorrentes mais perigosos para a beira do precipício, organiza a trama de seu poder partindo da secretaria, que será estruturada como um partido dentro do partido e acabará se tornando um projeto exemplar, com base no qual os partidos comunistas de todo o mundo modelarão no futuro os seus aparelhos: organização, propaganda, cultura, administração e até mesmo um serviço secreto. É uma estrutura que possibilita a Dzugasvili tecer a rede em que serão "enredados" um a um todos os seus possíveis rivais, e a prescindir da esmagadora maioria de que dispõe no Politburo e no próprio Comitê Central.

Seus adversários permanecem emaranhados na rede, sobretudo porque o georgiano contrapõe à sua brilhante inteligência um toco bom-senso camponês e um planejamento minucioso que transforma o vivíssimo partido de Lenin em um gigantesco dinossauro burocrático, que deve se assemelhar a ele e a ele obedecer. As teses em torno das quais, na época da Segunda Internacional e nos primeiros anos da Revolução, se acendiam calorosos debates vão se apagando na memória dos velhos bolcheviques, reduzidas, como o foram por Stalin, a uma mecânica repetição de slogans, martelados como artigos de fé.

À medida que tal projeto vai se realizando, o secretário-geral vai amadurecendo uma paranoica exaltação do próprio papel, que se traduz, para o

partido, o povo soviético e o movimento comunista mundial em um culto a sua personalidade, no qual se vê refletida a mensagem do seminário de Tiflis.

O quanto esta imposição será partilhada pelo povo russo fica demonstrado pela comovida reação ao processo de glorificação de Lenin, empreendido logo depois de sua morte e culminando com a exposição do corpo mumificado no mausoléu da Praça Vermelha — uma ideia de sabor medieval, porém que só escandaliza a viúva de Vladimir Ilich [Lenin], ainda ligada aos princípios do materialismo científico. Jamais condicionado por semelhantes ideias, Stalin pronuncia uma autêntica homilia, exaltando "a matéria especial" de que seriam feitos os comunistas e concluindo com um juramento solene ao defunto, de cumprir "honrosamente" suas diretrizes.

Este componente místico pode, de certo modo, explicar o aspecto mais estupefaciente da história do comunismo: a disponibilidade do militante acusado pelos inquisidores stalinistas de crimes que nunca cometeu a considerar-se culpado, a aceitar a prisão ou o *gulag*, e até a deixar-se fuzilar entoando louvores a Stalin e ao partido. Voltaremos a este ponto. Seja como for, por mais que possa ter havido "pressões físicas", ou seja, a tortura, e ameaças à liberdade e à sobrevivência dos parentes — e tratou-se, sem dúvida alguma, de uma parte importante destes —, o fenômeno se manifestou com uma frequência impressionante. É um ímpeto de fé que resolve também problemas ideológicos fundamentais. A partir do momento em que, por exemplo, na situação mundial do início da década de 1920, Stalin se convence de que o princípio da solidariedade internacional, embora basilar na história do movimento operário, ora está totalmente subordinado às exigências de desenvolvimento e de defesa da União Soviética e do PCUS, os partidos "irmãos" (salvo raríssimas exceções) aceitam disciplinadamente as teses do socialismo em um só país — inutilmente criticadas e ironizadas por Trotski —, resignando-se a se considerarem subordinados à URSS, ao PUCS e, em última instância, ao próprio Stalin.

Sua solitária ascensão ao vértice é naturalmente agilizada pela habilidade com que superou o impasse do "testamento" de Lenin que Krupskáia, nem um pouco impressionada com a homilia fúnebre, pôs em pauta no XIII Congresso do PCUS, em maio de 1924. Além da fingida demissão do secretário-geral, truque que repetiria nos anos seguintes, foram Zinoviev e Kamenev que fecharam questão em torno dele, considerando-o irrefletidamente menos perigoso que Trotski, então com grande popularidade como símbolo da ala revolucionária do movimento. Zinoviev subiu à tribuna para explicar como, por felicidade, os temores de Lenin não estavam se verificando: já que Stalin não se mostrava na realidade violento e, ao contrário, tinha aceitado com a maior modéstia dividir com ele e com Kamenev as responsabilidades máximas do partido, ele deveria por isso permanecer em seu posto. E quanto à embaraçosa pró-memória do defunto, decidiu-se que ela não deveria ser distribuída a todos os companheiros,

mas apenas aos dirigentes das delegações congressuais — premissa indispensável para que Stalin pudesse ser confirmado no cargo, de que saberia servir-se no devido momento para livrar-se, antes de tudo, de todos aqueles ingênuos que tinham tomado a sua defesa. Quando se deram conta do seu erro, os dois antigos amigos de Stalin se reaproximaram do ex-comissário da Guerra, mas Trotski não se mostrou mais hábil do que eles para pôr em dificuldades o secretário-geral que, apoiado em uma sólida maioria de centro-direita, manobrou facilmente no sentido de neutralizá-los, contestando suas contradições, as intrigas e os contrastes recíprocos do passado, sua desmedida ambição e desencadeando contra eles a sutil dialética de Bukarin e as insolências vulgares das assembleias.

No primeiro confronto mais duro é Kamenev quem inaugura o triste rito da autocrítica, que em breve viria a se tornar um dos instrumentos prediletos de domínio do secretário, segundo a tradição do grande romance russo *à la* Dostoievski ou, se preferirem, a tradição da liturgia clássica da Igreja. A admissão das próprias culpas, supostas ou reais, por parte do réu confesso consegue, ao mesmo tempo, reunir mais de um objetivo: a humilhação infamante do arrependido, a premonição de seu aniquilamento e até mesmo medidas mais drásticas julgadas oportunas, sobretudo quando servem para descarregar sobre a vítima erros e disfunções do regime que, caso contrário, poderiam ser postos na conta do próprio secretário-geral.

São as primeiras manifestações do delírio obsessivo de Iosif Visiariionovic Dzugasvili. Em 1928, para realizar a transformação da União Soviética em um colosso industrial capaz de enfrentar o desafio dos países capitalistas no brevíssimo tempo que sua impaciência lhe sugere, ele deslança "uma guerra contra a nação", que tem como fundamento a imposição de sacrifícios humanos às castas rurais: nominalmente, apenas aos *kulaki*, considerados, por definição, inimigos de classe, ou mesmo a personificação do mal na sociedade socialista; mas na prática, por meio da coletivização obrigatória das terras, a todos os camponeses.

A impeli-lo nessa direção intervém também o seu mal-estar com as acusações que continuam a ser-lhe dirigidas por Trotski e pelos demais expoentes da esquerda revolucionária, segundo os quais o regime estaria representando o Termidor do Outubro Vermelho. Por isso, antes de desencadear a sua "guerra contra a nação", o secretário-geral toma providências no sentido de desembaraçar-se dos companheiros que ainda lhe fazem sombra tanto à direita como à esquerda, jogando uns contra os outros, iludindo-os, enganando-os, aterrorizando-os. Entre o final de 1928 e o início de 1929, Bukarin e Rikov, Tomski e Frumkin — um vice-ministro que ousou criticar o georgiano — são afastados de seus cargos com a acusação de divisionismo.

Quanto a Trotski, cuja linha está começando a pôr em prática, Stalin o

marginaliza entre 1927 e 1929, primeiro relegando-o juntamente com seus mais fiéis colaboradores, para Alma Ata, distante localidade do Cazaquistão, nos limites com a China, e obrigando-o, depois, a abandonar a própria União Soviética para iniciar aquela vida errante e indômita que o levará, finalmente, ao México. Ali, onze anos depois, ele será massacrado a golpes de picareta por um sicário da NKVD, como o secretário-geral já decidiu desde 1939, convencido de que a eliminação "daquele despudorado charlatão menchevique" representará a derrocada de todo o movimento dos dissidentes.

Nesse período, embora empenhado na luta feroz pela conquista do poder, Iosif é ainda um homem simples, que tem uma vida privada modesta e até certo ponto prazerosa, com uma única preocupação: uma saúde precária devido aos póstumos males pulmonares e reumáticos adquiridos nos anos de clandestinidade, na prisão e nas seguidas deportações para a Sibéria, males de que cuida com frequentes estadias nas termas georgianas de Soci, no Mar Negro, ou alternando o trabalho no Kremlin com o descanso na *dacha* [casa de campo] que fez ser-lhe destinada em Zubdovo, nos arredores de Moscou, e onde não deixa de hospedar amigos e parentes (até mesmo sua primeira mulher e o filho Jakov, que continua muito ligado a ele), para jogar bilhar com eles, cultivar a terra e cuidar dos bosques que circundam a mansão. É este o melhor período de seu casamento com Nádia Allilueva, que em fevereiro de 1926 lhe deu também uma filha, Svetlana, embora sua mulher seja demasiado inteligente e emancipada para resignar-se facilmente à mentalidade do marido e à sua pretensão de que se dedique exclusivamente a ele e a sua família, como se usa na Geórgia.

É esta a única nuvem sobre seu casamento que aninha, porém, em seu seio uma terrível tempestade, porque Nadezda cai de vez em quando em uma crise de nervos, como aconteceu pouco antes do nascimento de Vasili, quando desapareceu por dois meses, só voltando para casa depois de repetidos pedidos de Iosif, e como aconteceu subitamente depois do nascimento de Svetlana, quando pegou as duas crianças e levou-as para seus genitores em Leningrado (a cidade ora mudou novamente de nome). Pouco depois da segunda fuga, porém, vamos encontrá-la novamente junto ao marido, que escreve, como se nada tivesse acontecido, a sua sogra, agradecendo seus presentes de velha camponesa, especialmente as marmeladas pelas quais Soso "é louco". Entre os dois existe, na realidade, uma relação bastante complicada, feita de amor e ciúme, e perturbada por um neurótico temor de se perderem que os leva a se torturarem: Stalin deve ir verificando que, no final das contas, é mais fácil conquistar um império que governar os sentimentos e os impulsos de uma mulher em cujo sangue serpenteia a febre da loucura. Pois tanto sua mãe quanto Fedor, seu irmão, sofrem, de fato, de perturbações psíquicas que no jovem vêm a acentuar-se devido a um trauma sofrido por ocasião da guerra civil.

O extermínio dos kulaki

A "guerra civil" contra os camponeses ricos, os *kulaki*, se enquadra no contexto do primeiro plano quinquenal, que deve ser realizado, custe o que custar, até o final de 1932. Na liturgia soviética o plano se torna um totem ao qual não só os russos como todos os comunistas do planeta devem tributar preces e sacrifícios humanos: quem opuser qualquer obstáculo à sua realização, seja apenas do modo teórico ou do ponto de vista técnico, será considerado um sabotador, um traidor, em suma, um inimigo do povo. O primeiro processo do gênero tem lugar em maio de 1928, contra um grupo de especialistas que, na bacia mineradora de Sachtý, não conseguiram evitar incidentes graves apenas porque as máquinas estavam desgastadas e as peças de substituição em falta. Emerge nesta ocasião o ex-menchevique Andrei Vishinski, que viria a revelar-se o mais implacável dos acusadores públicos à disposição de Stalin para as suas diabólicas maquinacões.

O ponto de chegada deveria ser o desenvolvimento de uma indústria forte, capaz de fazer frente à dos países capitalistas; mas, para chegar a este ponto, é indispensável contar com uma agricultura coletivizada: um círculo vicioso que o secretário-geral romperá brutalmente, provocando, no decurso de poucos meses, indescritíveis sofrimentos e consequências catastróficas para o mundo campesino, enquanto que a consecução dos objetivos industriais diluir-se-á no tempo. Em todos os casos, a rigidez a que tendem o plano e seu inspirador acabará comprometendo irreparavelmente, a distância, não só o futuro da economia soviética, mas o próprio destino do comunismo. E não é apenas a necessidade de prover a uma acumulação de recursos para financiar o Grande Salto Adiante da indústria que suscita uma determinação tão impiedosa contra os camponeses. Marx já havia rotulado o trabalho deles de "idiota", e Stalin está convencido, pelo menos tanto quanto ele, da superioridade política e moral das condições operárias e define, realmente, como "luta de classes no campo" o programa aprovado pelo Comitê Central, em certo dia de agosto de 1929, para realizar de maneira fulminante a coletivização de massa em algumas regiões-piloto. Os camponeses considerados ricos são obrigados a ceder ao Estado cotas elevadíssimas de grão, e, se não atingirem o teto preestabelecido no gabinete dos burocratas do partido, serão punidos, na melhor das hipóteses, com o recolhimento de sua safra, quando não até mesmo com o confisco de sua propriedade, a reclusão e a deportação. Terras e gado são expropriados em favor dos *kolkhoz*, isto é, de fazendas coletivas que representarão depois sedutores

incentivos para os camponeses remediados e pobres a que deixem no abandono seus pequenos lotes de terra.

A pressa, a dureza, a fúria persecutória com que a operação é conduzida sob o controle do partido e da polícia política resultam devastadores.

Na ocasião foram cerca de cinco milhões de desventurados os destinados a ruína total, quando não à deportação ou ao pelotão de fuzilamento.

Conversando com Winston Churchill durante a guerra, Stalin falará de "uma luta espantosa", que durou bem uns quatro anos, na qual foi preciso vencer a oposição de dez milhões de camponeses, mesmo quando afirme tranquilamente que os opositores teriam sido eliminados "por seus dependentes".

O que há de verdade em tais palavras é que o regime armou realmente os camponeses pobres contra os ricos, ajudando-os com ameaçadoras "brigadas de *deskulakização*" e inclusive alimentando sistematicamente a delação do filho contra o pai, da mulher contra o marido, dos vizinhos contra os vizinhos. Por outro lado, uma vez estendida a toda a União Soviética a coletivização obrigatória, um decreto de 5 de janeiro de 1930 estabelece que os cultivadores deverão ser expropriados não só dos chamados meios de produção (máquinas, tratores, animais de tração e estrebarias), mas até mesmo das vacas leiteiras e das aves. É uma perseguição desatinada, que em certo momento desencadeia uma irrefreável onda de protestos, manifestações violentas, de episódios difusos de matança clandestina do gado e ocultamento das colheitas, e até de atentados terroristas contra os representantes do regime e uma torrente de cartas anônimas carregadas de insultos e de ameaças.

Stalin compreende, neste momento, que é indispensável uma intervenção de tendência pelo menos provisória, e ele próprio dita, em 2 de março, para o *Pravda*, um artigo, um verdadeiro recorde de despudor, porque proclama que a adesão aos *kolkhoz* é voluntária e não obrigatória, e ainda que excessos e ameaças se devam aos dirigentes locais, que devem ter "perdido a cabeça". Duas semanas depois, o Comitê Central se alinha prontamente na mesma direção do secretário-geral, contra o qual ninguém ousa mais levantar a voz, mesmo que seja facilmente possível entender que se trata apenas de uma trégua provisória e prever que, a um único aceno para uma saída em massa dos *kolkhoz*, a repressão tornará a desencadear-se mais ferozmente que antes.

É um exército de coagidos o que será posto em marcha para realizar os objetivos indicados pelo secretário-geral. Tal como no partido, o mesmo se dá no campo ou na fábrica: não se opõe qualquer resistência mais significativa, porque à resignação secular do povo russo nos confrontos com o despotismo czarista ora se acrescentam o medo da polícia política (chame-se ela CEKA, GPU ou NKVD) e a hipnótica sugestão da propaganda, na qual é mestre o secretário-geral, astuto manipulador da psicologia popular. Nesse mesmo tempo, quanto

mais cresce a servil adesão a seu guia, mais se acende no tirano uma paranoia suspeita nos enfrentamentos com os adversários e, sobretudo, paradoxalmente, em relação aos colaboradores mais fiéis, que exatamente pela posição a que foram elevados podem nutrir ambições criminosas. Os efeitos de semelhante modo de governar são explosivos. Ao final do primeiro plano quinquenal, o nível de vida dos russos piorou 30% e se os camponeses— que representam 80% da toda a população — estão vivendo uma tragédia de dimensões bíblicas também os habitantes da cidade estão sujeitos a pesadíssimas privações: escassez de víveres, falta de moradias, insustentável pressão nos horários e ritmos de trabalho.

Paga um preço excessivamente alto o próprio Partido Comunista, que somente no ano de 1930 vê expulsos de suas fileiras 130 mil inscritos, sob a acusação de não terem conduzido com energia suficiente a repressão no campo. Em setembro deste mesmo ano, a polícia política descobre no ramo da indústria alimentar uma gangue de sabotadores, condenando 46 deles à pena máxima, sob a acusação de terem boicotado o plano quinquenal por estarem a soldo das sociedades do Ocidente, que assim se tornam as únicas responsáveis pela penúria de vida de que sofre o mercado russo. Estaria também a soldo de famosas personalidades estrangeiras, entre as quais até mesmo o próprio presidente da República francesa, Poincaré, um grupo de técnicos das indústrias estatais, cuja condenação à morte foi comutada em pesadas penas de detenção somente em consideração a sua especialização, que no futuro poderia vir a mostrar-se útil para a construção do socialismo, como efetivamente acontecerá com alguns deles. Esses odientos sabotadores estariam coligados, como se depreende de uma confissão sua (não exatamente espontânea), a uma organização contrarrevolucionária que apoia os *kulaki* e os renegados da "facção de direita", alguns dos quais, ex-mencheviques, estão infiltrados inclusive nos escritórios organizadores do plano quinquenal.

Trata-se, em conjunto, de uma guinada radical em relação à orientação cautelosa e equilibrada que até 1928 havia caracterizado a estratégia de Stalin na chefia do partido e no exercício do poder, e é impossível dizer se este enrijecimento tenha sido sugerido por considerações ideológicas ou provocado, pelo menos em parte, pelas alterações familiares que começaram a aflorar justamente nesse momento, até desembocar, quatro anos depois, no misterioso suicídio da mulher. A distância entre os cônjuges se amplia, provavelmente, com a decisão de Nádía de inscrever-se na universidade, uma escolha que nela nasce claramente do desejo de conquistar para si um espaço de autonomia em relação ao marido, e, em suma, também aos filhos, aos quais o crescente poder do secretário assegura uma educação de forma alguma proletária, uma vez que dispõem de uma governanta em casa, de uma "babá" e de um preceptor. Muitos anos mais tarde, a filha Svetlana descreverá a mãe como severa ou, melhor, até

mesmo implacável, ao passo que se lembrará de que o pai muitas vezes a teve nos braços, chamando-a de "meu passarinho" ou "minha cadelinha" e mil outros diminutivos carinhosos — uma terna interpretação do papel paterno que se empenha em atribuir a Iosif Visarionovic.

Antes de agravar-se o esgotamento nervoso de Nadezda, é o filho do primeiro casamento, Jasa, quem alarma e irrita o georgiano tentando o suicídio por amor a uma moça de Leningrado que o pai não lhe permite esposar: o jovem o fará por conta própria, mas finalmente reconciliar-se-á com o pai. As relações de Stalin com a mulher continuarão por ora discretas, mesmo que se multiplicando as manifestações de independência da jovem mulher, que frequenta personagens caídos em desgraça, como Bukarin, ou amigos de sua idade, como o responsável pelo partido na faculdade, um tal de Nikita Kruschev, que é apresentado exatamente por ela ao secretário-geral.

No verão de 1930, Nádia tem uma crise de depressão e vai consultar um conhecido neurologista em Berlim, onde reside Pavel, seu irmão, para voltar a encontrar-se com Iosif, em Soci, e constatar, com ele, que a relação não funciona mais. Com o tempo, a perturbação e a angústia de Nádia aumentam, até seu dramático epílogo. A 8 de novembro de 1932, por ocasião do décimo quinto aniversário da Revolução, os Vorosilov oferecem uma recepção aos expoentes mais ilustres da *nomenklatura* soviética, entre os quais, evidentemente, estão Stalin e Nádia, que na ceia se sentam um em frente ao outro. Em certo momento estoura o incidente em circunstâncias a respeito das quais existem muitas versões: não se sabe se por um acesso de ciúme da mulher, irritada com a conversa excessivamente calorosa do marido com a senhora a seu lado ou por um brusco conselho de Iosif a que beba alguma coisa, Nádia lança uma frase de desprezo ao secretário-geral que, como se estivessem a sós, a chama em voz alta de burra.

A humilhação faz soltar-se na mente da Allilueva a mola da loucura: ela se ergue da mesa, sai acompanhada da mulher de Molotov, faz com ela um febril passeio pelos jardins do Kremlin, depois volta para casa, mas, evidentemente, sem conseguir conciliar o sono, se é verdade que à noite telefona seguidamente para o marido, que se retirara furibundo para a casa de campo fora de Moscou e se recusa a responder-lhe. É o golpe de misericórdia.

Na manhã seguinte, a criada, ao forçar a porta fechada do quarto, a encontra, exangue, no leito, o travesseiro sobre a cabeça, na mão um pequeno revólver que, com um pretexto qualquer, havia pedido de presente a Pavel em Berlim.

Deixa duas cartas, uma aos filhos, outra para Stalin, e desta última se dirá apenas que é "terrível, dura, insuportável", embora seu conteúdo seja mantido como segredo de família, fazendo com que, em consequência, circulem em toda Moscou os boatos mais disparatados, inclusive, naturalmente, o de um violento

dissenso da mulher em relação à política do marido ou, em plano totalmente diferente, o de um amor incestuoso com Jasa, o enteado. Os boatos se multiplicam, até porque a imprensa soviética fala do falecimento ocorrido sem fornecer mais detalhes. No funeral, Iosif demonstrará grande nervosismo e confidenciará a Eugênia Aleksandrovna, sua cunhada, ter perdido "a vontade de viver", mesmo que, algum tempo depois, se lhe atribuam uma relação e até um filho com Rosa Kaganovic, aparentada com seu mais ignóbil companheiro; e, ao que parece certo, em seguida com Aleksandrovna, a mulher de Pavel Allilueva foi, pelo menos por uns dez anos, a amiga mais fiel e a amante de um Stalin cada vez mais solitário e endurecido pela solidão. Esta relação, não importa sua natureza, estava destinada a terminar muito mal, porque Zenia será levada à prisão em 1947.

De qualquer forma, o suicídio de Nádia exacerbou os piores lados do caráter de Iosif Visarionovic, a sua tendência à cólera e à suspeição, à ferocidade, ao desprezo profundo pelos outros. De agora em diante afundará exclusivamente no abismo da mais cruenta batalha pelo poder absoluto e, insaciável de honras, de louvores e de adulações, pretenderá impor-se até no campo cultural, empenhando-se em uma campanha pelo alinhamento da arte e da filosofia aos ensinamentos do marxismo-leninismo, sistematizado e corrigido por ele próprio. Desde 1924 havia realizado uma série de conferências, depois recolhidas em um volume, *Os Princípios do Leninismo*. Agora se dedica a uma nova e mais detalhada história do PCUS, exaltando a própria modéstia como discípulo de Lenin e denunciando os funestos desvios das frentes opostas, de Bukarin e Trotski. Recorre até mesmo a um édito do Comitê Central para lamentar os textos que difundem calúnias sobre a Rússia do passado, condenando-a em bloco, sem nem sequer valorizar as gloriosas lutas do movimento revolucionário, humilhando, assim, o "orgulho nacional" de um país que, segundo o secretário-geral, está atingindo e superando as grandes potências industriais do Ocidente capitalista.

Quando afirma que, uma vez construída a indústria e convertidos os camponeses ao socialismo, para ser o primeiro no mundo falta já muito pouco, ou seja, apenas "aprender a tecnologia" e "assenhorear-se da ciência", muitos russos se entregam ao entusiasmo, sem refletir sobre o involuntário humorismo do conceito, tanto mais porque, na expectativa de conseguir a primazia no planeta, a União Soviética se debate entre catástrofes e massacres. Em consequência da coletivização do campo entre 1932 e 1933 existe, na realidade, uma tremenda carestia em enormes regiões do país, sem que por isso o regime renuncie à arrecadação compulsória de cereais e à exportação do grão em troca da valiosa moeda estrangeira, lançando no desespero e na fome outros milhões de camponeses, que se veem ainda por cima culpabilizados pelo desastre, como autores de furtos, abusos e irregularidades de todo gênero. Contra estes fantasmáticos inimigos do povo elabora-se também um decreto que pune a

apropriação de bens do Estado e dos *kolkhoz* com a reclusão ou trabalhos forçados por pelo menos dez anos e, nos casos mais graves, com a pena de morte. Sanções igualmente desproporcionadas são aplicadas a quem recusa deliberadamente entregar o grão aos depósitos nacionais.

Muitos dos objetivos econômicos fixados pelo plano quinquenal não são alcançados, mas Stalin conseguiu encaminhar à realização de um modelo sociopolítico no qual se identificará nos decênios seguintes o chamado "socialismo real". No campo estava previsto que todos os camponeses trabalhassem nas fazendas coletivas no ano de 1937, dispondo para consumo pessoal de apenas uma vaca e de uma pequena parte da colheita, com permissão não-oficial de revender no mercado aquilo que sobrar. Nas fábricas, liquidada a utopia igualitária que o secretário-geral considera como um resíduo radical, se estabelece o princípio da retribuição calculada pelos títulos e pelo rendimento, enquanto alguns técnicos e o gerente garantem para si salários bastante elevados, uma autoridade absoluta sobre os operários e inúmeros privilégios. A prioridade dada à indústria pesada torna-se um dogma absoluto.

Quanto aos intelectuais, aos jornalistas e aos artistas, a repressão da liberdade de pensamento e de expressão é total, salvo na possibilidade de o ditador ter a benevolência, em raríssimos casos e sem outro critério a não ser o seu capricho pessoal, de aceitar alguma exceção.

Um pretexto para o terrorismo

A partir de 1934, a ferocidade de Stalin se transforma em um terrorismo sistemático. Arquivada a arrasadora experiência do primeiro plano quinquenal, a União Soviética poderia ainda respirar fundo: as relações entre os grupos sociais estão agora definidas, como queria Stalin, e na elaboração do segundo plano quinquenal ele parece disposto a qualquer concessão em termos de bem-estar individual a ponto de proclamar, com a habitual inclinação a uma espécie de humor negro, que "a vida agora está melhor, a vida tornou-se mais serena. E quando há alegria de viver se trabalha melhor". Enquanto o mundo capitalista é fustigado pela grande depressão iniciada em 1929 em Wall Street e estendida a seguir ao outro lado do oceano, a propaganda soviética garante aos trabalhadores pleno emprego, uma existência rica de conquistas e de vitórias, um futuro grandioso. Também no plano da política externa a URSS começa a movimentar-se como uma grande potência, renunciando definitivamente aos projetos de

revolução mundial e confrontando-se com extrema cautela com as duas ameaças que se vão esboçando em suas fronteiras, o Japão, a Leste, e a Alemanha nazista, a Oeste. Renovam-se, assim, as ligações com os nacionalistas chineses, estabelecem-se acordos e tratados com as Repúblicas bálticas e a Polônia, ergue-se o estandarte do pacifismo (que continuará sendo o slogan publicitário de todos os partidos comunistas do mundo, principalmente no período da guerra fria).

Ao encontrar em Maksim Litvinov um colaborador ideal por sua habilidade diplomática e talento flexível, Stalin procura "amigos no exterior" e não hesita em escolhê-los não só entre os países imperialistas, como a Grã-Bretanha e a França, mas até entre aqueles partidos socialistas e socialdemocratas da Europa que há alguns anos rotulava abertamente de "socialfascistas". Obtendo o reconhecimento oficial do governo de Washington, o Kremlin dá em 1934 um passo decisivo, aceitando entrar como membro da Sociedade das Nações, que até então havia considerado como "a liga dos ladrões imperialistas". Os dirigentes russos concordam com o secretário-geral, que considera preocupante a situação internacional, e exatamente por isso hesitam em realizar o projeto, que muitos deles acariciam, de transferir Iosif Visarionovic para um cargo menos cansativo e mais honorífico, por estarem conscientes do mandato fiduciário que, apesar de tudo, o povo russo conferiu a seu tirano.

Para este, porém, a preocupação se transforma gradativamente em um pesadelo: o pesadelo da aproximação capitalista, do isolamento da URSS e, dentro dela, de uma conspiração dos antigos quadros do partido e a seguir dos generais visando livrar-se dele. Não o dissuadem dessas angustiantes suspeitas os "louvores desmedidos" que lhe são tributados durante o XVII congresso do partido, convocado para janeiro do ano fatal de 1934; ao contrário, aquela onda de conformismo faz crescer sua mórbida desconfiança, ainda mais pelo fato de ser informado de que alguns companheiros influentes, entre os quais o velho amigo Ordzonikidze, vêm tentando envolver Kirov em uma intriga para afastá-lo da secretaria. O jovem e já popularíssimo Kirov, que substituíra Zinoviev na chefia do partido em Leningrado, liquidando todos os seus seguidores, não se deixa enganar com o convite dos veteranos e se destaca, ao contrário, no congresso com um sóbrio, mas muito eficaz elogio da relação com o georgiano. Mas é preciso mais que isso para dissipar as suspeitas de Stalin.

O episódio que desencadeia seu furor e que lhe serve como pretexto para realizar o segundo tempo de sua irresistível ascensão é exatamente o assassinato de Sergei Mironovic Kirov, o ai-jesus do partido: "um romance policial"- Depois do congresso, o secretário-geral o convida a transferir-se para Moscou, fazendo-o entrever a possibilidade de ser seu sucessor, mas concedendo-lhe algum tempo para recuperar-se de um leve aache e arrumar suas coisas em Leningrado, cidade que, aliás, ele está deixando de má vontade. No verão, hospeda-o durante

as férias, juntamente com Zdanov, em Soci, mandando-o a seguir para o Cazaquistão com uma breve missão, finda a qual o jovem dirigente volta com toda a tranquilidade para a base.

Na tarde do dia primeiro de dezembro, porém, acontece o drama: Kirov está entrando em seu escritório na sede do partido, no Palácio Smolni, quando é fulminado com um tiro de pistola por um tal de Leonid Nikolaev, ex-funcionário que reentrara há pouco no partido de Leningrado, depois de ter sido dele expulso por ser um tanto desequilibrado e que, estranhamente, se infiltrara no edifício sem ser detido por ninguém. O assassinato do jovem e popularíssimo dirigente causa enorme impressão e provoca em Stalin uma reação violentíssima. Antes mesmo de se precipitar com os seus mais fiéis colaboradores para Leningrado, onde agarrará do próprio punho o funcionário da polícia que vai recebê-lo na estação, firma um decreto do comitê de saúde pública no qual autoriza a NKVD a fuzilar imediatamente todos os condenados à morte por atividades contrarrevolucionárias, anula as práticas em curso para concessão de graça ou revisão de processos e acelera ao máximo os inquéritos sobre episódios reais ou presumidos de terrorismo. Com uma violação sem precedentes das mais elementares garantias jurídicas, o decreto dispõe que os motivos da acusação sejam comunicados aos imputados somente na véspera do debate, tolhendo-lhes naquela sede a utilização de documentos de defesa.

Precedido por Genrih Grigorevic Jagoda, que empunha melodramaticamente a pistola, urrando, como em um filme de gangsteres americanos, "De costas contra a parede e mãos para o alto!", o ditador chega com sua comitiva à sala em que está sendo interrogado o autor do atentado e ouve que este deve ter matado Kirov apenas para vingar-se não se sabe bem de que ultraje. Stalin não acredita realmente nele: em parte porque está inclinado a ver em toda parte complôs e tramas; mas principalmente porque decidira escolher a ocasião para livrar-se definitivamente dos opositores mais temíveis. De fato, logo no dia seguinte, o dia 27, Vishinski afirma que Nikolaev faz parte de um grupo terrorista, como sempre ligado a Zinoviev e como sempre financiado por Trotski. Três dias depois, chega a notícia de que todos os supostos terroristas, processados a portas fechadas, acabaram diante do pelotão de execução: mais um mês e Zinoviev e Kamenev se vêm acusados de cumplicidade moral no caso do atentado do jovem *boss* de Leningrado e são condenados respectivamente a dez e cinco anos de reclusão. Em sua época, Krushev dará a entender vagamente que por trás do atentado a Kirov estava o próprio Stalin, que se servira de Jagoda para armar a mão de Nikolaev. De qualquer forma, o atentado a Kirov servirá ao secretário-geral também como pretexto para três grandes processos, com os quais, entre 1936 e 1938, irá se desembaraçar de boa parte dos veteranos sobreviventes da Revolução de Outubro.

O progressivo aproveitamento do episódio de Leningrado encontrou uma

explicação mais articulada, ou menos ocasional, e em outros e melhores termos, na hipótese de que Stalin se tivesse dado conta de que entre os membros do Comitê Central e do Politburo vinha surgindo uma desconfiança crescente em seus confrontos. Desde 1932 ele havia contestado a existência de um bloco moderado na cúpula do partido (do qual Kirov teria sido membro), que havia punido de modo relativamente brando o "direitista" Riutin, acusado de ter feito circular entre os componentes do bureau político um documento de cerca de duzentas páginas centrado basicamente na proposta de afastar o georgiano da secretaria-geral. Mas a confirmação de seus temores tinha-lhe chegado um ano depois, em 1933, quando não havia conseguido condenar à pena capital Vladimir Smirnov e outros velhos bolcheviques, embora eles tivessem ido buscar até o testamento de Lenin para fundamentar a remoção de Dzugasvili, cujo nervosismo é confirmado por um dado surpreendente: o de que, por sua ordem, nos dois anos anteriores mais de um milhão de comunistas tinham sido expulsos do partido.

E como o próprio andamento do XVII congresso, realizado em janeiro de 1934, confirmaria, apesar das declarações de lealdade, a tendência de inúmeros companheiros, inclusive Kirov, a uma recuperação do debate interno e das normas leninistas há muito deixadas de lado, Stalin poderia ter esboçado o projeto de criar no país um clima político de tal forma agitado que viesse a obrigar o Comitê Central e o Politburo a aceitarem a implantação de uma máquina terrorística, apoiada em duas pilstras: a GPU de Jagoda e de seus sucessores e a Procuradoria-Geral da URSS, cuja eficiência é garantida por Andrei Vishinski. Na prática, pelo famoso relatório secreto de Kruchev ficar-se-á sabendo que, no decurso de três anos, consuma-se uma verdadeira chacina dos delegados presentes naquele congresso — definido incautamente como o congresso "dos vencedores" exatamente porque em sua grande maioria eram veteranos do partido, da Revolução e da guerra civil. Dos 139 eleitos no Comitê central, 98 foram presos e fuzilados; dos 1.966 delegados, 1.108 foram detidos, levados à prisão ou deportados: todos por supostos delitos contra o poder soviético.

Aos companheiros que acompanhavam estupefatos as revelações contidas no relatório, publicado em 4 de junho de 1956 no *New York Times*, Kruchev descrevera Stalin de maneira pitoresca: "Era um homem muito diferente, morbidamente desconfiado", havia contado, sob um silêncio tumular, "o que viemos a conhecer trabalhando a seu lado. Era capaz de olhar fixo para alguém e perguntar: 'Por que seu olhar está hoje fugidio?' Ou então: 'Por que hoje baixa os olhos e evita olhar-me de frente?'" E Nikita Sergeievic acrescenta que o georgiano via por toda parte espíões, inimigos, traidores. Em 1939, quando a avalanche das prisões em massa começou a diminuir e no partido começaram a aflorar os primeiros e tímidos protestos contra os métodos da poderosíssima polícia política, o secretário-geral forneceu sua explicação: no momento em que

os serviços de contraespionagem dos países capitalistas usam "de formas as mais escandalosas" métodos de pressão física sobre os representantes do proletariado, não via por que os dos soviéticos deveriam mostrar-se mais humanos em comparação com os "frenéticos" agentes da burguesia. "Nosso método", concluiu angelicamente o ditador, "é ao mesmo tempo justificável e adequado."

É impossível estabelecer com exatidão o número de vítimas exterminadas por esse sistema "justificável e adequado", entre prisioneiros deportados e fuzilados que Stalin e seus colaboradores sacrificaram entre 1936 e 1950, o período mais intenso da repressão. Além das condenações a pena capital, calcula-se que o número dos "inimigos do povo" mantidos anualmente nos campos de trabalho oscilasse, em média, de um mínimo de seis a um máximo de 17 milhões, com um índice médio de mortalidade entre 10 e 20%.

Se forem incluídas neste cálculo também as vítimas do período entre 1930 e 1936, chega-se a um total aproximativo de 20 milhões de indivíduos que pereceram nas prisões ou nos *gulags*, de fome, doença ou violência por parte do Estado, muitas vezes complementada com o sadismo e a corrupção dos guardas carcerários em comum acordo com os detentos comuns. No devastador ciclone dos "expurgos" stalinistas foram igualmente envolvidos dirigentes e militantes do PCUS e dos partidos "irmãos", seus parentes e amigos, os ex-combatentes da guerra da Espanha e os ex-prisioneiros nos campos de concentração alemães da Segunda Guerra Mundial, os militantes envolvidos no processo Tuchacevski, de 1937, e os intelectuais perseguidos antes e depois da invasão hitlerista.

No "relatório secreto" Kruschev havia afirmado que a cruel repressão que marcou os anos do "grande terror" tinha sido justificada apenas pelas confissões extorquidas sistematicamente dos supostos culpados por meio de coações físicas, "torturas bárbaras" e tornadas ainda mais intoleráveis por ameaças à liberdade a até à integridade física dos próprios familiares, incluindo nisto, por decreto explícito do Comitê Central, a punição às crianças acima de doze anos. Desta maneira o regime despótico se torna criminoso, e o tirano, um monstro.

A documentação a respeito é ampla e atroz, um repertório de perversões e de loucura que, em termos de sutileza, se iguala à infâmia nazista. Os carcereiros não seguem um modelo único: as técnicas aprovadas se alternam com a improvisação, a cela das grandes cidades russas não é mais terrível que os subterrâneos dos pequenos centros das mais recônditas Repúblicas da União. São usados todos os meios disponíveis: saquinhos de areia, tenazes, agulhas e até mesmo cadeiras quebradas, tudo servindo para espancar o detento no estômago, quebrar-lhe as pernas ou a espinha dorsal, fazê-lo urinar sangue, fazê-lo arrepender-se de ter nascido. Os testemunhos dos sobreviventes, os *samizdat*, os relatos filtrados no breve período de degelo falam de três tipos peculiares de tortura: a *stroika*, a *isca* e a *cilha*.

Astroika é um suplício que o policial pratica simplesmente mantendo durante horas sua vítima ereta de encontro a uma parede, sempre na ponta dos pés, até o seu colapso. *A isca* consiste em atar as mãos e os pés do infeliz atrás das costas, e suspendê-lo depois no ar, de cabeça para baixo, com epílogo idêntico se ele não confessa. *A cilha* é mais refinada, é um meio de convencimento que se realiza alternando a cada dia os policiais que se comprazem nesta tarefa, de prolongar por horas e horas o interrogatório do acusado, que se vê privado de alimento e do sono até que se decida a falar. No caso de se tratar de políticos dissidentes ou de intelectuais teimosos, forçam-se os tons, conduzindo o interrogatório durante a noite, com uma fileira de luzes cegantes e uma alucinante repetição das mesmas perguntas, realizadas por vezes com intervalos, mas ao longo de semanas, ou até meses, obrigando o presumível réu a dormir poucas horas por noite em celas excessivamente quentes ou geladas, cora alimento escasso, mas saboroso, que se torna depois uma pequena tortura, uma posterior provocação à fantasia. Normalmente, ao término de semelhante tratamento, o autômato a que se reduziu o infeliz acaba se convencendo de que é realmente culpado.

À parte as razões preliminares das pancadas, que não são negadas a ninguém e que em geral se confiam a executores particularmente robustos, em muitos apenas a ameaça de torturas como as descritas é suficiente para extorquir confissões ou impedir retratações que poderiam resultar incômodas na eventualidade, que não é em absoluto frequente, de processos públicos. O mesmo objetivo se busca obter ameaçando explicitamente represálias contra os parentes ou dando a entender à vítima que "a maneira realmente segura de fazer com que seja morta" consiste em recusar-se a reconhecer a própria culpa. Pouquíssimos são os que conseguem resistir.

Seja como for, mesmo que se prescindam das torturas e das ameaças, de pressões materiais e psicológicas, da própria esperança de uma atenuação ou de um cancelamento da pena em troca da admissão da própria culpa — elementos que são determinantes na capitulação de grande parte dos imputados —, é preciso levar em conta o fato de que a rendição não representa um ato isolado ou excepcional na vivência política dos militantes, mas antes "o pico de toda uma série de submissões" ao partido, manifestadas fora da realidade e até do próprio e íntimo convencimento, por uma espécie de sublimação do espírito gregário que só pode encontrar um termo de comparação nos votos de obediência exigidos pelas mais rígidas autoridades monacais, mesmo que, tal como se dá nessas ordens, a devoção ou, no caso, a "mística do partido" jamais tenha excluído, na Rússia e em outros lugares, rivalidades ferozes, obscuras intrigas e perfídias sem fim.

Stalin contava com um quadro psicológico semelhante e se fundamentava igualmente em sua convicção, difundida até mesmo entre seus opositores declarados, de que, principalmente nos períodos mais dramáticos, ele era

insubstituível. É muito significativa neste sentido uma frase de Bukarin: "Não é nele que confiamos, mas no homem em quem o partido depositou sua confiança. Ele se tornou uma espécie de símbolo do partido." Para propiciar-lhe o triunfo, aliás, muitas das vítimas de Stalin haviam, no passado, posto em prática os mesmos métodos com os quais o georgiano viria a liquidá-las, inclusive a avalanche de acusações infamantes ou de ferinas injúrias despejadas habilmente contra os adversários internos e os militantes dos outros partidos de esquerda.

Os "grandes expurgos"

Enquanto desencadeia o terror, Iosif Visarionovic acompanha com frio realismo a alarmante evolução da situação internacional. São anos de fogo: a Alemanha nazista se arma novamente, a Itália fascista realiza a empresa da Etiópia com frágil oposição da Sociedade das Nações, o General Franco ataca à mão armada a República democrática da Espanha, despudoradamente apoiado pelos dois ditadores de Roma e de Berlim, enquanto franceses e ingleses se escondem atrás da folha de figueira da não-intervenção. Stalin não dorme: no campo diplomático, sela tratados de amizade com a França e a Tchecoslováquia; no campo político, ordena aos dirigentes do Komintern, a Internacional Comunista, que deem um giro de 360 graus em relação aos partidos socialistas e socialdemocratas, reavaliados de repente como componentes essenciais daquelas "frentes populares" que deverão se opor, em todo o Ocidente, e acima de tudo nos campos de batalha espanhóis, contra a alastrante deriva da extrema-direita.

O alarme com a situação internacional contribui, porém, para aumentar o enrijecimento do secretário-geral na frente interna. Em 1935, enquanto esboça o projeto de uma Constituição ultrademocrática que parece uma caricatura, de tal forma contrasta com a realidade política da URSS, enrijece a legislação contra os "inimigos do povo" e, com a costumeira presteza paranoica, aproveita a ocasião para um novo "romance policial" a fim de desencadear uma segunda e mortal onda de repressão. O caso que abre as cataratas do grande terror nasce de uma descoberta que a polícia afirma ter feito exatamente nos escritórios do Kremlin, de um complô para matar Stalin, e que tem como romanessa protagonista uma ex-condessa e como seu suspeito cúmplice — ou, quem sabe, inspirador? — o chefe da guarda do palácio.

Realiza-se, assim, a portas fechadas, um processo neroniano, que se conclui com duas condenações à morte e uma revelação com a qual o tirano simula ficar perturbado: a de que o chefe da guarda foi íntimo colaborador de Trotski na época da guerra civil. É a pedra de toque que faz desabar a avalanche. Antes de

tudo é preciso punir o dirigente que realizou em sua época a traição: é Avel Enukidze, um velho companheiro de armas georgiano e amigo de família de Dzugasvili, mas que Stalin detesta porque tem o vício de atribuir a si o mérito da gesta revolucionária por ambos realizada na juventude. Ele é expulso do partido e enviado para uma longíssima localidade transcaucasiana.

De tais circunstâncias emergem também duas lúgubres personagens: Nicolai Ezov, o grande inquisidor, que logo irá substituir Jagoda na direção da ex-GPU, agora NKVD, e Laurenti Beria, que já de saída se distingue pelo servilismo e o rancor com que devora o contraterrâneo Enukidze.

O mecanismo dos "expurgos" funciona, entre 1935 e 1939, como um jogo de caixas chinês, no sentido de que pouco a pouco os expoentes da antiga "facção de esquerda" e os da "facção de direita", os dirigentes da NKVD e os chefes do Exército russo vão sendo encaixados em determinadas situações com base em depoimentos manipulados ou em testemunhos extraídos pelos inquisidores. Em meados de 1935, são presos em Nizni Novgorod alguns estudantes dos Komsomol, acusados de projetar atentados *a la* Nikolaev contra expoentes da *nomenklatura*. Graças a um agente provocador, a polícia descobre, naturalmente, que foi Trotski que inspirou a maquinação, e é este o pretexto que Stalin usa de imediato para comprometer definitivamente Zinoviev e Kamenev: ver-se-ão obrigados a confessar que as acusações a Lev Davidovic correspondem à verdade, que eles também participaram do complô e, não só isto, que foram eles que armaram a mão do assassino de Kirov.

Quando, a 19 de agosto de 1936, abre-se o julgamento, decididamente trabalhados por Ezov, os dois desafortunados declaram que renunciavam a defender-se e admitem suas imaginárias culpas, contando, entre outras coisas, como registra o copião do inquisidor, que forjaram quatro anos antes um fantasmático "centro paralelo", coligado, obviamente, com Trotski, que do exílio deve ter comandado um atentado contra o próprio secretário-geral. Com esses depoimentos, os dois expoentes da "facção de esquerda" são liquidados, inclusive moralmente, frente à opinião pública e aos militantes do partido. Mas há ainda mais: um tal de Reigold, personagem menor do processo, manipulado, por sua vez, pelas marionetes da polícia política, surge com um testemunho clamoroso, afirmando, à meia voz, que o Centro de Zinoviev teria tido contato inclusive com companheiros da "facção de direita". É ainda o jogo de caixas chinês. Nas sessões que se seguem, Kamenev, com certa moderação, e Zinoviev, mais grosseiramente, engolem também essa despidorada mentira, permitindo que Vishinski acrescente à sua arenga final duas recomendações: o fuzilamento dos dois líderes e dos outros "cães enlouquecidos" da "facção pseudotrotskista" e a abertura de um inquérito penal sobre Bukarin, Rikov e Tomski.

Crepita ainda a fuzilaria que manda para o inferno os dois supostos cúmplices

do ex-comissário de Guerra, quando Tomski, o operário guindado à cúpula dos sindicatos soviéticos, dividido entre um ódio antigo e correspondido nos confrontos com Stalin e uma plena consciência dos próprios objetivos, se suicida para subtrair-se a um julgamento que sabe manipulado. Bukarin e Rikov, no entanto, conseguem livrar-se. Ainda controlado em parte por uma maioria moderada, o Politburo comunica, em primeiro de setembro, que o inquérito conduzido por Vishinski é insustentável por total falta de provas: um xeque-mate, que desperta o maior furor no secretário-geral e o leva a encontrar um bode expiatório no fiel Jagoda, ao qual, com transparente alusão ao caso Riutin, acusa de estar com quatro anos de atraso. Ele será substituído por Ezov, uma alma negra do círculo stalinista, igual ou pior que o referido Vishinski.

Com a mudança de guarda na cúpula da polícia política, o terrorismo de Estado sofre uma espantosa aceleração. Praticamente em todas as casas soviéticas se desencava um inimigo do povo, um renegado, um degenerado um traidor do socialismo, com uma violência de linguagem que é inversamente proporcional à fundamentação das acusações e que acentua o pavor geral.

Difunde-se como uma peste o contágio da delação: "Uma sociedade presa do delírio recorre à denúncia por fê política, por inveja ou por interesse", tanto que, segundo os cálculos de fonte insuspeita, mais da metade dos prisioneiros e dos fuzilados são vítimas da delação.

A obra-prima de Ezov, a armação das tramas, se deve a uma fala do secretário-geral a respeito da necessidade de criar-se uma maneira de fazer crescer na URSS o temor de uma agressão dos países fascistas, atribuindo aos governos da Alemanha nazista e do Japão a inspiração de uma série de sabotagens nas fábricas e nas instituições econômicas visando a uma guerra que deve encontrar despreparada a pátria do socialismo. Um forte sinal neste sentido já estava contido nas confissões de Zinoviev e Kamenev: cabe a Ezov desenvolver este ponto, partindo sempre do subentendido de que, tecendo os fios da torpe intriga, está Trotski, a quem se atribui a convicção de que somente uma derrota militar poderia reduzir a cinzas o poder do georgiano.

Além de dirigentes marginais, Ezov aponta para dois dos últimos protagonistas da revolução: Grigori Piatakov, no momento colaborador de Ordzonikidze no comissariado da Indústria, e em sua época candidato da esquerda e dos social-revolucionários à substituição de Lenin, e também Karl Radek, brilhante editorialista de política internacional. Como de costume, atribuindo-lhes a responsabilidade por todo tipo de desastres registrados na produção industrial e na economia, e perpetrados a soldo dos odientos inimigos da URSS, livra-se assim também de incômodas acusações de ineficiência. A imputação se mostra ainda mais eficaz pelo fato de os dois acusados terem feito muitas viagens ao Ocidente e assim entabulado sabe-se lá quantos contatos espúrios com agentes de Berlim e

de Tóquio.

No momento em que Stalin lança a nova Constituição-modelo e acorre em auxílio da República espanhola, um caso igualmente vergonhoso de traição aparece, criado propositalmente para unir o povo soviético em torno do Partido Comunista e de seu chefe. Apenas Ordzonikidze, o antigo camarada de juventude e de luta do secretário-geral, ora levado a Posições mais moderadas, se deu conta, como superior de Piatakov no comissariado da Indústria, de que as acusações contra seu colaborador também o deixam em uma situação sem saída. Fala a este respeito com Stalin e dele obtém a mesma promessa feita a Zinoviev e a Kamenev: se os dois acusados confessarem suas culpas como criadores do "centro paralelo" terão sua vida salva. Em consequência, a partir deste momento, tanto Piatakov quanto Radek começam a admitir tudo aquilo que Ezov pretende, tal como o farão no processo público, fantasiando um encontro do primeiro em Oslo com Trotski e uma carta que o segundo teria recebido do próprio Lev Davidovic, sempre no âmbito do programa de sabotagem em série organizado segundo os interesses de Hitler e do micado.

Acrescentam-se a isto, como o exige o jogo de caixas chinês, duas referências fatais: a Bukarin e a Rikov, como chefes da organização antipartido; e a um general do Exército Vermelho, um tal de Putna, como interlocutor, ou mesmo provocador, dos dois sabotadores em um colóquio comprometedor.

Piatakov e outros acusados são condenados à morte, apesar da promessa do secretário-geral; desta se livram, com apenas dez anos, Radek e Sokolnikov, em troca de abjetos testemunhos, embora venham ambos a morrer mais tarde de privações e maus-tratos em um *gulag*. O fuzilamento de seu colaborador e, sobretudo, a traição de Stalin transtornam de tal maneira Ordonikidze que, na tarde de 17 de fevereiro de 1937, depois de uma série de encontros com o ditador, também ele se mata com um tiro de revólver. Com seu suicídio rompe-se o último elo do passado de Stalin: a partir de agora não lhe restam mais que os téticos robôs da sua burocracia, até mesmo porque o processo do "centro paralelo" não é mais que o prólogo de expurgos definitivos, que levarão ao aniquilamento da "facção de esquerda" e do Estado-Maior.

A vez de Bukarin e de seus amigos, últimos bastiões da velha guarda, chegará em breve. Poucos dias depois do suicídio de Ordonikidze, é convocado o Comitê Central escolhido no XVII congresso e devidamente preparado por uma série de reuniões secretas entre Stalin, Szdanov e Ezov, em um clima de tal forma ameaçador que Bukarin inicia, como protesto, uma greve de fome, sem se dar conta de que o secretário-geral aproveitará esse seu gesto, tão estranho à mentalidade bolchevique, para pô-lo contra a parede, acusando-o de conduta antipartido. Na reunião planejada caberá a Molotov e a outros mastins a tarefa de lançar-se sobre o ex-queridinho do partido, que se defende, também em nome de

Rikov, com unhas e dentes, mas não consegue evitar a constituição de uma comissão de inquérito e a votação, por grande maioria, em favor de sua prisão, do processo e até do fuzilamento dos acusados. O processo será aberto em 2 de março do ano seguinte.

O destino dos últimos bolcheviques não é, porém, o único argumento com que Stalin pretende atacar o Comitê Central. Seu objetivo principal vai muito além, uma vez que tem em vista uma gigantesca depuração do partido e das Forças Armadas. O desejo de controlar de maneira absoluta a sociedade soviética e também a ameaça de uma agressão nipogermânica provocam no secretário-geral mais uma crise obsessiva, levando-o a realizar uma espécie de hemotransfusão: uma sanguinolenta troca de quadros dirigentes, sem fazer distinções. Na perspectiva de uma guerra, que sente iminente, quer gente nova, mais jovem, que lhe seja devedora de poder e disposta a segui-lo sem discutir, a seu arbítrio. Assim, em um discurso feito a 3 de março, lança aos componentes do Comitê Central um desafio zombeteiro, um convite a escolherem dois substitutos para cada um no exterminado exército dos quadros para desmascarar e desintegrar os inimigos do povo que agem nos bastidores em nome do partido. Em suma, o anúncio da pena capital ou da morte civil para dois terços dos companheiros, que, no entanto, ainda aprovam documente a proposta, de tal forma estão hipnotizados pelo carisma do tirano e pela funérea disciplina do partido.

Aliás, é o próprio Bukarin quem, antes de ser trazido a Lubianka, canalizará todas as contradições de sua militância em um documento que faz enviar, para registro, à mulher e que depois destrói: a reivindicação da própria inocência e a incapacidade de analisar a degradação da Revolução, a denúncia das prepotências policiais de Stalin e a nostalgia diante da impiedosa violência do Outubro Vermelho. Ao pedir, no processo, a pena de morte para todos os acusados, Vishinski, o promotor público, o definirá como "um cruzamento diabólico de uma raposa com um porco". Bukarin, Ridov e Jagoda serão levados ao paredão entre 13 e 14 de março de 1938, quando já estará igualmente concluído outro dramático episódio dos "grandes expurgos": aquele de que foi involuntário e imprevisível protagonista o vice-comissário de Defesa, Michail Nikolaevic Tuchacesvski, marechal da União Soviética.

Não é fácil encontrar uma explicação para este segundo momento do "grande terror". Às vésperas de uma guerra mais do que provável com a Alemanha, e talvez com o Japão, Stalin manda fuzilar, sem processo, três dos cinco marechais da União Soviética, 16 dos 17 comandantes do Exército, 60 dos 66 generais do corpo do Exército, 133 dos 199 generais de divisão, 221 dos 397 generais de brigada, além de quase todos os almirantes da frota e até grande parte dos comissários políticos do partido e dos agentes da NKVD infiltrados entre os militares. Não se pode crer que suspeitasse realmente de sua culpa. As acusações

para instigá-lo são fabricadas por Ezov ou indiretamente sugeridas pela Gestapo que, tendo notícia das operações e visando a enfraquecer o Exército Vermelho, faz chegar ao Kremlin, por vias transversas, uma falsa correspondência a respeito de uma imaginária conspiração entre Tuchacevski e seus colegas alemães — documentos que, naturalmente, a corte marcial considera autênticos. Em suma, pode-se crer que, na iminência de uma agressão hitlerista que se anuncia como fatal, o secretário-geral tenha decidido eliminar um poderoso centro de poder, pelo qual poderia vir a ser chamado a responder quanto a suas derrotas iniciais.

Com os chefes supremos do Exército Vermelho são também liquidados quase todos os oficiais que haviam amadurecido em preciosas experiências na Espanha e na China durante a invasão japonesa.

A operação começa, com uma rapidez fulminante, em junho de 1937. No dia 15 é constituída a corte marcial para julgamento dos supostos traidores, formada pelos dois marechais sobreviventes, Budenni e Bliucher, e mais cinco generais de garantida obediência stalinista. A 12 de julho, coroando um processo secretíssimo, comunica-se oficialmente que todos os acusados foram fuzilados. Em seguida, Vorosilov revela aos leitores do *Pravda* que, antes da sentença, os miseráveis fizeram, evidentemente, uma confissão completa. O método é sempre o mesmo: o chefe da NKVD envia a Stalin uma lista dos indivíduos suspeitos, esclarecendo que a polícia está efetuando investigações ulteriores. O ditador restitui infalivelmente a listagem com esta sucinta anotação: "Deixem de lado as investigações. Prendam-nos." Não há setor algum da sociedade soviética que não tenha sido alvo da repressão: no triênio 1936-1939, o número de soviéticos aprisionados, deportados ou justicados chegaria a 4 ou 5 milhões de indivíduos, dos quais apenas 10% conseguiriam sobreviver.

O terror se exerce, particularmente neste período, também sobre comunistas estrangeiros: quase todos os alemães são liquidados ou, depois do acordo Molotov-Ribbentrop, em 1939, entregues aos nazistas; são ainda mais numerosos os poloneses depurados sob as acusações mais disparatadas, de trotskismo a espionagem para seu governo reacionário. Dos iugoslavos capturados quando em peregrinação a Moscou antes de estourar a guerra salvou-se apenas Tito, que consegue escapar em tempo para Belgrado; os italianos acabam no *gulag* sem que Togliatti mova um dedo para salvá-los, tal como durante o conflito com os infelizes prisioneiros da Armir* de Mussolini.

**Armira (Armata Italiana in Rússia) — Corpo expedicionário italiano enviado por Mussolini para apoiar a ofensiva alemã na Rússia, em uma expedição que se mostraria desastrosa. (N. T.)*

A propaganda do partido e o diabólico fascínio do secretário-geral criaram uma atmosfera de medo tal e, ao mesmo tempo, uma tão "alucinada exaltação" que não se registra um único episódio de rebelião coletiva e, ao contrário, manifesta-se um aspecto típico da psicologia popular nos regimes totalitários: o homem da rua e o próprio militante estão convencidos de que faz parte das atribuições dos chefes do PUCS, ou dos funcionários da polícia política, a responsabilidade pelas injustiças e pelos delitos cometidos sem o conhecimento de Stalin, o qual, por sua vez, faz o papel de bom pai para o povo como nenhum outro ator do mundo: Napoleão tomaria com ele lições, e em matéria do grande Talma ele não tem necessidade de mestres.

Oficialmente, o "tornado" do terrorismo de Estado se aplaca no início de 1938, mesmo que na prática se manifeste ainda furiosamente por muitos meses. Para encerrar este capítulo recorre-se, mais uma vez, a um expediente já aprovado brilhantemente: descarregam-se os erros, mal-entendidos e "excessos" nos dirigentes intermediários e nos quadros provincianos, carreiristas que exageraram nas expulsões do partido e nas deportações em massa, e que esquecem o princípio basilar do comunismo que, segundo o incomparável secretário-geral, seria "a atenção e a solicitude para com o indivíduo". Para confirmar este seu momentâneo acesso sentimental, em março de 1939, no decurso dos trabalhos do XVIII Congresso do PCUS, ele decide que os militares sobreviventes sejam liberados da prisão ou do *gulag*.

Entre estes, juntamente com Gorbatov e Tupolev — o engenheiro que idealizou o melhor aparelho soviético de combate — está o General Konstantin Rokossovski, futuro marechal, um comunista polonês que é recebido por Stalin no Kremlin: "Espancaram você?", pergunta o secretário-geral.

"Sim, companheiro Stalin."

"Entre nós", lamenta, imperturbável, o georgiano, "ainda há muita gente que está pronta a tudo para agradar a seus superiores."

"Tenho medo", ousa confessar Rokossovski, "de que 1937 venha a se repetir."

"O ano de 1937 não se repetirá."

No mesmo discurso, dirigido contra os "excessos" dos "carreiristas", Stalin vai a ponto de afirmar que a NKVD na realidade não abjurou do princípio elementar do comunismo, mesmo que, em dezembro do mesmo ano, ele tenha providências para livrar-se de Ezov, fazendo com que desapareça misteriosamente e seja substituído por seu compatriota Beria, personagem menos brutal, mas ainda mais bajulador e ambíguo, que será justificado somente depois da morte do ditador, por iniciativa de seus sucessores.

O senhor do Kremlin continua a enquadrar, a sua maneira, inimigos potenciais ou imaginários. Mas, ao mesmo tempo, volta a concentrar-se na situação internacional, que se torna novamente dramática, e, como sói acontecer quando se ocupa de política externa, o faz com grande espírito prático, sem qualquer concessão ao preconceito ideológico, e menos ainda, como muitas vezes sucede com Hitler e Mussolini, à vaidade pessoal. Sua obsessão é de que a URSS possa vir a ficar esmagada entre o Japão e a Alemanha. Para bloquear a ameaça do Oriente, se empenha em favorecer um entendimento, mesmo que provisório, entre nacionalistas e comunistas chineses; mas vai encontrar dificuldades bem maiores na outra vertente, na qual se trata de refrear o alastrante expansionismo do Führer, que, entre 1936 e 1939, recolhe uma messe de extraordinários sucessos: o apoio à vitoriosa revolta de Franco na Espanha, a imposição do *Anschluss** à Áustria e a divisão da Tchecoslováquia em dois protetorados alemães. E agora o rolo compressor está se encaminhando para a Polônia, perigosamente vizinha da fronteira soviética. Há, pois, razão para o alarme vermelho.

**Anschluss — Anexação da Áustria à Alemanha, desejada pelos pangermanistas e imposto por Hitler em 1938. (N. T.)*

O realismo não exclui o medo, as oscilações, os passos em falso.

Inicialmente, até a primavera de 1939, Stalin pensa em uma ação em comum com ingleses e franceses, apesar de suas concessões em Mônaco; depois começa a abrir caminho em sua mente a convicção de que, para ganhar tempo, talvez seja indispensável fazer um acordo, de qualquer forma, com Hitler, na esperança de que fascistas e capitalistas acabem se destruindo. Vai neste sentido a renúncia do comissário do Exterior, Maksim Litvinov, que funcionava com os ocidentais, mas aos olhos dos nazistas cometeu o imperdoável erro de ser judeu e deve, por isso, entregar seu posto ao fidelíssimo Viaceslav Molotov, que de judeu tem apenas a mulher. A mudança da guarda vai começar em 3 de maio. São necessários três meses de paciente preparação antes de se chegar, em 23 de agosto, a um encontro que deixará o mundo estupefato e indignará muitos comunistas estrangeiros: na cúpula do Kremlin, entre Molotov e seu homólogo alemão, o ex-vendedor de champanha Ribbentrop, portador de uma espécie de ultimato. Como o Führer está com muita pressa em vista do início da agressão à

Polônia, os dois ministros assinam a toque de caixa um tratado de não-agressão, que inclui um codicilo secreto no qual as partes contratantes se comprometem a dividir o território polaco, aliás ainda não invadido, e de trocar matérias-primas estratégicas e outros produtos úteis em caso de guerra. A cerimônia é honrada com a presença do secretário-geral, que brinda à saúde do Führer, sublinhando amavelmente a popularidade de que goza o chanceler na nação alemã.

No decurso de poucos dias, a guerra-relâmpago da Wehrmacht e da Luftwaffe aniquila a heroica resistência polonesa: é uma outra obsessão para Stalin, que, em setembro, se apressa a estabelecer com os novos amigos camisa-marrom um segundo acordo, que vem seguido de uma declaração que deixa estupefatos ingleses e franceses, porque lhes atribui uma responsabilidade gravíssima, caso continuem a guerra agora que o problema polonês já está "resolvido". Por este segundo pacto, soviéticos e hitleristas se comprometem a "sincronizar a ação" das respectivas polícias nos territórios ocupados e também a intercambiar detentos — uma cláusula que a NKVD interpretará no sentido de confiar aos cuidados da irmãzinha Gestapo comunistas alemães encarcerados pelos mais diversos motivos políticos nas prisões soviéticas, muitos dos quais judeus. Estipula-se ainda que a URSS fará evacuar os territórios de etnia polaca assim que forem ocupados, obtendo, porém, em troca, a cessão da Lituânia, uma troca honesta, graças à qual Moscou completará o tríptico báltico de modo a manter os alemães a distância naquela região de fronteira.

O reforço de uma aliança tão estreita com a Alemanha, no momento em que as tropas hitleristas estão se apoderando de quase toda a Europa, faz com que caiam em dramática crise muitos partidos comunistas estrangeiros, sobretudo o francês, ao qual o Kremlin manda que sabotem o já difícil esforço bélico de seu país. Mas isto é um detalhe marginal que não perturba Stalin, o qual, ao contrário — sempre visando a proteger as fronteiras de seu país —, lança um seco ultimato à Finlândia, intimando-a a aceitar a sorte a que foram entregues lituanos, estônios e letônios. Não é um gesto feliz. Entre dezembro de 1939 e março de 1940, o pequeno exército do Marechal Mannerheim opõe ao Exército Vermelho uma resistência tão memorável que suscita a admiração de todo o mundo civil, induzindo o próprio Kremlin a conceder-lhes uma paz digna, que retoca os limites da Finlândia com a URSS, mas salvaguarda a sua independência. As dificuldades encontradas na canhestra operação sugerem algumas modificações na cúpula do Exército, na qual o jovem Marechal Timochenko assume o lugar de Vorosilov e algumas reformas formais, entre as quais a ressurreição dos galões, dos rituais e dos privilégios do antigo exército dos Romanov; mas a restauração protocolar naturalmente não compensa de imediato, em termos de eficiência, os terríveis vazios abertos com o "expurgo".

A derrocada da França elimina as últimas ilusões do ditador soviético, que esperara até o último instante um prolongado e recíproco desgaste entre os

alemães e os aliados ocidentais. A assinatura de um tratado de não-agressão com os japoneses, em abril, representa um motivo provisório de alívio, mas o pânico novamente se apodera de Stalin, que a 6 de maio decide assumir as funções de presidente do conselho, cargo que a partir de 1922 não havia mais solicitado. Agora o aceita porque, evidentemente, sente avizinhar-se o furacão, tanto que, nos contatos com os alemães, alterna cada vez mais exorbitantes pretensões territoriais com humilhantes protestos de amizade, chegando até a fingir ignorar ou subestimar o impulso cada vez mais agressivo da Wehrmacht em direção às fronteiras da URSS. Embora os serviços secretos, os espões e os desertores das patrulhas alemãs o informem minuciosamente a respeito de planos de um ataque iminente, o homem mais desconfiado da Terra minimiza, desmente e *in extremis* transmite aos comandantes soviéticos instruções as mais absurdas, como a de esperarem uma ordem explícita antes de revidar eventuais "provocações" dos hitleristas.

Parece quase antecipar o que faria Badoglio em 8 de setembro de 1943. Mas Hitler não provoca, Hitler ataca: havia decidido, há um ano, que atacaria a União Soviética e está fazendo isto. Às 3h45min do dia 22 de junho de 1941, desencadeia a chamada "Operação Barbarroiva": um quarto de hora depois, enquanto dorme em sua *dacha* em Kuntsovo, o Presidente Stalin é avisado de que começou a segunda invasão da santa Rússia depois da de Napoleão Bonaparte.

Para ele, pessoalmente, repete-se a singular mutação que Hitler e Mussolini já haviam sofrido: o ditador político se torna (ou se ilude pensando tornar-se) um estrategista militar, um *condottiero*. No famoso "relatório secreto", Kruchev é particularmente sarcástico a propósito do "gênio militar" de seu predecessor, afirmando que ele havia influído de modo desastroso na condução das operações bélicas devido a sua histeria, presunção e incompetência, embora posteriormente a propaganda do regime viesse a exaltar seu papel com grotesca ênfase. Na sala espalha-se uma onda de irrefreável hilaridade quando Nikita Sergei [Kruchev] revela que o companheiro Stalin, exatamente como o ditador da obra-prima de Charlie Chaplin, preparava seus planos de guerra no mapa-múndi. Ao aludir depois ao torpedeamento de Zukov, "o verdadeiro vencedor da guerra nacional", o orador relembra que, depois do grande empreendimento realizado pelo Exército Vermelho a custos tão altos, o *vodz* não havia hesitado em degradar muitos comandantes que haviam contribuído de maneira decisiva para tal, porque ele não suportava que fossem reconhecidos os méritos de outros que não ele próprio, com suas dragonas douradas e seu uniforme de marechal da União Soviética.

Na verdade, durante os quatro e terríveis anos do conflito com os alemães, o homem alterna momentos de desânimo com períodos de extraordinária energia, erros clamorosos, iniciativas, intuições e discursos capazes de galvanizar os combatentes e o povo. No dia seguinte ao 22 de junho, foi acometido de uma

crise de nervos durante uma reunião na Defesa, abandonando-a furioso e refugiando-se em sua casa de campo de Kuntsovo para ali ficar até o final do mês. No entanto, quando uma delegação do Politburo vai instar com ele para que retorne a Moscou, retoma o controle da situação, dirigindo aos russos o célebre apelo pela rádio: "Companheiros, cidadãos, irmãos e irmãs..." É o começo de uma guinada histórica, porque, a partir daquele momento, a defesa contra a agressão nazista se torna uma "guerra patriótica", cessam todas as palavras de ordem e rituais do léxico bolchevique, renuncia-se até mesmo às perseguições à Igreja ortodoxa enquanto os nomes mais gloriosos da Rússia czarista, a começar pelos vencedores dos franceses em 1812, tornam-se a memória sagrada dos comandantes soviéticos.

Em relação aos generais, como Timochenko e Zukov, Stalin mantém, de início, sua proverbial desconfiança e a pretensão de sobrepor à sua competência profissional suas visões estratégicas pessoais, a ponto de atribuir-se a tarefa de comissário da defesa e de comandante-em-chefe das Forças Armadas, obrigando Zukov, o único colaborador que ousa fazer-lhe frente, a deixar o Estado-Maior. Mas quando, no verão de 1942, a Wehrmacht aperta o cerco a Leningrado, chegando a apenas 50 quilômetros de Moscou, e prepara-se para abocanhar Stalingrado (a sua velha Carycin), então chama de volta Zukov e se resigna não só a deixar aos militares a condução das operações, como a acabar com os comissários políticos. Em termos de propaganda, a sua guerra se torna um extremado esforço no sentido de uma afirmação no mundo do antifascismo e da democracia, dissolvendo qualquer ligação com os comunistas estrangeiros em nome da cruzada pela libertação dos povos. A contribuição em sacrifícios e sangue do povo soviético se traduz no terrível balanço de mais de 20 milhões de mortos, 32 mil fábricas destruídas, 1.700 cidades e 70 mil vilarejos arrasados, cerca de 100 mil fazendas incendiadas e destruídas pelo inimigo. Entre os mortos está inclusive o primeiro filho de Stalin, assassinado por uma sentinela alemã quando tentava fugir de um campo de concentração nazista. Hitler havia oferecido ao ditador georgiano a troca do jovem pelo marechal Von Paulus, capturado em Stalingrado, mas Stalin recusara.

Em termos políticos, a União Soviética sai da guerra como a segunda potência mundial, a única capaz (até certo ponto) de confrontar-se com os Estados Unidos no momento em que a estrutura e a prosperidade do Império Britânico estão agora duramente redimensionadas. O epílogo está sendo triunfal: a 2 de maio de 1945, o Exército Vermelho içara a bandeira com a foice e o martelo sobre os escombros da Chancelaria de Hitler; a 24 de junho, uma imensa multidão, comovida e entusiasmada, saudara o grandioso desfile dos vencedores diante do mausoléu de Lenin, tendo à frente o Marechal Zukov em seu cavalo branco. A Stalin, que acompanha a parada juntamente com os dirigentes máximos do país, não agrada o destaque dado ao marechal e o envia, no ano seguinte, para uma

guarnição de província para que medite sobre os riscos do bonapartismo. A euforia da vitória apaga também entre os aliados a mancha das fossas de Katyn, onde tinham sido descobertos os cadáveres de cerca de 10 mil oficiais poloneses, assassinados na primavera de 1940, e que a propaganda soviética havia divulgado como um dos mais horrendos crimes de guerra dos nazistas. Até Churchill engolira o fantasioso relato de Stalin, segundo o qual "elementos polacos de tendência fascista", isto é, membros do governo polonês no exílio em Londres, teriam atribuído o delito aos russos, tudo de acordo com Hitler.

No imediato pós-guerra, a ingenuidade dos aliados ocidentais e a alternância na cúpula da Grã-Bretanha e dos Estados Unidos permitem que o Kremlin tenha uma enérgica iniciativa que vem de longe, ou seja, dos primeiros contatos com Churchill e Roosevelt, quando buscavam selar um acordo contra o Terceiro Reich. O objetivo da política externa soviética é, seguindo o espírito dos acordos de Yalta, a posse permanente dos países da Europa Oriental libertados pelo Exército Vermelho no decurso do impetuoso avanço da última primavera. A morte do presidente americano e a inesperada derrota eleitoral do primeiro-ministro conservador inglês por obra dos trabalhistas interrompem, logo finda a guerra, um diálogo que na realidade nunca foi fácil e que se torna ainda mais dificultoso porque Harry Truman, o sucessor de Roosevelt, é um provinciano astuto e pragmático, que não tem a menor ilusão a respeito da formidável arremetida soviética em relação ao Ocidente e, de saída, anula a lei "de aluguéis e empréstimos" que permitira aos russos alimentar sua heroica resistência com uma poderosa massa de ajuda americana.

A 6 de agosto de 1945, o lançamento da primeira bomba atômica sobre Hiroshima, seguida em menos de um mês pela rendição do Japão, põe os americanos em posição de evidente vantagem, facilitando uma política de firmeza em relação ao comunismo, afirmada com um grande discurso pronunciado de surpresa em Fulton, Missouri, em presença do Presidente Truman, pelo ex-Premier Winston Churchill. É a denúncia da nova ameaça que pesa sobre o mundo livre com a estratégia expansionista da URSS, constituída não só pelo vitorioso Exército Vermelho, como também pelas "quintas-colunas" representadas pelos movimentos comunistas que agem no Ocidente. Como escritor clássico que é, e não por acaso premiado com o Prêmio Nobel de Literatura, Sir Winston Churchill inventa uma definição destinada a tornar-se famosa, quando afirma que caiu sobre a Europa, do Báltico ao Adriático, uma pesada "cortina de ferro". Truman transformará o discurso de Fulton em uma doutrina estratégica, a da "contenção do comunismo em todos os continentes", e diante da dura reação de Stalin deflagrará, por sua vez, a da "guerra fria", que se prolongará na prática, salvo alguns esporádicos parênteses de distensão, até a queda do Muro de Berlim, no ano de 1989.

De imediato, depois da entrada do Exército Vermelho na capital alemã, já

totalmente destruída, e da grande parada de Moscou, o ditador georgiano encontrou em Potsdam os novos representantes do Ocidente, Truman e Attlee, entre julho e agosto de 1945, em uma reunião particularmente fria e formal, depois da qual — encerrada também a guerra com o Japão — desapareceu de circulação por várias semanas, vítima, talvez, de misteriosa doença. Voltará ao Kremlin apenas no início do ano seguinte, quando já não lhe restam mais que oito anos de vida, que não serão fáceis nem gloriosos.

A partida

Apenas dois anos se passaram depois do vitorioso fim da guerra e as relações com os aliados ocidentais estão já deterioradas, não só pela desconfiança recíproca e gritante incompatibilidade a respeito dos respectivos sistemas político-econômicos, como também porque o marechal, embora respeitando rigorosamente (por exemplo, na Grécia e na Itália) a divisão das zonas de influência, delega peremptoriamente aos dirigentes comunistas que agem nos países do Ocidente a tarefa da transformá-los mais ou menos gradativamente em outros dóceis satélites. As nuvens começam a adensar-se no verão de 1947, quando os americanos intervêm em Roma para induzir De Gasperi a afastar o PCI do governo, oferecendo simultaneamente à Europa a grande oportunidade do Plano Marshall para sua reconstrução. Stalin proíbe que os governos da Polônia e da Tchecoslováquia o aceitem e, quando Georgi Dimitrov — já secretário do Komintern na Alemanha e corajoso protagonista do processo erguido contra ele pelos nazistas pelo incêndio do Reichstag — lança um projeto que visa a constituir uma federação balcânica, rejeita-o como uma provocação antissoviética. Em 1948 registram-se outros significativos episódios de "satelitização". No final de fevereiro, os comunistas tchecoslovacos dão um violento golpe de Estado, levando seu principal aliado liberal, o ministro das Relações Exteriores, Tomáš Garrigue Masaryk, a suicidar-se. Na primavera do mesmo ano, o Kominform, recuperado das cinzas do velho Komintern, mas representando apenas uma frágil imitação sua, excomunga Tito, definindo-o como um agente do imperialismo, e com ele renega a experiência iugoslava de autogestão. Em junho, finalmente, os soviéticos bloqueiam o acesso por terra a Berlim, em represália à unificação da Alemanha Ocidental, mas uma gigantesca ponte aérea organizada pelos americanos minimiza esta operação.

A estratégia do velho georgiano consolida os regimes comunistas nos países da chamada democracia popular, mas reforça a frente adversária. A 4 de abril de 1949, constitui-se de fato a Aliança do Atlântico, que terá na OTAN seu instrumento militar. A 8 de maio nasce em Bonn a República Federal Alemã,

sobre a qual Moscou lança violentíssimas acusações de revanchismo e de nostalgia nazista. É neste momento que no grupo dirigente soviético começam a surgir difusas inquietações quanto à capacidade de Stalin e de seus mais antigos colaboradores, como Molotov, Kaganovic e Mikoian, de enfrentar os problemas da reconstrução e do confronto com o Ocidente, ainda mais por estar emergindo na URSS uma geração de jovens tecnocratas que cresceram sob o fogo da guerra e vêm temperados com uma visão mais moderna da sociedade. Stalin percebe os sinais da mudança e procura absorvê-los com uma recomposição do governo, que acaba reforçando Malenkov e Beria, mas, ao mesmo tempo, cede a mais uma de suas crises obsessivas, desencadeando mais uma onda de repressão.

O velho senhor do Kremlin se prepara, assim, para festejar os seus setenta anos em uma atmosfera sombria, de solidão e de suspeita: a imensa carga de responsabilidade que pretende manter depois da vitória, seu caráter colérico e violento, o desgaste físico provocado pelo abuso de alimentos pesados, de bebidas alcoólicas e de fumo aceleram seu declínio natural.

Quando, porém, em 1949, atinge a casa dos setenta anos, a ocorrência é festejada em todo o mundo pelos comunistas e por não poucos socialistas, com um grotesco culto à personalidade stalinista. Falando, por exemplo, no Comitê Central do PCI a respeito das oferendas e presentes que chovem sobre o Kremlin de todas as partes do planeta, Palmiro Togliatti se pergunta por que isto acontece e, com uma ênfase muito acima da habitual, responde: "A verdade é que a pessoa do companheiro Stalin tem no mundo uma parte tal, que jamais foi atingida por nenhum outro dirigente de partido, de povos, de Estados. É inútil tentar compará-lo com outros desses dirigentes, cujo nome até já desapareceu da memória dos povos ou, se aí permaneceu, tem um lugar bem diferente daquele ocupado por Stalin..." "Se pensarmos", continua o secretário do Partido Comunista Italiano, "na vida de Stalin, imediatamente de fato ela golpeia não só a inteligência como a própria imaginação dos homens, por ser algo de grandioso, de maravilhoso, que se assemelha a um portentoso."

Provavelmente um homem diferente do portentoso georgiano depois de uma guerra tão dura e tão triunfantemente concluída teria concedido a seu povo e ao movimento comunista mundial uma trégua de serenidade, mas Dzugasvili não pensa nisto, nem mesmo por um instante. No ano mesmo em que completa setenta anos, ordena a eliminação de três personalidades eminentes do movimento comunista internacional: Traicho Kostov e Laszlo Raik são mortos, respectivamente, na Bulgária e na Hungria, ao passo que, na Polônia, Wladislaw Gomulka goza de um tratamento de favor, indo apenas para a prisão. Quando chega a Moscou, Mao Tsé-tung, cuja Longa Marcha se concluiu triunfalmente com a fundação da República Popular da China, em Pequim, encontra uma acolhida bastante fria, mas as dimensões de seu país e de seu empreendimento são tais que Stalin, a 14 de fevereiro de 1950, autoriza a assinatura do pacto sino-

soviético.

A Ásia se torna o centro de gravidade da política e da angústia mundial na semana seguinte à assinatura do acordo, quando o Exército da Coreia do Norte, governada por um regime comunista de tipo semifeudal, e evidentemente por instigação dos russos, invade a Coreia do Sul, ligada aos americanos. Apenas cinco anos se passaram depois do fim do hediondo conflito que varreu da face da Terra os nazifascistas e o imperialismo japonês, e já se esboça a ameaça de uma Terceira Guerra Mundial, sobre a qual pesa, por acréscimo, a ameaça da guerra atômica. Por sorte, no verão de 1953 a diplomacia prevalece nos Estados-Maiores e, ao cabo de longas e laboriosas negociações, consegue-se apagar o perigoso incêndio. A sensação geral, porém, é de que Stalin tenha visto seu golpe frustrado e que sua sombria velhice não seja uma boa conselheira, sobretudo quanto a decisões que dizem respeito às regiões asiáticas, onde será cada vez mais necessário levar em conta o colosso chinês.

Em sua pátria, o tirano não encontra obstáculos a suas obsessivas perturbações. Se durante a guerra "patriótica" se vira obrigado a conceder a seus súditos uma trégua ideológica em troca de sua contribuição e sangue, concluída a paz, ele decide apertar os freios, porque está sendo obrigado a confrontar-se com o bloco capitalista e, internamente, com milhões de soldados que voltam para casa depois de terem experimentado as tentações do Ocidente. Desta vez os primeiros revoltosos que identifica são os revisionistas, os da facção de direita ou de esquerda do movimento, mas os intelectuais também se mostram seduzidos pelo cosmopolitismo e pelo sionismo, ou até pelas seduções da cultura burguesa, serpente venenosa que se aninha tanto na literatura quanto na arte, tanto na filosofia quanto na ciência, e até mesmo na economia, trazendo uma armadilha mortal à pureza da doutrina de Marx e Engels, de Lenin e de seu melhor discípulo, Iosif Visarionovic, que, para evitar qualquer contaminação, jogará o peso do próprio prestígio em todos os debates possíveis e imagináveis.

E, se antes da guerra a desconfiança e a cólera do *vodz* haviam se concentrado em seus camponeses, seus antigos revolucionários e seus generais, agora é a vez dos escritores, poetas, músicos, gente de teatro e de cinema, cuja inteligência e sensibilidade representam objetivamente à antítese do fúnebre conformismo stalinista. Os maiores nomes da cultura soviética, de Bulgakov a Pasternak, de Shostacovich a Prokofiev, da Achmatova a Brodski, se veem alvo de uma obtusa perseguição que os marginaliza da sociedade, priva-os da liberdade e do trabalho e muitas vezes os relega ao inferno daquele *gulag* cuja infâmia Aleksandr Solzenicyn eternizou em *Um dia na Vida de Ivan Denisovic* — uma ofensa imperdoável não só à dignidade da pessoa humana, como aos princípios fundamentais do socialismo, aos quais se atém, até mesmo no nome, a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas. Sentinela incorruptível da pureza ideológica, André Zdanov, homem culto, fanático e impiedoso, será

prematuramente arrancado do afeto de suas vítimas por sua debilidade de saúde: com Malenkov e Beria, Mikoian e Bulganin constitui um pequeno grupo de colaboradores no qual Stalin confia, embora apenas até certo ponto, prevendo que, quando não estiver mais ali, eles ficarão como "gatinhos cegos".

Mas os intelectuais, os artistas, os cientistas dissidentes não são as únicas vítimas do furor senil de Stalin. Pelo contrário, entre 1947 e 1952, o campo de concentração da União Soviética irá rivalizar com o hitlerista pelo menos no que se refere à brutalidade de tratamento usado com os deportados e à desoladora infâmia das condições ambientais. "Bem-vindos ao inferno" é a frase que encima a entrada de uma fábrica em uma cidade da Sibéria setentrional, Norilsk, onde se calcula que tenham morrido 17 mil dos deportados aí chegados, recebidos, tal como se deu com os judeus de Mauthausen e de Büchenwald, pelos agentes da polícia política encarregados de cuidar deles, com uma cordial mensagem: "Vocês foram trazidos para cá não para viver, mas para sofrer e morrer. Se sobreviverem, das duas, uma: ou porque trabalharam menos do que deviam, ou porque comeram mais do que lhes tocava." As condições gerais são as de todo campo de trabalho forçado, mas, naturalmente, nas regiões siberianas mais próximas do Círculo Polar Ártico (a mesma zona em que em sua juventude tinha sido exilado Stalin) a aspereza do clima e do ambiente acentua o horror.

Ettore Mo colheu os testemunhos dos poucos sobreviventes do campo e do frio siberianos, que oscilava entre 40 e 50 graus abaixo de zero, "a grande e desconhecida carnificina dos condenados à prisão perpétua de Norilsk": a maior parte dos deportados é descarregada em uma portinhola, a 100 quilômetros a oeste, e daí, "como uma grande manada", é levada a pé para as minas ou para trabalhar durante meses com pás e picaretas na construção de uma ferrovia. Muitos desses infelizes enfrentaram a fúria dos mares árticos em decrepitos barcos e retornaram à terra transidos de frio, esfomeados e inclusive "obscenamente emporcalhados, porque durante uma tempestade os barris de bordo, cheios de excremento e de urina, caíram em cima deles". Os turnos de trabalho nas minas ou na fábrica são de doze horas, com apenas dez minutos de intervalo para aquecer as mãos. Quem não respeita os ritmos de produção e as cotas estabelecidas pelos chefes está arriscado a ser fuzilado: os mortos são cerca de trinta por dia e acabam em um cemitério do tamanho do de Moscou. A fome e o desespero provocam reações de delírio, como a de levantar-se durante a noite para caçar as ratazanas do barracão e cozinhá-las em uma lata, ou cortar os próprios dedos congelados com um golpe de machado para conseguir alguns dias de descanso na enfermaria. E muitas vezes os delinquentes comuns matam os criminosos políticos para serem levados a processo e saírem do *gulag*.

A repressão atinge, neste período, até os parentes e os amigos mais íntimos do tirano, ora escravizado também às infernais intrigas de Beria, além de suas próprias obsessões. Nem os Svanidze, nem os Alliluev, os familiares das duas

esposas de quem é viúvo, são poupados por Stalin, que não hesita em mandar prender e deportar até mesmo Zenia, sua cunhada, que havia sido por algum tempo sua amante, além de sua melhor amiga, uma mulher que lhe era totalmente devotada, a ponto de acreditar nele até depois de sua injusta condenação. À filha Svetlana, que lhe pergunta por que suas tias foram presas, o marechal explicará: "Falavam demais. Sabiam demais e falavam demais. E isto dá vantagens a nossos inimigos."

Com esses amigos e parentes também acabam na Lubianka seus próprios parentes, alguns dos quais de origem judaica. Stalin jamais se declarou antissemita, mas durante e depois da guerra teve o maior cuidado em não denunciar abertamente o Holocausto e no após-guerra infligiu por duas vezes golpes sobre personalidades desta etnia, acusando-as de complôs antissoviéticos tramados com fundamentos sionistas. A 13 de janeiro de 1948, um misterioso bandido assassina Solomon Michoels, um grande intérprete do teatro iídiche, que no início da Operação Barbarruiva havia criado um comitê antifascista judaico, incondicionalmente alinhado ao PCUS. Foi denunciado por dois membros do Comitê, "pisoteado de maneira selvagem" na Lubianka, mas, na realidade, quem o pôs a perder foi o projeto, submetido ao ditador, de criar uma república judaica na Crimeia: delito de lesa-majestade da União, pecado nacionalista. No decurso desta primeira onda de perseguições antissemitas, a própria Paulina Molotov, mulher do ex-ministro das Relações Exteriores, foi mandada para o exílio, sem que o velho bolchevique tenha ousado erguer a voz, nem mesmo quando o ditador ordenou bizarramente que os dois maduros esposos se divorciassem.

A segunda onda racista acompanhará os últimos anos de vida do marechal. O velho tigre já está, a esta altura, com o fôlego curto. Disto se teve uma clara impressão no verão de 1952, quando se realizou em Moscou o XIX congresso do partido, um evento que Stalin conseguiu adiar por treze anos, ou porque já sabe muito bem que não tinha mais forças para aguentar um debate, ou porque jamais acreditara na gestão colegiada do poder. É, de fato, Malenkov quem faz o relatório principal e o emergente Kruchev a parte organizativa: o *vodz* se limitara a publicar, alguns dias antes, um ensaio sobre os problemas econômicos do socialismo na URSS, saudado como um acontecimento de marcar época, embora apenas venha a confirmar o modesto nível científico do autor. Maior ressonância obtém a breve intervenção com a qual ele encerra o congresso, instigando as delegações de comunistas estrangeiros a tomar em suas mãos "as bandeiras das liberdades democráticas e da independência" que a burguesia "deixou cair na lama".

Que já esteja cansado e doente é tão verdade que, depois de trinta anos, renuncia ao cargo de secretário-geral do partido e aventa até a possibilidade de aposentar-se. No entanto, tem ainda guardada uma das suas surpresas: suas desastrosas condições de saúde insinuam nele a suspeita de que sejam devidas

aos médicos da *nomenklatura* que dele cuidam, quase todos judeus, e que, por ordem da pérfida organização sionista, teriam feito morrer antes da hora Zdanov e Scerbakov, e estão pensando também em mandá-lo para o outro mundo. Adquire a certeza definitiva disto quando o Professor Vinogradov, depois de ter-lhe feito uma visita, o aconselha a renunciar a qualquer tipo de atividade de trabalho. Desencadeia-se, assim, a segunda onda racista. O marechal põe de lado Beria, assume pessoalmente a chefia das operações e, com base em falsos testemunhos impostos a uma doutora do Kremlin, ordena a prisão de um grupo dos mais ilustres clínicos do país, apresentando-os na imprensa, a 13 de janeiro de 1953, como "um bando de feras", de assassinos terroristas, que planejavam igualmente assassinar dois marechais do Exército Vermelho. Obviamente, são todos réus confessos, e acabariam certamente diante de um pelotão de fuzilamento se seu famoso paciente não os precedesse no inferno poucas semanas depois da denúncia de sua suposta conspiração.

Isso acontece nos primeiros dias de março de 1953. Embora se tenha falado em consequências de uma violenta alteração entre o marechal e Vorosilov a respeito da questão dos médicos judeus, parece, no entanto, que ele tenha sido vítima de um ataque apoplético, de se esperar no velho burocrata guloso, incontinente e colérico que ele acabara se tornando nos últimos anos. Depois de ter assistido, na noite de 27 de fevereiro, a um balé no Teatro Bolshoi e no dia seguinte, de manhã, a um filme em seu apartamento no Kremlin, partiu para sua casa de campo de Kuntsovo, juntamente com um grupo de colaboradores e aí os entretém com a última de suas ceias, prolongada até o amanhecer, regada a vinho e recheada de lúgubres historietas que os hóspedes contam para seu divertimento. Depois manda todos para a cama na cidade, desaparecendo por sua vez no quarto da casa de campo em que dorme.

Neste ponto, de primeiro a 5 de março, tudo se desenvolve em uma atmosfera turva e alucinante, na qual Beria se reserva um papel demoníaco, e Stalin acaba sendo vítima de uma trágica lei do retorno, se é verdade que o chefe de polícia adia ao máximo a intervenção dos médicos, contando, evidentemente, com a morte do ditador para sucedê-lo; além de o ditador ficar sendo malcuidado pelos médicos finalmente reunidos (depois de doze ou catorze horas perdidas) porque entre eles não está, por estar trancafiado com seus colegas judeus na Lubianka, seu médico particular, Vinogradov, o único que conhece bem o doente e que está em condições de intervir de maneira adequada. Atemorizados apenas com a ideia de entrarem no alojamento de Stalin sem serem chamados, os de sua guarda pessoal esperam toda a manhã do primeiro de março até as 11 horas da noite antes de decidir-se e descobrir, com espanto, o marechal caído por terra, na sala de jantar, junto à mesa, os cotovelos desesperadamente cravados no chão na inútil tentativa de se erguer.

Está consciente, mas não fala. A partir daquele momento, embora

prodigalizando ao *vodz* todas as atenções, só se veem chegar os médicos na manhã seguinte, depois que Beria apenas se mostra em companhia do marechal na soleira e intima a que não falem nada com ninguém, porque, segundo ele, Stalin está apenas adormecido e não quer ser perturbado.

Os médicos, por sua vez, não podem mais que constatar a hemorragia cerebral que atingiu o marechal e tentar remédios de rotina, como a aplicação de sanguessugas, as injeções de cânfora e o oxigênio para ajudá-lo a respirar.

A agonia é longa e torturante. Avisados, incrivelmente, só no último momento, os filhos chegam transtornados a Kuntsovo. Svetlana corre para a cabeceira do moribundo, soluçando, apertando-lhe com força as mãos e tentando fazer-se reconhecer; Vasili está completamente ébrio e, informado pelos criados do atraso certamente provocado por Beria, perde o controle, berrando: "Canalhas, vocês mataram meu pai!" Continuará afirmando, ao voltar a Moscou, que envenenaram seu pai e, ao terminarem os funerais, será preso e condenado a oito anos de reclusão.

O marechal morre a 5 de março. A notícia é dada pela rádio ao povo soviético às 4 da manhã do dia seguinte, e no dia 7, depois da exposição do corpo na sala das colunas do Palácio dos Sindicatos, são celebrados, ao som da *Heroica* de Beethoven, os solenes funerais. A loucura dos cidadãos que querem prestar homenagem ao defunto é tal que, no tumulto, são mortas quatrocentas pessoas: são as últimas vítimas de Stalin, cujo desaparecimento é, contudo, saudado pelos comunistas do mundo inteiro com profunda emoção.

O cadáver, devidamente embalsamado, será enterrado no mausoléu da Praça Vermelha, junto com a múmia de Lenin, e aí ficará até o dia da dessacralização, que se segue ao relatório secreto apresentado por Krushev no XX congresso.

Ao concluir este relatório, Krushev comenta, entre outras coisas: "Não podemos dizer que tenha agido como um déspota alucinado. Ele achava que tudo isto deveria ser feito no interesse do partido, das massas trabalhadoras, em nome da defesa das conquistas revolucionárias. É nisto que reside essencialmente a tragédia." Uma de suas biógrafas, Lilly Marcou, que não é em absoluto hostil à personagem, contudo observa: "Stalin vive, se nutre e se circunda de abstrações." Até a morte seria uma abstração? A inocência daqueles que mandava matar ou enviava para os *gulags* não o perturbava nem um pouco. O número de vítimas sacrificadas na realização de seu sonho era apenas uma questão de estatística. Não foi ele quem disse que "uma morte é uma tragédia, mas um milhão de mortes é apenas estatística"? E um observador objetivo e sagaz como o General De Gaulle, ao encontrá-lo durante a guerra, apreenderia sua mais profunda essência psicológica: "Era um comunista vestido de marechal, um ditador mascarado por sua astúcia, um conquistador afável, que se empenhava em enganar as pessoas. Mas a sua paixão era de tal maneira forte que aparecia de

qualquer maneira, não sem uma espécie de tenebroso fascínio."

Talvez ninguém como Iosif Visarionovic, animado por aquela paixão, tenha acreditado tanto no ditado segundo o qual o fim justifica os meios. Mas, à parte considerações de caráter moral, é um fato que os monstruosos meios utilizados por Stalin conseguiram apenas um de seus objetivos, a potência da União Soviética, mesmo que não o sucesso da Revolução socialista. Sem esquecer que a própria União Soviética, ao perder o desafio planetário para os Estados Unidos, desintegrou-se miseravelmente, junto com o regime, menos de quarenta anos depois do desaparecimento do secretário-geral.

HITLER

O pintor frustrado

*Em uma conversa com Phil queixei-me do azar de viver em um mundo
em que existia um Hitler, e ele me respondeu:
"Não sei. Pode ser que seja um privilégio ter de lutar contra o maior filho da
puta da história."*

KATHERINE GRAHAM

O musical do horror

"Vocês não vieram para um sanatório, mas para um campo de concentração do qual não se sai, a não ser a caminho do forno crematório."

São estas as palavras de "boas-vindas" que o primeiro diretor do campo de concentração de Auschwitz, Carl Fritsch, o tenente das SS, dirige, no dia 14 de junho de 1940, a um grupo de 728 deportados procedentes da prisão polonesa de Tarnow e que praticamente inauguram as novas instalações, coincidindo quase com o desfile dos regimentos da Wehrmacht em Paris, debaixo do Arco do Triunfo. No mesmo campo, antes mesmo que aí sejam alojados os judeus, acontece que um dos presos poloneses, um certo Baworowski, sai das filas e pede ao SS que vigia o grupo que o deixe ir ao banheiro. O nazista ordena-lhe que volte imediatamente para a fila. Mas depois de alguns instantes sente-se um grande fedor: o polonês não aguentara e tinha se sujado todo. Descoberto o culpado, o SS lhe ordena tirar as cuecas, enrolá-las e colocá-las entre os dentes. Não satisfeito ainda, ordena-lhe colocar-se de quatro e latir.

A brutalidade verbal e física dos "caveiras" faz parte de um protocolo

cuidadosamente preestabelecido, cujo objetivo intermediário — antes do extermínio — é a privação da identidade, a liquidação do passado, a perda por parte do deportado de todo respeito por si mesmo e, portanto, de toda esperança. Uma vez esgotada a reserva de presos poloneses e de prisioneiros soviéticos, trabalhar-se-á paralelamente com os ciganos e essencialmente com os judeus. Será um crescendo de terror e de morte como nunca foi imaginado nem mesmo num daqueles filmes expressionistas da Alemanha de Weimar, que Hitler criticou como exemplo de arte degenerada. Tudo começa com o assalto que se inicia nas horas noturnas, ou ao amanhecer, em imprevisto rastreamento de um bairro da cidade, ou com a desocupação de um gueto inteiro, por obra de soldados com equipamento de guerra, com ferozes cachorros em coleiras e sem outras explicações que as roucas intimações de ordem frequentemente incompreensível. Continua com a viagem de trem, uma viagem à eternidade e com destino ao desconhecido, em vagões de mercadorias ou de gado, trancados e incrivelmente lotados com assustados bandos de famílias inteiras — jovens, anciãos, mulheres, crianças — privados de alimentos, água, serviços higiênicos, vistos por vezes com hostilidade pelos viajantes habituais à espera nas estações de tráfego ou que foram deixados apodrecendo durante noites inteiras sobre os trilhos mortos de cidades perdidas no silêncio. O choro sofrido dos menores pedindo a suas mães uma gota d'água mistura-se às rezas, aos urros, às reclamações do mísero rebanho humano que segue vigiado por poucos e escarnecedores SS, prontos a apontar a metralhadora na direção de quem procura aproximar-se das portas ou das janelinhas; e, quando finalmente chega, pesado e turvo, o sono mais penoso da vigília se enche de pesadelos e de sobressaltos.

Mas o suplício da viagem ainda é um momento de vida. A morte, ao invés, começa quando o comboio para, as portas dos vagões selados se abrem ruidosamente e os deportados, ainda sonolentos e assustados, descem para a plataforma violentamente iluminada pelos refletores, no ar cortado de ordens dadas em língua estrangeira, como "aqueles bárbaros latidos dos alemães quando dão uma ordem, que mais parecem soltar uma velha raiva secular".

Enquanto os deportados alinham as bagagens ao longo da linha, alguns do grupo das SS que assistem à cena se deslocam, destacam-se dos demais e vêm informar-se com aparente cortesia da idade e das condições de saúde de cada um dos recém-chegados. Com base nas respostas indicam duas direções diferentes: de um lado, os homens válidos; do outro, em direção ao desconhecido, velhos, mulheres e crianças (que não podem trabalhar "utilmente" para o Terceiro Reich). Enquanto isso, as mochilas e as bagagens desaparecem, recolhidas por outros deportados já enquadrados na disciplina e no uniforme "sujo e esfarrapado" do campo.

Os prisioneiros úteis à guerra, aproximadamente trinta de cada vez, são

levados em caminhões que partem a toda velocidade. Junto com eles viaja uma sentinela alemã — uma em cada caminhão —, que habitualmente, e sempre com muita cortesia, recolhe o dinheiro e os relógios: os nazistas não são tão fanáticos a ponto de descuidarem das pequenas vantagens que podem tirar da situação. Uma vez chegados ao destino, os caminhões param diante de uma grande porta onde aparece um cartaz inspirado em uma espécie de humor negro: ARBEIT MACHT FREI — o trabalho torna os homens livres. Mortos de fome, de sede e de frio, os novos escravos são mantidos durante horas em um salão grande e vazio, até o momento da chegada de um SS que escolhe um intérprete entre os prisioneiros e explica os procedimentos: eles devem colocar-se em fila de cinco, a uma distância de dois metros um do outro, e a seguir despir-se completamente, separando as roupas de lã do resto, tirando os sapatos e amontoando-os num canto; mas, acrescenta ele, tendo cuidado para que não sejam roubados — uma estranha recomendação, visto que, minutos depois, entra um velho deportado e varre tudo embora. Ao ficarem assim, nus da cabeça aos pés e sob o vento gélido que entra por uma porta escancarada, os prisioneiros cobrem o ventre com os braços, procurando proteger-se, um atrás do outro, e não podem deixar de se sentir submersos em terror e, ao mesmo tempo, no ridículo.

Mal têm tempo de perguntar-se angustiadamente quando terminará tal tortura, e eis que, de repente, irrompe na sala um grupinho de internos, mais robustos que os outros, e se lança silenciosamente sobre os deportados com tesouras e navalhas, rapando a zero os cabelos e qualquer outro pelo do corpo e passando nas partes rapadas escovas banhadas em desinfetante. Assim subjugados, nus como vermes e tosados como ovelhas infectadas, os infelizes se encontram logo a seguir com os pés na água gelada, em outro cômodo, uma sala de duchas, onde faz mais frio ainda. Enquanto esperam, começam então a comentar, sussurrando, a desgraça que os atingira, quando chega mais um soldado alemão, um suboficial, que se faz traduzir pelo intérprete: "Eu disse que vocês têm de ficar em silêncio, porque aqui não é uma escola para rabinos" — outra mostra de um humor negro que escapa aos interessados, neste momento atingidos de repente por um jato de ducha, ora mais gélido que a lama em que estão imersos, ora fervendo de modo intolerável, jamais na temperatura adequada.

Uma vez desinfetado o rebanho, "a mutilação simbólica" se completa com a distribuição do vestuário habitual: o uniforme listrado azul-acinzentado, composto de calças e um camisão, tamancos de madeira no lugar dos sapatos e, em raros casos, também de meias. Com o passar do tempo, tendo já sumido de circulação chapéu e casaco, o preso percebe que não pôde sequer escolher o tamanho do uniforme e a medida dos tamancos, porque sua silhueta deve ser mesmo desfigurada, deve tornar-se parecida com a de todos os outros, a ponto de, quando no campo começarem a chegar também as mulheres em condições de trabalhar para o Reich, à primeira vista tornar-se impossível distingui-las dos

homens. Aliás, é exatamente isto o que se propõe o artífice do Holocausto, o Führer: anular a identidade de todo judeu e de todo o povo circuncidado.

Completa-se a operação com a impressão do número de matrícula, marcado a fogo e acompanhado de insultos e pancadas, sobre o braço que, ao levar sua visível marca de deportado, o priva definitivamente de seu nome, ou seja, de sua história pessoal. A rudeza da acolhida, cada vez mais humilhante, o convencerá de que para ele a única relação possível para com os super-homens arianos é a submissão.

Os pensamentos que atormentam os deportados nas primeiras horas do campo se dirigem principalmente às mulheres, às crianças e aos velhos dos quais foram brutalmente separados. Marchando em direção ao barraco da humilhação, já haviam vislumbrado o campo feminino rodeado de arame farpado e têm esperança de, através das telas, poder ver as mulheres, comunicar-se com elas, talvez até encontrar a própria esposa ou a mãe. Isto não acontecerá quase nunca. O pensamento na família é dominante, angustiante, mas quem conseguiu trocar algumas palavras com os internos mais velhos recebeu notícias assustadoras: "Já estão no céu" ou "Já se transformaram em fumaça." É com esta tremenda certeza no destino que os espera que os recém-chegados, arrastando os pés no terreno lamacento, exauridos com as fadigas do dia e aterrorizados pelas perspectivas dos dias futuros, alcançam o que Primo Levi definiu como suas "tumbas", as barracas. O primeiro cumprimento dos guardiões é uma cacetada na cabeça para os mais lentos ou hesitantes; o segundo é a informação que se apressa a fornecer o *kapo*, geralmente um criminoso alemão, ou um deportado judeu que aceitou virar instrumento de tortura para salvar a vida. É isto que representam as primeiras horas no campo: apenas um "aperitivo" da férrea disciplina que reina naquilo que é — que eles se convençam disto de uma vez por todas — um campo de morte.

Após explicar-lhes sua condição "com uma linguagem de pedra", os guardiões designam aos recém-chegados o lugar de dormir, uma espécie de cubículo em que têm de se alojar cinco ou seis deportados, deslizando para dentro e, por vezes, encontrando-se com os outros que já chegaram. Estes já sabem o destino das mulheres, das crianças e dos velhos, assassinados imediatamente depois da separação, e oferecem um único e terrível conselho: renunciar a fazer perguntas, esquecendo tudo o que não diz respeito à sua própria sobrevivência individual, porque somente assim se pode esperar resistir de alguma forma. Depois o som de um sino adverte que lá deve reinar o silêncio: começa o descanso, e para os recém-chegados termina o primeiro dia no campo. Mas, apesar do cansaço, precisarão de horas antes de cair no sono.

Porém, pode também acontecer que, no momento em que os deportados tentam dormir, entrem de repente no alojamento os *Stubendienste*, guardiões que

são detentos, como os outros, mas "bem musculosos" e munidos de grossos cassetetes, para cumprir uma tarefa de natureza pedagógica: enquanto batem com selvageria à direita e à esquerda, deixando as vítimas atônitas, machucadas, ou feridas mesmo, ameaçam-nas rudemente: "Lembrem-se de que devem se transformar em autômatos e mover-se segundo a nossa vontade. Nem mesmo um passo sem a nossa permissão, do contrário vocês irão se ver com a nossa terceira mão, este cacete duro e pesado, que os ajudará a dobrar-se e a rebaixar-se."

Palavras e rostos truculentos, golpes cruéis que, apesar de tudo, não abatem tanto os deportados quanto a obrigação de fazer as suas necessidades, apressada e raivosamente, ao lado dos leitos — outro pequeno passo no sentido da degradação, do desprezo de si mesmos. Os recém-chegados vão aprender imediatamente que a este mesmo fim servem também os insultos que os SS acompanham, em geral, com violências e pancadas: "Vocês não são homens, são um monte de lixo! Sendo, como são, inimigos do Reich, não temos para com vocês a menor compaixão, e é com verdadeiro prazer que os colocaremos para queimar nos fornos crematórios. Esqueçam suas mulheres, seus filhos, suas famílias: vocês aqui morrerão como cães!"

Aliás, no campo a vida corre à base de insultos, ameaças, ordens gritadas com extraordinária e injustificável violência, e quem não as compreende imediatamente é remunerado com chutes, socos e tapas do SS ou do *kapo* de plantão. Os doentes que não respondem imediatamente à chamada são golpeados do mesmo jeito e com a mesma volúpia, mesmo que o despertar seja às quatro da manhã e que tenham apenas 45 minutos para realizar rapidamente uma série de operações, como arrumar o estrado, lavar-se superficialmente, beber a água suja e rala apresentada como café, limpar o alojamento com os companheiros, ir ao banheiro e alcançar, ofegante, o pátio, onde é feita a chamada.

É um rito que se transforma frequentemente em um suplício, ou porque os SS erraram a conta e têm de refazê-la, ou porque durante a noite algum dos deportados morreu ou foi levado com urgência para a enfermaria, ou, enfim, porque os próprios SS chegaram atrasados. Os prisioneiros esperam em pé, cegados pelos refletores, obrigados a ficar durante horas de continência, não importa se faça frio ou calor, caia neve ou granizo; e uma vez esgotado o cansativo procedimento da chamada, são designados para as equipes de trabalho e forçados a alcançar, sempre correndo, os pontos de reunião dos quais partirão, acompanhados pelas músicas da orquestra do campo, para a destinação cotidiana. A ideia da orquestra é digna da tradição cultural alemã e, ao mesmo tempo, da peculiar psicologia nacional-socialista: assim como o trabalho forçado "torna os homens livres", as notas agudas ou românticas da orquestra, formada por outros presos "bem alimentados", sublimam o martírio dos deportados ou sua marcha para a câmara de gás, numa espécie de musical do horror.

De qualquer forma, além da obsessão do concerto, tanto a marcha de ida para o local do trabalho como a de volta são cadenciadas por uma frenética velocidade. Quem perde o ritmo ou simplesmente erra o motivo da canção com que deve acompanhar a marcha costuma ser alvejado por socos e chutes por parte dos SS, que, quando percebem que algum deportado cambaleia ou que não consegue tirar os tamancos da lama, chutam-no, deixando-o deitado no lamaçal, onde são frequentemente abandonadas dezenas de prisioneiros, aniquilados pelo cansaço e pelo frio. Mais tarde passará uma equipe especial, um *Sonderkommando*, para recolher os corpos e jogá-los na pilha, junto com os cadáveres do dia, embora algum deles casualmente ainda respire. Por outro lado, vê-se em apuros quem se distancia do grupo em marcha perto de uma das torres de guarda, porque pode acontecer que a sentinela grite para o preso afastar-se ou que o mate a tiros de *Maschinenpistole*, entre as risadas de seus companheiros — um tiro ao alvo que pode ser contado aos superiores como anulação de uma tentativa de fuga, conseguindo assim, além de um elogio solene, um bom número de dias de licença.

Os deportados habitualmente trabalham onze horas diárias, das seis da manhã às cinco da tarde, e têm pouco mais de meia hora de intervalo para as refeições, sob a vigilância dos "triângulos verdes", que são os encarregados do controle, e cuja ferocidade, como já foi dito, é dez vezes maior que a dos SS.

São criminosos comuns, de nacionalidade alemã, que o Führer mandou libertar para integrar o pessoal de Himmler, e que são assim chamados porque trazem um triângulo desta cor, costurado no paletó, ao lado do número da matrícula.

Já os presos políticos (também alemães) usam um triângulo vermelho, e os judeus são identificados pela estrela de davi amarela. Embora sejam todos *Haftlinge* (prisioneiros), somente os políticos ou os judeus que aceitam, de forma abjeta, colaborar com os algozes gozam dos privilégios reservados aos "verdes", em troca de suas crueldades. Naturalmente se trabalha em qualquer circunstância, chova ou faça sol, com nevoeiro ou na escuridão, que poderiam favorecer as tentativas de fuga. Trabalha-se também um domingo em cada dois, mas no domingo chamado "festivo" os presos têm por tarefa a manutenção do campo.

Não existe descanso, e a fadiga é imensa. Primo Levi conta ter sido levado com seus companheiros, da primeira vez, à beira de um canteiro onde eram descarregados tubos de ferros, e que, depois de uma pequena luta com os outros para içar com os mais leves, teve de carregar uma barra de ferro torta, que pesava aproximadamente 15 quilos. Em outra ocasião, teve de descarregar de um vagão ferroviário, em equipe, um enorme cilindro de ferro-gusa que pesava várias toneladas, e para empurrá-lo até a fábrica tiveram de abrir um corredor,

puxando na lama barras de oitenta quilos cada uma: a carga, conta Levi, "me desloca o osso do ombro, e depois da primeira viagem estou surdo e quase cego pelo esforço, e faria qualquer baixaria para não carregar outra". Como a barra está empapada de neve e lama, e a cada passo bate contra a orelha de Levi, este "morde profundamente" os lábios, procurando "uma pequena dor diferente" que sirva para reunir suas últimas reservas de energia. Os *kapo* também sabem disto e algumas vezes batem nos deportados não por pura "bestialidade", mas para incentivá-los, acompanhando os golpes "com um encorajamento, como fazem os carroceiros com os cavalos mais teimosos". A única via de salvação momentânea consiste em pedir permissão para ir ao banheiro, onde se vai escoltado por um *Scheissbegleiter*, isto é, um "acompanhante de banheiro" (os burocratas alemães inventaram um nome para cada função), mas, quando se volta a trabalhar, as melhores barras já foram todas transportadas e não restam mais aquelas "com pontas agudas, pesadas de lama e de gelo", além das chapas de metal com pregos em cima para adaptar as barras aos trilhos.

O único parêntese de relativo sossego coincide, ao meio-dia, com a refeição quente: as sirenes chamam os deportados para as barracas, com as marmitas estendidas na direção do caldeirão contendo uma mistura que, apesar de tudo, ninguém quer receber primeiro, porque na superfície flutua só a lavagem — sabendo-se já que o *kapo* não afunda nunca a concha e guarda o melhor para si. Esvazia-se o caldeirão em torno do fogão, fuma-se um cigarro, aproveita-se aquele minuto para gozar um fugaz momento de beatitude, até que a voz do *kapo* intima todos a sair: "*Alies heraus!*" Passada a agradável sensação de calor, o estômago continua vazio, pois no campo, na melhor das hipóteses, são recebidas, no máximo, 1.300 a 1.600 calorias por dia, embora, em teoria, o regulamento preveja 1.700 a 2.150, que já mal bastariam para sobreviver a uma fadiga que parece nunca terminar.

No fim do dia de trabalho, os deportados têm a sensação de reviver às avessas o filme rodado pela manhã. Tornam a colocar-se em fila na máxima ordem, são contados e recomeça a marcha de retorno, com os companheiros mortos durante o dia jogados nas carretas ou levados às costas pelos próprios presos, os quais, embora exaustos, atormentados pela sede, com dolorosas chagas nos pés, são obrigados frequentemente a fazer isto correndo. Ao chegarem ao portão do campo, são revistados da cabeça aos pés, por temor de que nos contatos externos tenham conseguido cigarros ou dinheiro; em seguida, põem-se ao largo para serem submetidos a nova chamada, sempre acompanhada pelas notas marciais da orquestra. Frequentemente se trata de um rito macabro, porque os mortos são mantidos em pé por "mãos invisíveis", para fazer com que os SS, ignorando-os, os insiram também no cálculo das rações alimentícias a serem distribuídas no dia seguinte.

Por isso, a chamada pode prolongar-se por muitas horas ou até a manhã

seguinte, quando se verificam graves infrações ou, pior, tentativas de fuga. É tudo tempo roubado do jantar e do sono: é preciso esperar em pé, no frio crescente da noite, até que os SS se espalhem pelo campo procurando os deportados desaparecidos. De qualquer modo, cada fuga é punida segundo a lógica da represália, com a condenação de dez ou mais companheiros do barraco do desaparecido a uma morte atroz, à reclusão em uma cela cavada no subterrâneo do campo, medindo um metro quadrado, onde se amontoam até quatro deportados por vez, obrigados a ficar em pé na escuridão absoluta, sem água e alimento. Outras vezes passarão somente a noite ali para que durante o dia possam trabalhar com os outros: nos casos mais graves serão deixados ali por uma ou duas semanas, até morrerem. A fantasia dos colaboradores de Hitler não tem limites na invenção de todos os tipos possíveis de castigo: o chicoteamento público, por exemplo, durante o qual o deportado tem de contar, em alemão correto, o número de chicotadas; ou o "pau" ao qual se suspende o preso, com as mãos atadas atrás dos ombros, por um período ao arbítrio do vigia; ou, ainda pior, o envio para a famigerada "companhia penal". Os prisioneiros submetidos à fustigação com chicotadas ou cacetadas, logo depois de terem recebido a pena, são recolhidos por um certo período no chamado "bloco da morte", sem assistência médica, de modo que as feridas acabam por infeccionar gravemente, levando à morte. São mais leves outros tipos de punição, como o trabalho obrigatório, apesar do mortal cansaço, durante a noite ou nos raríssimos dias de descanso; ou a proibição de escrever ou de responder a correspondência; ou de retirar os pacotes enviados pela família ou pela Cruz Vermelha; ou de falar com os deportados de outras barracas ou com as mulheres que estão além do arame farpado. Podem ser castigados por um nada: por não terem seguido com o próprio grupo para o local do trabalho, não importa por que razões; por terem se afastado do grupo ou se escondido para fugir do cansaço; por terem trocado alimentos, roupas ou dinheiro com os operários civis das fábricas em que prestam serviço ao Terceiro Reich; por terem comido ou fumado em circunstâncias proibidas. Faz parte das normas a desproporção entre a importância da infração e a do castigo.

Terminado o rito da chamada e da segunda chamada, ao final do dia voltam aos barracos para fazer fila diante do caldeirão do *kapo*, consumir o jantar e fazer alguma pequena tarefa pessoal antes que a sirene das 21 horas ordene o silêncio. É uma ordem que não admite exceções, e sair da barraca depois do toque da sirene, mesmo que para um rápido passeio à sombra da torre de vigilância, pode custar a vida. O pedantismo alemão não se dá ao trabalho de registrar todas as vítimas, somente algumas são relacionadas à condenação e execução, enquanto as assassinadas ocasionalmente pelos vigilantes ou pelos SS não deixam sequer sinal, ao contrário do que sucede com os deportados condenados explicitamente ao fuzilamento, como reféns de uma represália, às

vezes fora do campo. Desnuda-se o indivíduo, transcreve-se seu número de matrícula, ele é colocado diante do paredão da morte e assassinado com um golpe na nuca; depois disto, arrasta-se o cadáver ensanguentado pelo campo, para assinalar sempre o valor pedagógico da execução.

Um ex-prisioneiro do campo, que sobreviveu milagrosamente a Auschwitz, deixou a descrição de uma cena que aconteceu diante dos seus olhos: "Um dia, vimos Palitzsch junto a um homem e a uma mulher que levava pela mão uma criança menor, enquanto outras duas, mais velhas, de quatro e sete anos, caminhavam ao seu lado. O grupo se dirigia para o bloco 11. Não esquecerei nunca a cena que se desenrolou diante de nossos olhos. A mulher e o homem não opuseram resistência quando Palitzsch os colocou diante do muro da morte. Tudo aconteceu no silêncio mais absoluto. O homem levava pela mão o menino, à sua esquerda, e junto com a mulher apertavam a mão de outra criança, que estava no meio deles. A mãe abraçava o menorzinho.

Primeiro Palitzsch atirou na cabeça do recém-nascido: o tiro na nuca fez explodir-lhe o crânio, provocando um enorme derramamento de sangue. O pequeno debateu-se como um peixe quando a mãe o apertou ainda mais forte.

Depois Palitzsch disparou contra a criança que estava no meio. O homem e a mulher continuaram imóveis, como estátuas de pedra. Palitzsch lutou com a criança mais velha, que não queria ser morta, jogou-a no chão e, saltando sobre suas costas, disparou em sua nuca. No final, fuzilou a mulher e o homem."

Oferecem uma contribuição essencial ao enfoque científico do Holocausto os médicos nazistas que utilizam os deportados judeus dos dois sexos para suas pesquisas e suas experiências, com particular interesse no que se refere aos tumores ou à esterilização — tema fundamental na ideologia dos camisas-marrons. Em muitos casos a febre científica acelera a morte das cobaias humanas, mas isto está dentro das normas do campo. A mesma coisa, e em uma escala ainda mais ampla, acontece com os casos de hospitalização nas enfermarias do campo, que acolhem um número sempre crescente de deportados doentes, em consequência das condições de vida e de trabalho a que estão submetidos, ou dizimados por patologias devastadoras, como a tuberculose, o tifo petequial e uma forma aguda de diarreia que obriga os doentes a defecar até cinquenta vezes ao dia. Reduzidos a esqueletos e frequentemente "confundidos com os mortos", os hospitalizados nas enfermarias jazem inertes até a morte, entre excrementos e rios de urina, em uma atmosfera irrespirável e nauseabunda.

Entre os deportados os médicos judeus representam uma das poucas categorias privilegiadas, simplesmente porque os dirigentes do campo precisam deles, assim como precisam dos *kapo*, dos vigilantes, dos músicos, dos alfaiates, dos sapateiros, dos cozinheiros. Diferente é o caso de algum rapaz atraente ou de

alguma jovem mulher mais disponível, que pode tentar sobreviver caso se resigne a satisfazer os gostos das autoridades do campo, os chamados *Prominenten*, que entre os arianos incluem até os garis e os guardiões das latrinas. Proeminentes, mesmo que só temporariamente, e com a condição de aceitarem um papel abjeto, são os componentes das chamadas *Sonderkommando*, as equipes especializadas, judeus aos quais — como escreveu Primo Levi — se oferece de forma completamente provisória "uma boa probabilidade de sobreviver, exigindo-lhes em troca a traição da natural solidariedade a seus companheiros". São escolhidos no momento da chegada no campo, entre os deportados mais jovens e robustos. Enganados no primeiro momento quanto a seu verdadeiro destino, acabam por aceitá-lo na esperança de sobreviver — salvo uma pequena minoria que tentará a rebelião individual ou a de grupo, encontrando, naturalmente, a morte imediata. Os outros com o tempo se dão conta de ter apenas adiado o último encontro, visto que logo serão substituídos por novos "fornalheiros". Porém, graças às suas anotações e a seus testemunhos, escondidos em cantis ou em recipientes de vidro debaixo dos escombros a que foram reduzidos os crematórios pelas SS pouco antes da chegada dos soldados aliados, pôde-se reconstruir a fase final do extermínio.

À chegada dos comboios, depois da seleção feita pelos SS de serviço, os deportados mais frágeis, as mulheres, as crianças, os velhos e os adultos já extenuados pela viagem são encaminhados para a morte. Quando a sala das duchas fica longe, são utilizados os caminhões. Quando fica relativamente perto, os desgraçados devem alcançá-la a pé. Entre as mulheres grávidas, algumas em final da gestação, muitas parirão enquanto agonizam.

Frequentemente as câmaras de gás estão ocupadas, e a fila do caminhão que chega tem de esperar sua vez nas redondezas, por vezes sem imaginar sequer que "as nuvens de fumaça que cobrem o sol, as labaredas enormes atrás daquelas cortinas de fumaça, o fedor nojento que impregna a atmosfera procedem da cremação dos milhares de seres humanos" que os precederam.

Terminada a espera, os condenados da segunda leva são encaminhados para os vestiários subterrâneos, a pretexto de serem submetidos a um banho e à desinfecção. Assim que ficam nus e são molhados, têm de percorrer o último trecho do caminho: acabam na sala das duchas, enquanto atrás deles se fecha hermeticamente a porta do aposento, fora do qual ficam os SS e o médico que os acompanha. Mais um instante e através dos furos dos chuveiros começa a sair o gás venenoso, o Zyklon B, cujo efeito mortal se verifica em torno de poucos minutos — o quanto basta para que as mães, os velhos e, de modo obscuro, também as crianças percebam o que está acontecendo.

O médico das SS que acompanha a operação pelo olho mágico da porta constata a morte de todos os prisioneiros e em seguida ordena que funcione o

aparelho de ventilação do local. Meia hora mais tarde, a porta da sala se abre e os componentes do *Sonderkommando* começam a desempenhar suas funções: arrastam para fora da sala os cadáveres dos compatriotas asfixiados pelo gás e tiram deles joias e dentes de ouro para entregá-los, juntamente com os cabelos das mulheres, às SS; em seguida transportam os pobres corpos para cremá-los nos fornos. Se o cadáver não ficar completamente incinerado, têm ordem de estilhaçá-lo com um pequeno martelo de madeira, para espalhar os restos, como se faz com todos os outros, usando-os como fertilizantes nas terras vizinhas ao campo.

Ao idealizarem este procedimento e confiarem boa parte de sua execução a seus esquadrões especiais, os nazistas conseguiram um duplo objetivo: o de dar uma solução final à questão judaica e de demonstrar, ao mesmo tempo, que "esta sub-raça, estes sub-homens se prestam a toda e qualquer humilhação, até à destruição de si mesmos". Ao liquidarem, em seu devido tempo e lugar, os "filhos de Caim" do *Sonderkommando*, eles pensaram ter se desvencilhado de testemunhas incômodas, sem suspeitar que eles conseguiriam, apesar de tudo, registrar a terrível memória daquilo que tinham visto, e da infâmia de que foram obrigados a se tornar cúmplices.

A sua batalha

O autor do Holocausto, Adolf Hitler, nasceu a 20 de abril de 1889, em um vilarejo austríaco nos arredores de Linz, perto da fronteira com a Bavária, isto é, daquele mundo alemão que iria exercer sobre ele uma fatal atração.

Alois, o pai, é filho natural de uma camponesa seduzida por um senhor, talvez de origem judaica, que só viria a reconhecer o fruto desta relação com avançada idade. Modesto funcionário da Alfândega do Império da Áustria, Alois queria encaminhar o rapaz para a mesma carreira, mas este, sendo, ao contrário, extrovertido e visionário, julga possuir um talento artístico, de pintor ou mesmo de arquiteto (daí, muitas décadas mais tarde, sua preferência por Albert Speer). Embora sendo muito ligado à sua mãe, Adolf não aceita a orientação de Alois e, por fim, abandona a escola técnica e tenta, sem sucesso, a admissão na Academia de Belas-Artes — uma ferida que não se fechará nunca, embora, paradoxalmente, a frustração pelo fracasso se transforme em um complexo de superioridade, que o induz a rejeitar qualquer sistematização prática e a fechar-se em desdenhoso isolamento, quer por não comungar das ideias comuns a seus contemporâneos, quer por ser tímido e evitar as garotas.

Na verdade, parece ter havido uma moça, uma jovem bela e rica, por quem Adolf ter-se-ia apaixonado, sem ser correspondido, não se sabe se antes ou depois de sua mudança para Linz com sua mãe, já viúva, e com Paula, sua irmã. Seja como for, nesta cidade tem o primeiro encontro fatal da sua vida, no Teatro da Ópera, onde escuta Wagner pela primeira vez. Mas em 1908, tendo ficado órfão também da mãe, quando estava com pouco menos de vinte anos, ele se transfere para Viena. Com a moral abalada e uma notável confusão de ideias que só com o tempo se tornarão menos vagas, depois de Wagner, o jovem começa a aproximar-se de outro gênio alemão, por cujas ideias se apaixona, embora o lendo talvez superficialmente: Friedrich Nietzsche. De qualquer forma, o período que transcorre na capital o marca profundamente.

Vive este período *en maudit*3 vagabundeando de um dormitório a outro e ganhando o pão de cada dia de maneira improvisada: pinta cartões com vistas da cidade e os vende por poucos tostões nas ruas ou nos botequins, refúgio noturno em que conhece amigos ocasionais, tão transviados quanto ele, com quem trava

ferozes discussões políticas. É nestas ocasiões que manifesta os primeiros sinais de uma singular oratória, ora fascinante, ora deprimente, caracterizada pela repetição martelante e obsessiva de uns poucos conceitos e impulsos interrompidos, gestos improvisados e repentinos de cólera que deixam os ouvintes atônitos. Mais tarde aperfeiçoará seu estilo com um cálculo mais premeditado dos efeitos; porém, já desde este período, em Viena, revela uma curiosa capacidade de hipnotizar os ouvintes com afirmações terminantes e irracionais, das quais, por outro lado, já emergem opiniões bastante reacionárias.

**"Como um marginal", em francês no original. (N. T.)*

São anos nos quais toma corpo o seu antissemitismo, de que vai ter provas um judeu-húngaro, vendedor de roupas usadas, um tal de Neumann, que se hospeda com ele por um algum tempo na Casa dos Solteiros. Este lhe cede, ou lhe vende a preço de amigo, uma capa usada que mal cobre os joelhos do jovem de Linz — um gesto cortês que não impede que Adolf lhe vote uma crescente antipatia, devida exclusivamente a sua origem judaica. Nesta época ele coloca os judeus no mesmo plano dos socialdemocratas e dos padres, a quem detesta, tal como detesta os Habsburgo, considerando-os responsáveis pela estrutura multirracial do Império, que é, a seu ver, um ultraje à nação germânica. Sua "visão estável e pessoal do mundo", a que os alemães chamam de *Weltanschauung*, já está se delineando nas atitudes de "mentir com convicção e dissimular com candura", com a mais absoluta falta de escrúpulos, um total desprezo às massas e, sobretudo, aos dirigentes políticos e sindicais que, segundo ele, as utilizam como matéria informe a ser modelada.

A seu ver, é gente indigna de pertencer a um grande povo como o alemão, e nesta ideia da necessidade de excluir alguns grupos da comunidade nacional em consequência da ideologia ou amoralidade de que são portadores, percebe-se já um projeto de discriminação que se juntará ao antissemitismo quando o jovem austríaco vier a se convencer de que os "funestos" ensinamentos marxistas dados ao proletariado não são mais que um fruto do "caráter específico" de seus profetas judeus.

Em Hitler as ideias nascem sempre de motivações instintivas, de impulsos de seu humor ou mau humor. Em sua juventude não existiu apenas o comerciante de roupas usadas Neumann. Em *Mein Kampf*, o famigerado livro-manifesto que escreverá depois da Primeira Guerra Mundial, ele fala de outro encontro

determinante: o do dia em que viu parar diante de si, em uma rua da velha Viena, "um indivíduo com cabelos compridos e cachos soltos sobre as têmporas, e usando um longo casacão", e entendeu imediatamente que não poderia ser "um verdadeiro alemão". Vai convencer-se definitivamente disto ao deparar com um daqueles inúmeros libelos antissemitas que naqueles anos circulam nos ambientes conservadores da capital, no qual vê confirmada a visão "de pesadelo" que dele se apossara diante daquele pobre homem de cabelos despenteados: centenas de milhares de saudáveis garotas germânicas seduzidas e estupradas por "repulsivos judeus bastardos de pernas tortas" — uma fantasia mórbida sobre cujo significado Adolf poderia ter consultado um certo Doutor Freud, que qualquer um poderia consultar em Viena naquela época.

Pode ser que a alergia à tolerância e ao cosmopolitismo característicos do Império Habsburgo tenha induzido, em 1913, o filho de Alois Hitler a emigrar para a Bavária, onde no ano seguinte é surpreendido pela deflagração da Primeira Guerra Mundial. O pintor frustrado é um bom soldado: voluntário em um regimento bavarense comporta-se corajosamente, é condecorado e por duas vezes ferido, a segunda vez, em 1918, quando fica quase cego em Ypres, na Bélgica, devido aos gases asfíxiantes.

A participação na guerra foi feita com total dedicação de sua parte, reforçando sua fé na grande Alemanha. Por ocasião de uma primeira internação, em 1916, e durante a licença que se seguiu, em Mônaco, já advertira o contraste entre o sacrifício dos soldados na frente de batalha e a distanciada imoralidade dos burgueses, que enriquecem com o mercado negro ou se abandonam aos prazeres da vida civil. Mais tarde confessará que, se já estivesse no poder, teria adotado "drásticas medidas militares" para acabar com aquele desgostoso espetáculo, suprimindo os partidos e fechando o Parlamento.

Durante o segundo período passado no hospital em Pasewalk, na Pomerânia, chega a ele a notícia inesperada do armistício e, ignorando que fora pedido pelo próprio comando supremo da Reichswehr, atribui a iniciativa a um suposto complô de socialdemocratas e republicanos, os "criminosos de novembro", que teriam apunhalado pelas costas os gloriosos combatentes para assumir o poder. É uma mentira "descarada e fraudulenta", mas que vai ser acreditada pela maioria dos soldados que voltavam da guerra, cuja situação é agravada pela falta de trabalho — uma das razões que induzem Hitler a dedicar-se à atividade política. Tendo voltado da Pomerânia a Mônaco, na Bavária, é testemunha dos tumultuados acontecimentos que se seguem à Revolução de 1918, intensificados, no ano seguinte, com a proclamação de uma República "soviética" que, depois de um mês, divisões do Exército e voluntários das corporações francas viriam a derrubar. Por trás do movimento dos soldados que retornam está uma direita conservadora representada em sua maior parte pela aristocracia latifundiária, pela cúpula da casta militar e pelos grandes burocratas, que temem uma eventual

hegemonia da burguesia intelectual e empresarial talvez com a mesma intensidade com que temem as organizações do proletariado marxista. Esta dupla preocupação a induz a superar o desprezo elitista que, apesar de tudo, sente pela brutalidade e a vulgaridade da corja nacional-socialista.

Durante estes anos a Bavária monarquista é o epicentro da reação: Hitler nela se movimenta como um peixe na água. Entrando em contato com muitos agitadores que, em seu devido tempo, figurarão no partido e no governo nazista, torna-se respeitado pelo fanatismo de suas ideias, a ponto de lhe confiarem a tarefa de levar aos voluntários dos corpos francos a boa notícia do antissocialismo e do antisemitismo, daí vindo em seguida a ser inserido entre os dirigentes do partido "dos trabalhadores alemães" — um nome que não é escolhido por acaso, porque os nacional-socialistas olham com admiração tanto para a capacidade do centro (*Zentrum*) católico de conseguir adeptos entre a classe média quanto para a tendência de socialistas e comunistas à organização da classe operária. Na noite de 12 de setembro de 1919, o futuro chanceler do Terceiro Reich participa de uma reunião de companheiros em uma cervejaria na periferia de Munique e se dá facilmente conta de que, na prática, o movimento está partindo do zero, ou quase — uma situação ideal para uma personagem como ele, enérgico, ambicioso e ilimitadamente confiante em sua personalidade. Aceita, por isso, ser o sétimo membro do Comitê-Diretor e a partir daquela noite mergulha em uma aventura existencial que sacudirá a Europa a ferro e fogo.

Os ex-combatentes das brigadas de assalto, as SA de Ernst Rohm, estão dispostos a qualquer tipo de violência, enquanto a propaganda do partido acusa incessantemente o governo de "traidor" e de "omisso" nos comícios em que o futuro Führer faz suas primeiras provas, juntamente com seus novos amigos: Alfred Rosenberg, um refugiado báltico de origem alemã, que é considerado o teórico do racismo; Hermann Goering, já piloto da Luftwaffe e *boss* da direita prussiana; e Rudolf Hess, que será o braço direito de Hitler até a rocambolesca aventura na Grã-Bretanha durante a Segunda Guerra Mundial.

Todavia, em primeiro de novembro de 1923, a empreitada com a qual os nacional-socialistas começam, tentando tomar de assalto o governo regional da Bavária, aborta miseravelmente. Os chefes vão todos parar na cadeia, inclusive Adolf, de 34 anos, que acaba, contudo, transformando o processo em uma provocativa arenga, da qual se serve para renovar as acusações aos "traidores" de 1918 e para proclamar-se um "revolucionário contra a revolução".

Solto depois de pouco mais de um ano, leva consigo o *Mein Kampf*, um pesado libelo ditado a Hess, no qual descreve não só os princípios em que se inspira sua "batalha", como o projeto concreto de política interna, externa e militar que se propõe realizar. No livro, princípios e projeto são tão explícitos que, durante muito tempo, nenhum líder democrata, na Alemanha e no estrangeiro, os leva a sério,

até mesmo porque parecem expressões de um pensamento extravagante e inconsistente, sintetizados em um binômio tirado da mais folclórica bagagem da cultura germânica: o sangue e a terra. O sangue significa a afirmação da pureza e da superioridade do povo alemão sobre todas as outras etnias e, portanto, o racismo; a terra alude ao espaço vital que cabe a este povo, cuja expansão deve realizar-se para o Leste. A ideia central do livro é a de que os judeus estavam organizando um complô em escala mundial, utilizando tanto os recursos financeiros do capitalismo quanto as ideias subversivas do bolchevismo para revolucionar e destruir os povos arianos.

"Prolixo e desordenado, porém demagogicamente eficaz em algumas páginas", o *Mein Kampf* logo se torna o evangelho do Partido Nazista, reconstituído em fevereiro de 1925 pelo chefe austríaco que, depois da lição do *putsch*,⁴ adia para tempos melhores a conquista violenta do poder, mesmo que isto o obrigue a ter de enfrentar as impaciências de seus piores opositores externos, extremistas com o Major Rohm ou os irmãos Strasser, que se mostram contrários à sua linha legalista, especialmente depois do fracasso eleitoral que se dá em 1928.

4 O putsch (sublevação armada) — Alusão aqui ao famoso episódio de 8 de novembro de 1923, quando Hitler entra de assalto em uma cervejaria anunciando a queda — mentirosa — dos governos da Baviera e do Reich, propondo-se a assumir a direção política do novo governo nacional. A tentativa de golpe termina em fracasso. (N. T.)

Mas sua tática é a mais eficiente. Como sujeito esperto e afortunado que é, aproveita no ano seguinte a ocasião que lhe é oferecida pela Grande Depressão de 1929 e pela política de reconciliação do governo com a França, para aliar-se aos nacionalistas, recolhendo apoios e consenso em todo o país com suas investidas contra o desemprego, o egoísmo dos grandes capitalistas e do judaísmo internacional. Os grandes capitalistas não se ofendem; ao contrário, até lhe garantem apoios substanciais, que ele faz frutificar na campanha para as eleições políticas de setembro de 1930, conseguindo, apesar da situação geral de miséria e de desnorreamento, um sucesso de proporções inauditas: seis milhões e meio de votos contra os 810 mil dos anos anteriores. É nesta campanha eleitoral que começa a formar-se um mestre da propaganda e da mentira — o Doutor Joseph Goebbels, manco e pérfido como Belzebu — e a afirmar-se Heinrich Himmler como chefe das ferozes SS.

No torneio eleitoral que se segue, de 1932, embora se apresentando reforçado

pelo apoio dos amigos do Presidente Hindenburg, o Führer fica ainda por um ano fora do governo. Só em 30 de janeiro de 1933 consegue de Hindenburg o encargo de formar, com os ministros do Centro Católico, o novo Executivo, desta vez abertamente apoiado pelo General Von Blomberg e por todo o Estado-Maior, que contam com a perspectiva do rearmamento declaradamente previsto no programa hitlerista, em ostensivo menosprezo pelo tratado de paz. Favorecido com a cumplicidade das classes dirigentes e com a surpreendente acomodação da oposição de esquerda, o novo chanceler garante para si o poder absoluto no decurso de poucas semanas. Tendo em vista as eleições gerais, emite um decreto que habilita seu governo a suspender as liberdades constitucionais todas as vezes que considere em perigo a ordem pública. Para estabelecer as premissas da ditadura, move-se habilmente em todas as direções: a casta militar e a grande indústria ficam seduzidas com seu projeto de rearmamento e de expansão para o Leste; os empresários veem sua autoridade restaurada nas fábricas com a liquidação dos sindicatos e consideram-se representados na cúpula pelo Doutor Schacht, ex-presidente do Banco Central, e agora conselheiro financeiro de Hitler; as forças da ordem, e até mesmo o círculo do antigo Presidente Hindenburg — este já totalmente imbecilizado —, assistem, sem intervir, às inauditas violências com que os esquadrões de assalto conduzem a campanha eleitoral. Quanto às esquerdas, socialista e comunista, estão tão divididas entre si que não conseguem sequer organizar uma manifestação de protesto à altura da gravidade do desafio.

A 27 de fevereiro, duas semanas antes das eleições, um misterioso incêndio destrói grande parte do Reichstag. Os nazistas aproveitam a ocasião: a Gestapo, a polícia política criada por Goering, captura um holandês mentecapto, um tal de Marinus Van der Lubbe, e o acusa de ter ateado fogo ao Parlamento a mando de três dirigentes comunistas búlgaros que estavam em Berlim, entre os quais o famoso Dimitrov, que se tornaria futuramente secretário do Komintern. Quer se trate de uma hábil montagem ou de exploração de um gesto individual, a conclusão é que uma magistratura ainda independente condena à morte o infeliz holandês, mas absolve ostensivamente Dimitrov e seus companheiros, que em Moscou são aplaudidos como intrépidos heróis. Na Alemanha, ao contrário, agitando o espantinho do terrorismo comunista, a Gestapo manda prender milhares de dirigentes, militantes e intelectuais de extrema esquerda, ao mesmo tempo que lança outro decreto-lei, destinado a neutralizar uma suposta "traição" ao povo alemão, mas que, na prática, cancela o estado de direito e com ele o sigilo postal e telefônico, a liberdade de imprensa e de associação, bem como todas as garantias de defesa para detentos e prisioneiros políticos, destinados assim a terminar, em sua maioria, nos campos de concentração, nos quais as condições de trabalho e de vida são já desumanas.

A esta altura, Hitler espera que as eleições de 5 de março lhe garantam a

maioria absoluta e, no momento em que consegue apenas 44% dos votos, aperfeiçoa pessoalmente o resultado com um discurso muito explícito, pronunciado em presença de todos os Pais da Pátria, por ocasião da inauguração do novo Reichstag. A essência do discurso é que, a partir deste momento, não é mais o Parlamento que faz as leis, e sim o governo, com base em mais um decreto, que pretende — não sem involuntário humorismo — eliminar "os sofrimentos do povo e do Reich", atribuindo ao chanceler a faculdade de modificar a Constituição — ou como se apressa, aliás, a fazer, liquidando os governos regionais e suprimindo todos os partidos, a não ser o seu.

Finalmente, a primeiro de maio, com um toque de perfídia, adota de surpresa a festa proletária como "Dia do Trabalho", mas no dia seguinte liquida as ligas sindicais, manda prender e deportar seus chefes, proíbe os contratos coletivos e o direito de greve. E assim a noite cai sobre a Alemanha de Weimar.

Contudo, embora tenha dado tal golpe de Estado com fulminante eficácia, antes de enfrentar a segunda parte do programa, ou seja, a guerra contra os vencedores de Versalhes e contra o Kremlin, o Führer se empenha em consolidar definitivamente as relações com seus dois grandes e indispensáveis aliados, os empresários e os generais. Para conseguir isto, terá de liberar o campo dos últimos mal-entendidos ocultos no próprio movimento nacional-socialista, onde a esquerda o censura por sua excessiva condescendência para com a grande indústria, e particularmente para com o Major Rohm e os demais chefes das SA, que sonham transformar suas tropas de choque em uma milícia capaz de marginalizar o Exército e seus arrogantes generais. Chega-se, assim, ao verão de 1934. O Führer está em Veneza, onde dá lentamente início a seu primeiro contato com Mussolini, quando de Berlim o avisam do complô das SA. Encerrando os colóquios italianos, o austriaco volta precipitadamente para a Alemanha, decidido a resolver pessoalmente a questão. Começa assim o que passará à história como "a noite dos longos punhais". O Führer aproveita a ocasião para desembaraçar-se de muitos velhos inimigos — inclusive de alguns generais com os quais tem uma dívida de gratidão muito forte — e de alguns colaboradores de Von Papen, que pagam pela escassa confiança do chanceler em seu vice. Mas, naturalmente, se começa com as SA.

Às duas da madrugada de 30 de junho, Hitler, acompanhado por Goebbels, pega um avião para ir a Badtwiessee, localidade às margens do Lago de Tegern, onde sabe que Rohm e seu Estado-Maior estão reunidos, no Hotel Hanselbauer. Na realidade, os chefes das tropas de choque estão entregues a uma orgia desenfreada e os inúmeros homossexuais que fazem parte do Estado-Maior estão em companhia de jovens parceiros. Está amanhecendo sobre as águas do lago quando chega ao hotel um grande comboio de carros, nos quais, junto com o Führer e o ministro da Propaganda, viajam um esquadrão das SA armado até os dentes e um grupo de veteranos bavareses do partido. Mergulhados no sono, ou

ainda agarrados a seus amantes, os chefes das SA não colocaram sequer um serviço de guarda: "Subitamente, as portas dos quartos são abertas e ouvem-se gritos de pessoas apanhadas em atitudes inequívocas, muitas das quais não entendem o que está acontecendo, enquanto outras saltam da cama seminuas e tentam escapar."

É uma cena de *vaudeville*, que terá um final de tragédia. Os SS agarram seus antigos companheiros e os arrastam para o pátio do hotel, onde são imediatamente fuzilados o Vice-Comandante Heines e seu jovem parceiro, enquanto Rohm e os demais são levados para a prisão, em Mônaco. Sobre a mesa da cela em que fica alojado Rohm, dois oficiais das SS deixam um revólver com um subentendido: de que o Führer lhe pede que encerre como homem honrado sua torpe aventura. Mas o comandante das SA se recusa a fazê-lo: "Se tenho de ser morto", responde, "que seja Adolph que o faça."

Porém Adolph já está muito longe quando os dois oficiais das SS voltam à cela: "Ele fica em pé, nu até a cintura, banhado em suor, e faz continência. Gostaria de dizer alguma coisa, faz menção de abrir a boca, mas um dos dois assassinos o detém com um gesto. Fuzilam-no, olhando-o com desprezo."

Liquidada a cúpula das tropas de choque, acertam-se todas as demais contas pendentes. Com a ajuda de Himmler e dos chefes do Exército, dirige a operação, de seu escritório de Berlim, o *boss* da Prússia, Goering, a quem o Führer dera ordem de "eliminar sem piedade esses tumores". Se 84 SA terminam no paredão e centenas de seus companheiros são jogados na prisão, também o ex-Chanceler e General Von Schleicher e seu colega, Von Bredow, homem de Von Papen, são abatidos junto com Padre Stempfle, furioso racista, mas réu aos olhos do Führer por ter espalhado boatos caluniosos sobre sua relação incestuosa com a sobrinha, Geli Raubal. São igualmente fuzilados pelas SS o chefe da Ação Católica, Erich Klausener, e Gregor Strasser, o homem mais perigoso e determinado da esquerda nazista.

Os liquidados durante a "noite dos longos punhais" oscilam entre 400 e 1.000, alguns dos quais trucidados em circunstâncias particularmente angustiantes. Por exemplo, Ernst, o comandante das tropas de choque de Berlim, famoso por ter queimado o Reichstag dois anos antes, atribuindo a culpa aos comunistas, é surpreendido por seus assassinos em viagem de lua de mel para Bremen. Deixando a mulher em um lago de sangue, é levado de Bonn para Berlim, e ali posto diante do pelotão de execução, para que morra "de pé" — o que ele faz como bom nazista, com o grito de "Heil, Hitler!".

"Naturalmente", admitirá Goering, "na excitação geral foram cometidos alguns erros." De fato, na noite de 30 de junho, Willi Schmid, crítico musical de um grande jornal de Mônaco, está tocando violino pacificamente em sua casa enquanto a mulher prepara o jantar para seus três filhos quando chegam os SS e

o arrastam. Dois dias depois, o cadáver é devolvido por aqueles bons rapazes à viúva em lágrimas, a quem explicam ter confundido o músico com um quase homônimo oficial das SA, um tal de Willi Schmidt: um *t* de diferença foi fatal para o inocente marido da senhora, a quem os SS educadamente pedem desculpas. Afinal, só quem não age, não erra.

A "noite dos longos punhais" obtém calorosa aprovação por parte do Presidente Hindenburg, dos chefes da Reichswehr e dos grandes empresários: quando o Führer oferece uma rica recepção nos jardins da Chancelaria para encerrar a operação, toda a alta sociedade berlinense participa da grande *soirée*.

O apocalipse

Pouco mais de um mês se passara quando a morte do velho marechal permite que Hitler assuma também o cargo de Presidente da República, além de comandante supremo das Forças Armadas — este último, um *hobby*, à semelhança de Mussolini. A 4 de setembro, acolhido em Nurembergue com desenfreado entusiasmo por parte dos militantes, pôde inaugurar o congresso do partido com sua coreografia típica, proclamando que "a forma de vida alemã" está já fixada "para os próximos mil anos". Em suma, que ele já cumprira todas as premissas necessárias para dedicar-se à histórica façanha projetada no livro de sua luta: a reconstrução do Reich Imperial por meio da irrefreável expansão para o espaço vital que o espera no Leste. E o primeiro passo nesta direção não pode ser senão a anexação da Áustria, o marco oriental.

Porém não se trata de uma empresa fácil, pelo menos de imediato. No início de 1934, a Áustria está sendo governada por um regime conservador muito próximo do fascismo italiano, sobretudo por sua inspiração antissocialista, mas igualmente desconfiado em relação a Berlim. O Chanceler Engelbert Dollfuss, um católico de pequena estatura e caráter tenaz, é amigo pessoal de Mussolini, que na região danubiana precisa de sua simpatia, e da simpatia dos húngaros, para equilibrar a influência da França, ancorada à Iugoslávia na Pequena Aliança. Em suma, o Duce tem sérias razões de sentir escasso entusiasmo em relação ao chanceler alemão, ainda mais porque está trabalhando na conclusão de um pacto a quatro, com o qual italianos e alemães, franceses e ingleses deverão constituir uma espécie de diretório europeu para garantir a paz no Velho Continente e permitir-lhe conquistar a Etiópia para ressuscitar o Império "sobre as colinas predestinadas de Roma".

Neste momento as relações entre os dois ditadores são paradoxais. O italiano não tem muita estima por Hitler, subestimando-o como político porque lhe faltariam (a seu ver, entenda-se) finura e flexibilidade, e julgando-o, além disto, uma figura "um tanto ridícula e meio exaltada", autor de um livro ilegível como o *Mein Kampf* rodado de homens "em sua maioria fanáticos, e não raro imorais". O Führer, ao contrário, sente por ele enorme admiração, considera-o seu mestre, e no que se refere aos destinos imperiais do *Littorio* nutre uma única dúvida, sugerida pelas modestas virtudes guerreiras do povo italiano.

Seja como for, a 17 de fevereiro de 1934, a Agência Stefani divulga uma declaração, acordada entre os governos de Roma, Paris e Londres, de proteção à independência da Áustria: um raio em um céu sereno, que certamente não alegra a Hitler, mas o leva a acelerar o encontro com Mussolini, pedido inutilmente há meses. Conseguindo finalmente marcá-lo para meados de junho, e não em Roma, onde esperava ser recebido com grande pompa, mas em Stra, sobre o Brenta. É na tarde do dia 14 que os dois homens do destino se encontram: faz muito calor, ainda não existem condicionadores de ar e o mormaço pesa sobre o lago. Os membros da hierarquia fascista esperam que do avião que está chegando a San Nicolò dei Lido desça um poderoso guerreiro ariano, agalado como o Duce, que espera o Junker de transporte em uniforme de cabo de honra da *Milizia*, o quepe negro com a águia imperial, botinas altas, à frente de uma fila de excelências, cónsules, generais e centuriões de uniforme, com cinturões e punhais, menos agressivos na variante estival dos uniformes de linho branco. Mas, ao contrário, sobre a escada do avião perfila-se a figura de um quarentão, com a aparência de um funcionário público, com um impermeável claro ajustado na cintura e um chapéu mole na mão. Os presentes ficam igualmente chocados com o topete que o hóspede leva caído na frente e com o estranho bigode apenas desenhado sob o nariz. Há uma troca de saudações romanas entre os dois ditadores extremamente constrangidos, depois Hitler é apresentado a toda a hierarquia do partido, à qual estende a mão fazendo a devida reverência.

Concluída esta cerimônia preliminar, com que Charlie Chaplin certamente ter-se-ia mais tarde divertido na versão do Cinejornal LUCE, ele e seu interlocutor chegam por lancha à Villa Pisani, de Stra, para transferir-se no dia seguinte, depois de uma noite insone por culpa dos mosquitos, ao Palácio dos Alberoni, em Veneza.

Os colóquios não se encaminham bem. Hitler se entrega a sua aluvial eloquência com um tom monótono que dá sono, mas fica extremamente evasivo no que diz respeito ao tema que mais interessa a Mussolini: suas intenções quanto ao futuro da Áustria. Mussolini, por sua vez, obstina-se em falar alemão, língua que conhece mal e na qual se expressa com lentidão, como o faz aquele que tem de buscar as palavras. À mesa as coisas se tornam ainda piores, porque Mussolini, suando e bufando, se preocupa em manter uma dieta severa por causa de uma hipotética úlcera e o austriaco engole sua sopinha tecendo elogios "ao maior estadista do mundo". Na verdade, o Duce está preocupado com o desfile militar organizado para o hóspede, que mais tarde alguém descreverá de fato como "um desordenado desfile de soldados malvestidos, uma espécie de

caminhada de carteiros passeando livremente".

A visita à Bial de Arte e o concerto à noite no Palácio Ducal, no segundo dia do encontro, aprofundam o tédio e o mau humor de Mussolini, que no discurso oficial declara: "Hitler e eu nos encontramos aqui não para refazer ou modificar o mapa político da Europa e do mundo, nem para acrescentar outros motivos de inquietação aos que já perturbam todos os países do Extremo Oriente e do Extremo Ocidente." Depois, quando a sós, repete por duas vezes ao Führer: "Nós queremos que a Áustria continue sendo a Áustria", mas Hitler provavelmente não dá muita importância a esta peremptória afirmação, até porque já recebeu mensagens de Goering que lhe anunciam como iminente a tentativa de golpe das SA — que ao voltar à Alemanha usará como pretexto para desencadear sua Noite de São Bartolomeu. Quando volta para Roma, o Duce confia a Dona Rachel que o austríaco lhe pareceu "um homem violento, incapaz de se controlar e, sobretudo, mais teimoso que inteligente". E quando alguns dias depois vem a saber da matança organizada pelo Führer, comenta estarrecido com Edvige, sua irmã: "Mas de que ferocidade é capaz esse Átila redivivo? Os que ele matou eram os seus mais corajosos colaboradores! É como se eu chegasse a matar com minhas próprias mãos a Balbo, Grandi e Bottai."

O Átila, no entanto, prepara surpresas cada vez menos agradáveis. A 25 de julho, três semanas depois da "noite dos longos punhais", chega a notícia de que os nacional-socialistas austríacos, obviamente não sem o conhecimento do Führer, orquestraram uma tentativa *deputsch*, que seria frustrada pelo Exército, mas que deixaria uma vítima ilustre, o próprio Dollfuss, abatido a tiros de revólver nas salas da Chancelaria, exatamente quando sua mulher e filhos eram hóspedes da família Mussolini em Riccione. Preocupado com a brusca reação de Mussolini, que se diz "chocado com a brutalidade de acontecimentos que superam qualquer previsão" e envia para a fronteira do Brennero duas divisões, Hitler declara-se alheio ao complô, embora intimamente continue convencido da necessidade de realizar o *Anschluss*, porque considera sua antiga pátria parte integrante do mundo germânico, cuja unidade quer reconstruir.

Uma semana depois, a 2 de agosto, morre o velho Presidente Hindenburg. Submetida a um referendo eleitoral, a proposta de unificar os dois cargos máximos do Terceiro Reich em uma única pessoa é aprovada por 89% dos eleitores. Deste modo, embora seus colaboradores, já dominados pelo delírio do poder, se declarem em conversas privadas insatisfeitos com um resultado tão esmagador, ele permite ao Führer tornar-se também, e legalmente, o senhor absoluto do país, e ainda por cima com base em amplo consenso popular, no qual são exceções os intelectuais, os artistas, os cientistas, em particular os de origem judaica, alarmados com a intolerância que o regime nascente demonstra, inclusive no caso de um bárbaro ritual imposto por Goebbels: uma queima de livros proibidos no centro da Universidade de Berlim.

De qualquer modo, é a partir desse momento que se põe em movimento uma espécie de rolo compressor que, por mais de uma década, estará em condições de esmagar poderosos inimigos e devastar vastíssimos territórios, semeando morte e terror por toda a Europa. Albert Speer, o único ministro nazista que em Nurembergue condenará sem hesitações os crimes do Führer e a própria e imperdoável fraqueza em apoiá-lo, deixou uma definição bastante arguta do caráter daquele regime: "É a primeira ditadura de um Estado industrializado na moderna cera da técnica', uma ditadura que para dominar seu povo fez uso máximo e adequado dos meios técnicos. Com ajuda de meios técnicos, como o rádio e o alto-falante, a vontade de um único homem pôde impor-se a 80 milhões de homens. O telefone, o telégrafo, o rádio permitiram que as ordens da autoridade suprema chegassem diretamente até mesmo nas mais longínquas ramificações do poder, ordens que, devido a sua elevada origem, eram executadas sem a menor objeção. Foi assim que os dirigentes civis e os comandos militares receberam diretamente suas sinistras ordens. Os meios técnicos possibilitaram o controle capilar dos cidadãos e, ao mesmo tempo, permitiram que fatos delituosos fossem realizados no maior segredo."

O avanço do Átila teve início em 14 de outubro de 1933, quando fez sair a delegação alemã da Sociedade das Nações, acusando-a de ser uma organização a serviço dos vencedores de 1918. Há uma pausa para refletir sobre o fracasso do p *utsch* tentado pelos nazistas austríacos, e a seguir, em janeiro de 1935, dá-se a anexação da Saar (uma região que faz fronteira com a França, rica em fábricas e em minas) graças a um vitorioso plebiscito. Em abril do mesmo ano denunciavam-se as cláusulas militares do Tratado de Versalhes e se reinicia, em consequência, a convocação obrigatória: reunidos em Stresa, italianos e ocidentais renovam sem maior alarde as garantias à Áustria, sem se deixarem impressionar muito com a falta de comedimento do Führer, tanto que, pouco depois, a Grã-Bretanha chega a firmar com ele um pacto naval, visando à divisão mundial dos mares entre as duas frotas. Os conservadores ingleses estavam, portanto, concedendo ao chanceler uma espécie de licença para matar da qual ele se aproveitaria de imediato, primeiro promulgando solenes leis antissemitas "em defesa do sangue e da honra alemães", depois realizando, em março de 1936, uma decisiva prova de força cora a ocupação da parte de Renânia que acabara de ser evacuada pelos franceses e que deveria ficar desmilitarizada. Agora o vento sopra impetuosamente nas insígnias de Átila. Poucas semanas antes ele recebera do embaixador em Roma, Von Hassel, a notícia que há muito esperava: Mussolini gostara da posição tomada pela Alemanha durante a Guerra da Etiópia, de sua recusa em juntar-se aos protestos e às sanções dos países ocidentais e, por isso, não tem mais objeções políticas ou militares a opor ao *Anschluss*. A solidariedade de ambos ao *alzamiento*7 reacionário do General Franco na Espanha reforça ainda mais o entendimento

entre os dois países.

As últimas dúvidas do Duce caem por terra no outono seguinte, quando é solenemente convidado a ir à Alemanha, onde "tudo está preparado para dar-lhe o golpe de misericórdia e capturá-lo". Silvio Bertoldi contou as cenas da sedução orquestrada por Hitler, que, "como refinado psicólogo, percebeu os pontos fracos do Duce". Assim que ele desce do trem na estação de Mônaco, fá-lo passar entre duas filas de estátuas imperiais romanas, a última das quais é sua própria efígie. Em sua honra tinha sido ensaiada uma coreografia imponente: "Os SS de uniforme negro formam uma parede de aço, milhares de bandeiras tremulam em altíssimas hastes, as bandas militares tocam e inclinam-se diante do Duce os gloriosos estandartes de Frederico, o Grande." É "uma burlesca punição do contrapasso: o grande histrião da Romagna vê-se enredado em uma armadilha com os ouropéis de suas próprias fantasias neoclássicas. Há um momento ainda mais grosseiro de convencê-lo, que é quando o levam a assistir às alarmantes manobras do novo Exército alemão recomposto das cinzas de Versalhes e o acompanham em visita às Siderúrgicas Krupp: disciplina, caras fechadas e as armas com que estão sonhando.

"A fantástica noite de Berlim" prossegue, levando ao auge a magistral encenação. "Milhões de pessoas se aglomeram no Campo de Marte, ao lado do estádio olímpico, para ouvir a palavra do Duce, apresentado à multidão por Goebbels. O espetáculo é de tirar o fôlego. Mas eis que, de repente, cai uma chuva violenta, com raios e trovões no céu, uma verdadeira tempestade. Que importa? Mussolini continua, imperturbável, seu discurso em alemão, mesmo com as gotas molhando as folhas e apagando as palavras. Continua improvisando e a multidão resiste debaixo do aguaceiro. É o triunfo pretendido por Hitler e gozado quase sensualmente pelo Duce. No hotel encontra suas frutas preferidas, um calor reconfortante, e até flores. Chama Claretta por telefone e lhe conta tudo, em êxtase: 'Querida que você estivesse aqui comigo' para gozarmos juntos este sucesso...' Os alemães interceptam o telefonema e dão gargalhadas."

Depois de uma noite tão inebriante, o Duce caminha a passos largos para a conclusão da aliança que passará à história com o Eixo Roma-Berlim: será um lastimável precipício que, do "passo romano" às leis raciais, o levará à catástrofe. Seu cinismo é meramente de superfície, o de Hitler se enraíza em uma terrível concretude, como o demonstrará a intervenção militar na guerra civil espanhola, na qual ele se fará recompensar com uma nada desprezível penetração na indústria e no sistema bancário, ao passo que o Duce se contentará com a glória de uma empresa que, tal como a campanha na Etiópia, só terá algum retorno em termos de propaganda.

Contudo, o tratado italo-alemão firmado em 1937 encorajou, sem dúvida, o Führer em seus projetos expansionistas, embora no ano anterior, com a magistral

edição dos Jogos Olímpicos em Berlim, tenha buscado apresentar ao mundo uma imagem pacífica de seu regime. O único entrave que encontra nos anos de preparação à guerra está representado pela hostilidade do Vaticano, expressa em março por uma encíclica de Pio XI (*Mit Brennender Sorge*)* condenando expressamente o racismo — o que leva a Gestapo a sequestrar todas as tipografias de propriedade eclesiástica e a prender os sacerdotes católicos suspeitos de dissenso —, até porque o chefe do nazismo sempre se mostrou hostil ao cristianismo, cuja "moral compassiva" e rejeição obscurantista do racionalismo despreza. Em um primeiro momento ele se propõe inclusive a explorar os processos em curso, de sacerdotes acusados de atos contra a natureza, para desfechar uma ofensiva de propaganda contra a Igreja, mas a iminência da guerra o leva a deixar isto de lado, embora seja bastante rígido em termos de moral sexual.

**Com ardorosa ansiedade, em alemão no original. (N. T.)*

Existe a este respeito uma ampla documentação. A um colaborador que ouviu suas confidências no dia seguinte à "noite dos longos punhais" ele diria: "Veja só, estávamos desarmados e não sabíamos se aqueles porcos fariam com que seus guardas armados os defendessem." Encontrara ali um ambiente homossexual que lhe dera nojo: "Em um quarto surpreendemos dois rapazes nus." Em janeiro de 1938, destituiu o Ministro da Guerra Von Blomberg e o Chefe do Estado-Maior Von Fritsch por motivos ligados a seu puritanismo.

Recebendo um pedido de Von Bomberg, de autorizá-lo a desposar uma moça do povo mais jovem do que ele, serve-lhe até de padrinho, mas poucos dias depois ele é informado por Himmler de que no passado a atraente moça de povo posara para uma série de fotografias pornográficas e que chegara a ter problemas com a Delegacia de Bons Costumes: convencido de que o general sabia dos antecedentes da esposa e os tinha deliberadamente escondido dele, arruína sua carreira. Quanto ao Coronel-General Von Fritsch, por uma infeliz homonímia é considerado homossexual e também ele é destituído. E não se trata de pretextos, Goebbels conta em seu diário que de fato naqueles dias "o Führer parecia acabado; estava apagado, sem vida, com lágrimas nos olhos".

Aliás, ainda em 1938, o próprio ministro da Propaganda terá de renunciar a uma relação com a promissora atriz cinematográfica Lida Baarova, devido à intervenção da autoridade do chanceler, que o intima a deixá-la para não causar escândalo. Estará decididamente muito menos exigente por ocasião de sua união de fato com Eva Braun, com quem só se casará *in extremis*, no *bunker* de Berlim, em 1945.

Naturalmente, estes episódios fazem parte da crônica ordinária e servem

principalmente para ilustrar alguns dos aspectos de uma psicologia complexa e tortuosa como a do ditador austriaco. Nele convivem preconceitos pequeno-burgueses com a mais completa falta de escrúpulos morais, uma racionalidade intransigente com uma fé supersticiosa na magia, a máxima seriedade na realização do trabalho político com um febril aventureirismo de fundo. Há um discurso secreto feito por Goebbels em 1940, no dia seguinte à estrepitosa ofensiva para o Leste, que parece um manifesto do aventureirismo hitlerista. "O nacional-socialismo", diz o ministro da Propaganda a um restrito grupo de colaboradores, "jamais teve uma doutrina, no sentido de ver discutidos detalhes ou problemas. Queria apenas o poder. Só depois de tê-lo atingido é que passou a ter um programa a ser realizado ou até a ser inventado... Se alguém nos perguntar hoje como imaginamos a nova Europa, temos de dizer: não sabemos. É claro que nós temos uma ideia, mas, se tentarmos defini-la em palavras, isto vai nos criar de imediato inimigos e multiplicar as oposições."

Realmente, toda a estratégia político-militar do Führer está concebida como uma gigantesca aposta contra o tempo. Não que lhe falte uma inspiração programática — que é a expansão da grande Alemanha fundada em uma premissa ideológica declaradamente racista —, é a sua atuação que se torna até certo ponto aleatória, exatamente no momento em que se contrapõe à desenfreada vontade do Führer, em maio-junho de 1940, a vontade igualmente firme de Churchill e, em seguida, de Roosevelt. A guerra-relâmpago planetária que o chanceler alemão pensava levar vitoriosamente a cabo em aliança com o Japão torna-se uma miragem, e diante da nova situação ele passa a se comportar como um jogador de roleta, no sentido de que, quanto mais joga, mais se aproxima da ruína e mais aumenta as apostas. Sua aventura transforma-se assim em um Apocalipse que, em meados de 1945, vai comemorar sua vitória final sobre uma imensa pilha de mortos: primeiro, os dos países vencidos, depois os judeus e de outras vítimas do Holocausto e, finalmente, os próprios alemães, cujo território ver-se-á violado — o que não acontecera em 1918 — e dividido durante meio século entre os vencedores.

O desenrolar do conflito é já demasiado conhecido para merecer um relato detalhado. Entre 1938 e 1941, a sorte dos exércitos germânicos parece de tal maneira invencível que parece pesar sobre toda a Europa a gélida ameaça do milênio prometido por Hitler; depois a intervenção americana e a resistência soviética invertem progressivamente as relações de forças. E, pouco a pouco, três tempos fatais — a contraofensiva russa depois de Stalingrado, a derrocada da Itália fascista e o sucesso da Operação Overlord na Normandia — marcam as etapas do apocalipse nazista, que em abril de 1945 celebra o último ato do terrível *grandguignol* cuja direção estava entregue ao filho do guarda aduaneiro austriaco. Entre os escombros do *bunker* de Berlim para o qual já está se movimentando a vanguarda do Exército Vermelho, Hitler e Goebbels, os dois

maiores responsáveis pela mentira, se suicidam juntamente com a amante do chanceler (desposada *in extremis*), e mais a mulher e os inocentes filhinhos do ministro.

Antes da cena final, Átila faz ainda uma cena com Albert Speer, que tinha ido procurá-lo no abrigo subterrâneo poucos dias antes do acerto de contas: "Ao me receber, Hitler não demonstrou a mesma comoção da última vez, quando, algumas semanas antes, lhe havia solenemente jurado minha fidelidade. Não mostrou, aliás, emoção alguma. Encontrei-o ausente, como se sua vitalidade interior estivesse definitivamente extinta... Depois me perguntou de repente: 'Diga-me uma coisa, devo permanecer aqui ou me refugiar em Berchtesgaden? Jodl me garantiu que eu teria tempo para isso até amanhã.'

Aconselhei-o a ficar em Berlim, porque era o que realmente julgava mais correto. O que mais teria ele a fazer em Obersalzberg? A queda de Berlim era o seu fim, a conclusão definitiva de sua luta. 'O senhor é o Führer', disse, 'e, se tem de morrer, por que irá morrer em sua casa de fins de semana? É melhor que morra aqui, na capital' (...) Ele não disse mais que tudo poderia ainda se inverter, que ainda havia esperanças. Ao contrário, falou-me de sua morte com um tom apático, cansado, como se já fosse uma coisa decidida: 'Eu também decidi que vou ficar aqui, queria apenas ouvir mais uma vez seu parecer.'

Depois continuou, sem raiva: 'Não vou mais lutar. Não quero me arriscar a ser apenas ferido e a cair vivo nas mãos dos russos. Não quero nem que os meus inimigos façam estragos a meu cadáver. Por isso já dei ordem de que meu corpo seja cremado. Vou dar um tiro em Blondie, depois me suicido juntamente com a Senhorita Braun. Creia-me, Speer, não será difícil. É apenas um momento e depois estarei finalmente livre de tudo, desta existência atormentada.'

Blondie, naturalmente, é o cão de Hitler, que demonstra a ele e à Senhorita Braun sua amizade, matando-os. À sua maneira, é um sentimental.

A infecção

É óbvio que o antisemitismo não nasce com o criador do Holocausto, embora este tenha deixado com ele uma página indelével. No mundo clássico, o fenômeno é absolutamente esporádico e não tem nada em comum com o racismo, nascendo simplesmente do confronto entre a ciumenta reivindicação judaica da religião monoteísta e da relação de preferência ("o Povo Eleito") para com um Deus uno, e a incompreensão, o afastamento cultural dos demais cultos. Nem mesmo no âmbito romano, além da irritação com o fanatismo religioso dos pequenos grupos judaicos, manifestam-se conflitos de monta.

Quando Tito destrói o Templo, em 70 d.C, trata-se simplesmente de um episódio de impiedosa repressão à revolta judaica por parte do exército invasor.

É a afirmação do cristianismo que coincide, porém, com o início de uma discriminação do povo judeu como "deicida", cúmplice ou até mesmo protagonista da crucifixão do Redentor, cavando entre as duas culturas um sulco ainda mais profundo por estar a pregação evangélica ligada à tradição bíblica, ultrapassando-a de certa forma. Depois da dissolução do Império, a discriminação assume nas Monarquias bárbaras um caráter duramente persecutório, a ponto de ser proibido aos judeus se mostrarem em público durante as festividades cristãs, de ser-lhes vetado casar com uma cristã ou ter escravas cristãs, impondo-se muitas vezes a conversão forçada ou tirando os filhos dos pais para educá-los à maneira cristã. É nesta época que a discriminação começa a obrigar os judeus, excluídos dos ofícios públicos, a se dedicarem às profissões liberais, ao comércio ou a atividades financeiras, tanto que Carlos Magno proíbe os monges de comerciarem com os judeus, que se tornaram demasiado hábeis, como acontece frequentemente com quem é obrigado a sobreviver em um ambiente hostil.

Mais alguns decênios e desta mistura de discriminação e "prevenção" em matéria teológica passar-se-á à agressão, ao linchamento, ao massacre de indivíduos isolados, famílias ou comunidades judaicas. Como afirma Arno J.

Mayer, é provavelmente a Primeira Cruzada à Terra Santa que vai representar o protótipo de todas as variantes de guerras religiosas que se seguiriam, com a exaltação e a crueldade que elas implicam. Os papas se abstêm de condenar os excessos dos cruzados na Europa e na Terra Santa, daí surgindo uma preciosa lição para o comportamento a ser seguido posteriormente nos confrontos com as seitas heréticas, tão numerosas e combativas neste período, ou de qualquer outro indivíduo ou grupo que possa ser considerado descrente, até que passem a entregar tal tarefa ao tribunal da Santa Inquisição, que vai ser definitivamente legitimado pelo Papa Gregório IX, em 1234, e que se dedica sobretudo a avaliar os casos dos filhos da "tribo" de Judá que se mostram excessivamente respeitosos para com a fé dos pais.

Pagarão o preço disto principalmente os que habitam na Espanha, os chamados sefarditas, nome hebraico dos habitantes dos países que sofreram uma primeira e terrível perseguição em 1391, para serem a seguir obrigados, pelo menos em parte, no decurso dos dois séculos seguintes, a converter-se, mesmo que os cristãos continuem a não confiar neles e a deles falar depreciativamente como *marranos*, isto é, porcos. O golpe de misericórdia ocorre em 1492, quando Isabel de Castell e seu marido, Fernando, o Católico, enquanto Colombo descobre com sua ajuda a América, decidem expulsá-los em massa, juntamente com os mouros, obrigando-os a buscar refúgio em Portugal, na Itália e em outras

localidades do Mediterrâneo, onde conservarão por séculos a memória da antiga pátria e o uso da língua castelhana em sua versão do século 16.

O advento da Era Moderna torna mais delicados os costumes europeus e atenua assim o caráter cruento da perseguição racial e religiosa, embora seja exatamente nos primeiros decênios do século 17 que explode, na Guerra dos Trinta Anos, o ódio entre católicos e protestantes. Contudo o preconceito antissemita, que aflora também no drama de Shylock e em outras passagens das tragédias shakespearianas, permanece forte. E embora no século seguinte o Iluminismo e a Revolução Francesa venham a favorecer a abolição do gueto e a emancipação social dos judeus, a cultura da rejeição continuará a dominar vastos extratos da comunidade eclesiástica (disto pedirá desculpas, no devido tempo, o Papa João Paulo II), do mundo ocidental e da burguesia bem-pensante, como o demonstra o caso Dreyfus, na França, no final do século 19.

Episódios dramáticos são registrados nos países da Europa oriental, Rússia e Polônia, Hungria e Romênia, onde até os primeiros anos do século 20 irrompem furiosamente os *pogroms*, sangrentos morticínios coletivos de judeus asquenazi, entre os quais florescerá, e não por acaso, uma esplêndida literatura iídiche, a língua falada por aqueles grupos, uma mistura de alemão, russo e hebraico.

Aliás, pertence aos últimos decênios do século 20 uma elaboração pseudocientífica do antissemitismo, que parte de um texto escrito em 1855 pelo diplomata francês Joseph Arthur de Gobineau, no qual ele pretende demonstrar em termos científicos a "desigualdade das raças humanas" — uma corrente de pensamento que encontrará em Paul de Lagarde, em Adolph Wahnund e principalmente no musicólogo wagneriano Houston Stewart Chamberlain os defensores de uma superioridade da raça ariana, particularmente dos povos germânicos, desmedidamente exaltados em comparação com as populações semitas, a cuja civilização faltariam originalidade e genialidade. Entre parênteses: no decorrer do século 20 esta "raça inferior", apesar do Holocausto, conseguirá uma espantosa coleção de Prêmios Nobel para a ciência e a literatura.

Entre o final do século 19 e o início do século seguinte, ideias como as de Gobineau e Chamberlain serão difundidas na Europa à medida que aprofundam suas raízes em ambientes conservadores que rejeitam em bloco qualquer interpretação da realidade e têm horror aos princípios democráticos, à concepção laica dos direitos humanos ou ao próprio pensamento científico.

São minorias aristocráticas que sobrevivem em alguns países da Europa não só à Revolução Francesa, como à própria Revolução Industrial, e tendem a viver como um pesadelo a perspectiva de uma afirmação definitiva da modernidade, como uma afronta às nobres tradições de um passado idealizado até o delírio. Desgostosas tanto com o materialismo dos capitalistas quanto com a irreverência

de seus operários, essas elites estão predispostas a receber as sugestões do racismo, identificando nos judeus, tão brilhantemente afirmados na sociedade e galvanizados pela emancipação, os subversores mais sistemáticos e perigosos da velha ordem.

A frustração e a sensação de insegurança e de medo estão na base das tendências racistas que se aguçam na Alemanha depois da imprevista derrota na Primeira Guerra Mundial, que, em virtude também das duras condições do tratado de paz, é vista como a derrocada de um mundo, um wagneriano crepúsculo dos deuses. Ainda mais porque, enquanto no Ocidente os financistas e empresários celebram seu triunfo com a marca do *new look* americano, no Oriente a Revolução de Outubro se apresenta como uma ameaça mortal trazida à civilização europeia pelo movimento comunista, no qual são numerosos e destacados os dirigentes de etnia judaica. É esta a infecção que já contagia Adolf Hitler desde os dezessete anos, quando deixa a casa materna e desembarca em Viena para tornar-se mais aguda em 1918, quando o armistício o surpreende no hospital militar em que se internara para tratar dos olhos queimados por gases asfixiantes. Torna-se endêmica e maniaca a partir do dia em que o soldado Adolf sai do hospital e começa a entrar em contato com outros ex-combatentes frustrados com a derrota e com a miséria em que esta derrota os deixara.

No *Mein Kampf*, a revelação deste ódio visceral se expressa em uma linguagem inexplicavelmente obscena, quase lúbrica — aliás, em linhas gerais, o estilo da polêmica antijudaica dos ambientes ultranacionalistas após a derrota de 1918 não é menos histérico. Os argumentos teológicos e pseudocientíficos do antissemitismo do século 19 transformam-se em injúrias das mais grosseiras, provavelmente visando a demonizar o suposto inimigo, a quem se acusa não só de ser o artifice de um complô contra a Alemanha do Kaiser, mas de ter igualmente inspirado os inúmeros espartaquistas que no imediato após-guerra e até o assassinato de Karl Liebknecht e Rosa Luxemburgo puseram seriamente em risco a ordem e a propriedade. Sem falar naquela vanguarda intelectual que, como já se observou, parece zombar do sadio bom-senso com uma vertiginosa girândola de paradoxos, de sarcasmos, de fantasias eróticas, por trás das quais os nazistas adivinham a maléfica influência do espírito judeu, corrosivo e nilista, empenhado em destruir deliberadamente a espiritualidade do *Herrenvolk*.*

**Herrenvolk (de herr = senhor + volk = povo) — Grupo nacionalista que se crê racialmente superior e destinado, portanto, a dominar os grupos inferiores. (N. T.)*

São ideias muito difundidas na direita logo após a derrota, mas que, provavelmente, não seriam suficientes para favorecer a afirmação do nazismo se o país não estivesse vivendo uma tumultuada contradição entre o desenvolvimento impetuoso de suas estruturas básicas — indústria, cultura, administração — e a persistência na cúpula das camadas sociais já decadentes, como a aristocracia latifundiária, a casta militar e os grandes burocratas, que sentem como um perigo a pressão do mundo dos negócios, mas que estão ainda mais preocupados com as reivindicações dos trabalhadores. É esta sensação de insegurança que os induz a superar a irritação com a rudeza e a brutalidade dos nazistas na ilusão de poder usá-los como instrumentos contra os "vermelhos" para atirá-los de novo, uma vez restabelecida a ordem, para junto das ralés da sociedade de onde saíram.

Hitler, quando se apossar do poder, encarregar-se-á de desiludi-los.

Por ora, tal como tantos ex-combatentes, ele está convencido de que os responsáveis pela catástrofe são "agitadores socialistas, judeus e aproveitadores", mas não se contenta com lamentações, sente-se no dever de criar um movimento de revanche, animado por "uma nova força espiritual" e capaz de arrancar as massas da hegemonia dos partidos marxistas "dominados pelos judeus", os "criminosos de novembro" que apunhalaram pelas costas os combatentes para assenhorear-se do poder. As duras cláusulas do tratado de paz que o governo provisório socialdemocrata foi obrigado a subscrever não fazem mais que acentuar a exasperação da extrema-direita, acelerando a "resistível ascensão" do agitador austríaco cuja técnica se torna ano a ano cada vez mais eficaz.

Tendo preferido, desde os primeiros contatos com as multidões, a palavra à escrita — com a única exceção do *Mein Kampf*, que é uma espécie de Corão e seu pensamento político —, Hitler aprendeu a tocar com fria perícia o coração dos ouvintes, arrastando-os ao entusiasmo pela causa e ao ódio ao inimigo, com uma sábia alternância entre peremptórias afirmações e furiosas invectivas que criam no auditório uma tensão espasmódica, esquentando a atmosfera até provocar uma espécie de imaginário auto de fé de tipo medieval, no qual obviamente o herege a ser queimado é o judeu, ou o sanguinário marxista, ou o feroz capitalista, sempre de feição judaica, ou, em outros termos, a escória da Terra, que deve ser aniquilada sem piedade porque pretende negar aos arianos o direito de dominarem o mundo. Para desencadear a "fúria selvagem" de seus camaradas, sua "ardente paixão", não é indispensável respeitar a verdade. Antes mesmo de encontrar um mestre de enganos, como o que se tornara o seu ministro da propaganda, Goebbels, o futuro chanceler do Terceiro Reich sabe usar a mentira como uma arma que lhe serve não só para cobrir de lama os adversários, mas também para educar os militantes nacional-socialistas no desprezo pela objetividade, esta "atitude débil e incerta", indigna de honestos

patriotas alemães. Quanto mais colossal for a mentira, mais crível se torna: e se é "descaradamente grosseira", anota impassível o futuro Führer, "deixa traços atrás de si mesmo, depois de ter sido desmascarada".

Oratória, propaganda e mentira são usadas sem escrúpulos para fascinar as massas e levá-las ao paroxismo: é a lição que Hitler extraiu da atenta observação das manifestações comunistas, socialistas e católicas. Não que supervalorize as massas, mas sabe que é preciso arrastá-las à ação porque nenhuma grande ideia, "por mais nobre e elevada que seja", poderá ser realizada sem o consenso dos povos; e este consenso não pode ser obtido com conceitos abstratos, mas apenas com base em motivações sentimentais.

Atingida pelo lado do coração, a multidão adquire convicções graníticas, tornando-se assim um instrumento invencível porque "é sempre mais difícil combater contra a fé que contra a razão". Como Stalin, o futuro Führer mantém uma confiança total na interação: a repetição obsessiva de uma fórmula, de um slogan, é o único modo de gravar no cérebro das massas "uns poucos elementos fundamentais", até mesmo porque conceitos demasiado complexos são de todo incompreensíveis para gente de "modesta capacidade de entendimento".

Para criar um circuito magnético com seu auditório, Hitler estuda o ritmo com que deve modular suas intermináveis arengas, tornando-as exaltantes como sermões medievais, além dos gestos com que devem ser acompanhados, possuindo como os poucos outros líderes modernos a capacidade de colocar-se em sintonia com os ouvintes, intuindo suas expectativas, seus humores, suas tensões psicológicas. É um bruxo que prega um evangelho bárbaro feito de sugestões arcaicas e de alucinações, cuja difusão é confiada ao partido, comunidade quase eclesial na qual o Führer é o pontífice máximo e também o messias, bem-articulada em suas hierarquias periféricas, em sua propaganda, em seus ásperos críticos e, sobretudo, em seus tribunais de inquisição. O partido se adorna de emblemas, impondo aos militantes, como hábito talar, a camisa marrom de gregário ou então o uniforme negro com a caveira dos carrascos. A comunidade dos fiéis é convocada a espaços consagrados como santuários, mesmo que sejam muitas vezes estádios esportivos (que, aliás, representam os templos de um outro culto muito difundido no mundo moderno), e é convidada a celebrar com solene liturgia um ritual acompanhado pelo canto coral dos hinos, fantasiosos e sugestivos como o *gospel* dos então odiados negros americanos. E a partir do momento em que a fé em que se inspiram esses ritos é a raça, isto é, a superioridade da raça ariana sobre todas as etnias do mundo, o culto é celebrado em nome do sangue, quase uma eucaristia, e promete a Terra Prometida aos que oram a conquista da Terra, a da marcha em direção ao Oriente, a *Drang nach Osten*, que permitirá que os nacional-socialistas aniquilem seus repugnantes inimigos marxistas e judeus. Sobre tudo os judeus.

A "noite dos cristais"

Muitos anos decorrerão antes que o projeto de liquidar a questão com um bem-elaborado sistema de duchas possa ser aperfeiçoado, mas o antissemitismo representa a motivação de fundo da estratégia hitlerista, juntamente com a afirmação daquela que ele considera a raça ariana. Não é o único que pensa desta maneira. Desde os primórdios do movimento figuram a seu lado personagens consagrados à mais frenética judeofobia, como Alfred Rosenberg, o intelectual báltico de origem alemã, fugitivo da Rússia revolucionária, que se arroga a teórico do racismo; ou Julius Streicher, um professor primário que fundou um jornal dos esquadrões de assalto e nele divulga fantasias macabras a respeito de ritos cruentos ou delitos atrozes, todos imputados, naturalmente, aos frequentadores das sinagogas. Ele se destacou igualmente pela desfaçatez com que publicou como autêntico um documento falso, o chamado *Protocolo dos Sábios de Sião*, destinado a confirmar a conspiração mundial dos pérfidos judeus. Não se pensa ainda no gás letal dos *lager*10 mas fazem-se circular diariamente os venenos da mentira e do ódio que no momento oportuno surtirão seus efeitos.

**Lager- Campos de concentração. (N. T.)*

A constante antissemita corre como um rio subterrâneo nas vísceras do partido para aflorar impetuosamente depois da chegada do Führer à Chancelaria. Tudo acontece com incrível rapidez no decurso de poucos meses.

No verão de 1933, os opositores são liquidados e Hitler obtém plenos poderes com base na já citada lei, pseudojustificada em nome da necessidade de "eliminar os sofrimentos do povo e do Reich", objetivo em honra do qual, no final do mesmo ano e sem suscitar maiores reações, a polícia nazificada tira de circulação cerca de 27 mil adversários políticos, levando-os para o primeiro campo de concentração criado em Dachau, e inaugurado desde março por iniciativa e com projeto de Heinrich Himmler, o fundador das SS. A maior parte dos prisioneiros é de militantes comunistas ou socialistas, mas não se descuida dos

judeus, em conflitos com os quais, nos anos que precederam o advento do chanceler, os esquadrões já haviam cometido injustiças, abusos de poder e até mesmo verdadeiras agressões físicas. Poucas semanas depois da tomada do poder, o austríaco toma, contudo, as primeiras medidas dirigidas especificamente contra eles, culpando-os de boicote às atividades econômicas e de uma pesada discriminação de outras presenças nas profissões liberais.

A ideia é, inicialmente, isolá-los da sociedade alemã, apesar de nela se reconhecerem plenamente, por estarem há muito assimilados à língua, à cultura, às instituições de um país que já consideram sua pátria. Talvez também por isso a reação dos "cidadãos alemães de religião judaica" não será nem unitária nem combativa. Os mais ricos, de início, se solidarizam com os conservadores contra os subversivos; os demais, especialmente os artistas e os intelectuais, são apanhados de surpresa pelo recrudescimento de uma barbárie que não poderiam esperar da sua Alemanha. Em seguida começa a difundir-se entre eles a tendência a buscar uma saída na emigração, um fenômeno que irá agigantar-se nos anos seguintes, acabando por transferir para as democracias ocidentais, sobretudo para os Estados Unidos, um autêntico tesouro de competência, de criatividade e de saber científico, com uma perda inestimável para a velha Europa. Somente entre 1933 e 1934 cerca de 60 mil das mais brilhantes personalidades judaicas escolhem o caminho do exílio, em meio ao penoso silêncio da cultura oficial, da universidade e das igrejas alemãs. E quando no exterior, por iniciativa de Albert Einstein e de um comitê organizado na América pelo Rabino Wise, se esboça um enérgico protesto e ventila-se até a ameaça de um boicote dos produtos alemães, a reação da hierarquia nazista é de fúria. O próprio Hitler decide, em represália, dar definitivamente curso a um projeto que havia antes suscitado a perplexidade entre os expoentes conservadores de seu governo, ou seja, o impedimento, por um dia inteiro, de qualquer atividade dos comerciantes e dos professores judeus.

Precedido de um venenoso proclama de Streicher, que convida a população a não utilizar mais os serviços dos médicos e dos advogados judeus, o dia do castigo desejado pelo chanceler se desenvolve pontualmente das 10 às 19 horas de primeiro de abril de 1933. É um sábado. Os esquadrões da tropa de choque não matam ninguém, mas se exercitam em uma aviltante sequência de maus-tratos e provocações, vigiando, em uniforme e fortemente armados, escritórios e lojas aos quais impedem o acesso. Insultam proprietários e clientes, quebram vitrinas e entregam-se a outros destemperos, sob a mais seráfica indiferença da população e das forças de ordem. O castigo se estende logo em seguida aos funcionários da administração pública que sejam "não-arianos" (basta ter um genitor ou um avô da religião mosaica), além de estabelecer-se novamente um número-limite para a admissão de advogados, de notários, de magistrados nos seus respectivos conselhos, fazendo-se o mesmo até para os dentistas e os médicos do serviço de

saúde, bem como para os estudantes das faculdades de medicina e direito, que os discípulos de Rosenberg julgam evidentemente as mais perigosas para a pureza da raça. Também nestes casos a indiferença tanto da população como dos círculos acadêmicos e culturais é absoluta: até um filósofo como Heidegger, no discurso de posse como reitor da Universidade de Friburg, demonstra ignorar que nos ateneus alemães aumenta dia a dia o número dos docentes judeus e de esquerda obrigados a se demitir ou que são brutalmente despedidos.

Quando, em fins de 1933, a pressão parece atenuar-se, na comunidade judaica difunde-se a perigosa ilusão de que a perseguição acabara, a ponto de dez mil dos judeus que antes haviam se refugiado no estrangeiro cometerem a ingenuidade de voltar à Alemanha. Na realidade, Hitler precisa do apoio da opinião pública moderada, particularmente da grande indústria, para realizar o rearmamento das Forças Armadas — premissa indispensável à sua política de expansionismo —, e por isso assume nesta ocasião uma atitude respeitável, à qual sacrificará na famigerada "noite dos longos punhais" a ala mais subversiva de seu movimento, até mesmo porque não pensa em uma contrarrevolução permanente — que, aliás, é estranha à cultura alemã — e sim em uma estrutura organizada que garanta, sem excessos aparentes para a plateia e com a máxima racionalidade, um regime de terror permanente para todos os opositores reais e virtuais do milênio nazista. Terá como o instrumento de que precisa para realizar seus planos as SS, as *Schutzstaffeln*, constituídas como sua guarda pessoal sob o comando de Himmler, que criou igualmente o serviço paralelo, o SD (*Sicherheitsdienst*), destinado, primeiro, à segurança do partido e, depois, à contraespionagem.

Não se trata de substituir o aparelho do Estado e o Exército, mas de manter tanto um quanto o outro permanentemente sob controle, para que eles correspondam permanentemente aos desígnios de Hitler, a quem as SS estão ligadas por um juramento de fidelidade que é um voto monacal de obediência incondicional. É um corpo selecionado, cujos componentes são recrutados com base em uma fanática fé no nazismo e uma boa formação cultural, com os papéis de comando frequentemente confiados a expoentes da aristocracia e da alta burguesia orgulhosos de se sacrificarem no altar da devoção ao Führer.

Aliás, Himmler nunca age casualmente: até o uniforme de suas SS, o negro da farda, a caveira como insígnia no quepe e nos distintivos, o juramento de fidelidade e de obediência são elementos calculados para criar na tropa uma exaltação coletiva destinada a tornar inalteráveis os hábitos individuais, a ferocidade na repressão, o heroísmo no combate.

A uma estrutura tão exemplarmente ariana não pode senão ser confiada uma tarefa essencial para um regime como o hitlerista, ou seja, a construção, a vigilância e a gestão cotidiana dos campos de concentração nos quais passo a

passo, a partir do modelo de Dachau, serão recolhidos e (de início) castigados os cidadãos alemães, judeus ou cristãos, marxistas ou simplesmente democratas, em suma, todos os que não sentem a grandeza do Terceiro Reich.

Surgirão muitos outros, em poucos meses, e quase em todas as partes, com a advertência de que ao Führer e a Himmler não agrada a "violência descontrolada" dos tempos heroicos, mas preferem uma repressão organizada, com regras determinadas, principalmente no que se refere à conduta dos detentos e às eventuais infrações, que, naturalmente, segundo sua gravidade, exigem um severo repertório de castigos, que vão do isolamento ao trabalho forçado, dos castigos corporais à pena capital, que pode variar do fuzilamento ao enforcamento. Na direção do campo de concentração de Dachau, a verdadeira revelação é Theodor Eicke, que Himmler aprecia a ponto de promovê-lo, primeiro, para a cúpula da corporação e, depois, para tê-lo a seu lado, como coordenador de toda a já sólida rede de campos de concentração.

Para espalhá-los por todo o território muito contribuiu também a enérgica iniciativa do *boss* nazista da Prússia oriental, o herói de guerra Hermann Goering, refinado apreciador de obras de arte.

A pausa de relativa distensão se esgota no verão de 1935. Agora o regime já está forte por muitas razões: reduziu drasticamente o desemprego, sobretudo graças ao rearmamento, que levou à volta ao alistamento obrigatório e à criação da aviação militar, a Luftwaffe, e conseguiu um sucesso internacional com o plebiscito que devolveu a Saar à Alemanha. A assinatura do tratado naval com a Grã-Bretanha sela uma ressurreição que se mostra surpreendente, mesmo tendo sido realizada à custa de todas as liberdades políticas e sindicais. Mas precisamente nestas mesmas semanas chega da União Soviética uma notícia preocupante: a da drástica mudança de rota que, exatamente em vista do ameaçador reforço do Terceiro Reich, Stalin decidiu fazer, aderindo à Sociedade das Nações e pressionando a França para completar o quadro de alianças estratégicas já realizadas com a Tchecoslováquia que deveriam cercar a Alemanha por todos os lados. Em parte para acentuar a abertura em relação à França, em parte para fazer frente à ameaça do nazifascismo, o ditador soviético dá uma guinada ainda mais clara e significativa nas relações com a esquerda, permitindo aos comunistas ocidentais formarem alianças políticas e eleitorais, a chamada Frente Popular, com os partidos socialdemocratas e socialistas, não mais "socialfascistas".

Hitler percebe imediatamente o sentido da mudança, vendo nela a confirmação do inevitável choque frontal com a Rússia bolchevista. Por conseguinte, deslança a operação de mobilização psicológica indispensável para envolver a opinião pública alemã na temerária aventura, utilizando para este fim o congresso que o partido nazista realiza, a partir de 10 de novembro, em

Nurembergue e unindo-o à convocação extraordinária do Reichstag na mesma cidade. O slogan no qual se inspira o congresso — a luta "contra os revolucionários judeus do mundo" — permite ver que o Führer visa a fundir em uma única cruzada anticomunismo e racismo, partindo da tese segundo a qual o Komintern é, na realidade, uma "internacional judaica", e 80% da própria União Soviética é governada por judeus, a começar pelo comissário das Relações Exteriores, Litvinov. São afirmações em sua maioria sem o menor fundamento, mas que servem ao chanceler para criminalizar o inimigo externo cuja existência real ou presumida deveria justificar todos os abusos de poder e todos os sacrifícios que serão impostos ao povo alemão pela guerra contra o Oriente. E para que fiquem também definitivamente excluídos os judeus-alemães, o congresso do verão de 1935 é levado, juntamente com o Parlamento, a discutir o problema de reduzir ainda mais a influência deles, regulamentando juridicamente seu *status*.

Na noite de 15 de setembro, o Reichstag de camisa marrom aprova em uma artificial atmosfera de união sagrada dois decretos de inaudita rigidez que passarão para a história como as "leis de Nurembergue": o primeiro atinge os judeus em termos de sua participação na vida pública, excluindo-os da obrigação do serviço militar e do exercício dos direitos políticos, em outras palavras anulando-os como cidadãos; o segundo os humilha em termos de sua vida privada, proibindo seu casamento ou qualquer outro tipo de relação sexual com alemães, e até mesmo a possibilidade de terem empregadas domésticas de sangue alemão com menos de 45 anos. As leis de Nurembergue dizem respeito a todos os indivíduos que tenham pelo menos "três ascendentes inteiramente judeus", ou que pertençam à comunidade religiosa judaica, ou que tenham contraído matrimônio com um "parceiro judeu". Esta penalização será furiosamente reafirmada um ano depois, no congresso seguinte, no qual será atribuída também aos perversos judeus a responsabilidade de terem fomentado a penetração comunista na cúpula da República espanhola, que justificaria o *alzamiento* do General Franco.

Estamos já em plena atmosfera de preparação para a guerra, como testemunha no outono de 1936 a escolha de Goering como responsável por um plano quadrienal que deve pôr a economia e as Forças Armadas em condições de fazer frente à guerra no Leste. Para controlar a frente interna, Himmler foi nomeado chefe da polícia e ao mesmo tempo das SS, três regimentos das quais vigiarão os quatro campos de concentração onde estão reunidos todos os presos políticos do momento. Outros *lager* estão sendo postos em funcionamento como campos de trabalho forçado para aumentar a produção bélica, considerando que, junto com a escassez de matérias-primas, a de mão de obra constitui a preocupação mais urgente, tendo em vista o começo das operações militares. No final de 1937, com a precisão maníaca que o caracteriza, o Führer reúne seus

mais íntimos colaboradores para informar-lhes que o início do conflito não pode mais ser adiado para além de 1943 e que deve ser preparado com a anexação da Áustria, e com a liquidação da Tchecoslováquia como nação independente.

A partir do próximo ano, o programa começará a ser pontualmente realizado, com consequências trágicas para as minorias judaicas da Europa Oriental, em primeiro lugar, e depois para todo o continente, à medida que a mortífera expansão do Terceiro Reich for aumentando o número de judeus que caem sob o controle alemão e levando os chefes nazistas a modificar sua abordagem para a solução do problema. Na primeira fase, que coincide com o *Anschluss*, prevalece a tendência a facilitar a emigração da sólida comunidade judaico-austriaca, e esta tarefa é confiada a Adolf Eichmann, autorizando-o a abrir um escritório para este fim em Viena, tal como fará mais tarde em Praga, e até a reservar 5% dos bens confiscados arbitrariamente dos judeus ricos para o financiamento das viagens dos mais pobres. Em 1961, Eichmann será capturado, julgado e enforcado pelos judeus.

O abuso de poder nos confiscos de propriedades e riquezas dos cidadãos judeus é praticado também, evidentemente, no território alemão, em parte para obrigá-los a ir embora, em parte para financiar o esforço bélico.

Goering aumenta sistematicamente a taxa imposta a quem quer partir, intensificando simultaneamente as medidas repressivas que estão estrangulando a comunidade judaica: o poder já não se limita a estabelecer obrigações de todo tipo para as atividades de profissionais e homens de negócios, mas chega a decretar medidas tão odiosas quanto infantis, tais como impor aos homens que assumam como primeiro nome o de Israel e às mulheres o de Sara, ou então a decisão (por sugestão dos fiscais alfandegários suíços!) de estampar um gigantesco "J" em vermelho, no passaporte dos infelizes: o "J" de *Ju de*, judeu, ou seja, como uma maldição.

Não faltam durante este período agressões físicas aos cidadãos judeus como nos tempos das SA e as primeiras profanações de sinagogas incendiadas ou arrasadas, como a de Nurembergue. Porém, até o final de 1938 somente um terço dos judeus-alemães está desaparecido ou emigrou regularmente para a Palestina ou para os países da Europa Ocidental, sobretudo para a França, onde se respira um ar de antifascismo militante.

Poucos, não mais de 27 mil, são os que entre 1933 e 1938 puderam escolher emigrar para os Estados Unidos, embora tenham sido suficientes para induzir o Presidente Roosevelt a promover uma conferência internacional, que se realiza no verão de 1938, em Evian, no Lago de Genebra. O congresso resulta em um total fracasso, porque só a República de São Domingo aceita aumentar a cota de imigração para receber os fugitivos.

A indiferença do mundo livre ou as dificuldades objetivas que muitos países

encontram para aumentar as cotas de imigração irritam as autoridades alemãs que não conseguem livrar-se dos judeus, especialmente dos mais pobres, os *Ostjuden*, cada vez mais numerosos nos territórios que o Terceiro Reich vem pouco a pouco ocupando. Quiseram deportar para a Polônia pelo menos os de nacionalidade polonesa, mas o governo de Varsóvia fecha as fronteiras e acaba por aceitar somente uma dezena de milhares de infelizes, submetidos a inenarráveis reveses. Ao saber por sua irmã "da angustiante odisseia" de um destes núcleos familiares, um jovem polaco emigrado para Paris, Herschel Grynszpan, irrompe furioso na sede da embaixada alemã e atira ao acaso contra um diplomata, um tal de Ernest von Rath, ferindo-o mortalmente. O gesto alucinado do rapaz oferece aos nazistas o pretexto para denunciar o atentado como um episódio do complô judaico contra o Reich, complô pelo qual os judeus-alemães são plenamente responsáveis e, como tais, devem ser exemplarmente punidos.

Como de costume, trata-se de uma reação tomada a frio, de uma deliberada provocação. Da noite de 9 de novembro de 1938 até as primeiras horas da manhã seguinte, patrulhas de SS e agentes da Gestapo em trajes civis são enviados, sob as ordens de Heydrich, às principais cidades alemãs para realizar contra os judeus uma operação terrorista estudada em seus mínimos detalhes. É uma noite infernal, a "noite dos cristais": selvagens agressões, destruição e incêndio de habitações e lojas, ateamento de fogo em sinagogas, enquanto, para acentuar o ultraje, os livros sagrados do culto mosaico são jogados na rua. Ao final da operação, o relatório feito pelo mesmo Heydrich avalia, com o escrúpulo habitual nestes burocratas do crime, os prejuízos causados à comunidade judaica: 36 mortos e outros tantos feridos gravemente, 191 sinagogas incendiadas e 36 demolidas, 7.500 lojas e 151 casas particulares devastadas, muitos centros comunitários e capelas de cemitérios violados e queimados. Procede-se assim à detenção de 20 ou 30 mil "homens adultos, sadios" com idade inferior a sessenta anos, a serem deportados para os campos de concentração, onde junto aos judeus-alemães acabam também os austríacos.

Os cristais são quebrados para dar margem a uma campanha de ódio, mas também e principalmente para induzir a minoria judia a abandonar o Terceiro Reich. Para o mesmo fim estudam-se medidas capazes de agilizar os procedimentos de saída dos judeus, sem renunciar, evidentemente, a um aspecto sádico, que consiste em debitar à comunidade judaica uma multa de 1 bilhão de marcos, além de um ressarcimento complementar de 280 milhões em moeda alemã, pelos danos que, paradoxalmente, esta mesma comunidade sofreu durante a *Kristallnacht** Em linhas gerais, tomam-se providências administrativas tendentes a obrigar os expoentes mais ricos da minoria a entregar ao governo seus bens por quantias muito inferiores ao seu valor real.

Com excesso de zelo, Heydrich propõe que seja negado o acesso aos hospitais, aos meios de transporte, aos locais de espetáculo e até às estações climáticas — projeto de interesse que no momento é posto de lado para que seja rapidamente aprovado um decreto que exclui os judeus até "da economia alemã", nebuloso sinal de uma discriminação que deveria condenar quem ficasse à fome ou a pedir assistência às associações judaicas internacionais.

O objetivo é parcialmente atingido. No ano seguinte, o número dos judeus que emigram, em sua maioria para Israel e para a França, duplica, tanto que no momento em que explode a Segunda Guerra Mundial calcula-se que aproximadamente 50% da minoria judia residente na Alemanha, que antes da chegada de Hitler ao poder era de cerca de 230 mil, tenha abandonado o território alemão. O fenômeno foi ainda mais extenso na Áustria e na Tchecoslováquia.

Nos dois primeiros anos da Segunda Guerra Mundial, os judeus da Europa Oriental passaram por humilhações inauditas e sofrimentos atrozes, mas não chegaram nunca a ser massacrados de modo sistemático, embora o governador-geral da Polônia ocupada, Hans Frank, tenha tomado, por assim dizer, algumas providências em relação às futuras vítimas dos *lager*, ordenando que, a partir de primeiro de dezembro de 1939, todos os judeus dos dois sexos acima dos nove anos devam trazer no braço direito uma faixa branca de pelo menos dez centímetros com a estrela de Davi estampada em azul.

O selvagem regime de ocupação a cargo principalmente dos esquadrões das SS, denominados "os caveiras", e dos algozes da Gestapo visou em um primeiro momento a empurrar os judeus-poloneses e seus correligionários alemães, austríacos e tchecoslovacos para as margens extremas do grande Reich, na fronteira com a zona soviética; enquanto isto na frente ocidental, junto com os judeus-franceses, grupos de judeus-alemães foram também encaminhados para a zona não ocupada, onde os fascistas franceses se apressarão a interná-los em campos de concentração infames, mas nem de longe semelhantes aos construídos por Himmler e Heydrich.

Como se esta impiedosa marginalização não fosse já suficiente, Hitler tentou persuadir Pétain e seu primeiro-ministro, Laval, a ceder-lhe a ilha africana de Madagascar, para aí concentrar todos os filhos de São, cujo número entre 1939 e 1941 paradoxalmente quintuplicou no grande Reich com as conquistas territoriais da Wehrmacht. Mas nada disto foi feito.

Enquanto esperam retomar o avanço para o Leste, continua a desenvolver-se uma história de perseguição permanente. Contra os poucos judeus ricos que tiveram a sorte ou a habilidade de escapar por entre as malhas da Gestapo,

abrigando-se em países neutros ou partindo em direção à salvação, dezenas de milhares de infelizes tiveram seus pertences roubados, foram arrancados de suas casas e de seus países, sendo deportados para guetos improvisados e imundos onde estavam condenados a viver como animais. Calcula-se que, ao todo, entre 1939 e o começo da invasão da Rússia, tenham sido assassinados 5 mil a 10 mil judeus, ao passo que seria duas ou três vezes maior o número de homens e de mulheres mortos por padecimentos ou de doenças nos guetos.

Os que, devido ao avanço germânico na Polônia, foram obrigados a refugiar-se na zona soviética de ocupação — e que chegam a mais de meio milhão — acabam indo parar nos cantos mais remotos da URSS, empregados com ou sem o seu consentimento na indústria bélica, e nem neste caso tratou-se de uma viagem prazerosa, mesmo que não se venha nunca a saber o número exato de vítimas. Por outro lado, o antissemitismo russo, embora bastante forte em termos de preconceito popular, não se transformará em uma orientação racista. Não há dúvida de que o regime é hostil ao cosmopolitismo típico dos intelectuais judeus e, sobretudo, ao movimento sionista; mas somente nos últimos anos de Stalin a pretensa conspiração dos médicos do Kremlin provoca uma chama de judeofobia, que se extingue com a morte do ditador. De qualquer forma, nem o antissemitismo russo, nem o dos poloneses ou dos ucranianos, e nem a própria perseguição nazista entre 1933 e 1941, são de longe comparáveis ao Holocausto, que marca com o selo indelével do horror os últimos quatro anos da guerra.

Obviamente, a "solução final" da pretensa questão judaica não representa uma guinada imprevisível, pois está ligada às características fundamentais do nazismo: o ódio racial, o culto da violência selvagem alternando com uma burocrática crueldade, o dogma da obediência cega. O Holocausto é a história de uma maldade satânica, e também de uma enorme prova de covardia coletiva, da qual podem ser acusados não só os mandantes, os carnílices e os algozes, como os seus cúmplices, mesmo que apenas passivos. Por terem se calado os que o aprovaram explicitamente ou com o seu silêncio, ou que, como o núncio apostólico Pacelli, depois Paapa Pio XII, não fizeram publicamente um decidido protesto por medo de favorecerem indiretamente a causa do comunismo.

A criação dos *lager*, a adoção de regulamentos concentracionários planejadamente desumanos, a escolha das SS como garantia da disciplina. Precedem de vários anos o início das aventuras bélicas de Hitler e correspondem, evidentemente, a seu objetivo de esmagar até em termos físicos não só os judeus, mas também o que ainda resta na Alemanha de militantes de esquerda, das exíguas forças liberais e dos movimentos de inspiração cristã. A crueldade burocrática substituída pela desenfreada violência dos esquadrões da morte das SA ainda não tem como objetivo o extermínio em massa e, ao contrário, no caso da minoria judia, nos primeiros tempos, oferece a alternativa da "desemancipação" (como a chama Amos J. Mayer) e da emigração forçada,

embora esta já traga consigo o germe do Holocausto. As deportações e a criação de guetos realizadas no biênio que antecedeu a invasão da URSS representam uma posterior progressão no aperfeiçoamento dos instrumentos, principalmente caso se leve em conta a pressão propagandística exercida sobre os fanáticos das tropas especiais e sobre os próprios militares do Exército regular. Daí se passa a uma segunda etapa: da discriminação à perseguição, que custará a vida de aproximadamente seis milhões de judeus e de dois milhões de ciganos, sem falar nas vítimas de guerra russas, alemãs, inglesas, americanas e italianas.

A pregação hitleriana do ódio, um ódio teológico cultivado durante vinte anos, vinte longos anos, explode com toda a sua fúria destrutiva quando começa o ataque ao Oriente. São palavras de ordem que queimam como chamas do Inferno. À Wehrmacht, à Gestapo e às SS aponta-se como objetivo fundamental a destruição do regime soviético, do partido bolchevique e dos judeus, que seriam o seu coração e a sua mente. A ordem é de usar a máxima violência, a mais brutal e impiedosa, deixando de lado toda e qualquer regra de cavalheirismo, toda moderação e até todo o respeito à Convenção de Genebra ao se confrontarem com os combatentes e com os prisioneiros russos. Para deixar bem claro o que o Führer quer dizer, sugere-se, por princípio, a indulgência para com todos os excessos aos que possam se entregar os soldados, as SS e os policiais alemães na aplicação da lei da guerra, que deverá ser imposta sem inúteis sutilezas de procedimento, sob o controle de Himmler de seus colaboradores, aos quais estarão subordinados os próprios marechais e generais da Wehrmacht.

Trata-se, portanto, de eliminar os comunistas e seus manipuladores, os judeus, no contexto do projeto mais perverso que a mente humana jamais concebeu no centro mesmo da civilizadíssima Europa. É a tarefa para a qual, em termos operacionais, são chamadas antes de tudo as três mil SS de cristalina fé que Himmler e Heydrich mobilizaram na frente russa, dotando-as de armamento de último tipo e dos mais modernos meios motorizados. Na fase preliminar da invasão, os "caveiras" e demais homens dos esquadrões de proteção ficaram sabendo que Hitler espera deles a liquidação dos presos e dos ativistas soviéticos, dos judeus, dos ciganos e de outros elementos "indesejáveis", entre os quais os homossexuais. Porém não são apenas as SS que devem ser inspiradas por um "espírito de cruzada", como se intui pelo nome que foi escolhido para a "Operação Barbarruiva": o Terceiro Reich luta sob as ordens do Führer para salvar a civilização europeia, exatamente como, no século 12, os cavaleiros do Imperador Frederico I partiam para a Terra Santa para libertar o sepulcro de Cristo. E o "espírito de cruzada" implica aquela "fúria destrutiva" que será fatal sobretudo aos judeus, contra os quais Hitler começou a lançar ameaças de extermínio desde o dia em que entendeu que a Inglaterra jamais aceitaria dividir o domínio do mundo com os homens da suástica.

A preparação foi cuidadosa. Poucas semanas depois do início da invasão,

Himmler chamou a Berlim um oficial das SS de nível elevado, Rudolf Hess, para comunicar-lhe que ele fora nomeado comandante de um campo de concentração criado em Auschwitz (nome em alemão de uma cidade polonesa, Oshwiecin), aproveitando um velho quartel de artilharia. Naquele campo, Hess deverá dirigir "o maior extermínio da história", ou seja, a eliminação de todos os judeus da Europa — uma ordem que o encarregado confessará ter julgado "inédita e monstruosa", embora, ao final, depois de ter ouvido as tranquilas explicações de Himmler, também a tenha considerado "justa". Como foi dito, os primeiros prisioneiros serão 728 poloneses, e a primeira experiência de extermínio executada com o gás Zyklon B será feita com 850 pessoas, entre prisioneiros e doentes soviéticos. Os judeus começarão a aparecer na "rampa" do conjunto de Auschwitz-Birkenau desfilando em direção às duchas da morte só em fevereiro do ano seguinte, embora a partir daí os carnílices venham a ter meios de refazer abundantemente o grupo.

A preparação intensifica-se em meados de julho, quando Hitler cria o ministério para os territórios orientais ocupados, confiando-o apenas formalmente a Rosenberg, o teórico do racismo, mas reservando os poderes reais a Goering e a Himmler. Os esquadrões das SS recebem instruções bastante detalhadas, recomendando que se vasculhem cuidadosamente os campos de concentração já prontos ou em fase de construção para identificar os elementos "perigosos", em primeiro lugar judeus, aos quais deve ser reservado um "tratamento especial" — expressão que já soa sinistra embora ninguém no mundo pudesse ainda adivinhar a que ponto se chegaria a partir do outono do mesmo ano de 1941, quando o Führer e os seus marechais virão a constatar que desta vez a *Blitzkrieg*¹² apesar dos alardeados avanços e do número significativo de prisioneiros russos capturados no começo, está basicamente falida.

**Blitzkrieg (literalmente, "guerra-relâmpago") — Termo usado de início para a ofensiva alemã sobre a Polônia, em 1939, que passou a designar uma tática de guerra baseada em três características básicas: surpresa, velocidade e superioridade em matéria de armamentos e poder de fogo. (N. T.)*

Só em meados de janeiro de 1942 se conseguirá bloquear a ameaçadora contraofensiva de Konev e Zukov, mas a esta altura a cólera das cúpulas alemãs já se manifestara com uma intensificação feroz dos maus-tratos e das represálias contra a população civil, cuja pesadíssima responsabilidade caberá aos mais graduados da Wehrmacht. Depois de uma ordem do dia do General Wilhelm von

Keitel, que proíbe à tropa todo e qualquer relacionamento com judeus, "principais artífices" do bolchevismo, a 10 de outubro de 1941 o Marechal de Campo Walter von Reichenau emite uma aberrante determinação convidando as tropas a irem além do "combate convencional" e a "adotarem duras, mas justificadas represálias contra os sub-homens judeus", instigadores segundo eles do "terrorismo", ou seja, da guerra de resistência. O comandante do 6º Exército afirma que não devem ser feitos prisioneiros onde só existem "guerrilheiros ferozes e mulheres degeneradas" e muito menos distribuir alimentos e gêneros para ajudar às populações inimigas.

A guerra de aniquilação na versão de Reichenau seduz muitos outros generais da Wehrmacht por interpretar com perfeição o humor do Führer, furioso com os relatórios que chegam da frente oriental, onde se esboça uma catástrofe político-militar cujo preço será pago principalmente pelos judeus, tanto os que se concentram nos territórios soviéticos ocupados quanto os que estão espalhados por todos os países europeus. É bom lembrar, contudo, que Hitler já acena explicitamente com a perspectiva do Holocausto desde o dia 30 de janeiro de 1939: "Se as finanças judaicas internacionais", declara ele, "tivessem conseguido levar os povos a uma nova guerra mundial, a consequência não seria a bolchevização do mundo e portanto, o triunfo dos judeus e sim a destruição da raça judaica na Europa." A destruição. Dois anos depois, para justificar a agressão à URSS, ele sustenta que se trata de uma guerra santa contra o "bolchevismo judaico", uma luta de vida e morte, e, aliás, a própria nomeação, mesmo que simbólica, de Rosenberg como ministro dos territórios orientais ocupados demonstra o papel que se atribui à questão racial no contexto de tal operação. A música não muda com o passar do tempo. No final de 1941, quando já está resignado à prorrogação ou até a um epílogo desastroso da ofensiva na Rússia, o austríaco busca reanimar os deprimidos espíritos do Exército e da população alemã na pátria, afirmando que o Exército Vermelho se compõe, em sua maior parte, não de soldados respeitáveis, como os da Wehrmacht, mas de "animais", em consequência de quase 25 anos de domínio judaico "com um sistema bolchevique substancialmente semelhante ao sistema capitalista, pois os artífices de ambos os sistemas são os mesmos, os judeus e somente os judeus".

As ideias expressas tão insistentemente pelo chanceler não ficam sem efeito. O ulterior afrouxamento da "Operação Barbarruiva" e as crescentes derrotas estratégicas multiplicam as represálias mais cruéis contra dezenas de milhares de judeus residentes ou refugiados nos territórios ocupados; mas trata-se já das últimas chamadas da etapa dos *pogroms*: está sendo iniciada a "solução final", concebida há tempos, segundo esquemas de organização testados desde 1940, mas agora acelerada devido o rumo cada vez mais alarmante que estão tomando os acontecimentos. A intervenção dos Estados Unidos leva ao auge a fúria do Führer, que liquida os elementos da cúpula do Exército, assume o comando

supremo das Forças Armadas e implanta um plano de vingança tendo em vista a campanha de primavera. O ponto básico do plano é a busca de mão de obra nova para a indústria bélica, em substituição aos trabalhadores alemães convocados em massa às armas para preencher as assustadoras perdas na frente oriental. A questão é discutida em uma reunião de cúpula, convocada em Berlim em 20 de janeiro, e decide-se remediá-la em parte, recrutando mais ou menos pacificamente operários estrangeiros dos países-satélites, e em parte impondo trabalhos forçados aos prisioneiros de guerra, principalmente aos judeus aprisionados nos campos de concentração ou ainda concentrados nos guetos. Os donos e os administradores das indústrias de guerra assinam em baixo, sem discutir.

Na mesma data, por uma coincidência que não é certamente fortuita, organiza-se outra conferência, a de Wansee, para discutir uma solução "ampla e definitiva" para outra questão, a respeito da qual poucos dias antes Julius Streicher escrevera que só vê uma única: "o extermínio". Na mesma linha se expressa obviamente Heydrich, que fora chamado para coordenar a conferência, da qual participa também um representante pessoal do Führer, o Doutor Hans Heinrich Lammers, chefe da Chancelaria do Reich; a conferência conclui com a aprovação de um projeto bem definido: é necessário "rastrear" de Oeste a Leste todas as comunidades judaicas da Europa, inclusive da Grã-Bretanha e da Irlanda, em busca de aproximadamente onze milhões de seres humanos a serem usados "de maneira adequada" (entre os nazistas, eles se entendem com meias palavras) como mão de obra nas regiões orientais ocupadas pela Wehrmacht e pelas SS. A ideia é organizá-los em grandes unidades, separando os homens das mulheres e das crianças, e encaminhá-los para os campos de concentração, com plena consciência de que muitos deles morrerão durante a viagem por depauperamento físico, enquanto os mais robustos, os sobreviventes, ao chegarem nos *lager*, serão utilizados no interesse da indústria bélica ou segundo as fantasias do comandante do campo. A conclusão da história está implícita no apelo que Heydrich lança aos presentes, ou seja, de que se os sobreviventes fossem novamente libertados poderiam vir a constituir "o embrião da reconstrução do mundo judaico", uma lastimável hipótese que só se pode evitar submetendo-os também a um tratamento "adequado".

Em suma, o oficial das SS imagina todas as etapas do Holocausto, um programa de extermínio que será realizado durante alguns anos, primeiro por meio da deportação e do trabalho forçado, depois com o conforto de uma tecnologia "adequada". Heydrich não fala em seu nome. Poucos dias depois, Hitler torna oficialmente sua a conclusão da Conferência de Wansee, declarando que o judeu "tem de ir embora da Europa", e que se não sair voluntariamente não haverá alternativa senão exterminá-lo. Um mês depois, aumenta a dose, jurando: "Chegará a hora em que o mais perigoso inimigo mundial de todos os

tempos será reduzido à impotência pelo menos por mil anos", Goering explica que "não há lugar para o sentimentalismo. Os judeus merecem a catástrofe na qual estão atirados. Experimentaremos destruí-los, juntamente com a dos outros inimigos nossos". No termo usado — experimentar — pode-se entrever uma espécie de freudiana referência ao tratamento científico que se decidiu dar ao Holocausto. É uma martelagem contínua: quanto mais fracassa a "Operação Barbaruiva", mais se multiplicam as ameaças contra os "parasitas": "A Alemanha ficará saudável!", declara o Führer, "se eliminar os judeus." Destruir, exterminar, eliminar: a ordem é inequívoca.

O regente da Solução Final é Himmler, que alertou os dirigentes dos campos de concentração para que se preparem para uma guinada radical: no momento em que diminuírem os grupos de prisioneiros poloneses e soviéticos, já a partir do mês de fevereiro de 1942, os campos de concentração serão equipados para hospedar 100 mil judeus e 50 mil judias, a vanguarda de um interminável exército de "parasitas", condenados, sem motivos e sem julgamento, aos trabalhos forçados e ao massacre. Estão já prontos os contratos entre as grandes indústrias e as SS para a exploração desta mão de obra cuja progressiva extinção por fome, frio, doenças, pancadas, fuzilamento, enforcamento e gás não constituirá nunca um problema, tão incessante é a afluência aos campos de concentração de deportados procedentes de toda a Europa.

Segundo os últimos cálculos, o número de judeus eliminados nos anos do Holocausto — fora os mortos — oscila entre 5 milhões e 5 milhões e meio. Já existem também dados, dentro de certos limites, definitivos, da distribuição das vítimas segundo os países em que se verificou o extermínio por obra dos nazistas alemães e de seus aliados, particularmente húngaros, romenos e croatas:

POLÔNIA 2.900.000/3.000.000
ALEMANHA 134.500/141.500
URSS 1.000.000/1.100.000
HOLANDA 100.000
HUNGRIA 550.000/569.000
BOÊMIA/ROMÊNIA 271.000/287.000
MORÁVIA 78.150
LETÔNIA 140.000/143.000
FRANÇA 77.320
LITUÂNIA 70.000/71.500
ITÁLIA 7.680
ESLOVÁQUIA 68.000/71.000
LUXEMBURGO 1.950

GRÉCIA 60.000/67.000

ESTÔNIA 1.500/2.000

IUGOSLÁVIA 56.200/63.000

NORUEGA 762

ÁUSTRIA 50.000

DINAMARCA 60

BÉLGICA 28.900

FRANCO

O burocrata do garrote

*No plano interno embalsamou a Espanha, fazendo-a perder quarenta anos,
convencido de que o tempo perdido estivesse sendo um tempo ganho (...)
Finalmente realizou a obra-prima de trazê-la de volta a uma Monarquia
constitucional
e, como tal, democrática, cujo sucessor foi por ele próprio criado.
Na repressão foi muito mais duro e impiedoso que o fascismo, com o qual não
aprendeu lição alguma.
E como homem foi um dos mais inexpressivos, obtusos e lúgubres que já
conheci.*

INDRO MONTANELLI

Generais e caciques

Um repertório completo das monstruosidades que caracterizam o século 20 seria não só tedioso, como também desviante, porque o que as distingue não são as manifestações de extrema ferocidade, comuns a todas as épocas e a quase todos os povos, e sim a aprovação de que se viram cercados seus autores junto à opinião pública, graças à sedução dessa civilização midiática.

Do século 19 herdamos apenas uma *star* do extermínio, realizado no momento de uma guerra, aos olhos de todos, Napoleão Bonaparte, embora circundado de um culto quase religioso que se prolongou por muitas décadas depois de sua morte. O século 20, ao contrário, inebriado com a fúria das ideologias e com a difusão dos meios de comunicação de massa, presenteou-nos com uma dúzia deles e conseguiu, naturalmente, dificultar bastante a seleção.

Entre os campeões do que então se chamava de esquerda, Stalin, Mão Tsé-tung e Pol Pot são candidatos incontestáveis, graças a suas incomparáveis credenciais. Na outra vertente, a comparação com Hitler tende provavelmente a suscitar certa perplexidade quanto à complementação deste grupo, mesmo que se julgue que Benito Mussolini merece — e não só por nosso amor à pátria

[italiana] — um discurso diverso. É fato incontestável que, mesmo tendo nascido em função de baluarte contra o bolchevismo, o fenômeno do fascismo (e de sua pior variante, o nacional-socialismo alemão) não atingiu, como o comunismo, uma universalidade de identificação e de proliferação. Foi, na realidade, em países de cultura antiga que as classes privilegiadas tolheram o passo aos processos de modernização e de libertação por meio de um repentino enrijecimento das estruturas institucionais já existentes, recorrendo à simplificação brutal, mas efêmera, que é a ditadura militar. Em outras regiões, no Terceiro Mundo, as coisas se passaram de maneira diferente. As esperanças de emancipação desses povos foram em grande parte frustradas em consequência de um desditoso concurso de circunstâncias: a pressão dos ex-colonizadores no sentido de transformar o domínio político-militar de uma época em uma difusa penetração econômica; as intrigas das duas potências comunistas, a URSS e a China, visando a atrair estes países para sua esfera de influência; a imaturidade, ou até mesmo a inexistência, de classes dirigentes nas ex-colônias. Estas circunstâncias muitas vezes aceleraram a afirmação de pequenos tiranos locais, que, propondo-se como mediadores num ou noutro sentido, souberam açambarcar ajudas, armas e recursos financeiros para impor um caprichoso despotismo pessoal ou uma hegemonia pelo terror à própria tribo. Os Bokassa e os Amin Dada, na África, os Sukarno e os Saddam Hussein, na Ásia, são apenas algumas das personagens que pavimentaram a estrada de seus sucessos com barbáries inauditas, terríveis limpezas étnicas ou políticas, desavergonhadas roubalheiras, quando não até de repugnantes episódios de canibalismo.

Generais e caciques, portanto. Deixando de lado a história dos caciques, visto serem terrivelmente retrógrados, vamos deter-nos em dois generais, um europeu, o outro sul-americano, que, mais que tantos outros, encarnaram no século 20 a macabra tentativa de bloquear, a qualquer preço, o processo de modernização e de libertação em seus países, com o beneplácito das classes privilegiadas e em nome da ordem e da tradição, mas sem a pretensão, como no comunismo ou no fascismo, de criar um Homem Novo, conforme a seu modelo totalizador. Um deles é Francisco Franco y Bahamonde, vencedor da guerra civil e chefe do Estado espanhol. O outro é Augusto Pinochet, destruidor da democracia chilena e ditador deste país andino durante quase vinte anos. É deles que passaremos a falar.

"Em menos de um século depois da morte de Fernando VII, a Espanha teve 104 governos, três guerras civis, umas trinta rebeliões militares, diversas revoltas republicanas, três regimes, uma República, cinco Constituições, uma rainha destronada, um rei estrangeiro, uma meia dúzia de presidentes de Estado assassinados, inúmeros massacres, saques de conventos, assassinatos em massa de religiosos, atentados contra o rei e, por fim, a derrubada do rei e a derrocada de nossa secular Monarquia." Esta é a síntese da situação da Espanha que o General Franco traça, em um discurso realizado no Parlamento de Madri, às cortes, na primavera de 1946, com o evidente objetivo de exaltar a função "normalizadora" de sua ditadura, uma ditadura "sociológica", como a definiria Maurice Duverger, destinada a pôr em evidência o projeto franquista de "bloquear o desenvolvimento de formas político-econômicas mais modernas" por meio do "aumento de potência das estruturas tradicionais conservadoras" ou algo pior.

Na realidade, temos de voltar muito mais atrás no tempo. A crise endêmica da sociedade espanhola começa a delinear-se em época muito mais remota que a da morte de Fernando VII, e nasce de razões bem mais complexas que a instabilidade política e institucional, efeito apenas, e não causa, do enorme atraso histórico do país com relação a quase todo o resto da Europa. Por outro lado, é exatamente em defesa dos interesses favorecidos por este atraso que Franco adere ao *alzamiento* de 1936 contra a República democrática e constrói em seguida seu próprio regime. Não seria, contudo, arbitrário fixar o início deste processo, que foi considerado também uma "refeudalização" da sociedade espanhola, nos acontecimentos que marcaram o final do século 15: a unificação dos reinos de Castela e Aragão com o matrimônio de Fernando e Isabel, a capitulação do último bastião muçulmano (o Reino de Granada), a descoberta e a conquista da América, o início da perseguição e depois a expulsão dos *mouriscos* e dos judeus sob o signo da Santa Inquisição.

Os sete séculos de presença árabe e a convivência pacífica com os judeus desde os tempos da Idade Média tinham enriquecido a Espanha não só com o patrimônio cultural destas duas fortes minorias, como também com a reconhecida eficiência econômica dos *mouriscos*, como agricultores, e dos judeus, como comerciantes e empreendedores. Paradoxalmente, estas atividades eram deixadas quase que em regime de monopólio em suas mãos pela aristocracia de Castela e Aragão, que as considerava indignas do próprio nível, e como tais continuou a julgá-las, talvez até com maior convicção, nos dois séculos que se seguiram à descoberta do Novo Mundo, a ponto de contagiar com esta irredutível alergia os próprios grupos dirigentes dos países colonizados pelos *conquistadores* de além-mar e pelos exércitos de Carlos V e de Felipe II na Itália, sobretudo a meridional. Impediu-se, assim, de maneira irreparável, a formação

daquela burguesia empreendedora e laboriosa que nos Países Baixos, na Inglaterra e na França iria lançar as bases da primeira Revolução Industrial e da democracia representativa.

O desprezo dos *hidalgos* [fidalgos] pelo trabalho no campo e o tráfego mercantil não nascia apenas de um instinto de classe, mas também da convicção da inferioridade racial das duas minorias que a exerciam e de sua desprezível condição de heréticos. No período da Santa Inquisição e da Contra-Reforma, a Igreja não fazia mais que alimentar estes arraigados preconceitos, tanto na Europa quanto no Novo Mundo: para disto arrepender-se, depois de quatro séculos, teria de vir a encontrar a coragem de um Papa Wojtyła. Prescindindo, por conseguinte, do acervo cultural daquelas orientações, as consequências da vocação parasitária da nobreza se revelaram funestas para a sorte do próprio Império Espanhol: as imensas riquezas em ouro e prata roubadas pelos *conquistadores* na América serviram apenas para alimentar o desenfreado luxo dessa mesma aristocracia, fomentado pela corte com o fim de desencorajar qualquer iniciativa dos referidos *hidalgos*, quando não de financiar uma interminável e desastrosa sequência de guerras desencadeadas visando impor à Europa uma hegemonia empastada de uma arrogante beatice — que ingleses e franceses aniquilariam nos mares e nos campos de batalha— enquanto a rigidez do sistema fiscal e a corrupção da burocracia real empobreciam até o desespero os camponeses e as plebes urbanas. A magnificência artística e literária do "Século de Ouro" não serviu, obviamente para atenuar os desequilíbrios entre as camadas sociais, e muito menos entre as regiões, cuja fragmentação orográfica e geográfica, aliás, não viria, certamente, a propiciar o processo unificador que os *castellanos* visavam a impor com opressivo centralismo.

É destas premissas que se extrai a instabilidade social e institucional da Espanha, capaz de reencontrar o orgulho de seu glorioso passado apenas na emergência dramática da história (como se deu no início do século 19, quando Napoleão tentou em vão transformá-la em um apêndice de seu Império familiar), mas tendendo a recair imediatamente no caos dos contrastes internos e dos sobressaltos rebeldes, quando não cercados de ameaças estrangeiras.

Do século 18 ao século 19, o rei e os seus favoritos não conseguem realizar uma única das inúmeras reformas indispensáveis, e muito menos tirar das suas costas a pesadíssima hipoteca da Igreja; e no século 19, entre a queda de Bonaparte e a longa contestação dos carlistas (seguidores antiliberais de Don Carlos, irmão de Fernando VII e pretendente ao trono), sucedem-se intrincadas vicissitudes de guerras entre dinastias e de *pronunciamientos*,¹³ que só vão terminar nos primeiros anos da década de 1870, com a renúncia ao trono do pretendente carlista em favor de Alfonso XII de Bourbon, rei constitucional.

Neste interim, porém, perderam já as colônias americanas, e o

desenvolvimento da economia nacional é de tal maneira lento que escancara as portas a uma espécie de colonização às avessas, desta vez em benefício do capital estrangeiro. O percentual de trabalhadores da indústria cai abaixo de 6%, o dos agricultores (em sua maioria míseros assalariados rurais) chega a atingir neste período 66% da mão de obra, com um nível de vida absolutamente intolerável. Não é por acaso que o governo de Sua Majestade cria, em 1844, a *Guardia Civil*, uma polícia encarregada de garantir a ordem e o *status quo* social contra as primeiras tentativas de organização sindical que surgem naqueles anos. Mas, evidentemente, é preciso algo mais para criar um clima de crescimento harmonioso: no século que, de certo modo, precede o *alzamiento* (levante) militar contra o governo republicano de Madri, a Espanha conheceu uma tumultuada alternância entre uma Monarquia cada vez mais conservadora, uma ditadura parafascista como a de Miguel Primo de Rivera e, finalmente, uma República contra a qual se levantam, em meados da década de 1930, os generais hostis à democracia. Neste meio tempo, também os últimos restos do império, Cuba, Porto Rico e as Filipinas, são perdidos na guerra de fins do século 19 com os americanos, em consequência de uma derrota militar que acarreta duas graves consequências: uma exacerbação das correntes nacionalistas, que em 1919 tentarão se refazer com uma expedição colonial em Marrocos, que acabaria em total fracasso, e um enrijecimento da repressão ao movimento operário, que há dez anos já se traduzira em uma trágica semana de sangue em Barcelona e no fuzilamento de um dirigente anarquista, Francisco Ferrer.

É o estado de frustração provocado por estes acontecimentos que dá margem, no outono de 1923, ao sucesso de mais um *pronunciamiento* (golpe), o de Miguel Primo de Rivera, um general do Exército que se inspira nos princípios corporativistas do fascismo, que acabava de mostrar-se vitorioso na Itália.

Embora conservando formalmente o estatuto monárquico, ele instaura uma ditadura pessoal com um programa preciso: a depuração do pessoal político e a colocação do movimento operário fora da lei. De início, a habilidade com que encerra o capítulo da guerra em Marrocos lhe atrai o beneplácito popular, mas, a seguir, os graves erros em matéria de política econômica e externa comprometerão sua popularidade, de tal maneira que a tardia evolução no sentido de uma organização menos autoritária por parte das instituições não é suficiente para impedir sua queda. Por sorte, ele tem o bom-senso de passar pacificamente o governo às mãos de Alfonso XIII, que, em um primeiro momento, arrisca um par de soluções aventureiras para a crise, mas depois se deixa convencer a convocar eleições administrativas, na ilusão de que os votos do campo salvarão a Monarquia. Sucede, ao contrário, que os da cidade a rejeitam clamorosamente, orientando-se todos para a opção republicana. É uma outra revolução, também ainda pacífica. A 14 de abril de 1931, um comitê reformista assume o poder em Madri e obriga o soberano a partir, dois dias depois, para o

exílio na França.

A aliança com a Igreja, a alta burguesia e o Exército não foi suficiente para salvar-lhe o trono, mas a estupidez da classe dirigente, por sua vez, levou gradualmente nos primeiros trinta anos o proletariado e boa parte da camada intelectual a posições de esquerda até certo ponto extremadas, do anarco-sindicalismo ao socialismo, do comunismo ao trotskismo, em um deslocamento revolucionário e, ao mesmo tempo, caótico, que reflete de maneira ostensiva a cega intransigência dos poderes fortes e, mais ainda, a falta, no país, de uma burguesia difusa e empreendedora, aberta aos valores do laicismo e da modernidade, e por isso capaz de mediar uma solução democrática de tipo reformista, como a que tenta fazer o governo Zamora no primeiro ano da experiência republicana. O conservador católico Niceto Alcalá Zamora, que tinha sido também ministro do rei, declara-se, em 1930, disposto a governar "com os bispos", mas quando começa a fazer isto vê-se preso entre dois fogos: da esquerda, anarquistas e comunistas acentuando a tendência anticlerical, pressionam no sentido de expulsar da Espanha o primaz Segura, cardeal-arcebispo de Toledo, que é, realmente, um ferrenho opositor da reviravolta institucional ocorrida; da direita, os monarquistas, cobrando de Zamora o exílio de Alfonso XIII, além da humilhação infligida ao cardeal.

Quando, em junho de 1931, realizam-se as eleições para as cortes, socialistas e republicanos obtêm um sucesso extraordinário, garantindo para si três quintos das cadeiras, mas nem por isso conseguem controlar os movimentos de rua que surgem, tanto na cidade quanto no campo, dos gravíssimos problemas sociais que vão levar a confrontos abertos com a *Guardia Civil*. Paralelamente, a ruptura de relações diplomáticas com a Santa Sé acelera a crise do governo presidido por Zamora, que, em outubro, é obrigado a demitir-se, vindo a ser substituído por Manuel Azalia. Trata-se de um grande intelectual, de orientação nitidamente esquerdista, contudo nem mesmo ele está em condições de conter as turbulências de um país lacerado por profundas contradições que, naturalmente, se refletem nas oscilantes decisões do próprio executivo. Dois meses depois da saída de Zamora, é lançada, de fato, uma Constituição de caráter marcadamente laico e democrático, e que depois o mesmo Azaria renegará, pelo menos em parte, limitando seriamente as liberdades constitucionais com uma lei "em defesa da República"; Constituição, tornada, por outro lado, necessária pela crescente oposição que vem dos meios militares, clericais, nacionalistas, dos grandes proprietários de terras escaldados pela reforma agrária e, paradoxalmente, envolve até as massas camponesas, ainda profundamente ligadas à doutrinação da Igreja.

Acresce a isso uma perturbação que não é em absoluto negligenciável, que atinge o governo Azaria, vinda das oposições internas à sua maioria, que não se atém totalmente a uma linha de moderação, mas, em boa parte, alimenta no país

uma série de agitações e de escaramuças nas ruas às quais as forças conservadoras respondem com a formação dos primeiros movimentos organizados, como as chamadas Juntas, de ofensiva nacional-sindicalista; e que, juntamente com a clássica parelha do trono e do altar, exaltam também "os destinos imperiais da raça" (não a ariana, tão cara a Hitler, mas simplesmente a espanhola). Às Juntas vem em seguida dar mão forte a Falange, um reagrupamento criado pelo filho de Primo de Rivera, José Antonio, que não hesita em definir-se ao mesmo tempo como fascista e nazista, mas ostenta igualmente uma clara atitude patriótica. E, como se isto não bastasse, de uma costela do movimento republicano nasce uma confederação das direitas autônomas de inspiração democrático-cristã, a CEDA, dirigida por Gil Robles. É um sinal inequívoco de uma reconquista [da direita] que, também graças às contradições internas da maioria, será confirmado pela sensacional reversão política provocada pelas eleições de novembro de 1933, cujo mecanismo majoritário assegura aos vencedores 80% das cadeiras. E os vencedores, agora, são de direita.

É dela que surgem um executivo e uma nova maioria, que realizam em breve tempo uma poderosa contrarrevolução na sociedade, começando com a restituição aos latifundiários de grande parte das terras distribuídas pelo governo anterior aos camponeses, para passar em seguida a uma forte repressão da ação sindical nas fábricas, fazendo as castas militares recuperarem também seu fôlego. É em outubro de 1934 que, em resposta a esta guinada reacionária, a esquerda desencadeia uma "greve geral revolucionária", que atinge momentos de extrema violência na Catalunha e nas Astúrias; nestas últimas proclama-se até a criação de uma comuna: e ainda uma explosão de extremismo, à qual a autoridade central rebate com igual dureza, deixando no local 24 mortos e 45 feridos. O novo presidente do conselho, Alejandro Lerroux, um ambíguo radical há muito que se desligara dos antigos amigos republicanos, desencadeia uma onda de cerca de 50 mil prisões — inclusive a totalmente injustificável prisão do Professor Azaria — e nomeia ministro da Guerra o católico Gil Robles, o homem da CEDA, cuja primeira decisão é a substituição dos funcionários republicanos de seu ministério por oficiais monárquicos: um deles é o novo chefe do Estado-Maior, o General Francisco Franco y Bahamonde.

Um grande burocrata

Já se disse que, para compreender Franco, temos de levar em conta sua origem galega. A característica mais significativa desta região, de frente para o Atlântico, na qual se fala uma língua mais próxima do português que do castelhano, é a *retranca*, ou seja, a reserva com que o galego "se mantém em cima do muro ou dissimula as próprias intenções". Que o general golpista tivesse esta índole se confirma com a célebre anedota de seu encontro com Hitler em Hendaye, na fronteira franco-espanhola, em 23 de outubro de 1940.

O chefe de Estado espanhol chega ao local do encontro com uma hora de atraso, e esta descortesia irrita o Führer, que, no diálogo que se prolonga por cerca de nove horas, tenta em vão convencer seu interlocutor a entrar na guerra ao lado da Alemanha e da Itália, ou, pelo menos, a consentir na passagem da Wehrmacht pelo território espanhol para ocupar Gibraltar, ponto de apoio vital no quadro do conflito do Mediterrâneo.

Além da promessa de organizar uma expedição de 50 mil voluntários que participarão da guerra na frente russa, o ditador espanhol não concede a Hitler mais que cordiais garantias de amizade. Poucos dias depois, por ocasião de um encontro em Florença com Mussolini, ao contar-lhe a firme recusa de Franco, o Führer deixa escapar esta: "Eu preferiria que me arrancassem três ou quatro dentes a ter de vê-lo novamente!" Por sua vez, quatro anos depois, em Salò, Mussolini confia a um amigo alemão: "Quando Franco saiu vitorioso da guerra civil, os serviços que a Itália e a Alemanha lhe haviam prestado foram de imediato esquecidos. E embora em política não se possa nunca contar com a gratidão e com o reconhecimento, não seria demais esperar que Franco tivesse estreitado os laços com as potências do Eixo." Na verdade, tanto o Duce quanto o Führer sabiam perfeitamente disto, porque tinham sido informados a respeito por Ciano*, a quem, em 1939, Franco havia dito explicitamente que precisaria de um período de paz de, pelo menos, cinco anos, devido às enormes perdas humanas e ao assustador déficit econômico que a guerra civil lhe havia deixado sobre os ombros.

**Ciano, Galeazzo — Membro do Grande Conselho fascista, genro*

Francisco Franco, chamado de Paquito, nasceu em 1892, o segundo de cinco filhos, em El Ferrol, na Galícia, de uma antiga família de funcionários navais, e nutre, por isso, desde menino, uma grande paixão pelo mar. No entanto, não poderá entrar para a Marinha, porque a derrota na guerra de Cuba obrigara o governo a reduzir consideravelmente as despesas e os efetivos militares; e esta desilusão será um dos motivos de suas frustrações antidemocráticas. O pai, Nicolás, é um libertino: trai a mulher sempre que pode e, quando fica viúvo, casa-se com a criada. O filho não o ama, mas a antipatia é recíproca, ainda mais porque Nicolás jamais reconhecerá a grandeza de seu pimpolho, e quando tentam explicar-lhe quem ele se tornou, exclamará zombeteiramente: "Quem, Paquito, virou um caudilho? Ah, não me façam rir!"

Em 1942, vingar-se-á pela última vez do glorioso filho, indo morrer em um bordel e obrigando o governo a transportar o cadáver para o hospital para abafar o escândalo, pretendendo que ele teria morrido na rua, de um ataque.

Não é, por certo, ao pai que Paquito deve a sua educação rígida e carola, e sim à sua mãe, Doña Pilar, senhora piedosa e caritativa, que bate no peito na igreja, e à noite dá aulas aos pobres na escola operária. Favorece a formação religiosa do rapaz a colaboração dos bons mestres do Sacro Cuore, a escola na qual o matricula com satisfação acrescida pelo fato de Paquito ser por natureza virtuoso, dominado como é por complexos devido a sua baixa estatura, sua tendência a engordar e voz estridente, um tanto feminina. Em compensação, porém, tanto no Sacro Cuore quanto na Academia de Infantaria de Toledo, onde, por falta de algo melhor, se resigna a entrar, mostra-se um aluno-modelo, zeloso e disciplinado, primeiro da classe típico, que os companheiros de turma chamarão ironicamente de "senhorita". Mas já é um militar completo, quando, em julho de 1910, sai da academia com os galões de subtenente. Dois anos depois, a pedido seu, é mandado para Marrocos, onde o Exército espanhol está tentando recuperar, pelo menos em parte, o prestígio perdido na guerra com Cuba. Ai depara-se com a tenaz e indomável guerrilha dos bandos locais, uma experiência valiosa para o jovem galego, que acumula condecorações e promoções combatendo à frente dos *regulares*, os aborígenes recrutados (tal como os *áscaros* italianos) sob a bandeira da potência colonial.

O forte sentimento religioso do filho de Dona Pilar se reforça em 28 de junho de 1916, quando, indo à frente dos *regulares* atacar uma colina tomada pelos marroquinos, é gravemente ferido por um projétil que lhe transpassa o ventre.

Os médicos militares o dão como desenganado, a ponto de fazer virem os pais da Espanha, mas Franco é resistente: não só se salva, como protesta junto ao

ministro porque querem conferir-lhe apenas uma medalha de segunda categoria, e obtém assim a de primeira e uma promoção a major.

Aos 24 anos é chamado de volta à pátria para juntar-se a um regimento sediado em Oviedo. Outro encontro fatal, porque aí conhece uma menina de quinze anos, Carmen, pela qual se apaixona imediatamente, mas que só virá a desposar quando a carreira (que para ele vem antes de tudo) o permitir. Por ora, o Major Franco alterna as tarefas administrativas da caserna, realizadas com incomum minúcia, com o estudo das grandes batalhas da guerra que se realizam na Europa e que ele descreve para os colegas em uma série de conferências. A um inegável escrúpulo profissional o galego une opiniões políticas bastante claras, a convicção de que todos os males da Espanha, da derrota na guerra de 1898 às greves sindicais, derivam da impotência do regime democrático e de obscuros recursos de imprecisas "forças maçônicas" mundiais, de que os bispos igualmente falam. Sua convicção se reforça definitivamente no verão e no outono de 1917, quando é chamado a realizar serviços de ordem pública contra a séria greve geral promovida nas Astúrias, enquanto segue, com indignação, o vitorioso progresso da revolução bolchevique na Rússia. A partir daquele momento, seu anticomunismo estará sedimentado; aliás, na repressão à greve nas Astúrias fornece-lhe um eloquente ensaio para seu temperamento, agredindo os mineradores "como se se tratasse de uma caça ao ser humano", abrindo fogo ao menor sinal de resistência e deixando atrás de si "um rastro de sangue e de violência".

Terminada a [primeira] guerra mundial, é envolvido por seu amigo e correligionário José Millán Astray no projeto de criar em Marrocos uma espécie de Legião Estrangeira espanhola, a exemplo da francesa, que é o *Tercio de los Etranjeros*, e a adia até o casamento com Carmen para atender ao chamado africano. Astray não é menos fanático que ele: para criar "um espírito legionário" vai se fundamentar, nada mais, nada menos, que no código dos samurais japoneses, expresso pelo macabro grito: "*Viva la muerte!*", que se tornará o mote dos nacionalistas inimigos da República. Todos os recrutas do *Tercio* são agredidos pelo ardoroso general com uma intimidação de certo mau agouro: "Sabe por que veio para cá? Você veio para morrer!" Franco põe à disposição desta gloriosa empresa fúnebre seu indiscutível talento de escrupuloso organizador, e pode-se mesmo dizer que nesta singular simbiose estaria a síntese do que viria a ser o franquismo. Muitos anos mais tarde, quando já era há muito um caudilho, confiará a um livrinho de ouro (*Diário de uma Bandeira*) as memórias de uma aventura na qual, aos heroicos combates, estão mesclados episódios de inacreditável pedantismo, como quando, na véspera da evacuação de um setor da frente marroquina, exige de seus oficiais o dever de manterem em dia as contas do regimento para não ofuscar a "honorabilidade" da corporação.

No outono de 1923, pouco antes de seu casamento com Carmen, Franco se regozija com o afortunado golpe de Primo de Rivera, o Ditador, que, apesar de admirar Mussolini, aplica mais brandamente a fórmula autoritária, decidindo, entre outras coisas, evacuar as províncias internas em Marrocos para concentrar no litoral as tropas ameaçadas com a sublevação de Abd el-Krim. O galego não partilha desta opinião, mas se dobra às ordens de Madri, e de tal modo contribui para a manobra que vem a merecer, no início de 1925, a promoção a coronel por mérito de guerra. Doze meses depois, com apenas 33 anos, é o mais jovem general do Exército espanhol; a seguir é chamado para dirigir a Academia Militar de Saragoza. Seu crescente prestígio não é abalado sequer pelas iniciativas subversivas de Ramón, seu irmão, um brilhante aviador de tendência republicana, que se lança de corpo e alma em uma conspiração que culmina, em dezembro de 1930, em uma ousadíssima tentativa insurrecional. A tentativa fracassa e Ramón é obrigado a fugir para a França, enquanto os dois chefes da conjuração são presos, processados e fuzilados.

É o General Berenguer, que sucederia a Primo de Rivera depois de sua demissão, quem põe em debandada os conspiradores, mas a dureza da intervenção faz ver com maus olhos a causa monárquica, exatamente na véspera das eleições administrativas de 12 de abril de 1931, que se encerram com um espetacular sucesso dos partidos democráticos e obrigam Alfonso XIII a ir para o exílio para não comprometer definitivamente a causa da dinastia. O General Franco é monarquista convicto, mas prudente: avaliando as reais relações de forças no momento, dirige a seus alunos de Saragoza uma ordem do dia na qual explica que "é preciso sacrificar toda e qualquer ideia e toda ideologia pelo bem da nação". E se torna um general da República, não porque, como insinuam alguns jornais, lhe tenha sido prometido o Alto Comissariado em Marrocos, mas simplesmente porque não considera madura a situação para expor-se em primeira pessoa.

Será este o critério que há de inspirar todas as suas atitudes até o *alzamiento* definitivo. Na primavera de 1931, viria a ser alvo de críticas ao explicar que jamais aceitaria um cargo que levasse a crer em uma concordância prévia sua com o novo regime, ou como "prova indireta de tuteio e reservas, mesmo que mínimas, à lealdade" que sempre teve para com a Monarquia. Ao governo Azaria, que fechara a Academia de Saragoza, não agrada esta alusão, e menos ainda o ambíguo discurso de despedida que o galego dirige a seus alunos, no qual fica subentendido um elogio à disciplina que "assume seu verdadeiro peso quando nosso sentimento íntimo se mostra contrário ao que é ordenado". Primeiro chega em suas mãos uma nota de advertência, depois a transferência para uma guarnição de província, por acaso exatamente em sua região, em La Coruña. Contudo é preciso bem mais para fazer o general perder o controle dos nervos. Disto se dá conta seu antigo superior, José Sanjurjo, que lhe propõe participar de

um pronunciamento que está sendo tramado com um grupo de companheiros de armas monarquistas e dele recebe uma recusa cortês e até o conselho de deixar isto de lado, porque a conjura pode contar apenas com a adesão de uma minoria das Forças Armadas. Os outros insistem e acabam na penitenciária, escapando ao pelotão de fuzilamento apenas por indulgência do governo de Madri, que demonstra sua gratidão a Franco nomeando-o comandante-geral das Ilhas Baleares. O general aí desembarca em março de 1933.

A moderação do Executivo não consegue, porém, conter os opositores extremistas que querem levar a Espanha a ferro e fogo, ainda mais porque a direita começa a contar, como eu disse, com formações de certo peso, como a CEDA e a Falange. Por enquanto, o galego continua a se manter na sua atitude, a ponto de recusar o convite de Gil Robles de candidatar-se nas listas eleitorais católicas, que virão a sair vitoriosas das urnas, determinando uma nítida virada à direita no governo. O novo ministro da Guerra, o liberal Diego Hidalgo, estaria destinado, sem querer, a influir no destino de Franco. Por ocasião de uma inspeção às Ilhas Baleares, de fato o conhece e aprecia sua personalidade, a ponto de dele lembrar-se quando de seu retorno à Espanha no momento em que se preparam nas Colinas de León as grandes manobras: Franco, agora general de divisão, é chamado para funcionar como consultor. E dá-se o caso de, uma vez concluídas as manobras, deter-se algumas semanas entre Oviedo e Madri, bem em tempo de assistir aos primeiros indícios de guerra civil.

É a tempestuosa greve geral proclamada pelos socialistas contra as tentações autoritárias de nova maioria que acende perigosos focos em Madri e Barcelona, onde, porém, as chamas se apagam mais facilmente, mas também entre os mineradores das Astúrias, que, ao contrário, enfrentam energicamente a repressão. Por uma curiosa coincidência, o apelo ao General Franco parte simultaneamente do Ministro Hidalgo e de Gil Robles, e desta vez o galego não tira o corpo fora. Instalando-se no ministério, elabora um plano que prevê o uso da Marinha e a vinda de alguns veteranos da África. Destituídos os oficiais suspeitos de simpatias democráticas, passa à ação, ordenando, em primeiro lugar, o bombardeio aéreo da cidade de Oviedo, em cujas ruas os revoltosos atacam os do governo; depois, confiando a sete colunas de homens as buscas na região, onde as paixões das facções em luta se desencadearam a ponto de se falar em 14 mil mortes entre os mineiros em revolta contra o Exército. A um jornalista que vem entrevistá-lo, Franco põe finalmente as garras de fora: "Esta", diz ele, "é uma guerra de fronteiras: as frentes são o socialismo, o comunismo e outras subversões que atacam a civilização para substituí-la pela barbárie." Nada de matizes, nada de meios-termos.

Uma declaração tão franca e o sucesso na repressão dos movimentos de revolta lhe valem a nomeação como comandante-em-chefe do exército sediado em Marrocos, um cargo que deve tê-lo enchido de satisfação, mesmo que as

circunstâncias venham impedi-lo de voltar à África. Ele é chamado com urgência a Madri por Gil Robles, que substituíra Hidalgo no novo governo conservador e, ao dar-se conta do estado de desorganização em que estavam as Forças Armadas, apela para o galego para reorganizá-las e galvanizá-las, uma tarefa na qual o grande burocrata de uniforme se encontra perfeitamente à vontade. Apressa-se ele, como de costume, a fazer a depuração de todos os altos comandantes suspeitos de simpatias democráticas, chama de volta os veteranos das guerras da África, reabre ostensivamente sua antiga Academia de Saragoza — porque, no fundo, é um inveterado sentimental — e, quanto à penetração dos subversivos na caserna e nas fábricas de armas, propõe-se a criar um bom serviço de espionagem que desmascare socialistas, comunistas e anarquistas. Em suma, trata-se de um trabalho empenhado que os extremistas e os políticos impedem-no, no entanto, de levar a cabo.

Com um governo do qual desapareceram os católicos de Gil Robles, a Espanha se prepara para as eleições políticas gerais, marcadas para 16 de fevereiro de 1936. São estrondosamente ganhas pela esquerda, unida sob a bandeira da Frente Popular, trazendo às cortes cerca de 258 deputados contra os 152 da direita e os ínfimos 62 de centro, ora reduzido pelas tensões revolucionárias. O impacto do sucesso obtido pela Frente é reduzido pelo extremismo de alguns de seus componentes, que parecem fazer de tudo para assustar as camadas mais moderadas, sem se dar conta de estarem abrindo caminho a um difuso consenso em favor da ditadura. Largo Caballero, por exemplo, promete textualmente: "No dia da vingança, não deixaremos pedra sobre pedra desta Espanha que queremos ver destruída para construir a nossa." Quanto ao General Franco, mal se esboça o inesperado triunfo da Frente Popular, tenta primeiro mobilizar a *Guardia Civil* contra os "sediciosos", depois induzir o governo a proclamar o estado de sítio e a lei marcial. Falhando nessas iniciativas, em vez de expor-se pessoalmente, cauteloso como sempre, limita-se a retomar contato com antigos companheiros de armas; mas isto já é suficiente para alarmar Azaria, que se apressa a dispersar por várias regiões os generais suspeitos, entre os quais o galego, que vai parar nas Canárias.

Antes de partir, Franco participa, sem se mostrar abertamente, de uma reunião clandestina de oficiais das mais diversas correntes políticas, mas todos eles prontos a vir a campo para defender a Espanha "eterna" da ameaça da "horda vermelha". No exílio mantém-se permanentemente a par, pelos conspiradores, dos preparativos para o *alzamiento*, com o qual concordam formalmente todos os componentes da direita católica e falangista. O animador é o General Emilio Mola, embora formalmente continuem a apoiar-se no velho e respeitado Sanjurjo.

Boatos e contatos são demasiado insistentes para não suscitar o alarme do novo chefe de governo, Casares Quiroga, que abre oficialmente um inquérito,

semeando o pânico entre os conjurados. Em seu nome, Franco, que não havia ainda aderido abertamente ao complô, dirige ao presidente uma carta que distila hipocrisia e desfaçatez, e na qual escreve, entre outras coisas: "Os que querem ver sinais de conspiração no patriotismo dos oficiais prestam um serviço bem indigno à Pátria." Obviamente isto é apenas um modo de ganhar tempo, porque, na realidade, no dia seguinte às eleições, tanto Gil Robles quanto o próprio Franco haviam feito pressões contra o ex-Premier Portela Valladares para que, com o apoio de todos os grupos de direita, assumisse poderes ditatoriais. A tentativa não exclui, evidentemente, como afirmou Alvarez de Vayo, que a decisão de realizar um golpe de Estado já estivesse tomada em fevereiro de 1936. De qualquer forma, a insurreição é marcada para 20 de julho, mesmo que venha a ser depois antecipada de três dias em consequência da enorme repercussão causada pelo atentado fatal a José Calvo Sotelo, um ex-ministro líder da direita conservadora nas cortes, por parte de ardorosos republicanos, visando a vingar a morte de um oficial trucidado em Madri pelos falangistas.

A esta altura, Franco se decide finalmente a participar em primeira pessoa do *alzamiento*, que, evidentemente, se mostra com boas possibilidades de sucesso, tanto que, antes de deixar as Canárias, lança uma mensagem pelo rádio à nação, anunciando que o exército assume o glorioso dever de salvar a Espanha da subversão e da anarquia. Depois disto vai para Marrocos em um biplano inglês financiado por industriais amigos para assumir o comando do exército insurreto. Na manhã de 18 de julho de 1936, a Rádio Ceuta transmite uma frase em código, "Sobre toda a Espanha o céu está sem nuvens", que é a senha para o *alzamiento* combinado com todas as guarnições: é o início da guerra civil.

A guerra civil

O andamento da guerra civil já é conhecido em suas grandes linhas.

Nas primeiras semanas, Franco divide a direção do *alzamiento* com seus velhos amigos Mola e Queipo de Llano, sob a paternal orientação de Sanjurjo que, no entanto, depois de alguns dias, morre em um misterioso incidente aéreo, possibilitando, assim, a progressiva ascensão do galego à cúpula do poder. Até o final de setembro ele se fará nomear, aos 43 anos, comandante de todas as Forças Armadas e chefe do Estado "enquanto durar a guerra". Seu golpe colhe de surpresa os situacionistas em diversas regiões e em algumas das mais importantes cidades do país, como Sevilha e Granada, mas em Madri e

Barcelona a insurreição é esmagada pela *Guardia Civil*, pelos inflamados vermelhos e pelo povo em armas. Como a Marinha e a Aeronáutica se declaram em sua maioria leais ao governo republicano, Franco — bloqueado em Marrocos com o seu exército — faz rapidamente contato com Mussolini, que em um primeiro momento lhe nega sua ajuda para concedê-la depois, precipitadamente, assim que vem a saber que Hitler foi também interpelado.

Uma ponte aérea italo-germânica é posta à disposição do galego, permitindo-lhe transportar para a Espanha as suas tropas, que imediatamente oferecerão uma demonstração de fraternidade cristã em Badajoz, na Estremadura, onde fuzilam todos os milicianos pró-governo e seus suspeitos apoiadores, sob a acusação de resistência armada. Para matá-los era suficiente como prova o fato de terem o ombro direito da túnica lúcido [pelo porte do fuzil]: é o sinal de que atiraram contra os guerreiros nacionalistas. Calcula-se que as vítimas oscilem entre 1.200 e 1.500, mas em Granada sucede algo muito particular: em um pequeno bosque a poucos quilômetros da cidade, um esquadrão comandado por um ex-deputado católico líquida o poeta Federico Garcia Lorca, que causou "mais danos com os livros que outros com seus pequenos revólveres".

Enquanto se torna mais viva a guerra civil delinham-se também os blocos opostos no campo internacional: Alemanha, Itália, Portugal, sem falar no Vaticano, apoiam de todas as maneiras possíveis os golpistas. A França, o México e a União Soviética, empenhados em uma linha antifascista, garantem, ao contrário, fornecimentos bélicos ao governo de Madri e consentem na convocação de voluntários, que afluem para as chamadas Brigadas Internacionais, as quais incluem muitos exilados italianos, como os irmãos Rosselli, Pietro Nenni e Randolpho Pacciardi (Togliatti jamais participará dos combates, mas coordenará, em nome do Komintern e por incumbência de Stalin, a política dos comunistas). De acordo, enfim, com o governo francês da Frente Popular presidido por Léon Blum, a Grã-Bretanha recomenda a constituição de um comitê, também internacional, que deverá garantir a não-intervenção na Espanha de todas as potências, embora isto seja, na realidade, um expediente ambíguo, que permite a todos os conservadores europeus o reconhecimento diplomático do governo rebelde sediado em Burgos e assim colocado no mesmo plano jurídico que o governo democraticamente eleito. A pretexto de voluntariado, Mussolini envia, para combater ao lado das tropas franquistas, cerca de 50 mil homens, em sua maioria retornados da empresa da Etiópia, ao passo que os aviadores alemães da chamada Legião Condor e os carros blindados do Coronel Von Thoma não passam de 10 mil unidades, embora um acordo, estabelecido sem o conhecimento dos italianos, tenha assegurado a Berlim uma cônica contrapartida financeira e econômica.

No final do outono, Franco desencadeia uma poderosa ofensiva para tomar Madri, mas apenas consegue que o novo governo republicano de Largo Caballero

transfira a capital para Valência, porque a cidade resiste heroicamente, com o grito de "*no pasarán!*", ao mortífero ataque que é mantido pelos bombardeios e carros-tanques italo-germânicos. A 24 de novembro, as colunas fascistas levantam o cerco, precipitando-se a vingar em outro lugar a decepção com Madri. Os horrores da "guerra de extermínio" conduzida pelas duas partes começam a ser denunciados por grandes intelectuais, como o católico francês Georges Bernanos, que cita os massacres em Palma de Maiorca, onde os franquistas primeiro fuzilaram os "inimigos", capturados à noite, em suas casas, e em seguida passaram a esvaziar os cárceres de suspeitos vermelhos, liquidando-os e transportando seus cadáveres em caminhão para jogá-los depois nos fossos, com uma média de quinze execuções por dia. Um pesquisador inglês, Gerald Brenan, afirma que, pelo menos nos primeiros meses da guerra civil, para cada justificação da parte dos republicanos se contavam dois ou três na parte dos rebeldes.

Em seu famoso romance, Ernest Hemingway reconstrói um episódio infame, de que foram protagonistas os republicanos: "Vi a sala cheia de homens que batiam às cegas com cassetetes (...). Gritavam e batiam, e os enfileiravam sem parar, e se ouviam homens relinchando como cavalos em um incêndio (...). E vi um pároco, com a batina erguida, subir em um banco com seus perseguidores, que o golpeavam, cortando-o com foices e facões; e de repente alguém o agarrou pela batina e eu ouvi um grito..." O autor de *Por Quem os Sinos Dobram* não deixa de relembrar também a atrocidade dos rebeldes: "Os meus [parentes] eram de esquerda, como inúmeros outros em Valladolid. Quando os fascistas fizeram a limpeza na cidade, fuzilaram primeiro meu pai, porque tinha votado nos socialistas. Depois fuzilaram minha mãe, porque também ela tinha votado — e era a primeira vez que votava em sua vida.

Depois disto fuzilaram o marido de uma das minhas irmãs, que estava inscrito no sindicato dos empregados dos carris, mas na realidade não se metia em política. Eu o conhecia bem e acho que não era sequer um bom companheiro.

Depois aconteceu de o marido de minha outra irmã, também empregado do carril, ter vindo comigo para os montes. Os fascistas acreditaram que minha irmã sabia onde estávamos. Não sabia, e a fuzilaram porque não queria dizer onde estava seu marido."

À ferocidade da repressão o Generalíssimo une uma diabólica capacidade de mediação entre as várias formações da frente nacionalista: os monarquistas das duas Igrejas, legalistas e carlistas, os católicos da CEDA, os falangistas e até "seus incômodos aliados", Hitler mais que Mussolini. Ajudado pelo cunhado de sua mulher, o advogado Serrano Suner, de moderada tendência fascista, o galego encontra um modo de contentar alternativamente a todos, e quando esse trabalho se torna demasiado árduo, anuncia em 19 abril de 1937 nos microfones da rádio

a constituição de um partido único, para o qual devem confluir todos os outros, o Movimento, que oficialmente será batizado de Falange Espanhola Tradicionalista y de las Jons, e terá ele como único chefe, Franco, o *Caudillo*. Agora se assemelha, pelo menos nominalmente, ao Führer e ao Duce, e quem levanta dúvidas quanto ao mérito da iniciativa virá a se arrepender, como é o caso do dirigente carlista Fal Conde, que por falta de respeito é mandado para o exílio, e de Manuel Hedilla, o sucessor de José Antonio Primo de Rivera (fuzilado pelos republicanos), que será, por sua vez, condenado à morte por alta traição e livrar-se-á da prisão perpétua só por intercessão de amigos comuns e do cônsul do Terceiro Reich.

Por outro lado, o Generalíssimo não hesita porque — ao que diz — Deus está com ele: a primeiro de julho do mesmo ano de 1937, de fato, o primaz de Espanha, Cardeal Goma, torna pública uma *Carta Coletiva dos Bispos*, que define a rebelião nacionalista como "uma cruzada para a salvação da Espanha, da religião e da Igreja, perseguidas pelo anticristo vermelho". Estão de acordo com o primaz todos os católicos, salvo os bascos, que têm um débito de gratidão para com a República, generosa em relação às minorias étnicas.

Franco paga o débito com o Vaticano, ao contrário, renunciando à separação entre o Estado e a Igreja, liquidando o casamento civil e o divórcio, mantendo obrigatória a instrução religiosa e colocando sob o controle dos bispos a escola pública e o ofício de censura. Nem mesmo a Concordata de Mussolini foi tão generosa com a Santa Sé. Aos monarcas, porém, fazendo lembrar a *retranca* galega, o Generalíssimo concede apenas a vaga promessa de uma restauração; e quanto aos falangistas, que no futuro serão cada vez mais jogados à margem, na primavera de 1938 sairá uma carta do trabalho de cunho corporativista, ou, como dizem os espanhóis, "nacional-sindicalista" e promoverá uma espécie de culto à memória de José Antonio Primo de Rivera, instituindo uma festa nacional no dia 20 de novembro para lembrar o seu fuzilamento por parte dos republicanos. Concessões retóricas, sem o menor conteúdo substancial.

Menos maleáveis estavam sendo as relações com os aliados, sobretudo com os italianos, que visam ao sucesso de vitrine e pretendem seguir uma estratégia particular, não coordenada com a espanhola, com a miragem de entrarem primeiro em Madri. A queda de Málaga, palco de represálias cruéis por parte dos nacionalistas, induz o General Roatta a tentar — em primeiro de março — o rompimento das linhas em Guadalajara, onde, porém, encontra uma resistência insuperável nas Brigadas Internacionais, especialmente na italiana, a Garibaldi, que o obriga a recuar, deixando no terreno milhares de mortos e trezentos prisioneiros. Em Madri se divulga uma irônica canção, que diz, entre outras coisas: "Os de Mussolini foram os primeiros a entrar em Madri, mas como prisioneiros." O Duce não se diverte, Hitler faz troça, mas Franco, sublevado, pode finalmente dar curso sem entraves a seu plano de conquista das regiões

setentrionais.

Outro episódio que prejudica, pelo menos no campo da propaganda, a causa do futuro Eixo acontece no dia 26 de abril, quando os bombardeios alemães da Condor arrasam a pequena cidade basca de Guernica: é o primeiro ataque terrorista aéreo da história, uma tragédia que Pablo Picasso, superintendente dos museus da República, representará em sua célebre pintura. Apesar disto, Franco não se detém por tão pouco. A morte de seu amigo e concorrente General Mola, vítima também de um suspeito incidente aéreo, deixa-o agora como árbitro único da situação e, entre junho e agosto, ele lança suas tropas para a conquista de Bilbao e Santander, bases republicanas na costa basca do Atlântico. As manobras diversionistas dos vermelhos sobre Brunete e Belchite não freiam o avanço dos franquistas, que em outubro, já senhores das Astúrias, entram em Gijón.

As repercussões destes acontecimentos militares sobre a junta governativa de Madri são catastróficas. Desde maio, anarquistas e trotskistas, esses *enfants terribles* da República, já haviam entrado em conflito nas ruas com os comunistas stalinistas, tinham sido vencidos e obrigados a aceitar a substituição de Largo Caballero pelo Ministro das Finanças Negrín, mais dócil às diretivas do Kremlin. Na onda deste sombrio ajuste, em princípios de 1938, os generais vermelhos tentam antecipar o temido assalto franquista à capital, desencadeando uma ofensiva sobre Teruel, mas suas esperanças naufragam depois de um mês de violentos combates. E a partir deste momento passam a existir todas as condições para que os nacionalistas possam fazer mira sobre um objetivo fundamental, estratégico e político: o isolamento da Catalunha do resto do território ainda controlado pelos republicanos. O que sucede exatamente em meados de abril, quando o exército golpista atinge as margens do Mediterrâneo.

A agonia da República é dilacerante. Na noite de 24 de julho tem-se a impressão de que o seu exército teria conseguido malograr o plano do Generalíssimo atravessando de surpresa o Ebro e pondo em fuga os veteranos africanos de Yague; mas no decurso de três meses o inimigo restabelece o equilíbrio. Negrín joga então a última cartada, que coincide com a crise de Mônaco, que está alarmando a opinião pública das grandes democracias: adianta uma proposta de paz e oferece como garantia a retirada das Brigadas Internacionais — um preço bastante alto para o antifascismo europeu. Os milicianos desfilam a 15 de novembro pelas ruas de Barcelona em uma atmosfera carregada de sombrios pressentimentos a respeito de uma já inevitável guerra mundial, embora a *Pasionaria*, Dolores Ibarruri, os saúde como "uma lenda, um exemplo heroico de solidariedade". De seu canto, Franco finge desmobilizar os regimentos italianos (na realidade, manda de volta para sua pátria apenas um dos quatro), mas está firmemente determinado a aproveitar até o fim a sua superioridade na guerra, que nas primeiras semanas de 1939 se concretiza com a ocupação de toda a Catalunha, de Tarragona a Barcelona, até

os limites com a França.

Foram os conflitos internos dos partidos da esquerda e os excessos anticlericais, juntamente com a ambígua relutância das grandes democracias ocidentais em empenhar-se contra a ameaça de uma deriva fascista na Europa, que minaram a resistência da República.

As maiores responsabilidades se dividem entre a arrogância hegemônica dos comunistas de linha soviética e a pitoresca indisciplina das formações libertárias, enquanto que o Generalíssimo mantém a pulso uma disciplina férrea entre suas tropas e os grupos políticos que o apoiam. Polêmicas, conflitos armados, motins repetem-se entre os vermelhos até quase os últimos dias da desesperada defesa de Madri, até o dia 4 de março, em que o Coronel Sigismundo Casado se rebela contra o governo Negrín e, vencendo os comunistas, oferece a Franco a rendição; mas já inutilmente, porque o Generalíssimo, certo da vitória como está, não negocia. A triste aventura da República democrática espanhola se encerra, assim, nos últimos dias de março: no dia 28 cai Madri, e no dia 30

os "vermelhos" também arriam a bandeira em Valência. No dia primeiro de abril de 1939, a Rádio Burgos transmite o boletim da vitória, seco e rápido como o próprio vencedor galego. A síntese mais concisa da tragédia traz a assinatura de uma escritora francesa, Madeleine Chapsal, autora do comentário registrado no memorável filme de Frédéric Rossif, *Morrer em Madri*: "503.061 quilômetros quadrados. Foram feitos dois milhões de prisioneiros. Foram destruídas 500 mil casas, 183 cidades gravemente devastadas. Em três anos de guerra, um milhão de mortes violentas. Quinhentos mil exilados. Um exército de seiscentos mil soldados. Um partido único: a Falange. Uma religião de Estado: a religião católica. Um único chefe: o *Caudillo*. Os salários retornam ao nível de 1936. Os grandes proprietários tomam de volta suas terras. A Igreja recupera suas imensas propriedades."

A perseguição

A 19 de maio, assistindo a um desfile de suas tropas, o Generalíssimo exalta a vitória sobre "a tirania da plebe rude" e, no dia seguinte, na igreja madrilenha de Santa Bárbara, em que se celebra um solene *Te Deum* de ação de graças, em plena reminiscência feudal depõe sua espada aos pés do altar, pedindo ao Senhor Deus que lhe conceda Seu auxílio "para que possa conduzir o povo espanhol para a paz e a liberdade total". Como observa a *Pasionaria*, que a partir de então usará sagazmente tais palavras como um slogan do antifascismo, trata-se, na verdade, da paz das cinzas e dos cemitérios. Uma camada de medo e de silêncio se estende sobre a Espanha, "unificada, grande, livre", que se torna um imenso campo de concentração no qual nada poderá ser dito, escrito ou comentado sem o risco de alguém, no mínimo, ser preso. Os cárceres se enchem de prisioneiros, porque basta ter militado como oficial ou soldado no exército legal para ser considerado criminoso; e em cada esquina das ruas vigiam pares de "mal-encarados" com o uniforme cinzento da *Guardia Civil*, devidamente depurada, com um mosquete a tiracolo e o revólver nos quadris. O instrumento para infligir a pena capital é, em geral, o *garrote*, um utensílio constituído de uma coleira fechada com uma tarraxa que se passa através de um pau; ao apertar-se a tarraxa, a vítima morre estrangulada.

Quem está dentro teme acabar no garrote ou no paredão; quem está fora teme acabar lá dentro ou sabe-se lá onde. Nos primeiros meses, para aumentar o terror, nas grandes cidades circulam veículos alemães com a cruz gamada e, dentro, outros "mal-encarados" vestidos à paisana, mas que se sabe serem agentes da Gestapo. Um mês depois da vitória, ao receber no Vaticano um destacamento de soldados espanhóis, o Papa Pio XII pronuncia um sermão agradecendo-lhes por se terem coberto de glória sacrificando-se até o heroísmo para "defender a causa de Deus e da religião". O que é pior é que os jornais da Falange escrevem que não se deve descer a acordos com "os inimigos da verdade" porque não se transige com eles, "tem-se que destruí-los". O jornalista inglês Philip, que fora encarcerado por cinco meses depois da entrada dos golpistas em Madri, conta que, até o final de 1940, decretam-se sentenças de morte a um ritmo de mil por mês, e que, além disso, nos onze meses anteriores só na capital já tinham sido trucidados nada menos que 100 mil republicanos. Franco ordenara recuperar os documentos relativos aos processos não concluídos

em 1937, que desta vez serão levados a cabo com inúmeras condenações à morte, em uma atmosfera de grande devoção religiosa, entre funções sacras e litanias do Rosário, graças à infalível intervenção de sacerdotes e freiras. A um dos muitos desgraçados que estão para ser garroteados e que soluçam e gritam que são inocentes, o bom padre responde com o sinal-da-cruz e a suave repreensão: "Se você é verdadeiramente inocente, nada tem a temer da justiça divina." A justiça humana, no entanto, não brinca. Em seu diário, na data de julho de 1939, Galeazzo Ciano registra as seguintes anotações: "As execuções são ainda numerosas: só em Madri, de 200 a 250 por dia; em Barcelona, 150; em Sevilha, que nunca chegou a cair em mãos dos vermelhos, 80." Quanto aos dirigentes da República que se deixaram capturar, o ex-Premier Largo Caballero foi deportado; o ministro do Interior, Julián Zugazagoitia, e o líder catalão, Luís Companys, vêm a morrer diante de um pelotão de fuzilamento.

Os governos democráticos que continuarão a ser constituídos no exílio ver-se-ão reduzidos gradativamente a uma função meramente simbólica.

As únicas estatísticas oficiais registram que dos 250.719 prisioneiros políticos encarcerados a 31 de dezembro de 1939 restaram, cinco anos depois, apenas 28.077: os demais foram todos mortos e apenas uma pequena maioria por doença. A responsabilidade desta gigantesca matança, que prosseguirá nos anos seguintes, se deve exclusivamente a Francisco Franco y Bahamonde, que, com base nos estatutos da Falange, será "o autor de uma época histórica, na qual a Espanha realiza seu destino" e, como tal, capacitado a exercer a autoridade mais absoluta — o que fará até nos confrontos com a própria Falange, despojando-a cada vez mais de toda influência política efetiva porque (à diferença do Duce e do Führer) não exige motivações ideológicas, não ama os movimentos e as comunicações de massa e, acima de tudo, não pretende dividir nada com ninguém, nem mesmo o de escolher o homem e o momento para a restauração da Monarquia. Cobrem-no de adulações, afirmando que é um chefe carismático, uma figura de estatura internacional, "como Carlos V ou Napoleão", e que nele é inata "uma visão autenticamente platônica do Estado ideal". Mas é a Junta de Defesa Nacional constituída em Burgos em julho de 1936 que decide dois meses depois, disciplinadamente, transferir todos os poderes ao ditador "platônico", que assim se torna não só o chefe do governo e do Estado, como, na prática, também o papa— visto que uma circular de 14 de dezembro de 1937 proíbe toda e qualquer interpretação da ideologia falangista, reservando-a exclusivamente a si, em uma espécie de dogma profano da própria infalibilidade.

O Estado franquista é instituído a golpes de rígidos decretos-leis. Em 1939 emite-se a lei das responsabilidades políticas, com a qual são suprimidos todos os partidos e sindicatos, exceto o falangista. Em 1940 definem-se como crime a organização e a filiação a lojas maçônicas e a células comunistas. No decorrer do ano de 1941, detalham-se as normas relativas a segurança do Estado. A

hostilidade em relação à cultura vem documentada pela violência com que a repressão se abate sobre o mundo da escola: na primária, 6 mil professores fuzilados, 7 mil encarcerados, dezenas de milhares (principalmente em Barcelona) demitidos; na escola secundária, 100 trucidados, 148 obrigados a emigrar, 25 demitidos. A instrução pública é restituída, como nos tempos da Monarquia, à tutela da Igreja, que é, muito mais que a Falange e apenas menos que a polícia, o principal instrumento da ditadura de Franco, tal como o fora de Primo de Rivera e para o movimento de Gil Robles. Embora grande parte da população seja agnóstica, ou até mesmo anticlerical, tanto que circula um provérbio segundo o qual "a Espanha inteira corre atrás da Igreja: metade com uma vela, a outra metade com um porrete".

No entanto, as manifestações e as violências toleradas, quando não fomentadas, pelas autoridades e pelos partidos republicanos, sem contar uma normativa energeticamente laica — da restauração do divórcio à expulsão dos jesuítas, de severas limitações impostas às companhias religiosas ao rompimento de relações com o Vaticano —, contribuíram para levar o alto clero (não os padres bascos, nem os que futuramente seriam chamados de padres-operários) para a anacrônica posição de "cruzada" destinada a suscitar os protestos e a indignação dos grandes intelectuais europeus de confissão católica, como Bernanos e Maritain. O próprio François Mauriac confessará sua angústia: "Continua existindo esta espantosa desgraça: para milhões de espanhóis, cristianismo e fascismo se confundem, e não poderão mais odiar um sem odiar também o outro."

O que não impede que, com a queda da República, como assinalamos, as hierarquias eclesiásticas se vejam amplamente ressarcidas, por meio de uma série de concessões quase inacreditáveis. Para começar, a liberdade de culto é suprimida, tornando o catolicismo a religião do Estado. Além da ab-rogação das leis sobre o casamento civil e o divórcio, recria-se o fundo para o culto, restituindo às ordens religiosas bens temporais e a gestão dos cemitérios; e, como se isto não bastasse, além da retomada do controle do ensino pela Igreja, institui-se uma censura geral eclesiástica, instala-se em Madri uma seção da Sacra Rota e tornam-se obrigatórios o estudo da religião (até nas universidades) e a participação dos estudantes nas cerimônias sacras.

Os soldados republicanos que ainda estão na prisão são submetidos a um castigo que foi imaginado pelo capelão-geral dos cárceres, o Padre Pérez de Pugar, o chamado "resgate das penas por meio do trabalho", que inclui a obrigação, até para os não-católicos, de assistir à santa missa, sem o que haverá um prolongamento da detenção aos que a isto se negarem.

Uma vez minimizada a influência da Falange, Franco se servirá do apoio da Ação Católica e, partir dos primeiros anos da década de 1950, do amparo da

Opus Dei, uma "sociedade sacerdotal" que, em teoria, se propõe a difundir, especialmente entre os intelectuais, a busca da "perfeição evangélica" no mundo e que, na prática, acabará se tornando, nos decênios que se seguem, uma potência financeira de dimensões internacionais. Em 1953, coroando este intercâmbio de sentido amoroso, o Estado e a Igreja assinam um novo acordo, que é saudado com efusão pelo Primado, porque, além dos benefícios materiais, reconhece à Igreja o estatuto de "sociedade perfeita", colocando-a, assim, mais do que nunca, em plano de absoluta igualdade com o Estado, como jamais acontecera em outros lugares. Segundo Martin Bormann, Hitler já havia entrevisto, nove ou dez anos antes, esta perspectiva, acusando Franco de ter restituído ao clero espanhol todos os seus terríveis privilégios. Isto, dito por ele, é quase um elogio.

A outra pilastra da ditadura franquista é a estrutura da repressão, com suas três leis fundamentais do biênio 1939-1941. O Generalíssimo e seus conselheiros elaboram uma fórmula que é uma obra-prima de hipocrisia, porque, em seus princípios, reconhece o exercício "livre e pacífico" dos direitos individuais, políticos e sociais, enquanto que, na prática, se reserva a mais ampla margem de discricionariedade para negar aqueles direitos e desencadear sanções relacionadas com a hipotética perturbação da ordem pública, que se torna um tabu absoluto, o totem do regime. A lei não se limita a enumerar os atos capazes de pôr em crise o tabu, mas precisa que a infração pode ser representada até por atos "outros, de algum modo não-previstos" nos parágrafos precedentes e que possam alterar a ordem pública, quando não a "harmonia social". São conceitos extremamente vagos, de modo a deixar em aberto a todo e qualquer arbítrio por parte do governo, que está autorizado, pelos "poderes sociais" de que está investido, a aplicar penas nada leves, como a designação de uma residência obrigatória, ou seja, o confinamento, a deportação temporária do sujeito, a possibilidade de efetuar prisões mesmo fora das normas habituais, sem falar na faculdade de proibir toda e qualquer manifestação de opinião e de instaurar um regime de censura "ilimitada".

É óbvio que todo tipo de agitação operária ou estudantil pode entrar nessa categoria de reação, que, aliás, pode ser agravada por meio da proclamação, não importa quão excessiva ou a que pretextos, do chamado "estado de exceção". Em todos os casos, para aumentar a dose, pode-se sempre recorrer ao Código Penal, promulgado em 1944, que estabelece motivações ridículas para as mais graves incriminações, como a traição, que o regime identifica até no simples "ultraje à nação espanhola", ou ao "sentimento" de sua unidade, ou seja, a insurreição, que pode ser apenas uma greve política ou, como prevê o Código de Justiça Militar, lançado um ano depois, uma "injúria à moral das tropas". É um texto do qual o regime franquista se servirá muitas vezes, em razão de sua maior severidade ou da disponibilidade da magistratura de uniforme, superior até mesmo à da

magistratura civil, que já foi, contudo, expurgada escrupulosamente de elementos democráticos.

Segundo o historiador espanhol Javier Tusset, subitamente, depois do final da guerra civil, o regime providencia o fuzilamento de 50 mil republicanos, a prisão de 250 mil suspeitos de crimes ou de cumplicidade com os vermelhos e uma impiedosa depuração entre os professores e os funcionários da administração pública. Cita-se, a propósito, como monstruosamente exemplar, o Caso Grimau. Como comissário político do exército republicano durante a guerra civil, Julián Grimau se refugiara no exílio, mas em 1961 retorna clandestinamente ao país com o encargo de organizar internamente o Partido Comunista e garantir apoio político à greve que os mineiros das Astúrias estão programando para a primavera do ano seguinte. Preso poucos meses depois, durante a preparação do processo, Grimau é torturado pela polícia política a tal ponto que os esbirros dão-no por morto e atiram-no pela janela para simular o suicídio. Porém, o dirigente comunista não está morto, sobrevive aos ferimentos e, no decorrer do processo, nega ter tentado matar-se, no que é referendado pelos pareceres dos médicos que conseguiram visitá-lo no cárcere. Em 18 de abril de 1963, o Conselho de Guerra madrilenho o julga com rito sumário no espaço de apenas quatro horas, recusando-se a ouvir testemunhos e a avaliar as provas e condenando-o à morte com base em acusações, que não se sustentam, de "rebelião militar" e, ainda por cima, sem conceder-lhe a prescrição. A condenação é executada 48 horas depois, impedindo que os defensores de Grimau apresentem a apelação, que se fundamenta em uma irrefutável e desmedida irregularidade: o Ministério Público não tem titulação jurídica para exercer aquela acusação. Mas tudo que os magistrados militares fazem é riscar do conselho o promotor e condená-lo a dezoito meses de prisão, incriminando, porém, ao mesmo tempo, por "injúria ao exército" os advogados que se permitiram pedir a revisão do processo!

O critério da discricionariedade, ou seja, do puro arbítrio, é aplicado com indecente amplitude até a lei de 1940, que além dos maçons e comunistas é estendida aos trotskistas, aos anarquistas e "simpatizantes"; e a norma sobre a ordem pública autoriza a prisão também de quem tenha tido apenas a intenção de violá-la. Até 1968, a quase trinta anos do término da guerra civil, a polícia ousará ignorar uma ordem judicial para a ordem pública, negando a liberação de dezesseis estudantes e proibindo sua comunicação com os próprios advogados. Aliás, até os magistrados administram a justiça de maneira extravagante, variando o tempo de pena para um mesmo crime ou prolongando indefinidamente o encarceramento preventivo, durante o qual, porém, o detento não tem direito à assistência legal. Um toureiro que, em um acesso de cólera depois de um incidente automobilístico, gritou: "Os espanhóis são uns cornos!" foi condenado a dez anos de reclusão com a grotesca acusação de ter feito "uma injúria à nação".

Um elemento essencial da estrutura repressiva está representado, obviamente, pela instituição da censura. O regime de início encoraja a autocensura, oferecendo aos agentes de informação a oportunidade de consultar a administração sobre o conteúdo de toda e qualquer espécie de matéria impressa; mas ameaça, ao mesmo tempo, com pesadíssimas sanções, entre as quais a suspensão do redator ou do diretor das publicações até por seis meses, o pagamento de multas bastante salgadas e a suspensão do jornal de dois a seis meses. Também sobre a circulação de publicações estrangeiras e de informações de fonte externa pesa um inexorável controle. E quando, em 1967, as cortes reformam o Código Penal para atender às requisições dos países democráticos, que Franco está cortejando, em teoria suprimem a censura preventiva, mas serão introduzidas penas bastante severas que, mesmo por infrações insignificantes, preveem até doze anos de prisão e multas milionárias equivalentes ao fechamento das publicações. A competência do mérito está reservada não aos tribunais ordinários, mas aos burocratas do Ministério da Informação, e se aplica naturalmente também aos jornalistas estrangeiros, para os quais, em casos extremos, fica prevista a expulsão.

A liquidação do sindicalismo livre e a submissão do trabalho empregaticio a um sindicato único de caráter falangista são prescritas por um estatuto de 1938 e por uma lei de aplicação de 1940, que se fundamentam em uma variante espanhola do corporativismo fascista, com empregadores e prestadores de serviços organizados em uma mesma "comunidade", um quadro no qual, se estoura um litígio que o sindicato único não consegue resolver — já que a greve é tratada à maneira de um delito —, a solução do contencioso é pedida não a um tribunal de trabalho, mas ao ministério. Esta norma, já por si lesiva a todo princípio democrático, é agravada nos primeiros decênios da ditadura pelas desastrosas condições a que a guerra civil reduziu a economia, criando uma desigualdade insustentável entre a elevação do custo de vida e o rebaixamento dos níveis salariais, por ter-se perdido grande parte do gado, riqueza basilar do país, e registrado uma assustadora queda das colheitas agrícolas e de a produção industrial estar terrivelmente diminuída, sobretudo no setor têxtil e no de mineração. Vinte anos, pelo menos, deverão se passar depois da derrota da República, para que a desoladora recessão seja substituída, graças ao afluxo de capitais estrangeiros, por uma fase de estabilização e de relativa recomposição.

O Generalíssimo aproveitou a vitória militar para criar um sistema arcaico que transforma a Espanha, no que se refere aos derrotados, em um imenso campo de concentração de que já falamos, e, para o resto da população, em um melancólico convento, gerenciado em parceria com a Igreja.

Chega-se a ponto de o visitante estrangeiro, para obter um visto de entrada, ter de se munir de uma declaração de seu pároco a respeito da boa conduta religiosa mantida pelo requerente. Não se trata, porém, de um regime fascista em sentido

ortodoxo, porque, à diferença de seus dois mestres, e especialmente de Mussolini, Franco gerencia o poder absoluto sem renunciar a sua *retranca* galega, ou seja, mantendo sua relutância em relação às manifestações espetaculosas e aos ritos simbólicos, e mais ainda seu frio realismo. O critério com que utiliza o falangismo é puramente instrumental, jamais subordinando o regime à sua ideologia, e reservando-se, desde o início, a totalidade dos poderes; igual e estritamente funcional é a atitude para com os dois homens e os dois países que, apesar de tudo, contribuíram amplamente para que se decidisse a seu favor a guerra civil.

Até o primeiro governo, constituído no término de 1939, juntamente com os sustentadores do Eixo figuram ministros notoriamente ligados a Inglaterra.

Quando Londres e Paris declaram guerra à Alemanha, Franco não hesita em proclamar "a mais completa" neutralidade, que se torna, oportunisticamente, não-beligerância depois do primeiro ano e dos devastadores avanços obtidos pela Wehrmacht em todo o Norte da Europa Ocidental. A falência do sonhado desembarque alemão na costa britânica lhe sugere, porém, recuperar aquela linha cautela que enfurecerá Hitler no encontro de Hendaye: depois de ter-se limitado a expedir para a Rússia os voluntários da Divisão Azul e a assinar um pacto anti-Komintern, diante dos insucessos italo-germânicos na frente russa e no Norte da África em 1942, empreende, com a costumeira circunspeção, uma marcha de aproximação em direção às democracias ocidentais, articulando-a em uma série de etapas: a substituição, no exterior, de seu cunhado Serrano Suñer, moderado, mas ainda fascista, pelo filo-inglês General Jordana; a criação de um conselho de Estado que deveria atenuar sua ditadura e a decisão de conceder poderes, mesmo que apenas consultivos, às cortes— enquanto que os cidadãos espanhóis terão que esperar até 1966 para usufruir o sufrágio universal, formalmente jamais negado, nas eleições dos deputados para as cortes. A conflagração mundial está por encerrar-se, com o triunfo das potências antifascistas, no momento em que o galego tem a desfaçatez de romper relações diplomáticas com o agonizante Japão.

Os primeiros anos do após-guerra não se prenunciam fáceis, porque os sucessores de Roosevelt e de Churchill, o democrata Truman e o trabalhista Attlee não se mostram de maneira alguma afetuosos para com o discípulo do Führer e do Duce. É nesta condição que ele vê negada a sua entrada nas Nações Unidas, e é duramente criticado por Juan de Bourbon, que o acusa, com um manifesto público, de ter mantido congelada a Monarquia, sem se dar conta de que com este tardio ato de coragem está perdendo definitivamente o trono em favor de seu filho, Juan Carlos. Agora poderiam também retomar fôlego as oposições, se tivessem o bom-senso de renunciar, pelo menos por uma vez, aos rancores; mas na realidade o Generalíssimo é quem passa à ofensiva, promulgando uma espécie de Constituição pseudoliberal, o *Fuero de los*

Espanoles, concedendo uma ampla anistia aos sobreviventes de seu garrote e de suas galeras, e inserindo em postos-chave do governo um expoente da Ação Católica e um representante da cada vez mais influente Opus Dei. Não consegue bloquear a moção de censura da ONU — que exclui, porém, uma intervenção direta — e se aproveita disto para denunciar o boicote internacional, na esperança de que a guerra fria lhe permita garantir para si a benevolência dos Estados Unidos, ao apresentar-se como campeão do anticomunismo e oferecer ao Pentágono a instalação de bases em território espanhol.

Em 1953, o isolamento diplomático e político pode ser considerado praticamente superado e aberta uma via para o ingresso da Espanha na CEE, primeiro, e a seguir na União Europeia. Mas, a esta altura, Francisco Franco y Bahamonde, antes de morrer (em 1975), terá realizado sua obra-prima, preparando a transição pacífica do regime totalitário a uma prudente democracia conservadora com a escolha de dois homens-chave: o jovem Juan Carlos de Bourbon (filho de Don Juan), que ele preparou pessoalmente para a sua função real, e um moderado como Adolfo Suárez, que forma um lábil movimento de centro-direita exatamente para substituir o governo franquista depois do desaparecimento do Generalíssimo.

MAO TSÉ-TUNG

O poeta cruel

*Se vocês não se esforcem para entrar na fila dos cortesãos,
ficarão automaticamente na dos inimigos e serão aniquilados.*

VOLTAIRE

Os monstros clonados

O século 20 não teria sido o século dos tiranos, dos monstros, se Stalin e Hitler tivessem sido os únicos líderes políticos dotados de uma personalidade perversa, sem possibilidades de comparação, e, apesar disto, cercados de uma popularidade tão grande. Mas, além do caso de Francisco Franco, não foram os únicos a representar um momento extremo de cinismo e de crueldade, eles ofereceram também um modelo de comportamento a uma miríade de epígonos. Já se afirmou que, à raiz desta explosão de malvadeza, estão duas ideologias que fizeram a fortuna do georgiano e do austríaco: a luta de classes e o racismo. "Eram ideias do século 19", escreveu Gianni Moriani, "que se tornaram genocídios no século 20." Como se, entre o final do século 19 e o início do século seguinte, tivessem atingido sua plena maturação e as mais devastadoras consequências de sua aplicação prática.

Na realidade, as coisas são um pouco mais complicadas. A luta de classes, por exemplo, era certamente a chave de interpretação que Karl Marx havia sugerido para compreender a história e modificar a realidade, mas, até a revolução do Outubro Vermelho, o movimento que assumira isto não estava maculado com

crime algum. A organização socialdemocrática tinha suplantado a Internacional anarquista antes mesmo do final do século 19 e se inspirava em uma visão reformadora e solidarista, embora continuasse (pelo menos em teoria) a falar em desapropriação mais ou menos gradativa dos meios de produção e das classes proprietárias. Era revolucionária nos termos, mas pouco inclinada, na prática, à violência, que, ao contrário, teve de sofrer, por décadas, por parte do Estado liberal, bastante sensível às razões da primeira fase do capitalismo o qual, por sua conta, aplicava na fábrica uma disciplina de ferro para conseguir a exploração dos prestadores de serviços, mesmo os de tenra idade. O pacifismo internacionalista do movimento socialdemocrático tinha sido duramente posto à prova em 1914, com a declaração de guerra da Áustria à Sérvia, depois do atentado de Sarajevo, e da decisão dos partidos alemães e franceses de votar no Parlamento a favor dos créditos de guerra para os respectivos exércitos terem dado um severíssimo golpe no movimento, que também por isso se deixou apanhar de surpresa pela Revolução Russa e foi subvertido na Itália e na Alemanha pela reação fascista, resistindo apenas nos países de forte tradição democrática. Mas também depois da Segunda Guerra, quando as socialdemocracias no Norte da Europa voltaram a crescer, em polêmico paralelo com conservadores e comunistas, dando vida ao Estado social, a fonte em que inspiraram, até o advento da sociedade pós-industrial, foi a luta de classes, ou seja, a convicção de que a história seja acima de tudo a história da luta entre as classes privilegiadas e os trabalhadores — uma convicção, porém, que não equivale automaticamente a uma subversão violenta e muito menos à sufocação das garantias democráticas.

Foi, contudo, o comunismo, isto é, a heresia leninista do socialismo, que levou, na teoria e na prática, a bandeira da revolução intolerante, discriminatória, cruenta, do terrorismo de partido e de regime, em nome não da luta, mas da ditadura de classe: em teoria, a ditadura do proletariado sobre a burguesia capitalista e agrária; na prática, a ditadura do partido sobre o proletariado, além da do secretário sobre o próprio partido. Esta inversão das premissas idealistas e humanitárias do socialismo democrático produziu os erros do stalinismo e sua sistemática reprodução em todos os países em que o Partido Comunista conseguiu, pela revolução, um golpe de Estado, ou a ajuda soviética para conquistar o poder. Nascido como instrumento de guerra contra a organização repressora do capitalismo na fábrica e na sociedade, o comunismo acabou perdendo a guerra, na medida em que sacrificou à sua desenfreada batalha todas as liberdades, inclusive a da necessidade, tuteladas, ao contrário, pelo *welfare* socialdemocrático e, paradoxalmente, pelo triunfo mundial do mercado neocapitalista.

É justo, pelo contrário, afirmar que, à base dos erros verificados no século 19 nos países governados por regimes de extrema-direita ou de natureza tribal, está

o racismo, ou seja, a teoria segundo a qual seria possível estabelecer um juízo de valor entre as diferentes raças ou etnias, inclusive com base em sua confissão religiosa e, a partir deste juízo totalmente desprovido de validade científica e histórica, levar adiante um projeto de perseguição e de aniquilamento das minorias outras. O monopólio da verdade e o mito do sangue conspiraram, entre os séculos 19 e 20, para dar origem a movimentos, também de grande aceitação popular, que enraizaram as razões da própria hegemonia em impulsos imperialistas, nacionalistas, racistas e tribais, adotando os métodos mais cruéis para se imporem ao adversário relutante ou à vítima inocente.

Nos últimos decênios do século 20, acendeu-se uma viva polêmica entre os que afirmavam que o comunismo e o nazifascismo não podiam ser comparados, e os que, ao contrário, sugeriam que se repensasse esta distinção à luz de duas considerações: a primeira, de que ambas as ideologias partiam do mesmo pressuposto, isto é, da recusa e da perseguição ao diferente; a segunda, de que, com base neste pressuposto comum, tinham chegado aos mesmos resultados, à criação de uma fábrica de ódio, a um regime policalesco impiedoso e sanguinário, que culminou com a diabólica invenção do campo de concentração, nas versões paralelas do *lager* e do *gulag*. A pesquisa revisionista chegou até à teoria de que o nazifascismo teria nascido apenas como reação à Revolução de 1917 e outros episódios do tipo soviético surgidos no imediato pós-guerra europeu.

Sendo, embora, evidente o nódulo de verdade contido em cada uma destas interpretações, elas, no entanto, não satisfazem plenamente, na medida em que passam por cima do aspecto mais característico do fenômeno, que é a modernidade de sua realização. A história do mundo está marcada por carnificinas, extermínios, massacres, saques, estupros coletivos, *pogroms*, inspirados pela avidez predatória e pelos conflitos religiosos; contam-se aos milhões, apesar do fraco crescimento demográfico do passado, as vítimas das guerras, das invasões bárbaras, da Inquisição, da conquista das duas Américas, bem como as do Terror jacobino e das expedições coloniais. Porém, a humanidade jamais havia passado por manifestações tão científicas de horror como as que se expressam logo em seguida ao imenso massacre da Primeira Guerra Mundial, nos regimes de Stalin, de Hitler e de seus imitadores.

Não foi por acaso que foi rodado no século 20 aquele filme gelidamente moderno que é *Laranja Mecânica*. Partindo da reeducação forçada à não-violência de uma personagem que cultivava ao mesmo tempo o estupro e Beethoven, o diretor Stanley Kubrick descreve as etapas deste processo e do seu fracasso com "cenas de uma brutalidade crua, nos limites do suportável, mas ironicamente ritmadas pela música", exatamente como a música alemã ritmava a marcha dos judeus e dos ciganos em direção às câmaras de gás. A mescla dos modelos da cultura refinada com a vulgaridade da alienação da massa,

acompanhada de uma sistemática destruição da realidade ou de suas ilusórias aparências, é a transposição cinematográfica de uma alucinação que faz lembrar a do *lager* ou a do *gulag*. A ferocidade nasce, tanto em um como em outro caso, de um planejamento lúcido e tecnicamente impecável, visando basicamente o mesmo objetivo: primeiro, a sujeição do outro, depois seu aniquilamento.

É indiscutível que os conflitos étnico-raciais e a versão bolchevique da luta de classes condicionaram o desenvolvimento do século 20, a ponto de clonar, por assim dizer, dezenas de pequenos e grandes monstros na Europa e na Ásia, na América e na África, semelhantes, no todo ou em parte, aos dois grandiosos protótipos, o secretário-geral do PCUS e o Führer do Terceiro Reich. Em comum com seus mestres, eles tiveram uma visão integralista da história, além de um projeto orgânico para realizá-la, na convicção de que, para conseguir isto, era necessário eliminar, fosse por que meios fossem, mesmo os mais extremos e desumanos, todos os que fossem considerados adversários, ou não se professassem adeptos de tal projeto. Foi esta, exatamente, tanto no caso de Stalin quanto no de Hitler, e mesmo quando em formato reduzido, a racionalidade do mecanismo repressivo a serviço da alucinada abstração do planejamento que torna monstrosos até mesmo as personagens menores.

O elenco poderia ser aberto com os nomes dos generais austro-germânicos e aliados que, na guerra de 1914-18, jogaram na fornalha de infinitas batalhas pela conquista de poucas centenas de metros de terreno a milhões de soldados, condenando-os, nas pausas de uma matança inútil, "ao tormento da vida nas trincheiras". Neste caso, o elenco poderia ser complementado com os nomes dos generais e até mesmo dos pilotos que, desde as incursões nazistas sobre Guernica até os bombardeios alemães e anglo-americanos sobre populações civis na Segunda Guerra Mundial, prepararam o terreno para o lançamento das duas bombas atômicas dos Estados Unidos sobre Hiroshima e Nagasaki.

Mas estas atrocidades podem ser incluídas no repertório da brutalidade bélica ordinária, embora tenham sido realizadas com um insuportável grau de ferocidade, porque não estão ligadas a personagens isolados, a monstros e muito mais a um trágico reflexo do progresso tecnológico nas artes militares, com a ultrapassagem de um limite de tal forma vertiginoso e mortífero que vem a determinar a trégua entre as superpotências que afastou, depois de Yalta, a terceira conflagração mundial.

Os discípulos de Stalin e de Hitler são, ao contrário, portadores de um valor pessoal que faz crescer a produção dos horrores do século 20: uma perfídia peculiar, o uso sistemático do terror como instrumento de governo e um refinado repertório de motivações e técnicas de extermínio. E verdade que, no caso dos líderes comunistas, as provas de crueldade se agravam pela clamorosa contradição de fatos atroz com as promessas humanitárias de uma ideologia na

qual a maior parte das vítimas acreditara de início, ou da qual continuaram devotas, como militantes do partido, até o fim.

É esta a razão pela qual Giuseppe Saragat chegou a declarar que "o comunismo é a tragédia da classe operária, o fascismo é a vergonha da burguesia". Os ditadores de extrema-direita atingiram, de fato, quase que exclusivamente, e em cada caso com particular dureza, os adversários, ao passo que os de extrema-esquerda demonstraram especial predileção em lançar-se contra os próprios militantes acusados ou contra os apenas suspeitos de dissidência.

Nos países ocupados pelos soviéticos na Europa Oriental, os responsáveis pelos partidos ou pelos governos não oferecem exemplos particularmente originais de malvadeza, porque em sua maior parte são apenas réplicas, obsequiosos destinatários das ordens que chegam do Kremlin, e que são seguidas sem grandes voos de inteligência. Os momentos dramáticos do imediato pós-guerra, o golpe de Estado de 1948 na Tchecoslováquia, a repressão das revoltas operárias na Polônia ou na República Democrática Alemã, as depurações na Bulgária e na Romênia e a invasão do Exército russo e das tropas do Pacto de Varsóvia na Hungria, em 1956, e na Tchecoslováquia, em 1968, correspondem exatamente às exigências do férreo controle que o Império russo exerce sobre os países-satélites, mesmo muitos anos depois da morte de Stalin.

A liquidação dos dirigentes que caem por uma razão ou por outra em desgraça se dá exatamente à maneira dos expurgos stalinistas, ou seja, em consequência de acusações inteiramente sem fundamento, por meio de um processo despidoradamente manipulado, por meio de confissões extorquidas pelos meios mais abjetos, que incluem, obviamente, a tortura. Por exemplo, no processo contra o secretário do partido húngaro, o judeu László Raik, que será devidamente enforcado, toma-se como pretexto sua suposta conivência com o movimento sionista, enquanto que no caso de seu colega tchecoslovaco Rudolf Slánsky, que acabará, por sua vez, na forca, afirma-se que ele conspirou, juntamente com Tito, contra a União Soviética. O próprio Tito, logo depois da revolução húngara de 1956, não sente o menor escrúpulo em violar todo e qualquer dever de solidariedade e de hospitalidade, entregando ao carnífice stalinista aquele Imre Nagy, que, como primeiro-ministro, partilhou dos motivos dos revoltosos de Budapeste e depois da invasão russa pediu asilo na embaixada iugoslava.

Antes de vir a opor uma indomável resistência a Stalin, o Marechal Tito cobriu-se de glória na guerra de resistência contra 32 divisões alemãs, mas, como bom comunista, se desembaraça por sua vez, sem escrúpulos, dos companheiros contrários a sua política antissoviética, deixando-os, por sorte, com vida, e desenvolve uma impiedosa repressão, a meio caminho entre a vingança

política e a limpeza étnica, contra os militares que debandaram depois do 8 de setembro e os italianos residentes, talvez desde sempre, em Trieste, na Istria e na Dalmácia, que joga, às dezenas de milhares, nas colinas, nas fossas montanhosas do Carso, para permitir que seus croatas se expandam pela costa do Adriático. Os comunistas italianos minimizam tais atrocidades para evitar um conflito com seus companheiros heróis da guerra de Libertação; contudo, em 1948 irão criticá-lo asperamente, obedecendo à liturgia imposta pelo Kominform: um capítulo pouco edificante de sua história, a que, aliás, o governo de Roma — paralisado pelo *iktat* dos vencedores — não pode fazer reparos, abandonando, assim, a seu destino, 300 mil istrianos, todos eles denunciados vergenhosamente como fascistas.

O panorama nos Bálcãs não é alegre. Enquanto o comunismo búlgaro e o albanês são obrigados a registrar todos os impulsos repressivos provenientes do Kremlin e todos os golpes de cúpula provocados pela luta pelo poder em Moscou — a ponto de Tirana acabar passando para a área de influência chinesa no momento em que Mao entra em confronto com os russos —, a Romênia inaugura, por assim dizer, um regime próprio a partir de 1965. É o ano em que à frente do partido e do governo romeno se instala Nicolae Ceausescu, que de imediato imprime ao país uma guinada nitidamente nacionalista, reivindicando pouco a pouco uma autonomia cada vez mais pronunciada em relação à tutela soviética. Como Stalin já está morto e a União Soviética não está em condições de intervir em Bucareste, como o fizera em Budapeste e como fará em Praga, Ceausescu tem meios de impor um novo tipo de ditadura, uma espécie de satrapia familiar, em condomínio com Elena, sua mulher — personagem nefasta que exercerá uma influência desastrosa sobre o marido rude e semianalfabeto e exigirá ser homenageada até com louros acadêmicos por seus supostos méritos científicos. A brutal ditadura do casal afirma a própria independência em relação a Moscou, inclusive por meio de uma política de abertura (retribuída, que fique bem claro, ao som de dólares) no caso dos confrontos dos judeus que fogem dos outros países do bloco soviético, aos quais permite que atinjam a Palestina zarpando de portos e em navios romenos.

Esta ação para com os judeus é talvez a única ação meritória que Ceausescu e a mulher fizeram nos 24 anos de sua interminável tirania, mantida por um vigilante controle policialesco realizado pelos Departamentos de Segurança, até virem a cair com grande alarde diante das câmeras de televisão em fins de 1989, em sintonia com a derrocada de outros regimes da área soviética. Uma carta aberta endereçada ao povo romeno por eminentes ex-comunistas reunidos em uma Frente de Salvação Nacional precede de poucos dias a revolta popular que explode a 10 de dezembro de 1989, em Timosora, e se espalha em duas semanas por toda a Romênia até atingir a própria Bucareste. Pressionados pelas vaias, pelas ofensas, pelas ameaças de uma enorme multidão que se acotovela sob as

varandas do palácio presidencial, Ceausescu e sua mulher se dão conta, demasiado tarde, do caráter hostil da manifestação. Três dias depois, o casal, surpreendido quando tenta fugir de helicóptero para o Ocidente, é executado, mas é exatamente um de seus companheiros arrependidos, Ion Iliescu, quem assume rapidamente o poder. É uma mostra da rapidez com que os dirigentes comunistas se sucederão, convertendo-se ambigualmente à democracia, e isto, bem entendido, não apenas na Romênia, mas em muitas outras regiões do socialismo real, a partir da União Soviética, e também, no Ocidente, a partir da Itália.

De caráter familiar, mas de duração bem diversa, é a ditadura de Kim II Sung na República "democrática popular" da Coreia do Norte, que se prolonga por quase cinquenta anos e passa por herança, como em uma antiga Monarquia, a seu filho Kim Jong II, sancionando o epílogo mais paradoxal para um governo de inspiração marxista. O fundador da dinastia cai de paraquedas enviado pelos soviéticos para Pyongyang assim que termina a Segunda Guerra Mundial, durante a qual comandou, nos confins da Manchúria, um grupo de membros da guerrilha de resistência aos japoneses. Os nacionalistas ainda em circulação e os comunistas que se opõem à liderança de Kim são silenciosamente liquidados, até para possibilitar a divisão das duas Coreias, decidida, no espírito de Yalta, entre russos e americanos. A do Sul continuará definitivamente na órbita americana, a do Norte, inicialmente modelada à imagem e semelhança da URSS, seguirá um caminho bem singular. Depois da guerra de 1950-53, que termina com uma pavorosa carnificina (meio milhão de mortos só entre os chineses que acorreram em ajuda dos norte-coreanos), orienta-se em direção a um total isolamento, inclusive ideológico, que virá a ser sancionado oficialmente no outono de 1970, por um congresso do chamado Partido dos Trabalhadores: é neste momento que nasce o "reino eremita" de Kim II Sung, protagonista da agressão à República do Sul e dos atrozes crimes de guerra contra milhares de prisioneiros americanos e sul-coreanos, além de brutais abusos nos confrontos com diplomatas e missionários estrangeiros. A hostilidade contra a outra Coreia permanece irredutível ao longo dos anos, como o demonstra o atentado terrorista organizado contra um avião da Korea Air Line, em novembro de 1987, que explodirá em pleno voo, com 115 pessoas a bordo, simplesmente para demonstrar a incapacidade do governo anticomunista de garantir a segurança dos Jogos Olímpicos que estão para ser realizados em Seul.

É inútil dizer que os expurgos stalinistas são perfeitamente adequados ao regime de Kim. Dos 22 membros de seu primeiro governo, dezessete foram justificados ou depurados em um espetacular processo por suposta espionagem em favor dos Estados Unidos. Posteriormente, como agentes secretos de Washington, terminarão também no paredão o ministro do Exterior e o ex-chefe do Estado-Maior, e, depois de 1958, ainda os dirigentes ligados de certo modo aos soviéticos

e aos chineses, até que, em 1967, o próprio secretário do partido, Kim Kwang Hyup, virá a ser incriminado. A fúria de Kim se abate igualmente sobre grupos de estudantes do Instituto de Línguas Estrangeiras, ou filhos de dirigentes caídos em desgraça, e periodicamente realizam-se maciças depurações contra expoentes do partido considerados reformistas e escolhidos como bodes expiatórios para justificar os insucessos no campo econômico ou internacional. Kim aprendeu bem a lição de Stalin. Fala-se de um total de cerca de 90 mil execuções, inclusive a de anônimos cidadãos acusados de sedição ou traição, ou de criminosos comuns, processados muitas vezes em julgamentos públicos, com a multidão estimulada a acompanhar depoimentos e sentenças com gritos estridentes, invectivas ásperas e lançamento de pedras, chegando às vezes até a linchar o condenado.

Por outro lado, quem escapa da pena capital tem poucos motivos de satisfação, porque o regime das prisões e dos campos de concentração, sobretudo nas chamadas "áreas de ditadura especial", não tem nada a invejar dos *lager* de Hitler e dos *gulags* de Stalin em termos de sadismo, torturas, doenças e fome. A repressão se acentua a partir de 1980, quando se manifesta uma tímida oposição contra a instauração do chamado "comunismo dinástico dos Kim", decidida pelo mesmo e dócil congresso do partido. Segundo um cálculo documentado, em menos de meio século os Kim teriam exterminado um milhão e meio de coreanos, os quais, juntando-se aos que tombaram na guerra do início da década de 1950, e a outras vítimas, perfariam um total de três milhões, em uma população de 23 milhões. A este aspecto repressivo, que não surpreende em um país comunista, a Coreia do Norte acrescenta — como já assinalai — uma característica bastante singular: a implantação da dinastia dos Kim com uma transmissão hereditária do poder, de II Sung para o filho, Jong II.

Com os mais diversos e chamativos cognomes poéticos, o Número, o Chefe Supremo, o Grande Dirigente, pai e filho são elevados à glória celestial, tal como Numa Pompílio, com a participação em suas empresas e em seu triunfo de todos os elementos naturais: chuva, vento, neblina, nuvem, sol... Do horror ao ridículo, no caso, não há mais que um passo. As vicissitudes da satrapia familiar dos Kim representam, porém, apenas uma das consequências explosivas que se produziram na Ásia, após a Segunda Guerra Mundial, pela contaminação das antigas culturas locais e o extremo atraso socioeconômico daqueles países, por um lado, e, por outro, da doutrina marxista-leninista que se difundiu gradualmente depois do declínio do colonialismo ocidental. A herança dos domínios português, francês e inglês contribuiu bem pouco para resolver problemas de dimensões bíblicas, reduzindo-se à sobrevivência provisória de alguns portos franqueados, como os de Hong Kong, Singapura e Taiwan, abertos a todo tipo de tráfico mercantil ou financeiro, mas privados de qualquer relação real com as exigências vitais de centenas de milhões de seres humanos

amontoados no interior das extensas regiões centro-meridionais do continente. No entanto, não teria maior êxito a experiência de regimes comunistas que tentaram, como a China e o Camboja, resolver as contradições impondo uma frenética aceleração do processo evolutivo no sentido de uma sociedade coletivista, que custou altíssimos preços em vidas humanas, com a negação de todos os direitos civis, além de inenarráveis privações. O caso de Mao Tsé-tung não é, certamente, o de Pol Pot, mas ambos têm em comum tanto a delirante abstração de seus planos quanto a impiedosa violência de sua realização. Sem dúvida o Grande Timoneiro, um clássico intelectual chinês, pode ser posto ao lado de Stalin pelo menos pela coerência obsessiva com que se aplicou em manter o culto da própria personalidade, enquanto que o líder dos *khmer* vermelhos, um matador fanático, lembra mais a Hitler, por sua vocação a um metódico genocídio e um desprezo pela vida humana que chegou a níveis de insuperável barbárie.

O corte do rabicho

Mao nasce na Província de Hunan, região central da China, em um dia de dezembro de 1893, de uma família camponesa de certas posses, pelo menos para os padrões dominantes na época, embora em sua infância e no início de sua adolescência se veja obrigado a alternar a escola com o trabalho no campo, o que o obriga o pai, homem bastante autoritário, com o qual o rapaz, revelando já sua índole rebelde, entra muitas vezes em conflito, ao passo que é muito ligado à mãe, uma camponesa analfabeta e devotíssima do budismo, religião à qual o filho permanecerá fiel até a adolescência. São, naturalmente, anos decisivos para a formação de Mao. Tal como se deu com Stalin mais ou menos na mesma idade, além de estudar na escola os clássicos da grande tradição nacional, o garoto chinês lê avidamente os romances populares, particularmente aqueles que narram as aventuras dos bandidos que lutam heroicamente contra a corrupção da corte imperial e de sua burocracia. A um certo ponto, porém, começa a apaixonar-se também pelos escritos políticos de intelectuais progressistas, que em princípios do século 20 abrem uma acirrada polêmica em favor da modernização do país, pregando a transformação do Império em uma Monarquia constitucional — primeiro sinal da revolução que vai estourar exatamente em Hunan contra a dinastia Manchu e seus mandarins.

Característica destes movimentos inovadores, que no futuro não será estranha

nem mesmo ao Partido Comunista, é uma franca admiração pelas instituições e o progresso tecnológico do Ocidente, que não implica, todavia, recusa da tradição chinesa, tanto que a luta pela participação popular no poder é considerada como premissa para restituir à China sua posição milenar, de proeminência cultural no mundo e centro motor do planeta. O próprio Mao apontará esta singular ambivalência do processo de modernização, tanto na fase de sua iniciação política, que será de tipo liberal, quanto em sua passagem posterior ao campo marxista: neste sentido, feitas as devidas (e enormes) diferenças, a República Popular da China, tal como foi batizada em 1949, afirmará sua continuidade em relação à China imperial dos Han, tal como na URSS de Stalin se refez a Rússia czarista, apesar das revolucionárias mudanças nas estruturas sociais realizadas em um e outro caso. Comunismo e nacionalismo, paradoxalmente, muitas vezes formam uma só coisa.

A primeira reviravolta ocorre para Mao em torno dos dezesseis anos, quando a paixão pelos livros primeiro o induz a fugir de casa com um amigo desocupado que estuda leis, depois a inscrever-se em uma escola não muito distante do vilarejo natal de sua mãe. É o ambiente ideal para entregar-se, juntamente com os companheiros, a acaloradas discussões de política, acompanhando de perto cada mínimo episódio de turbulência social e cerrando fileiras contra as coações dos proprietários de terras e as autoridades que os apoiam. Os jovens veem com simpatia os dois grupos de inovadores, os reformadores e os mais radicais, que lutam pelo advento da República e elegem como chefe um enérgico líder, Sun Yat-sen. A revolução por ele conduzida estoura no outono de 1911, de início entre Hunan e o Cantão, para daí estender-se até Changsha. O entusiasmo de Mao é tal, que, ao ter notícia dos sucessos de Sun, juntamente com um amigo corta o rabicho do cabelo em sinal de desprezo pelos soberanos estrangeiros que o impuseram aos chineses, e faz o mesmo, à viva força, com um grupo de colegas que não tiveram coragem de fazê-lo. Estudando a história de seu país e a de outros, o jovem há muito manifesta particular entusiasmo pelas figuras dos grandes guerreiros e dos fundadores de nações. Quando a revolução chega a Changsha, cidade na qual Mao frequenta a escola secundária, sua emoção é grande.

A frente subversiva está representada neste período por alguns esquadrões do Exército imperial e das sociedades secretas, os quais não se absterem de atentados terroristas de caráter anárquico, apoiados como estão no descontentamento dos camponeses duramente afetados pela carestia. Mao, então com dezoito anos, ingressa nas forças revolucionárias de Hunan, mas um compromisso realizado entre os dois grupos inutiliza seu impulso, levando-o a voltar aos estudos depois de apenas seis meses de serviço, já tornado, porém, consciente do peso cada vez mais decisivo que o Exército vai assumindo na política chinesa. É um período em que lhe sucede ler pela primeira vez artigos que falam de socialismo e da criação

de um partido chinês desta tendência, tema que em princípio o apaixona apenas teoricamente, por estar empenhado na escolha de um caminho para o próprio futuro. Depois de muitas hesitações e de outros tantos arrependimentos, acaba renunciando a buscar trabalho e se fecha durante meses em uma biblioteca pública, devorando uma grande quantidade de livros, entre os quais traduções de autores ocidentais, de Stuart Mill a Rousseau, de Darwin a Spencer — experiências valiosas, embora o encontro decisivo para a sua formação cultural venha a ser com os professores da Escola Normal, pela qual sairá diplomado cinco anos depois, na primavera de 1918, no momento em que na Rússia acaba de estourar a revolução. Nesta época, no entanto, contam mais as experiências que vem fazendo, quer em plano formal — por exemplo, no exercício da escrita —, quer no plano político. Um professor o põe em contato com o movimento radical, cujo dirigente é um intelectual, Chen Tuhsiu, no momento empenhado na luta pela modernização da cultura chinesa em sentido democrático e científico, mas que no devido tempo virá a ser o primeiro secretário do Partido Comunista. Menos entusiasta da civilização ocidental, o docente da Escola Normal recomenda a seus alunos que não se esqueçam da tradição nacional e, ao mesmo tempo, que não se concentrem exclusivamente nos grandes temas ideais, deixando de lado a solução dos problemas concretos que afligem a sociedade.

Mao dá o maior valor a esses conselhos, mas, por conta própria, nos primeiros escritos que publica na revista radical, acrescenta uma curiosa solicitação: aconselha os leitores a retemperarem o corpo e o caráter com uma série de exercícios por ele estudados, deplorando que as condições físicas dos chineses venham piorando a cada dia e que o espírito militar não seja, em geral, levado em conta. É um traço de seu vitalismo que, de certo modo, o aproxima de Mussolini, que poderia ter subscrito esta sua afirmação: "O principal objetivo da educação física é o heroísmo militar." Os dois ditadores serão igualmente associados na iconografia cortesã como senhores dos elementos, retratados enquanto nadam majestosamente, um nas águas do Rio Amarelo, o outro, mais modestamente, nos balneários de Riccione.

Contudo, o jovem estudante de Hunan — a província cujos habitantes gozam da fama de serem particularmente fortes devido a seu hábito de alimentar-se com pimenta vermelha, tanto que, posteriormente, Mao estabelecerá uma curiosa relação entre a pimenta e a revolução — passa logo da reflexão à ação política. A ocasião lhe aparece com uma expedição militar que, na primavera de 1917, toma como alvo sua escola e que o chama exatamente para organizar a defesa, armando os colegas com bambus pontiagudos com que deveriam furar os olhos do primeiro soldado que metesse a cara por trás do muro: a hipótese não se realiza, mas o detalhe não é insignificante. No final do mesmo ano, vamos encontrar Mao entre os organizadores de uma Sociedade de Estudos para Jovens, uma associação estudantil que se qualifica entre as mais radicais, tanto que todos

os seus membros entrarão para o Partido Comunista. O filho do camponês de Hunan já está em vias de tornar-se um revolucionário profissional, no contexto de uma transformação que reflete a luta política na China, determinada, evidentemente, pelos reflexos da vitoriosa Revolução de Outubro e pela difusão das primeiras publicações de caráter marxista.

Um passo decisivo é sua transferência provisória para Pequim, no verão de 1919. Uma vez obtido o diploma de professor, graças a seu velho mestre Yang Cheng-chi, que também fora transferido, mas que leciona nesta cidade, Mao encontra trabalho na biblioteca da universidade local, entrando em contato com um círculo de estudiosos marxistas. Porém, o nível de conhecimento da teoria por parte dos associados e do próprio Mao é ainda modesto, resultando em uma estranha mistura de liberalismo, reformismo democrático e socialismo mais ou menos utópico, sem excluir uns toques de anarquismo. O aprofundamento do pensamento leninista e, sobretudo, do papel que, na interpretação de Lenin, os movimentos de libertação nacional assumem em relação à revolução mundial acabará por eliminar as últimas dúvidas dos progressistas chineses, até mesmo porque coincidem com sua convicção de que a China pode se enriquecer com a contribuição das culturas estrangeiras mais avançadas, desde que não comprometa a própria identidade histórica: uma opinião de que Mao partilha plenamente e que, no futuro, estará à raiz de seu irredutível confronto com a União Soviética.

No verão, ao retornar a Hunan, funda uma outra associação estudantil e um jornal, no qual publica um artigo que desde o título (*A grande união das massas populares*) antecipa a vocação populista que caracterizará sua linha política, mesmo depois de tornar-se o chefe do partido e da China comunista, onde o populismo pretende implantar uma concepção peculiar do povo chinês em seu conjunto, como força histórica e, ao mesmo tempo, revolucionária—

uma heresia marxista da qual jamais abrirá mão. Em dezembro do mesmo ano de 1919, tornando-se perigosa sua posição na província, refugia-se primeiro em Pequim, depois em Xangai, e aí, para viver, aceita ser tintureiro, mas por breve tempo, pois o encontro com um antigo professor lhe dá a possibilidade de voltar para Changsha com um bom posto, a direção de uma escola secundária, graças ao qual pode, finalmente, desposar a moça que ama há tempos, a filha de seu mestre, Yang Cheng-chi.

A partir deste momento, convertido definitivamente ao marxismo, une o trabalho escolar uma atividade, cada vez mais intensa, de sindicalista, com a intenção de entrar para o Partido Comunista, cujo primeiro congresso será realizado em 1922. As vicissitudes do movimento chinês e de suas relações com os nacionalistas e com os soviéticos são já bem conhecidas. Mao só chegará à cúpula em 1930, quando o partido já estará em grande parte esvaziado pela

subordinação às diretivas de Stalin, que, a partir de 1923, impôs uma incômoda aliança com o Kuomintang, com a mesma ótica paternalista com que Lenin havia olhado o mundo colonial e com base na incipiente estratégia do "socialismo em um só país". A aliança funciona discretamente enquanto vive Sun Yat-sen, mas quando este morre, em 1925, deixando o cargo ao duro Chiang Kai-shek, a cúpula do Partido Comunista começa a dividir-se cada vez mais com relação às diretrizes que chegam de Moscou.

É nestes anos que Mao vai amadurecendo sua orientação, por meio de contínuos ajustes. A princípio, sente forte aversão em relação aos estrangeiros, que, a seu ver, humilharam os chineses, e, por conseguinte, vê-se inclinado a colaborar secretamente com o Kuomintang porque partilha de seu ardente nacionalismo. Conta-se, a este respeito, um episódio significativo, que remonta a 1924: Mao, vestido em trajes chineses já um tanto gastos, encontra-se em Xangai com um colega de escola que usa uma roupa de linha ocidental e que censura seus trajes. Diante da tola reação do outro, arrasta-o para ver o cartaz afixado na entrada de um parque municipal, no qual está a ultrajante inscrição: "Entrada proibida aos cães e aos chineses". Sente-se enfurecido, neste período, por ver seus compatriotas combaterem mais o imperialismo japonês que o britânico, e por isso, pelo menos até 1927, aceitará colaborar com o Kuomintang, ocupando inclusive cargos de certo relevo nos setores de propaganda e de organização.

O que não impede que se inscreva no Partido Comunista e, ao contrário, anos depois aí venha a fazer uma brilhante carreira, especialmente a partir da primavera de 1925, depois de seu retorno a Hunan. Uma manifestação de protesto de estudantes e operários por ocasião do assassinato de um trabalhador por parte de um capataz japonês é sangrentamente reprimida pela polícia internacional de Xangai, comandada por um oficial inglês, e três semanas depois, em Cantão, são esquadões franceses e novamente ingleses que se lançam contra a multidão, disparando à altura dos homens. Mao vê que, ao contrário do que acontecia no passado, os camponeses de sua região descem para a praça contra os massacres e, dando-se conta de seu potencial revolucionário, decide trabalhar para o partido neste setor, embora não renunciando, por ora, à colaboração com o Kuomintang. É o que ele vai fazer, fundando um semanário político e inaugurando o Instituto de Formação do movimento camponês, um centro dedicado não só ao aperfeiçoamento da cultura política como à preparação de camponeses para a luta revolucionária.

No verão de 1926, em Cantão, recebe do partido a incumbência de responsabilizar-se exatamente pelo campo, uma vez que Chiang está marchando em direção ao Norte para confrontar-se com o poder dos generais, os "senhores da guerra", em nome da revolução nacional chinesa — um empreendimento que em seu início os soviéticos viriam a enquadrar em seus projetos de revolução mundial. Isto é música para os ouvidos de Mao, que continua servindo a dois

patrões, embora esteja cada vez mais convencido de que os camponeses representam um potencial explosivo e que "em breve erguer-se-ão como um furacão, constituindo uma força tão extraordinariamente rápida e violenta que poder algum, por maior que seja, estará em condições de reprimi-la".

Porém, o entusiasmo revolucionário das massas rurais não interessa, na realidade, a Stalin, que age no sentido de conciliar seu movimento com Chiang e de aplacar as preocupações conservadoras do Kuomintang, suspeitando cada vez mais das intenções dos comunistas. São anos de conflitos, de acontecimentos, de retiradas do partido, nos quais Mao escala posições atrás de posições, mas partindo sempre de uma colocação de extrema esquerda, pois afirma a necessidade de aplicar a prisão perpétua, ou até a pena capital aos "prepotentes locais" e aos "perversos notáveis", reunidos na frente contrarrevolucionária e, para começar, instiga os camponeses pobres a não pagarem os arrendamentos. Mas também neste ponto os representantes da Internacional de Moscou aconselham prudência, além de uma análise atenta da situação local e uma propaganda que não insista demais na expropriação dos grandes latifúndios. Até mesmo porque nas fileiras do Kuomintang há inúmeros oficiais e generais interessados na manutenção do *status quo*. Na atitude do Komintern há não só a preocupação predominante com os interesses soviéticos, como também o preconceito marxista segundo o qual cabe ao proletariado urbano e não às camadas camponesas fazer a revolução.

Os poucos e os muitos

Cai como um raio sobre as extenuantes disputas ideológicas entre comunistas na primavera de 1927 a iniciativa de Chiang Kai-shek, o novo chefe dos nacionalistas, que se aproveita de conflitos sindicais que estouram em Xangai para desencadear uma sangrenta repressão, primeiro nesta cidade, depois em Pequim e em Cantão. Em vão uma oposição de esquerda ainda consistente demonstra a Stalin que o episódio comprova o fracasso a que está conduzindo sua política no Extremo Oriente: o ditador, a quem não surpreende a reviravolta de Chiang, decide que não deve mudar realmente sua linha, porque continua pensando que tem de ser evitada a ruptura do PCC com o Kuomintang e, em caso extremo, que os comunistas chineses devem tentar fazer acordos com a ala esquerdista do movimento nacionalista, especialmente onde ela está no poder, como na Província de Hunan. Quanto à reforma agrária, é melhor caminhar a passo bem lento, porque "falar de reforma agrária com o Kuomintang equivale a tocar alaúde para uma vaca".

Mao compreende este discurso e, deixando para melhores tempos a agitação social entre as massas rurais, dedica-se ao alistamento dos camponeses pobres para formar um pequeno exército popular, com o qual enfrentará a persistente ofensiva de Chiang, que, com sua costumeira determinação, impõe também à esquerda do Kuomintang que não dê ouvidos às sereias comunistas. Enquanto o PCC continua a oscilar entre a obediência aos russos e a tentação de liquidar com terrorística violência os poderosos e os proprietários de terras, o futuro Napoleão chinês prepara o assalto ao poder, subindo para as colinas de sua cidade natal com o pequeno núcleo armado que formou e que vai reforçando, convocando desenvoltamente um par de autênticos bandidos, convencido de que com um bom trabalho de reeducação (seu permanente ponto de referência) poderão transformar-se em excelentes revolucionários. O plano não tem sucesso imediato, tanto que os dois bandidos são abandonados à vingança dos camponeses, mas a ideia será utilizada no futuro por Mao, quer para "reeducar" os dissidentes, quer para abrir as portas do exército popular (fora de todos os cânones marxistas) aos marginalizados da sociedade capitalista, subproletários como os vadios e os mendigos, os soldados mercenários e as prostitutas.

Mao não cede, porém, a qualquer debilidade de tipo libertário em 1928, época em que aplica impiedosamente as diretrizes do Comitê Central de Hunan,

partindo do reduto montanhês em que se encastelou para realizar incursões terroristas contra os camponeses ricos, massacrando-os, devastando casas e fazendas, impondo contribuições até mesmo aos pequenos agricultores e usando os mesmos métodos na cidade, onde desapropria inúmeros comerciantes e sequestra fábricas, entregando-as à gestão dos operários. A consequência é que diversos empresários decidem, em reação, "colocar a faixa branca", ou seja, alinhar-se ao Kuomintang, sem que o partido faça, contudo, qualquer censura a Mao, afirmando, ao contrário, que "se queimou e se incendiou bem pouco", com a costureira alternância entre prudência e extremismo, de que o futuro Napoleão chinês, porém, não partilha realmente, cada vez mais convencido de que a revolução avança na ponta das baionetas, com a condição de que o exército popular seja usado no âmbito de uma estratégia particular, a da tática de guerrilha. A esta altura ele já elaborara a este respeito uma teoria própria baseada no princípio da "concentração de forças", que é algo mais que um expediente tático e é imposta pela inferioridade numérica e estrutural dos grupos revolucionários em relação aos inimigos. A teoria representa uma mescla de tradição e modernidade, no sentido de que faz referência a um escritor clássico em temas militares, Sun Tzu, que viveu quinhentos anos antes de Cristo, e cuja ideia fundamental é de que "a vitória só pode ser conquistada concentrando em todas as batalhas que se sucedem uma parte relativamente grande das próprias forças contra uma parte relativamente pequena das do inimigo". Em termos mais simples, Mao dirá que os chefes do Exército Vermelho chinês se servem de poucos para dominar a muitos no plano político geral, ao passo que no campo de batalha procuram servir-se de muitos para vencer poucos.

Este imaginoso modo de descrever um fenômeno tão concreto como a guerra apresenta duas vantagens nada desprezíveis: pode traduzir-se em um slogan de fácil compreensão até para o soldado mais ignorante e, ao mesmo tempo, seduz a fantasia dos intelectuais estrangeiros, ganhando-os para a causa do comunismo, principalmente naquela variante especial e inconfundível que será o maoísmo. Em suma, a famosa tática de Sun Tzu se resume na canonização da surpresa como a rainha das armas de guerra, e, se o Napoleão chinês a torna algo próprio, é porque ele julga que "toda a condução da guerra se baseia no engano", na arte da astúcia e do segredo. "Hábil no ataque é o general de quem o inimigo não sabe o que defender, e hábil na defesa aquele de quem o inimigo não sabe o que atacar." É, em síntese, uma tática de guerra que parece recomendável, sobretudo para a tática de guerrilha, embora naquele momento não lhe seja dado ainda o devido valor por parte dos dirigentes do PCC e deva ter parecido totalmente incompreensível aos soviéticos, cuja ignorância em relação à realidade asiática é pelo menos igual à que os americanos demonstrariam no Vietnã. "A revolução chinesa", comentará um eminente líder do PCC em 1930, "tem tantas peculiaridades que a Internacional tem grande dificuldade em compreendê-la,

aliás, na realidade não a compreende, e por isso não pode orientar efetivamente o Partido Comunista chinês". Sem dúvida os *missi dominici** de Stalin ficariam escandalizados se pudessem assistir à conferência em que Mao explica a seus soldados a importância de uma "base vermelha", isto é, de um reduto fortificado e totalmente controlado do qual partir para desfechar ataques de surpresa, comparando esta base com a importância "que têm as nádegas para qualquer um de nós," já que sem nádegas não poderíamos "nem descansar nem recomeçar", e estaríamos obrigados a correr "até a exaustão". O realismo com que o Napoleão chinês fala e decide se confirma neste período também pela flexibilidade com que enfrenta o problema da reforma agrária, deixando de lado a ideia de coletivizar até as terras dos camponeses pobres, sem renunciar de todo à perspectiva revolucionária.

17 Missi dominici (literalmente, "enviados do senhor") — Delegados dos soberanos franceses encarregados de fiscalizar as autoridades locais e ouvir as queixas de seus administrados. Criados por Carlos Magno, eles andavam sempre em dupla e foram extintos no fim do século 9. (N. T.)

O anticonformismo, a dificuldade da guerra contra o Kuomintang e o dogmatismo dos soviéticos ralentam sua ascensão, mas não a impedem, até porque a conjuntura internacional se modifica radicalmente. A crise de Wall Street, no outono de 1929, dá a Moscou a ilusão de que uma ditadura de tipo soviético possa em breve vir a ser instaurada também na China, e por isso adula o otimismo do Napoleão chinês, estimulado com os sucessos obtidos pelo Exército Vermelho nos últimos meses, para os quais deu uma contribuição importante na qualidade de comissário político. Um curioso episódio ligado exatamente a este período demonstra o escasso conhecimento que o Komintern tem da realidade chinesa. Em Moscou, na primavera de 1930, em um necrológico se dá a notícia da morte de "um temível inimigo dos grandes proprietários de terras e da burguesia", ou seja, de Mao, que, pelo contrário, exatamente nestes dias acaba de criar um governo provisório dos *soviet* na província limítrofe de Hunan, Jiangxi. Na mesma ocasião, Stalin envia, juntamente com um emissário do Komintern, um pequeno grupo de ex-estudantes chineses que frequentaram a universidade moscovita dedicada a Sun Yat-sen, onde foram devidamente catequizados. É também com eles, além de com as forças dominantes no Kuomintang, que Mao terá de acertar contas, ainda mais porque dentro do próprio *soviet* de Jiangxi não lhe faltam adversários. Contra estes, porém, ele age com energia, usando até a polícia secreta para mandar prender um grupo de dirigentes e fuzilar cerca de três mil soldados e oficiais rebeldes. Quando é posto contra a parede, o sutil

teórico, o refinado intelectual tem a mão pesada.

Apesar disto, sua autoridade sofre um rude golpe no verão seguinte, quando o Comitê Central, orientado pelos "estudantes repatriados" e por Chu En-lai, decide transferir-se de Xangai para a zona mais segura de Jiangxi, onde instala um governo comunista e, em 7 de novembro de 1931, proclama a fundação da República Soviética da China. Mao se torna seu presidente, mas é obrigado a aceitar como vice-presidentes dois expoentes do Comitê Central e se vê alvo de críticas duras, a ponto de, em maio de 1933, perder o controle do Exército Vermelho. Em seu lugar é colocado um aliado dos "estudantes repatriados", aquele Chu En-lai que retorna de uma valiosa experiência de trabalho na França; e que se revelará, com o passar do tempo, o homem de Estado mais perspicaz e equilibrado da República Popular. Em 1933, porém, sua adesão à inflexível linha estratégica dos homens de Moscou é fatal e levaria o Exército a uma total derrota frente às "forças de esmagamento" formadas por Chiang, se, no início do outono, a agressão japonesa não tivesse modificado radicalmente a situação.

A uma visão em perspectiva, a invasão nipônica representará um dos fatores determinantes da conquista do poder por parte de Mao. Naquele momento, excluído como está da condução da guerra, ele se concentra na direção do "movimento para o controle da terra", orientando-se para uma estratégia fortemente classista no confronto com os grandes proprietários de terras e com os camponeses ricos, que veem todas as suas propriedades confiscadas. Aniquilados politicamente, quando exibem veleidades contrarrevolucionárias são incriminados como "grandes tigres" e executados — uma solução radical que Mao justificará como um modo de formar em sentido revolucionário as massas de camponeses pobres. Também ou principalmente quando se torna o senhor da China, o Grande Timoneiro continuará a considerar a revolução um processo psicológico que se traduz em uma "retificação" permanente, uma ininterrupta "reforma do pensamento".

Seja como for, teoria à parte, se cerca de um ano depois dos acontecimentos de Jiangxi ele se torna o inspirador e o dirigente do empreendimento que passará à história como a Longa Marcha, é sobretudo porque, nesse ínterim, o sectarismo e a presunção dos dirigentes do partido tinham levado o Exército Vermelho à beira da derrocada. "A linha de avanço e de ofensiva", recomendada por Moscou, e a pretensão de impor a autoridade do partido aos "senhores da guerra" que, por ódio a Chiang, estivessem dispostos a ajudar em algumas províncias os revoltosos, permitiram que o presidente do Kuomintang acumulasse retumbantes sucessos até sobre o poderoso exército que os generais do PCC haviam milagrosamente conseguido reunir. A esta altura, porém, já não era mais possível confinar Mao exclusivamente no trabalho político, e passaram a confiar em sua orientação e seus princípios táticos para deslocar o restante do exército em direção ao Norte para as províncias em que o Kuomintang não era tão forte. Um

dos princípios táticos usados desde o início da Longa Marcha foi exatamente aquele que se refere aos deslocamentos dos revolucionários, que se realizaram com uma marcha "sinuosa" em relação às posições do inimigo, com movimentos imprevisíveis, volteios longuíssimos, rios vadeados de dia e atravessados à noite, marchas esboçadas em uma direção e depois realizadas na direção contrária, sem falar no truque de revolucionários travestidos de soldados do Kuomintang, de policiais, ou até mesmo de cidadãos indo pagar seus impostos.

O artifício de tais estratagemas, empolgado com seu sucesso, com a embriaguez do poder e com o encantamento das paisagens começa a verter suas emoções em poesia, misturando as palavras de ordem da luta com imagens delicadas a respeito da natureza e dos animais.

A habilidade de Mao e sua capacidade de dar vida ao slogan do guerreiro com a fantasia do artista transformam em lenda as etapas da Longa Marcha: a travessia de um rio, o assalto com um punhado de homens a um forte municiadíssimo, a conquista de uma ponte, as incursões noturnas à luz de tochas, a luta contra tremendas dificuldades naturais tornam-se outros tantos momentos de uma epopeia cuja fama corre por todas as imensas regiões da China e além de suas fronteiras. Entrando em conflito com um companheiro que anteriormente era seu superior no partido, Mao dele se separa para continuar sozinho o avanço em direção às províncias setentrionais, onde é esperado pelos japoneses, enfrentando a que viria a ser definida como "a mais cruel experiência" de toda a Longa Marcha, ou seja, a travessia de pradarias desoladas e insidiosas que escondem terrenos pantanosos nos quais um passo em falso pode ser fatal, e logo adiante habitadas por populações hostis, prontas a roubar dos chineses os animais e as reservas de comida, a alvejá-los com pedras, a armar emboscadas à sua retaguarda. Sem terem como obter novos alimentos, obrigados a comer primeiro os cavalos e depois a cozinhar sapatos e cintos para matar a fome, os soldados do Exército Vermelho acabam devorando sem pensar ervas selvagens que muitas vezes se revelarão venenosas, provocando graves intoxicações e até mesmo a morte. No gelo, sob a chuva que cai, afundando na lama, os homens avançam em meio a enormes sofrimentos, com as pernas cortadas sangrando. Mao dirige aos poucos milhares de sobreviventes uma advertência que se transformará em uma outra poesia: "Se não alcançarmos a Grande Muralha não seremos verdadeiros homens!" E no outono de 1935 os arrasta até Xanxi, a província contígua a Hebei, onde fica Pequim, objetivo que se propôs desde o início da Longa Marcha, para enfrentar finalmente os japoneses. É esta vocação patriótica que ele busca conjugar com a pulsão revolucionária, à custa de medir-se com a hostilidade do Kuomintang e, ao mesmo tempo, com as desconfianças do Kremlim. Porque se Chiang pensa, exatamente como Mao, em assumir em primeira pessoa a defesa e o governo da China liberta do invasor, Stalin pretende evitar que os comunistas chineses levem

a cabo o desafio revolucionário e, sobretudo, que escapem a seu paternal controle.

Instalando-se em Xanxi com uma formação que não ultrapassa a 30 mil homens, depois de uma importante conferência dos dirigentes comunistas o Napoleão chinês confia a um relatório as indicações sobre a tática a ser seguida para combater o imperialismo japonês: a seu ver, é preciso criar uma frente única para a qual possam confluír não só os pequenos e médios burgueses, mas até mesmo a parte menos contrarrevolucionária dos grandes proprietários de terras e dos comerciantes, para dar sustentação a um governo de defesa nacional no qual nacionalistas e comunistas possam fazer surgir uma coalizão sob a orientação do Partido Comunista. A base de tal coalizão deve ser o governo soviético instalado no Norte: é a linha do Komintern que, aparentemente, Mao adota incondicionalmente, alinhando-se aos princípios do marxismo-leninismo, embora no interior de seu escritório escreva poesias que exaltam, juntamente com os protagonistas da revolução, os momentos mais épicos da história chinesa e a deslumbrante beleza do país. No plano concreto busca principalmente mobilizar em torno do partido e de seus soldados as minorias étnicas, mongóis e muçulmanos da região, exaltando seus legendários heróis (inclusive Gêngis Khan), mesmo que tenha plena consciência da necessidade de obter um compromisso com o Kuomintang para juntos se armarem cada vez mais contra a alarmante invasão japonesa.

Assim, a 5 de maio de 1937, ao voltar de Nanquim, envia uma mensagem telegráfica visando abrir um entendimento com Chiang e, ao mesmo tempo, a imprensa recebe ordem de cessar imediatamente qualquer polêmica com o antigo inimigo. A princípio o Generalíssimo mostra-se relutante, depois se deixa persuadir pelos companheiros de armas, até porque a agressão nipônica está se intensificando: a 22 de setembro assina o histórico acordo com o Comitê Central do PCC. Em uma entrevista concedida a uma jornalista americana, um Mao impassível explica que não existe contradição alguma entre o "apaixonado" interesse que os comunistas têm pelo destino da nação e sua militância no movimento revolucionário mundial, porque só a libertação e a independência da China poderão permitir o advento do comunismo "para a felicidade do povo". Na entrevista não falta um elogio ao Kuomintang e a seu grande chefe, Chiang Kai-chek. O Napoleão chinês sabe muito bem que sublinhar o papel decisivo do partido na resistência ao estrangeiro significa obter prospectivamente o beneplácito das massas, mesmo que o acordo de setembro obrigue o Exército Vermelho a mudar de nome, tornando-se Exército Revolucionário Nacional e colocando-se sob as ordens do governo de Nanquim. Evidentemente continuará a ser empregada a tática de guerrilha, que, além de muito incômoda para os japoneses, também se presta bem pouco a um cerrado controle por parte do Kuomintang. Paralelamente, nos territórios ocupados o Partido Comunista amplia

uma política econômica muito distante do extremismo e nem se fala mais em *soviet*. Não há quem saiba mimetizar-se, quando é necessário, como eles.

Com as mãos na China

Cercados pela crescente simpatia de estudantes e intelectuais, os homens de Mao criam em Yenan uma universidade "antijaponesa", que não se preocupa em aumentar o número de diplomados, mas se dedica principalmente a preparar soldados, guerrilheiros e especialistas, deixando totalmente de lado a discriminação nos conflitos com jovens de família burguesa. É um período particularmente brilhante para o líder comunista que, entre outras coisas, neste mesmo ano, enquanto a mãe de seus filhos está se tratando em um hospital de Moscou, apaixonou-se por Lan-ping, promissora artista de cinema, e se casa com ela. Iniciam-se, assim, apesar dos terríveis compromissos da guerra e da revolução, as benesses do poder, assim como se advertem as primeiras manifestações de culto à personalidade de Mao, que certo jornalista estrangeiro descreve já como "uma combinação de profundidade intelectual e sagacidade camponesa", um homem dotado de um profundo senso de dignidade pessoal, de "calor humano" e de outras virtudes escondidas sob sua "altiva reserva". Os visitantes falam, um tanto desconcertados, de seu descuido com os trajes e da informalidade de seus modos, surpreendendo-se com a sem-cerimônia com que ele tira tranquilamente o cinto das calças enquanto conversa com eles ou com o "desagradável" ruído que faz quando aspira a fumaça de seu cigarro. O interesse em relação ao líder por parte da imprensa internacional, ou pelo menos de seus expoentes mais radicais, lisonjeia a opinião pública chinesa e com isto faz crescer sua popularidade.

Nem mesmo a rumorosa vitória dos japoneses entre 1937 e 1938 impede a ascensão de Mao, que em Yenan vem a encontrar-se em posição menos ostensiva e pode dedicar-se a uma intensa atividade intelectual, quer como estudioso de problemas militares, quer como marxista. Nos escritos do primeiro tipo, permanece obviamente fiel ao princípio de "evitar a força e atacar o ponto fraco", mas reserva também uma série reflexão a necessidade de propaganda, de enfatizar as atrocidades dos soldados do micado e estimular de todos os modos o empenho dos guerrilheiros chineses, aos quais pede que só tenham medo "de serem mortos pelo inimigo", exaltando, em troca, sua resistência ao invasor como "uma missão maravilhosa que sacode a Terra". A potência dos japoneses não deve atemorizá-los, porque, a esta fase inicial de seu avassalador avanço, seguir-se-á uma outra de maior equilíbrio entre as duas forças e depois uma

terceira na qual chegar-se-á ao inevitável epílogo, a vitoriosa contraofensiva dos chineses apoiados por todas as forças mundiais hostis ao imperialismo.

No plano ideológico, em um ensaio publicado em fins de 1939, mostra-se ainda prudente, no sentido de que afirma o direito dos comunistas de orientar a revolução em nome de todo o proletariado, mas reconhece que a China é ainda um país pré-capitalista e, por conseguinte, admite que, em um primeiro período, o país deva ser governado por "uma nova democracia", uma "ditadura democrático-revolucionária", aberta a diversos componentes da sociedade, até que estejam maduras as condições para passar à construção do socialismo, em estreita relação com a revolução mundial. E este epílogo será, naturalmente, pluralista.

O que chama a atenção nesses escritos, deixando de lado qualquer juízo quanto a seu valor, é a autoridade com que o autor já se expressa, com a força do controle total que obteve sobre o partido liquidando seus mais terríveis antagonistas com a acusação de terem sido coniventes com Chiang Kai-chek.

É também esta posição de domínio que lhe permite lançar, na primavera de 1940, uma poderosa ofensiva contra o invasor nipônico: os grupos de guerrilheiros irrompem da zona de Nanquim até a costa do Pacífico para marchar em poucos meses sobre cinco províncias da China setentrional, arrasando até as próprias forças do Kuomintang. Ai, porém, o ímpeto do exército revolucionário se detém porque Chiang impõe um bloqueio nas zonas ocupadas pelos comunistas, enquanto os japoneses retomam a iniciativa com uma ação de terra arrasada, em nome da selvagem estratégia dos "três tudo": queimar tudo, matar, saquear tudo. Em um país menos extenso, os grupos guerrilheiros de Mao estariam, a esta altura, perdidos, esmagados entre a potência do exército estrangeiro e a determinação do chefe nacionalista. Mao consegue, contudo, entrincheirar-se nos territórios ocupados por seus guerrilheiros e fortalecer suas fileiras e sua moral por meio de uma dupla intervenção. Para aumentar a produção, utiliza os guerrilheiros nos campos e nas fábricas, e para galvanizar o exército popular intensifica o recrutamento dos camponeses pobres e instaura uma campanha de retificação contra os ataques de Chiang. Fala claro também ao partido, acentuando "a significação do marxismo", ou seja, sua adaptação às características e à história do povo chinês: "Temos de parar de escrever ensaios prostrados de quatro diante dos modelos estrangeiros. Temos de pôr de lado nosso dogmatismo, substituindo-o por estilo e modos chineses, novos e vitais, que agradem, aos olhos e aos ouvidos de nosso povo."

As afirmações em favor de um comunismo nacional não provocam a excomunhão de Moscou, porque, obviamente, não se trata de um pequeno país dos Bálcãs, mesmo que já esteja muito clara a aversão de Mao tanto ao modelo soviético quanto à forte ingerência do Kremlin na política do PCC. E é

exatamente para relançar o tema da autonomia ideológica que, mais tarde, publicará um par de antigos discursos dos quais emerge já uma linha que Stalin teria certamente definido como trotskista: a teoria de uma espécie de revolução permanente, a ser desenvolvida em uma sociedade em perpétua transformação, que não deve se estabilizar nem mesmo com o advento do comunismo. À parte as veleidades filosóficas, ele continuará fiel ao princípio da autonomia, sem fazer revisões, sobretudo depois da dissolução da Internacional comunista. Bem menos coerente é a sua atitude com relação aos países ocidentais, pois deixa-se influenciar pelas flutuações que caracterizam as relações diplomáticas e militares entre os dois blocos no decênio 1939-1949. Assim, suas avaliações a respeito do mundo anglo-americano variam de acordo com a mudança dos acontecimentos: antes e depois do famigerado acordo Molotov-Ribbentrop; antes e depois da agressão de Hitler à União Soviética (quando Stalin precisa da ajuda de Roosevelt); antes e depois da Segunda Guerra Mundial, no decurso da qual, a certo ponto, chegou a considerar aceitável a proposta do presidente dos Estados Unidos de formar um governo de coalizão com Chiang Kai-chek e de colocar todas as forças chinesas sob o comando de um general americano, para naturalmente, assim que se rompe a aliança entre os vencedores da guerra, tornar a definir a República das estrelas e listras como "a potência imperialista mais pífida e reacionária do planeta".

De qualquer modo, a derrota do Japão soa o gongo para o definitivo acerto de contas entre nacionalistas e comunistas, e será Mao, naturalmente, quem dirigirá a guerra civil, agora que não é mais apenas um valoroso chefe do exército popular e do PCC, como demonstra, em abril de 1945, o andamento do congresso do partido, no qual sobem ao céu louvores "ao mais revolucionário estadista de toda a história chinesa", guia incomparável do partido, o maior teórico e sábio que o movimento comunista jamais teve. É o desembocar de um processo de beatificação que o próprio interessado veio preparando durante muitos anos, fazendo com que os militantes estudassem atentamente seus escritos e saudassem nele "a estrela da salvação" para o ditoso povo chinês, estrela que se revelou não só na genial condução da guerra revolucionária, como também com a contribuição teórica mantida com as campanhas de retificação ideológica, sem falar no papel histórico que ainda o espera, de farol de todas as revoluções passadas, presentes e futuras no resto do mundo.

É fácil imaginar como este coro de adulações, que em nada desagradam ao interessado, se torne molesto aos ouvidos de Stalin que, no dia mesmo em que o Japão levanta a bandeira branca, não hesita em firmar um tratado de amizade e aliança com Chiang Kai-chek para a transmissão de consignas nos territórios que o tratado de paz assegura aos russos. Mao não expressa na ocasião nenhuma queixa, apenas procura assenhorar-se do maior número possível de armas e de bases, e, quando Chiang ordena que as forças comunistas permaneçam onde

estão, a imprensa de Yenan o cobre de insultos, chamando-o de fascista e de traidor. A furiosa polêmica não impede, no entanto, o Napoleão chinês de ir à capital provisória para encontrar-se com o Generalíssimo e estabelecer com ele negociações que deveriam levar a um compromisso visando a perpetuar a existência de "dois sóis em um mesmo céu", embora, obviamente, nenhum dos dois suporte o esplendor do outro—

Mao contando com a corrupção do Kuomintang para assenhorear-se de todo o poder e Chiang contando aniquilar as bases fortificadas dos vermelhos antes que seja demasiado tarde. Reassegurado pelo apoio americano e pela visível simpatia de Stalin, o chefe do Kuomintang prolonga a negociação por cerca de 43 dias antes de chegar ao rompimento que, por volta de meados de 1946, provocará o desencadear da guerra civil. Mao a enfrenta com fanática fê nas "lutas combatidas pelo povo", exatamente como encarara como "um tigre de papel" até a bomba atômica lançada duas vezes sobre o Japão, afirmando que por si só não teria sido suficiente para obrigar à rendição.

É interessante analisar a estratégia com que se confronta no último *round* da sua Longa Marcha em direção à conquista do poder absoluto.

Mantendo-se firme à sua capacidade de mobilizar as massas e à fidelidade aos ditames psicológicos de sempre ("coragem na batalha", "nenhum temor diante do sacrifício e do cansaço"), elabora um projeto para garantir para si o controle político da frente interna: por um lado, realizará uma drástica reforma agrária, por outro, oferecerá uma ampla abertura aos "notáveis patriotas" e dará severas instruções ao exército popular no sentido de garantirem o máximo respeito à população civil, abstando-se de qualquer forma de saque. A mescla de invenção e astúcia produz, no decurso de três anos, o resultado de inverter as relações de força com o Kuomintang, que eram inicialmente favoráveis aos nacionalistas na proporção de quatro (milhões de homens) para um. Nos últimos meses de 1948, uma série ininterrupta de derrotas em campo e na sede política põe Chiang de costas contra a parede, mas o golpe de misericórdia vai vir com o ataque por parte do principal colaborador de Mao, Lin Piao, aos últimos redutos inimigos entre Pequim e Tianjin.

Em 21 de janeiro de 1949, o Generalíssimo renuncia à presidência do Kuomintang em favor de seu vice, Li Tsung-jen, mantendo, porém, grande parte do poder. Em 20 de abril, seu governo rejeita a intimação de rendição dos comunistas. Aos 23 do mesmo mês, o exército popular conquista Nanquim. É uma queda vertical que Mao acelerara, mesmo sabendo (ou talvez exatamente porque sabe) que alguém, talvez no Kremlin, veria com bons olhos uma solução de compromisso com Chiang, a quem prefere, contudo, aniquilar, obrigando-o a refugiar-se em Formosa porque, como registra em uma poesia escrita no dia seguinte ao do triunfo, "a verdadeira via que governa o mundo dos homens é a da

mutação radical". Tudo flui em sua revolução, tal como no cosmo do velho Heráclito, o filósofo de Éfeso, e vai fluir principalmente muito sangue.

Mas o futuro da China, por ora, está no colo de Confúcio. Mao proclama a fundação da República Popular da China da tribuna da Praça Tienanmen, em primeiro de outubro de 1949. Preparou-a ao longo dos meses precedentes manifestando a intenção de eleger um governo democrático de coalizão e afirmando a vontade de libertar a China de um destino semicolonial e semifeudal. Declara-se disposto a estabelecer relações diplomáticas com todos os governos estrangeiros, com a condição de que rompam relações "com os reacionários chineses", ou seja, com Chiang, esclarecendo, contudo, que não se propõe na realidade a manter uma atitude neutra: "Todos os chineses, sem exceção, devem tomar posição: ao lado do imperialismo ou ao lado do socialismo." Não há uma terceira via. A participação e o gozo de todos os direitos não serão concedidos apenas aos operários e aos camponeses, mas, no âmbito de uma Frente Única, também à pequena burguesia e à burguesia "nacional", ao passo que dela ficarão excluídos os que fazem parte da burocracia e os grandes proprietários de terras; é a famosa "ditadura democrática do povo", um conceito que contém uma contradição de termos, embora não aceite a definição soviética de ditadura do proletariado. A visão de democracia de Mao é repentinamente esclarecida de antemão: a burguesia "nacional" está posta à prova, se se comportar bem manterá uma cidadania plena, mas deverá, de qualquer forma, ser reeducada e remodelada "quando chegar o momento de realizar o socialismo", com a nacionalização de todas as empresas privadas. O próprio aparelho estatal deve ser imediata e drasticamente depurado, de modo a tornar-se, textualmente, "o instrumento de opressão" das classes antagônicas ao regime.

A coalizão em que se baseia o governo se assemelha, como duas gotas de água, à que Stalin impôs aos países-satélites da Europa Oriental, uma vez que nela estão representados catorze partidos que não contam absolutamente para nada e até entre os vice-presidentes do conselho há personalidades independentes, subordinadas, evidentemente, ao Partido Comunista. Como chefe do Executivo, juntamente com uma "veia de impiedosa dureza", Mao confirma sua convicção de que a China virá a ser modernizada temperando a inspiração leninista com a fidelidade às tradições e aos interesses do país.

Aliás, sua versão asiática do marxismo representa um modelo para inúmeras comunidades coloniais ou semicoloniais que se encontram entre os países não-alinhados, ou confinados no Terceiro Mundo, sobre os quais a China e a URSS buscarão, no futuro, exercer, em concorrência ostensiva entre si, uma pesada hegemonia de caráter antiocidental, por meio de ajudas militares, políticas e (em medida mais limitada) econômicas.

Por ora, as relações entre os dois países-guias do mundo comunista são ainda,

formalmente, discretas. A crescente dificuldade de Stalin impõe, todavia, um ritmo muito lento às negociações que se abrem depois da fuga de Chiang, tanto que, só depois de nove semanas, em meados de fevereiro de 1950, se estabelece um acordo que Mao é obrigado a assinar, embora contemple a passagem da Mongólia para a esfera de influência soviética e a instalação de bases russas em Port Arthur e no Mar Amarelo. A liturgia bolchevista o obriga igualmente a exaltar, reforçando a assinatura, a indestrutível amizade sino-soviética, sem comover, porém, o ditador georgiano que exatamente naqueles dias está comemorando seu septuagésimo aniversário entre elogios e presentes que fariam enrubescer o divino Augusto.

Um poeta cruel

Um poeta cruel. A monstruosidade de Mao Tsé-tung não está nas dimensões, embora trágicas, das carnificinas por ele provocadas antes e depois de sua chegada ao poder, e sim principalmente no contraste entre a delicadeza de sua produção poética (e de sua refinadíssima cultura, conforme a mais aristocrática tradição chinesa) e a crueldade com que exerceu o poder, primeiro sobre uma limitada região do país e depois, a partir de 1949, sobre toda a China, com exceção da Ilha de Formosa. O que tem em comum com os dois grandes criminosos do século, Stalin e Hitler, é a perseguição de uma linha política impaciente e irreal: o socialismo em um só país, independentemente dos progressos do capitalismo mundial; a hegemonia da raça germânica, independentemente do valor das forças militares e econômicas das grandes democracias; a autarquia nacionalista do comunismo chinês, independentemente das vicissitudes do comunismo mundial. Portanto, não só um poeta cruel, mas também um político abstrato, cujos erros custaram, infelizmente, muito caro a um povo que de início Mao se propunha a libertar do colonialismo e do feudalismo.

Não é por acaso que, para neutralizar posteriormente, pelo menos em mínima parte, seus históricos erros de avaliação tenham vindo de dois dirigentes reformistas do partido: Chu En-lai, um mestre de diplomacia e paciência, e Deng Xiaoping, despótico em matéria de política interna, disponível em política externa, liberal (ou quase) em economia. E também não é por acaso que as ideias do Napoleão chinês, suas máximas reunidas no famoso Livro Vermelho, encontraram no início da década de 1970 o consenso místico de milhões de

jovens ocidentais, seduzidos pelo extremismo e pelo "romantismo militar" do Buda comunista. Aliás, no início do novo milênio estão igualmente reaparecendo militantes em nome do comunismo e grupos terroristas de extrema esquerda, assim como não faltam, até nos Estados Unidos, jovens que têm nostalgia do nazismo.

Mao dera curso à própria rigidez nos anos da Longa Marcha e das experiências parciais de governo nas regiões ocupadas, mas naturalmente foi depois da proclamação da República que, fortalecido com a eleição à Presidência e com o controle total sobre o seu partido, ficou em condições de modelar o regime com base em ideias que têm muito pouco em comum com a lição autêntica de Marx e com a própria vulgata soviética. O cânone de interpretação racional dos fatos e das relações de força, tanto no campo internacional quanto na sociedade, lhe é estranho, mesmo conhecendo todos os segredos de uma dissimulada atitude de moderação. Os slogans imaginosos, os heróis e os demônios com que povoa sua propaganda não servem para incrementar a cultura política e a capacidade crítica dos militantes, mas apenas para exaltar sua fé, mobilizar sua vontade até o nível de uma tensão espasmódica de modo a que se submetam aos desumanos sacrifícios que os levam a suportar para realizarem os objetivos visados, mesmo quando utópicos.

Até mesmo a crescente busca de autonomia em relação à casa-mãe soviética nasce de uma declarada vocação nacionalista e não de uma ânsia de liberdade ou da tentativa de abrir verdadeiramente à participação das massas.

As polêmicas póstumas com Stalin e as polêmicas violentíssimas com o Kruchev do relatório secreto e da distensão são um sinal de intransigência, de ortodoxia ideológica, inspiradas na certeza de encarnar a suprema verdade revolucionária, ou seja, sob muitos aspectos, além da retórica neoclássica de Mussolini e do furor étnico de Hitler, não seria despropositado colocar Mao na galeria dos ditadores de uma direita idealista e chauvinista que põem seu carisma acima de qualquer outro valor e a luta pela grandeza da nação como o objetivo supremo da política. Em comum com eles, Mao tem igualmente a paixão pela guerra como "a suprema aventura e a suprema prova de coragem", a ponto de subestimar os riscos de uma conflagração nuclear e de não se alarmar sequer com a perspectiva de isolamento a que até certo ponto o condena a reaproximação soviético-americana.

A história dos 27 anos de domínio do Grande Timoneiro é uma tumultuada história de reviravoltas e desafios ritmados pela neurótica ânsia de realizar em tempo breve o comunismo de tipo chinês e, ao mesmo tempo, transformar a China no país-guia do mundo ex-colonial, com a grotesca ilha europeia da Albânia, único satélite soviético que se converteu à heresia oriental, enquanto a Iugoslávia de Tito e da autogestão é um alvo privilegiado para contrabandear a

polêmica antissoviética de Pequim, até o conflito com Kruchev vir abertamente à tona. Depois da fundação da República Popular, Mao Tsé-tung decide completar a reforma agrária, e é uma explosão de violência, de intransigência, de fanatismo que se abate como um tornado sobre toda a China. Como eu disse, não é a primeira vez que ele manifesta sua crueldade: o mesmo já acontecera pelo menos em duas outras ocasiões, em 1930, quando se instalara com seus homens na região setentrional de Jiangxi, e em 1942, quando havia desencadeado em Yenan uma impiedosa perseguição aos intelectuais do partido. Na primeira vez, o alvo das suas suspeitas tinha sido os quadros regionais e os milhares de membros do Exército Vermelho, incriminados como contrarrevolucionários e espiões de Chiang; na segunda, havia antecipado de certo modo a zombeteira guinada que viria a ser chamada de "As Cem Flores": por cerca de dois meses concede a escritores e artistas a mais ampla liberdade de crítica e, a seguir, cai sobre eles a guilhotina da repressão em nome de um dogma maoísta sagrado, a submissão do intelectual ao político. Uma armadilha ignóbil. Quem não aceitou dobrar-se à autocritica e à denúncia dos companheiros acabou na prisão ou diante de um pelotão de fuzilamento. Um ano depois, a coisa foi ainda pior. No contexto de uma retificação, coordenada por uma tétrica personagem, Kang Xeng, formado pelo bureau político do PCC e autorizado a descobrir traidores e dissidentes usando espancamentos, torturas, autocriticas, confissões falsas e mesquinhas delações, ou, no melhor dos casos, ardentes humilhações infligidas no decurso de concorridas reuniões, desembocando tudo em um processo de reeducação imposto por Mao com a convicção de que "os espiões são tão numerosos quanto os pelos de uma pelúcia", Kang Xeng levou a cabo tal operação com uma postura de SS nazista: "Vestido de couro negro, montado em um cavalo negro e acompanhado de um feroz cão negro", uma vez que não descuidava do menor detalhe para apavorar as pessoas. Quando, alguns meses depois, o próprio bureau político do PCC já está achando excessiva esta torpe comédia, Kang confessará que apenas 10% dos que foram presos eram culpados e Mao terá de se desculpar diante de uma assembleia de quadros dirigentes, inclinando-se hipocritamente três vezes em homenagem a suas vítimas e atribuindo, naturalmente, à maneira de Stalin, a responsabilidade do acontecido aos executores locais.

Mas, quando o Grande Timoneiro assume a Presidência da República, seu projeto pedagógico se estende a toda a China, partindo, naturalmente, da complementação da reforma agrária. O objetivo é criar uma grande base popular de consenso em relação ao regime e, ao mesmo tempo, oferecer uma compensação aos camponeses pobres que durante tantos anos suportaram o imenso peso da guerra contra o Japão e contra Chiang. O único meio de mobilizá-los consiste na identificação de um inimigo a quem odiar, o "inimigo de classe", ou seja, os grandes proprietários de terra, os chamados camponeses

ricos, os notáveis corruptos, contra os quais será organizada uma outra e bem mais ampla, prolongada e impiedosa ofensiva terrorista, agrupando-os sob um perfil político não só de contrarrevolucionários, mas também de ex-colaboradores dos invasores ou agentes dos Estados Unidos e do fugitivo de Formosa. A intensidade, a extensão, a duração dessa colossal campanha de retificação irá transformá-la em autêntico genocídio.

Como já acontecera nas terras libertadas no final da Segunda Guerra Mundial, agora são enviados a todos os cantos do imenso país esquadrões de *agit-prop*, que caem sobre os vilarejos identificando sumariamente as camadas e as famílias a serem discriminadas e implantando contra eles processos públicos e rumorosos, as denominadas "reuniões da amargura", nas quais a loucura dos camponeses pobres e dos militantes é instigada a lançar contra os inimigos do povo denúncias e insultos violentos, e não raro até pancadas, que preludiam a condenação dos infelizes à pena capital e ao sequestro de todos os seus bens. O ritualismo mais tradicional se mescla ao julgamento sumário, e muitas vezes à execução imediata, sob a fúria da população. Em um país tão vasto e imperfeitamente administrado, é impossível, obviamente, calcular, até pela distância de tantos anos, o número de vítimas de um expurgo cujos limites no tempo são, aliás, extremamente incertos; mas parece que os mortos estariam calculados entre dois e cinco milhões, enquanto cerca de quatro a cinco milhões de camponeses ricos teriam sido deportados para milhares de campos de reeducação (os famosos *laogai*) espalhados por todo o território da República, juntamente com as prisões-fábricas e os cárceres, sem falar nos milhões de outros proprietários de terras remediados, vigiados e objeto de abusos por parte dos dirigentes locais do PCC.

Motivos de segregação podem também ser encontrados em uma longínqua origem feudal da família, na adesão a uma confissão religiosa ou no simples passado de funcionário ou de militar do Kuomintang, culpas estas sempre automaticamente transmissíveis aos familiares quando o dirigente comunista considerar oportuno. Os camponeses pobres são induzidos a endossar as mais absurdas acusações, com a esperança de virem a dividir as terras expropriadas, mas em sua maioria não têm grandes benefícios com uma reforma que foi estudada essencialmente ou, sobretudo, para permitir que o aparelho do partido se apodere do território e de seus recursos e os ponha à disposição do governo para acumular, por meio da coletivização, o capital necessário à transformação industrial do país.

Com o início do conflito coreano, a caça aos elementos "reacionários" se intensifica, estendendo-se preferencialmente às maiores cidades da China meridional, onde se realizam movimentos de massa mais ou menos espontâneos visando a atingir as camadas burguesas, os intelectuais e os dissidentes políticos, enquanto simultaneamente se reprime com a máxima dureza as máfias criminosas, o tráfico de drogas e a exploração da prostituição.

Com estas operações, entre aprisionados e justicados chega-se aos quatro milhões de vítimas, que o regime atinge e pune graças a um sistema de "controle recíproco", baseado em uma organização capilar e em uma difundida prática de espionagem, a serviço de uma polícia onipotente, cujos efetivos crescem desmedidamente, assim como cresce o número de prisões, muitas vezes improvisadas e sempre terríveis em termos de superpopulação, trabalho forçado, desnutrição e sádica brutalidade do pessoal de vigilância. Os policiais e dirigentes políticos em geral dispõem de amplíssimos poderes discricionários porque devem semear o "terror vermelho" entre todos os potenciais ou supostos opositores do regime. Quem acaba em suas garras, seja ele empresário ou comerciante, residente estrangeiro ou eclesiástico, ex-funcionário ou ex-militar do Kuomintang, pode ser incriminado a qualquer título, e até mesmo apenas por responsabilidade "histórica" e com efeito retroativo, ser condenado a longuíssimas penas de detenção ou à pena capital, sem a menor necessidade de provas nem a mínima possibilidade de defesa. A respeito da repressão deste período, somente nas cidades do Sul, fala-se em um milhão de mortos, dois milhões e meio de prisioneiros e um sem-número de casos de suicídio.

Mas Mao não seria Mao se não desse seu toque peculiar a este quadro.

Partindo da convicção de que os dissidentes e os criminosos que se salvam do pelotão de fuzilamento devem ser reeducados, o Grande Timoneiro elabora uma outra campanha que, como sempre, batiza poeticamente de "reforma do pensamento". É basicamente um sistema de lavagem cerebral, útil principalmente nos confrontos com intelectuais avessos às diretivas do partido ou apaixonados pela decadente cultura ocidental, e pode ser executada ou com o velho sistema soviético da autocritica ou com uma técnica mais especificamente chinesa, que visa a reprimir a desprezível tendência ao individualismo com uma disciplina severa a ser imposta, em nome da reflexão e da adequação à sociedade comunista, por meio da destruição da identidade da personagem e sua reconstrução nos moldes da ortodoxia maoista. Em síntese, a "reforma do pensamento" serve para substituir, no contexto da modernização, a antiga autoridade paterna pela "piedade filial" nas divergências com o Pai da China, que é o "onipotente e onisciente" Presidente Mao, cuja figura deve ocupar os pensamentos de todos os chineses, ricos e pobres, rurais e urbanos.

Não é difícil penetrar em seus segredos: basta estudar suas "obras escolhidas", que estão publicadas em uma versão totalmente revista pelo autor, que fez desaparecerem magicamente do texto os erros de juventude e os teoremas ideológicos já ultrapassados. É, de certo modo, uma antecipação da revolução cultural que estava por vir, no sentido de que a reforma de pensamento se propõe a "remodelar" estudantes e militantes, escritores e artistas segundo o modelo perfeito que o presidente irá esboçar no devido tempo em seu Livro Vermelho. Por ora, morto o "velho homem" que neles existe e reconhecida a perfídia do

imperialismo cultural americano, eles dela se livram com algumas semanas por ano de exercícios espirituais marxistas, de repúdio aos erros e de total submissão, sempre que não levem seu individualismo a ponto de preferirem o suicídio. Para os empresários, porém, o problema não é teórico e sim prático. A pressão fiscal e as chantageadoras medidas legislativas contra eles são de tal maneira asfixiantes que, em janeiro de 1956, finalmente aceitarão em massa que seus bens sejam coletivizados, contentando-se, em troca, com um pequeno cargo de diretor técnico em uma repartição pública ou com uma exígua pensão. No ano anterior fora lançada mais uma campanha de eliminação dos contrarrevolucionários que fazem secretamente resistência ao regime e se escondem até nas fileiras do partido, no qual cerca de 10% dos membros são formados de traidores que tramam à sombra.

Carestia e massacres

O método pedagógico do presidente não é aplicado apenas no tratamento das almas, ele recai também sobre a gestão da economia.

Enquanto enquadra proprietários de terras, contrarrevolucionários a soldo do inimigo e intelectuais corrompidos pela cultura ocidental, lança o primeiro plano quinquenal, a partir exatamente de 1953, ano em que por curiosa coincidência desaparece também o mais tenaz campeão do dirigismo econômico, Stalin, a cujo cadáver Mao tributa uma homenagem nascida em parte de uma sincera admiração, em parte de um inconfessável alívio pela convicção de que agora o comunismo chinês ficará realmente no centro do mundo. Em setembro do ano seguinte, a República Popular adota sua Constituição, na qual, evidentemente, são enunciadas de modo solene as condições para a passagem ao socialismo, um processo que, para a criação de uma grande indústria, não poderá senão exigir mais de um único plano quinquenal e que, por conseguinte, Mao decide acelerar pelo menos no que diz respeito ao campo.

A intervenção neste setor se articula em dois tempos. Entre 1955 e 1956, o regime se movimenta até certo ponto com algum gradualismo, deixando relativamente livres os camponeses para se unirem em cooperativas do vilarejo ou delas se retirarem. As reações são positivas e a boa safra de 1957 demonstra que o reformismo vale mais que a arrogância maximalista.

Mas não é esta a lição que daí extraem o Grande Timoneiro e sua equipe, visto que a segunda fase da coletivização será infinitamente menos racional e produtiva, expressando-se principalmente na experiência mais catastrófica de toda a história maoista, que Mao lançará entre dezembro de 1957 e a primavera de 1958, com o rótulo de o Grande Salto Adiante.

Paralelamente à primeira fase da ofensiva no setor agrário, o presidente continua, porém, com suas campanhas de aniquilamento do que considera uma oposição permanentemente à espreita. As prisões, as denúncias e as condenações sucedem-se ininterruptamente, sobretudo entre os intelectuais, mesmo dos mais ilustres. É neste sentido que vai ser interpretada a própria e enganosa campanha das "Cem Flores", que na primavera de 1957 o principal poeta da República Popular, com a costumeira metáfora, convida a fazer florescerem livremente: a verdadeira intenção é a de tornar visíveis "os rebentos venenosos", animando

artistas e escritores, ou mesmo os mais brilhantes dirigentes do PCC, com a promessa de uma liberalização cultural que durará poucas semanas. Os interessados levam tão a sério o convite que chegam a pôr em discussão até mesmo a autoridade do partido. O sacrilégio suscita a ira de Mao, que manda para o campo escritores, professores e marxistas excessivamente dialéticos para que meditem sobre os princípios da "ditadura democrática do povo" enquanto realizam trabalhos um tanto ou quanto pesados para gente de escrivania, ou tarefas humilhantes como a limpeza de banheiros às vezes na própria universidade em que eram docentes.

O perfume das "Cem Flores" se dissolve no espaço de uma cela: 400 a 700 mil intelectuais chineses, rotulados de "elementos de direita", desaparecem por muitos anos de circulação.

A mesma sorte cabe às camadas moderadas da política agrícola. A ruptura com Kruchev, a eliminação dos melhores cérebros chineses, a obsessão com a luta de classes induzem Mao a acelerar imprevisivelmente as etapas de coletivização. No governo, Chu En-lai aproveita as dissensões ideológicas com os soviéticos e a própria alarmante revolução na Hungria para orientar a bússola da política externa em direção aos países não-alinhados da Ásia e da África, independentemente de seu regime interno. Seu presidente, no entanto, aproveita a realização de uma sessão do VIII Congresso do PCC para anunciar o lançamento de mais uma guinada, o chamado Grande Salto Adiante, ambiciosa ofensiva a ser desfechada na frente industrial e agrícola, para atingir, e talvez superar, os níveis de produção dos países capitalistas.

Quem vai pagar o preço de tudo isto será, obviamente, o povo chinês "sobre o qual podemos escrever as palavras mais novas e mais belas": nunca se idealizou um epítáfio mais poético para um propósito tão funesto.

Uma das consequências do retorno ao mais cego maximalismo é a ruptura definitiva com os dirigentes soviéticos que falam de um "atalho desastroso", para passar em seguida à mais cruel das represálias, que consistiu na anulação de um importante contrato de assistência tecnológica e, a seguir, em julho de 1960, a uma retirada unilateral, no decurso de apenas um mês, de todos os especialistas russos da China, com um prejuízo incalculável para a economia dos ex-aliados. Indiferente a estas e outras lacerações, o Grande Timoneiro segue impassível sua rota, seguro de que "três anos de esforços e de privações" garantirão aos chineses "mil anos de felicidade": tal como Hitler, ele não se contenta com séculos. A condição é de que os chineses, especialmente os camponeses chineses, se deixem guiar pelo presidente em direção ao supremo ponto de chegada da comuna, renunciando a seu antigo modo de viver e reagrupando-se aos milhares ou dezenas de milhares na extensa agremiação na qual cada momento da atividade cotidiana, do repouso ao debate político, da vida familiar ao próprio

consumo das refeições, é vivido coletivamente, a fim de desenvolver desmedidamente a produção agrícola. De sua parte, o governo tomará providências no sentido de realizar moderníssimas obras de irrigação e porá à disposição dos agricultores as últimas inovações da técnica. Sem esquecer que o Grande Timoneiro tem no cérebro uma invenção ainda mais surpreendente: desta vez, para dinamizar a produção industrial, quer "suprimir a diferença entre o trabalho no campo e o trabalho na fábrica", criando pequenos altos-fornos até nos pátios das casas ou das fazendas. Desta maneira permitirá que cada comunidade atinja a autossuficiência, melhorando rapidamente a qualidade de vida dos trabalhadores e ao mesmo tempo pondo à disposição do Estado a mais-valia que lhe possibilitará acelerar a chegada ao paraíso comunista.

Um adequado aparelho de propaganda, com escolta de bandeiras vermelhas, slogans e dados estatísticos cada vez mais triunfais acompanha o Grande Salto Adiante. Simultaneamente vão se reduzindo dia a dia os espaços relativos às pequenas liberdades remanescentes: a de possuir ainda um minúsculo pedaço de terra, a de vender no mercado um pouco de frutas ou de hortaliças, a de sair da comuna, enquanto se nacionalizam até os utensílios para conseguir aço e as portas das habitações para alimentar os altos-fornos.

Como prêmio a tamanha dedicação (compulsória) à comunidade, camponeses e operários poderão consumir nos banquetes revolucionários quanta comida e, sobretudo, quanta carne quiserem, com a certeza de que colheitas de legendária abundância voltarão a encher as despensas. Para acelerar posteriormente o crescimento, o partido põe em prática os métodos agrônômicos do soviético Lysenko, um cientista muito estimado por Stalin por ter, até nos estudos de biologia, dado primazia às leis do marxismo sobre as leis da natureza; e Mao aplica com entusiasmo um dogma ideológico que lhe permite crer que "em companhia as sementes germinam mais facilmente, e quando crescem juntas se sentem mais à vontade", não se importando se, ao crescerem assim apertadas e numerosas, as plantinhas acabem morrendo.

Estas e outras extravagantes teorias, que muitas vezes parecem retiradas da obra-prima de Swift sobre as aventuras de Gulliver, levam infalivelmente ao desastre: ficou célebre a campanha ordenada pelo presidente para o extermínio dos pássaros, acusados de comerem os grãos do trigo, e cujo desaparecimento em troca multiplica as parasitas, com consequências irreparáveis para as colheitas. Mas poderiam ser citados muitos outros despropósitos, como a mobilização extraordinária de camponeses pobres, já exauridos pelo trabalho nos campos, para a construção de faraônicas obras públicas, às vezes depois deixadas de lado. Até 1960, contudo, a máquina de propaganda do regime oferece dados entusiásticos e totalmente imaginários acerca dos resultados do Grande Salto Adiante, embora no ano anterior o bureau político tenha tentado em vão, pela boca do honesto Marechal Peng Dehuai, frear os excessos do Grande Timoneiro,

tendo como único resultado o de ser o pobre marechal mandado para a prisão, sendo substituído por Lin Piao, seu colega, servil cortesão de Mao e senhora.

Apesar disto, chega um momento em que, obviamente, não é mais possível esconder a verdade, pelo menos para as dezenas de milhões de vítimas chinesas do desastre, o momento em que uma carestia sem precedentes atinge todas as regiões do imenso país, com efeitos fatais para toda a população. Não só os preços das mercadorias sobem medrosamente no alastrante mercado negro, como a dificuldade de conseguir comida seja lá como for, juntamente com a drástica redução das rações individuais distribuídas pelas autoridades, provoca um temível incremento da mortalidade por desnutrição, especialmente nas províncias governadas pelos maoistas mais fanáticos. Diante desta catástrofe a reação do Grande Timoneiro é inconscientemente a mesma que em circunstâncias não muito diversas tivera Stalin: imputa o fracasso de sua política à preguiça ou à sabotagem dos camponeses, ordenando que seja conduzida contra eles uma espécie de expedição punitiva, de duração e extensão quase tão inexoráveis quanto a guerrilha organizada contra o exército japonês. Aprisiona-se, tortura-se, mata-se, chega-se a ponto de cozinhar os cadáveres das crianças para fazer adubo e de vetar abrigo aos órfãos que vagueiam esfomeados pelos campos.

Multiplicam-se as prisões e as execuções não só de trabalhadores da terra, mas até de quadros locais do partido, agora culpados apenas de terem seguido as instruções do centro.

Acabando também por dar lugar ao pânico ou ao estado de necessidade, surgem medidas governamentais que seguem direção oposta à de qualquer critério lógico: por exemplo, a decisão de continuar a exportar (mesmo que com uma ligeira redução) grandes quantidades de cereais ou de recusar, por abstratas razões políticas, as ajudas que os Estados Unidos oferecem para superar a conjuntura. Fala-se em 20, 30, 40 milhões de vítimas.

A situação é de tal modo desastrosa que, por fim, a latente oposição dentro do bureau político do PCC vem à tona, criticando diplomaticamente a linha de Mao, mas revelando publicamente que as cifras do Grande Salto Adiante estão erradas (ou, a bem dizer, manipuladas) até em cerca de 50%, e pedindo, em consequência, um retorno a uma certa descentralização. É uma fredda brusca na impaciência de Mao, que se ofende com isto a tal ponto que renuncia a candidatar-se novamente à Presidência da República para reservar suas preciosas energias à solução dos problemas de política externa, que para ele se resumem no acerto de contas com os dois inimigos mortais da revolução: os imperialistas americanos e os revisionistas soviéticos.

Uma ocasião ideal para isto lhe é oferecida pela visita de Kruchev a Pequim. Entre uma e outra de suas célebres gafes, o secretário-geral do PCUS dedica um

sarcástico e transparente comentário aos políticos que "pretendem à força pôr à prova a estabilidade do sistema capitalista"; e os políticos em questão são para ele os comunistas chineses, que continuam a lançar obscuras ameaças contra Formosa e a Índia.

Poucos meses depois, o mesmo Nikita Sergeievic chegará a qualificar de "loucos" os dirigentes maoistas que não se deterão nem mesmo diante da assustadora perspectiva de uma guerra nuclear e os punirá da maneira que já vimos, ou seja, privando-os de toda e qualquer assistência tecnológica soviética. É um prelúdio do rompimento total que acontecerá no ano da graça de 1962, quando no espaço de poucos meses a URSS fornecerá aviões de combate à Índia, empenhada em violentos combates de fronteira exatamente com a China, e aceitará em dramáticas condições o ultimato de Kennedy para a retirada dos mísseis instalados em Cuba.

Para Mao é a prova definitiva do aventureirismo e ao mesmo tempo do espírito "de capitulação" dos ex-companheiros russos, com os quais o conflito é agora declarado, se expressa cotidianamente em infamantes acusações recíprocas e acaba levando o comunismo chinês a uma drástica escolha de campo: contra a hostilidade conjunta de imperialistas e revisionistas, "formigas que procuram sacudir uma grande árvore", Pequim tornar-se-á o luminoso farol de todos os povos antes colonizados da Ásia, da África e da América Latina, visando à revolução mundial que o proletariado europeu atraçou, rendendo-se a "falsos profetas", como Kruchev e o italiano Togliatti.

A tragédia final

Não seria demais suspeitar que, ao assumir uma orientação extremada e tão declaradamente antissoviética, escolhendo o papel de líder da revolução mundial — papel ambicioso, mas sobretudo desproporcional às reais possibilidades hegemônicas da China —, Mao tenha pretendido também livrar-se da crescente oposição na cúpula do partido à sua política interna. Em suma, foi o único modo de conquistar novamente o controle do movimento. Assim como não se pode excluir a hipótese de que no início da década de 1960 tenha começado a produzir-se um processo degenerativo de seu equilíbrio físico e mental: ele seria visível no desenfreado impulso que permitiu ou, melhor, que estimulou, ao culto da própria personalidade, levado aos limites do ridículo.

Tratou-se de um declínio impressionante, que coincidiu com o insensato desafio da chamada Revolução Cultural, acarretando as mais trágicas consequências para o país, sua economia, sua classe dirigente. A guinada maoista teve, porém, um impacto rumoroso no Ocidente, e especialmente na Itália, onde alimentou um movimento difundido principalmente entre os jovens: a constituição da Unione Marxista-Leninista, formação extraparlamentar voltada para uma concepção monacal da luta política e, indiretamente, para a agregação de núcleos rebeldes, inclusive ao PCI, e destinada a confluir para o ardente magma do terrorismo.

Em linhas gerais, o objetivo é aquele "tigre de papel" que, segundo Mao, seria o imperialismo americano, então empenhado na insensata aventura do Vietnã e mantido por uma hipotética conspiração de multinacionais: são dez anos, de 1966 a 1976, que revolucionam o mundo comunista, mesmo que desde 1963 se observem movimentos de libertação nacional na Ásia, África e América Latina como importantes forças anti-imperialistas, às quais se oferece o modelo de tática de guerrilha chinesa, a mobilização das massas camponesas.

O mundo rural circunda a cidade: é o mote do esperto cortesão de Mao, o chefe supremo do Exército Popular, Lin Piao, o qual, exaltando o papel determinante do campo, sugere implicitamente um percurso inverso ao percurso clássico da ortodoxia marxista, que parte da cidade, do proletariado industrial. Não é sequer um retorno ao trotskismo, porque não apela para a tática para realizar a revolução e sim para a própria identidade da classe que deve torná-la possível. A inovação não nasce em gabinetes, tem origem principalmente na convicção de que Mao e muitos de seus companheiros nutrem acerca da superioridade de sua experiência de luta e do primado universal que caberia à tradição e à cultura da China, tanto que acabam finalmente reabilitando o feudalismo dos antigos imperadores do Reino do Meio. De qualquer forma, o que o Grande Timoneiro quer valorizar, até por intermédio de Lin Piao, é o significado da Longa Marcha, a demonstração de que democracia e progresso econômico podem ser conquistados mesmo quando não se dispõe de grandes recursos militares e industriais, caso se galvanize o espírito dos militantes apostando em sua vontade revolucionária e em sua capacidade de sacrifício. Nem mesmo a bomba atômica pode dobrar combatentes dotados de tal têmpera.

Deixando de lado o sarcasmo dos soviéticos, a China comunista não é suficientemente forte e flexível para garantir aos movimentos de libertação nacional a necessária assistência, ainda mais porque onde não chega o contra-ataque americano ou soviético é a cínica venalidade dos déspotas locais que torna vãs as ajudas de Pequim. Por outro lado, os progressos internos no campo político e econômico não apagam a febril impaciência de Mao, que vem se convencendo de estar sendo traído por um partido já excessivamente burocrático e por um grupo dirigente aburguesado pelo poder. Nasce assim nele a ideia de mais uma

reviravolta, ainda muito mais brusca e radical que todas as anteriores, uma transformação integral na maneira de pensar dos chineses e do próprio partido, destinada a antecipar a renovação dos quadros dirigentes: é a ideia da "grande revolução cultural proletária", confiada aos jovens, aos estudantes, capazes ao mesmo tempo de captar o sentido da mudança e de com ela se entusiasmar. Serão os Guardas Vermelhos que Mao chamará para "pôr abaixo o quartel-general", apelando para a eterna antinomia entre as gerações, a hostilidade dos jovens contra o poder repressivo dos adultos, mas igualmente para semear o terror nas fileiras da *nomenklatura* e de uma elite intelectual que jamais se resignara à disciplina revolucionária da obediência.

Será o terceiro e definitivo fracasso do movimento comunista mundial depois da sangrenta tragédia do stalinismo soviético e do naufrágio do revisionismo iugoslavo e tchecoslovaco, sem falar nas revoluções frustradas dos partidos comunistas no Ocidente. Mao assume a tarefa de "adestrar e educar milhões de sucessores" dos atuais dirigentes e militantes, para levar adiante "a causa proletária", mas o faz sem pensar um só instante em seguir a via democrática da formação e da participação crítica das quais, até em palavras, se diz autor, ao contrário dos soviéticos. Seu ideal é a ética da luta e do sacrifício. Seu modelo, o exército popular, no qual vê encarnada, muito mais que no partido, a "vontade do proletariado"; seu método, a doutrinação, algo muito semelhante ao martelar do catecismo de Stalin, mas também muito chinês, mais refinado e implacável. E, como seu ideal, modelo e método não se mostram suficientemente repressivos, faz um último ultraje ao materialismo científico quando, em março de 1964, decide que os Guardas Vermelhos sejam doutrinados exclusivamente com o estudo de seu pensamento, expresso nas páginas de uma antologia que inicialmente traz o título de *Citações do Presidente Mao*, e mais tarde será universalmente conhecido como o Livro Vermelho, uma espécie de bíblia, evangelho ou corão do culto que os revolucionários do mundo inteiro deverão tributar ao Grande Timoneiro.

É um culto que, em última instância, se baseia em uma afirmação simples e categórica, a de que o pensamento de Mao Tsé-tung "é o único pensamento correto", e em um corolário óbvio, de que quem quer que manifeste "hesitações", mesmo que leves ou passageiras, na tradução prática desse pensamento, se afasta da verdade, perde o rumo como um navegante sem bússola e, por conseguinte, está inevitavelmente destinado a cometer erros políticos. É um corolário que, juntamente com inenarráveis sofrimentos e humilhações, produzirá na China pelo menos um outro milhão de mortes. O casal de parceiros que o Grande Timoneiro escolheu para a celebração de seu culto é formado por Lin Piao, que põe à sua disposição o exército como símbolo da guerrilha e braço armado da luta contra o aparelho do partido, e por Jiang Qing, a mulher do presidente, a ex-atriz cinematográfica Lan-pin, que subirá rapidamente para a

cúpula da hierarquia até ser nomeada conselheira cultural do Exército. Para valorizá-la, são também entregues à sua competência a célebre Companhia de Ópera de Pequim e outros conjuntos musicais e teatrais: o objetivo é a anulação de qualquer forma de arte e de literatura que não seja conforme à linha do partido.

Mao desaparece por alguns meses, provavelmente para preparar o lançamento da operação, a respeito da qual nada disse aos mais eminentes colegas do bureau político, mas em 1965 já enviou grupos de estudantes para a província, no contexto de depuração de comunas agrícolas pouco sensíveis às palavras de ordem políticas ou marcadas por níveis de produção medíocres.

Deslança assim a ofensiva sobre a organização do partido na capital, destituindo primeiro o vice-prefeito, autor de um drama histórico escrito na época das "Cem Flores", e acusado por isso de "oportunismo de direita", e a seguir o próprio prefeito. Para fazer calar boatos de doença, postos maliciosamente em circulação para explicar suas clamorosas intervenções, em pleno verão de 1966 faz circular na imprensa nacional e nas agências de todo o mundo uma telefoto que o mostra nadando majestosamente nas águas do Yang-tsé Kiang. Está com ótima saúde, portanto, e em plena posse de suas faculdades mentais para pôr em ação os Guardas Vermelhos, estudantes de escolas de segundo grau e de universidades, mas também de nível médio, a quem transmitiu uma inflamada palavra de ordem: a de que "todas as verdades do marxismo podem ser resumidas em uma única frase: é justo rebelar-se". Em um país que há dezoito anos é governado pela "ditadura democrática" de um partido único, evidentemente a recomendação é de que se rebelem contra o Partido Comunista, contra seu aparelho, contra aqueles dirigentes "que tomaram a via do capitalismo". Desta vez não é o partido que comanda o fuzil, é o contrário.

O aspecto paradoxal, e de certo modo inexplicável, do desafio não está apenas na inversão do slogan, mas também na temeridade com que o Grande Timoneiro enfrenta a perigosa fase de transição que deveria permitir-lhe dismantelar toda a organização do PCC para reconstruí-la a partir dos fundamentos — uma vez que o objetivo dos Guardas Vermelhos é "sacudir o Velho Mundo, estilhaçá-lo, pulverizá-lo e criar o caos". É como se o anárquico Bakunin se vingasse finalmente do velho Marx, ou como se Lev Trotski tivesse ressurgido para aniquilar finalmente a mais que maldita burocracia que arruinou a sua feroz Revolução de Outubro. Mas, como é altamente improvável que um velho comunista como Mao tenha se convertido de fato à feliz desordem libertária, pode-se suspeitar de que, à raiz de mais esta clamorosa reviravolta, as motivações sejam diversas. No plano político, com a Revolução Cultural ele joga em seu nome e no dos sucessores que designa, Lin Piao e a própria mulher, em uma cerrada luta pelo poder contra os dirigentes mais realistas, como o Presidente da República Liu Xao-chi e o secretário-geral do PCC, Deng

Xiaoping. No entanto, no apelo aos antigos valores do movimento revolucionário poder-se-ia também entrever um desesperado retorno do presidente septuagenário à juventude que, no fundo, se materializa nos Guardas Vermelhos.

De qualquer modo, é surpreendente a condescendência com que o bureau político, o Comitê Central e toda a máquina do partido reagem ao ciclone que varre os céus da China. Agitando o Livro Vermelho, exaltando suas máximas e aprendendo-as de cor, saudando em Mao "o grande mestre, o grande chefe, o grande piloto", os jovens vão dar origem a uma infernal mistura de violência e fanatismo que dará arrepios de prazer nos burgueses vermelhos da velha Europa. Sua primeira aparição oficial acontece no dia 18 de agosto do ano fatal, na famosa Praça Tienanmen, onde uma estudante amarra a faixa dos Guardas Vermelhos no braço direito do presidente. A primeiro de outubro, dia de festa nacional, a mesma praça recebe um milhão e meio de chineses, que saúdam o seu líder, chamando-o textualmente de "grande duce" e pedindo que fique com eles para sempre. Duas semanas depois, outra oceânica aglomeração de Guardas Vermelhos, ladeados por estudantes revolucionários e professores, se apresenta sob o céu azul de Pequim e o "dourado esplendor" do sol, encerrando-se com as majestosas notas do hino *O Oriente é Vermelho*, no qual, segundo a imprensa oficial, estaria "o momento mais feliz que o povo esperava, quer de dia quer de noite". O Presidente Mao, Lin Piao e outros membros da direção afundados em nove carros abertos e saudados por "altos gritos de alegria" passam em revista aquela multidão de alucinados. Já estão desaparecendo no horizonte como visões celestiais quando os estudantes se apressam a registrar na primeira página do Livro Vermelho uma frase que parece extraída do livro *Coração*, de Edmundo De Amicis: "Este é o momento mais feliz e mais inesquecível de minha vida: vi o Presidente Mao, o sol vermelho que jamais se põe." O fetichismo que Stalin, Mussolini e Hitler alimentaram nunca atingiu cimos tão elevados.

Na realidade, os anos que vão do início da Revolução Cultural até seu fim, entre 1966 e 1968, provam a incomparável maestria do Grande Timoneiro no uso da palavra e da propaganda, e, ao mesmo tempo, sua crescente confusão mental, confirmando a suspeita de que esta última guinada tenha nascido exclusivamente de seu rancor à resistência oposta, mesmo que da maneira mais discreta possível, pelos dirigentes do partido às insensatas diretivas que culminaram na catástrofe do Grande Salto adiante. São instrumentos de sua vingança uma mulher ambiciosa e temperamental que quer fazer-se passar por uma grande intelectual, um general medíocre como Lin Piao (de quem se diz que tinha um passado de fumador de ópio) e uma geração de estudantes embebidos de fanatismo e desejosos de escrever páginas de história gloriosas como a de seus pais revolucionários, os rapazes da Guarda Vermelha, entre os quais não poucos saídos das famílias de "negros", ou seja, pertencentes às classes

aniquiladas pelo comunismo como inimigos do povo. A Revolução Cultural é para eles um modo de resgatar o anátema que pesa sobre sua origem social e vai assim ser realizada com a maior violência possível.

No período inicial do movimento, entre 1966 e 1967, o alvo desta violência é representado pelos intelectuais e por quadros políticos intermediários, já que os que estão em nível mais alto na hierarquia mantêm a cabeça baixa, temerosos de se comprometerem e incapazes de deter o furor do presidente. A confusão chega ao máximo quando é autorizada a formação de grupos de Guardas Vermelhos nas fábricas e nos vilarejos, embora seja principalmente nas cidades que tenham seu ponto de força porque as massas camponesas e as autoridades regionais veem com crescente desconfiança o movimento. Milhões de estudantes, galvanizados pelo *dazibao* de um estudante universitário de Pequim lido na rádio, organizam-se para dar caça aos "monstros e demônios", aos "gênios maléficos", aos "fantasmas bovinos", em suma, aos revisionistas "do tipo Kruchev", que, segundo eles, se aninham entre os professores e os administradores das universidades ou entre as autoridades comunais e provinciais que tentam defendê-los. O inimigo de classe é obrigado a portar cartazes, a usar chapéus ou andrajos muitas das vezes ridículos (sobretudo as mulheres), a assumir posições grotescas (e dolorosas) com a cara borrada com tinta negra, a ficar de quatro e a "latir como um cão", deve perder a própria dignidade, como um certo Professor Ma, "que foi obrigado a comer capim". Como escreve a imprensa comunista da capital, os inimigos do Presidente Mao "são ratos que correm pelas ruas" e devem ser, portanto, mortos sem piedade. Alguns desses "ratos"- por exemplo, em Guangxi, não poucos diretores de colégio — são obrigados a servir à mesa os Guardas Vermelhos. Por outro lado, é o próprio Mao quem explica: "Não queremos gentilezas, queremos a guerra." E, como esclarece o novo ministro de Polícia, amigo da mulher do presidente, "Se as massas odeiam os malfeitores a ponto de não conseguirmos detê-las, então não insistimos".

Esses bravos rapazolas revolucionários não correm riscos: a polícia e o partido deixam-nos agir, ao passo que os intelectuais perseguidos já foram tantas vezes acossados pelo Grande Timoneiro que não têm mais forças para resistir. Insultados pelos rapazes, velhos escritores "imitam um avião" durante horas, outros desfilam pelas ruas tendo na cabeça orelhas de burro e são espancados até sangrarem, em alguns casos vindo a morrer, em outros casos, não menos frequentes, preferindo suicidar-se. Em certa universidade, os professores, não conseguindo mais suportar as sessões de críticas e de insultos, adoecem e acabam morrendo diante de seus perseguidores, enquanto outros se atiram pela janela e um deles se joga "nos gêiseres escaldantes" da região, morrendo queimados. As pessoas se trancam nas casas quando as hordas de Guardas Vermelhos irrompem na cidade e, como chegam a ponto de destruir parte da Grande Muralha para construir pocilgas com os tijolos, Chu En-lai faz erguer

muros no Palácio Imperial de Pequim, protegendo-os com um cordão de soldados dos vândalos que queimam manuscritos de escritores e documentos seculares dos mosteiros budistas, saqueiam nos cemitérios as tumbas dos ocidentais, proibem ameaçadoramente livros e usos estrangeiros, quebram as vitrinas em que estão expostas roupas e sapatos dos países capitalistas e muitas vezes se entregam ao saque de habitações privadas, espancando até a morte os moradores que ousam revoltar-se.

É impossível calcular o número exato de vítimas, mas fala-se em prisão ou expulsão de 60% dos componentes do Comitê Central do PCC, de três quartos dos secretários regionais do partido, de três a quatro milhões de quadros e de quatrocentos mil militares. O balanço é ainda mais grave no que se refere aos intelectuais, pois foram perseguidos, assassinados ou induzidos ao suicídio pelo menos 200 mil entre professores, técnicos, cientistas, escritores e artistas. Não houve um único momento ou um único vilarejo em que os Guardas Vermelhos tenham dado provas de saber administrar seu poder ou tenham pelo menos tentado introduzir no sistema princípios de liberdade, de participação ou de autêntica democracia. Até quando organizaram eleições, elas foram manipuladas seguindo um copião preestabelecido e no contato com o sistema concentracionário, os chamados *laogai*, a tendência dos jovens do Livro Vermelho foi sempre a de estimular neles a brutalidade. Especialistas em torturas, que as consideram "uma arte" a ser aperfeiçoada com "pesquisas científicas para aumentar seu horror". Como ou mais que os velhos comunistas, consideram a origem social uma marca racial, mesmo que haja entre eles filhos de "negros" que conseguiram se infiltrar até atingir posições de responsabilidade, que exercem com crueldade ainda maior.

Nos primeiros dias de janeiro de 1967, o centro do movimento lança a palavra de ordem da conquista do poder também na periferia, mas onde conseguem estabelecer-se os resultados são desastrosos. Enquanto explodem conflitos violentíssimos entre grupos rivais, as estruturas administrativas desmoronam e a produção industrial cai em queda livre. No decurso de poucas semanas sucedem-se marchas e contramarchas nas relações entre rebeldes, conservadores e o Exército, até porque o Grande Timoneiro já perdeu a rota e diante da guerra de todos contra todos que explodiu no país hesita entre a anarquia e o retorno à ordem. O ponto máximo da crise coincide com o verão de 1968: nos meses que faltam, o Exército Popular recupera o controle total da situação e o movimento dos Guardas Vermelhos é dissolvido, milhões de jovens são enviados para se reeducarem nas mais longínquas províncias e aí ficarão até por dez anos, sendo completamente "ruralizados". Rebeldes, "negros" e expoentes sobreviventes do Kuomintang são exterminados pelos esquadrões de operários comunistas e tropas de soldados, a ponto de falar-se em 170 mil mortos apenas nas regiões meridionais.

É a restauração do regime de partido e o início do fim do mito Mao, que suporta quase que passivamente o contragolpe de mais um fracasso denunciando os primeiros sintomas de decadência física que, oito anos depois, o levarão ao túmulo. Os acontecimentos se precipitam. Entre 1969 e 1972, consuma-se a derrota do Grupo dos Quatro, selada pela marginalização da diabólica Jiang Qing e do "misterioso" desaparecimento de Lin Biao. A facção vitoriosa no PCC é a dos revisionistas, cujo expoente máximo, Deng Xiaoping, depurado e reabilitado "em série", é nomeado vice-primeiro-ministro. Quatro anos depois, desaparecem os dois protagonistas do decênio vermelho: Chu En-lai morre em janeiro de 1976, Mao em setembro, coincidindo com uma extrema e vã tentativa de sua mulher retornar ao poder. Em outubro, o Grupo dos Quatro é definitivamente liquidado pelo novo premier, Hua Kuo-feng, e isto representa a última pá de cal sobre o cadáver de Mao Tsé-tung.

No final de 1978, Deng vai desembaraçar-se igualmente de Hua e conduzir a China para a via das "quatro modernizações": também aqui a imaginosa idealização de uma experiência política única no mundo, uma mistura de despotismo político e semiliberalismo econômico, com a dureza do cárcere para os dissidentes — como os que se manifestam ruidosamente na Praça Tienanmen, mas sem novos massacres — e o temerário relançamento da economia privada e do mercado, equilibrados com a manutenção de um setor público diretamente controlado pelo regime. De qualquer forma, à diferença do que aconteceu na União Soviética, nos países-satélites e nos regimes comunistas correlatos, o Império do Meio fica devendo ao realismo de Deng uma milagrosa sobrevivência. Por quanto tempo, na situação atual, é impossível dizer.

PINOCHET

Gentil e assassino

VICE-ALMIRANTE CARVAJAL: "O adido naval me disse que o Presidente Allende está girando um fuzil-metralhadora que tem trinta tiros e que vai disparar o último contra a própria cabeça."
GENERAL PINOCHET: "Isto são balelas... esse merda não dispara contra si nem uma bala de mascar!"

Dos registros de conversas telefônicas entre os golpistas durante o assalto ao Palácio de La Moneda.

Nas mãos dos militares

Poucos dias depois do golpe de Estado militar que em setembro de 1973 pôs fim ao regime democrático no Chile, a Internacional Socialista decidiu enviar uma delegação a Santiago para saber em que condições o golpe tinha sido realizado e como havia morrido o presidente socialista Salvador Allende.

Faziam parte dela o holandês Van der Lubbe, o francês Blanca, o austríaco Janiceke e a sueca Indeimbom. Destinado a tornar-se três anos depois o secretário de seu partido, Bettino Craxi nos deixou um apaixonante testemunho desta viagem falando a seus companheiros no Teatro Novo de Milão, assim que voltou à sua pátria.

O centro mesmo da tragédia é, naturalmente, Santiago, a cidade cuja imagem permaneceu "na mente e nos olhos" do dirigente socialista como um pesadelo.

"Ela está inteiramente nas mãos dos militares", diz Craxi; "eles têm todo o poder. Controlam fisicamente a capital chilena. Bloqueios nas ruas circundam e atravessam Santiago. O toque de recolher é obrigatório em todo o país. As patrulhas armadas atuam preferencialmente à noite, mas também de dia. As *poblaciones*, aglomerados de casas populares que falam de miséria e desespero, de ódio e terror, são patrulhadas sistematicamente pelas forças militares." Até nos bairros residenciais em que a burguesia da capital manifestou de início sua satisfação reina agora o medo. Mas o espetáculo mais dramático que se apresentou à delegação socialista vinda da Europa foi o da grande praça no fundo da qual se ergue o Palácio de la Moneda, a residência do Presidente da República. "Os ataques da aviação destruíram toda a parte da frente por dentro e praticamente esvaziaram as alas. As paredes estão esburacadas com os disparos e enegrecidas com a fumaça dos incêndios... Os aviadores se vangloriam de terem realizado uma operação militar de máxima precisão. "Os golpistas", diz Craxi, "estão por toda parte. O governo está formado exclusivamente de militares. Foram convocados até generais da reserva. Altos oficiais foram postos à frente dos bancos, das empresas, substituíram os reitores nas universidades, inclusive na Universidade Católica de Santiago, apesar dos protestos do cardeal. Foi declarado o estado de guerra no país. Vigoram, portanto, as leis de guerra. As cortes marciais funcionam em lugar da justiça ordinária. Foi emitido no primeiro dia o famigerado 'Ato nº 24', que praticamente dá aos militares licença de matar."

O relato do socialista milanês é o primeiro relatório político sobre as dimensões da repressão que o General Augusto Pinochet Ugarte e seus aliados desencadearam no momento em que estourou o seu *pronunciamiento*, organizado de modo muito mais calculado que os demais da América Latina: "Temos notícia", assinala Craxi, "de processos diante das cortes marciais; mas na realidade trata-se de verdadeiras execuções sumárias: mata-se sem processo. As fontes oficiais na maior parte dos casos falam de fuzilamentos acontecidos ou por tentativa de fuga ou por resistência às Forças Armadas. O essencial é que todas as corporações militares armadas, excitadas por uma campanha de ódio, têm o direito de atirar e de matar. É uma caçada humana a que se realiza, impiedosa e ininterrupta. Sobre os cabeças da oposição democrática que ainda não foram capturados foi colocada uma tarja, como se faz com os bandidos. Encoraja-se um clima de delações, de traições, de vinganças pessoais. Um pano de fundo turvo se agita no pesadelo da ditadura militar."

A delegação da Internacional Socialista recolhe como pode, nas difíceis condições em que se move, as informações sobre a sangrenta onda de violência que assola o país: fornecem-nas sobretudo os enviados e os técnicos dos jornais e das emissoras de televisão europeias, os militantes democráticos chilenos ainda livres porque se refugiaram nas embaixadas estrangeiras ou entraram para a

clandestinidade, ou os familiares dos companheiros deportados para a Ilha de Dawson ou para a Escola Militar de Santiago: "Constatamos que as famílias nada sabiam a respeito de seus entes queridos a partir do momento da prisão." É a atroz história dos *desaparecidos*, os que simplesmente somem — que terá uma segunda e ainda mais perturbadora edição três anos depois na Argentina, graças a outros generais traidores. As mulheres dos cidadãos capturados tentam em vão, depois de sua prisão, pôr-se em contato com eles, mas por resposta recebem apenas a sugestão de não continuarem circulando, de se considerarem em prisão domiciliar. Os socialistas vindos de longe não conseguem documentar o número exato de vítimas: os representantes da junta golpista garantem que os mortos não passam de 500, mas um jornalista holandês jura que foram pelo menos 3.500 e um colega seu francês conta que, quase um mês depois da rebelião dos generais, entram no obituário cerca de 30 a 50 cadáveres por dia, inclusive de mulheres. Não ficamos longe da verdade se calcularmos que, nas primeiras semanas, as vítimas tenham sido, em todo o país, entre 5 mil e 10 mil. Um jornal próximo dos golpistas ainda faz ironia a respeito dos dirigentes políticos confinados em Dawson, uma ilha distante 3.500 quilômetros da capital, no limite extremo do continente latino-americano, ou seja, no gelo da Terra do Fogo, "onde existe ar puro, que ajudará as mentes febris a se curarem". Outros ministros, subsecretários e parlamentares ficaram detidos na Escola Militar de Santiago, muitos deles, como o subsecretário do Partido Comunista, Luis Corvalán, acusados de alta traição, que se paga com a pena capital, da qual Corvalán escapará por milagre por pressão da opinião pública internacional mobilizada pelos partidos irmãos de meio mundo.

O balanço de Craxi conclui falando da depuração que, enquanto ele ali fala, está sendo levada a cabo no desventurado país do General Pinochet e que continuará ainda pelos anos vindouros: "A depuração política se torna ainda mais feroz em todos os departamentos públicos sobre os funcionários de Allende. Em um clima de arbítrio são expulsos de seu trabalho dirigentes, operários empregados, de acordo com o juízo expresso pelos homens de confiança dos militares. Entra em ação um bando com força retroativa que permite o afastamento do trabalho de todos aqueles que organizam ou organizaram greves e atividades de protesto sindical dentro das empresas públicas ou particulares.

As cores deste quadro de ditadura e de violência e o clima ideológico geral podem ser vistos nos temas de uma propaganda contínua. A rádio, as televisões, os jornais, agora inteiramente nas mãos da junta militar, desenvolvem uma campanha obsessiva e infamante em relação aos mortos, às vítimas, aos prisioneiros que não têm como se defender. É uma campanha de desmoralização pessoal, conduzida a partir de acusações de corrupção, de vícios, de abusos por eles supostamente perpetrados.

Diariamente são organizados e montados escândalos em relação aos mortos e

em relação aos vivos. Domina um clima de ideologia fascista no qual os grandes termos são a pátria, a hierarquia, a disciplina, a fé, o coração; e não falta sequer o anel que as esposas devem entregar à pátria. E realmente há mulheres que oferecem seu anel nupcial à pátria para a 'reconstrução' do país."

No discurso de Craxi há um indício, formulado evidentemente com base nas primeiras e escassas notícias que a delegação da Internacional conseguiu recolher, da sorte dos prisioneiros amontoados em um navio ao largo de Valparaíso, confinados nas ilhas ou brutalmente empilhados no Estádio Nacional, onde onze anos antes se disputavam, em clima bem diverso, as finais pelo terceiro e primeiro lugares do campeonato mundial de futebol. E no Estádio Nacional, assegura Craxi a seus companheiros milaneses, houve torturas e continuam a torturar e a matar. Um relato em muitos aspectos análogo ao que faz o jornalista Ítalo Moretti, enviado especial da RAI a Santiago uma semana depois do golpe. Naturalmente a inspeção no estádio foi o primeiro serviço em que Moretti, profundo conhecedor da realidade sul-americana, pensou assim que chegou no Chile, ainda mais porque carros do Exército foram incredulamente postos à sua disposição e de outros colegas seus por deliberação dos generais rebeldes, que preferiram evidentemente ostentar sua brutalidade em vez de escondê-la, não se sabe se por estúpida arrogância ou para aumentar ainda mais o clima de terror difundido com o golpe de Estado.

O jornalista italiano contou em detalhes uma experiência que coincide com o relato de Craxi, a partir de um impressionante encontro com os prisioneiros no Estádio Nacional, uma multidão de gente, pouco e malvestida, infelizes brutalmente arrancados de suas casas e famílias, sem uma palavra de explicação e, à espera dos interrogatórios, condenados a dormir ao relento, embora em Santiago o inverno austral não tenha ainda terminado e a noite, com os Andes que dominam o país, seja gélida. Os prisioneiros buscam ansiosamente aproveitar a chegada dos estrangeiros para comunicar-se com o exterior, sobretudo para dar notícia aos entes queridos de que ainda estão vivos. Os soldados da guarda, a baioneta instalada no fuzil, tentam afastar os jornalistas da rede de proteção enquanto da multidão de sequestrados se eleva um grito que Ítalo Moretti ouvirá por anos e anos, cada vez que aquela dolorosa cena lhe volta à mente, "*Hay más gente adentro!*" ["Há mais gente lá dentro!"] berram das arquibancadas, e as pessoas que estão dentro, trancadas nos escritórios e nos vestiários, estão sendo submetidas a interrogatórios, a torturas, à perspectiva da morte anônima de que falou Craxi. No momento da saída, Moretti se esgueira por entre os soldados da guarda no lado de fora do estádio e consegue interceptar os desesperados pedidos de centenas de chilenos, homens e mulheres de todas as idades, que pedem notícias dos familiares sequestrados do Estádio Nacional, de cujos portões não podem aproximar-se. As imagens televisivas e fotográficas daquele dia serão transmitidas no dia seguinte para todo o mundo e voltarão a ser mostradas todas

as vezes que se quiser evocar a ferocidade daquela repressão.

Na cidade correm mil boatos sobre o destino dos *desaparecidos*. São sindicalistas, militantes da Unidad Popular, dirigentes da corrente democrático-cristã de esquerda que condenou o golpe de Estado. "A ignorância e a burrice de alguns oficiais", diz Ítalo Moretti, "conseguem tornar a própria repressão grotesca: nesta tarde, um tenente do Exército supervisiona na praça a queima de livros apanhados em um conjunto de casas populares por serem política ou ideologicamente perigosos. O ódio em relação a Fidel Castro era tal que queimavam, na maior inocência, até as páginas de um livro de arte intitulado *Cubismo*. No momento de voltar para casa, antes que soasse o *toque de queda*, uma amiga chilena bate à porta do quarto do hotel em que estava o cronista italiano: "Escondia na bola e me entregou, como que em depósito, discos de 33 rotações da Nova Canção, cuja posse, se descoberta, poderia valer-lhe um bilhete de entrada no Estádio Nacional." Na Europa, estas e outras canções populares chilenas acabaram tornando-se objeto de culto — sobretudo na interpretação dos Inti Illimani, um conjunto musical no exílio — para os democratas de meio mundo chocados com a odiosidade do regime de Pinochet, contra o qual os partidos comunistas organizariam, por sua vez, uma daquelas campanhas de propaganda em que foram imbatíveis.

Neste caso, a propaganda é, obviamente, endossada pelos fatos. Os infelizes trancados no Estádio Nacional não são os chefes do governo e dos partidos da maioria parlamentar, e sim operários e operárias capturados nas fábricas pelos soldados, mantidos com a cara no chão e as mãos atrás da nuca, insultados, surrados e finalmente transportados para o estádio transformado em campo de concentração. A caçada humana de que já falamos não tem tréguas, até mesmo porque, como revelara a delegação da Internacional socialista, uma lei de junta golpista (a chamada "lei da fuga") autoriza a tropa a atirar sobre quem tentar fugir, e nos referidos jornais do enviado da televisão italiana veem-se crônicas ridiculamente suavizadas, segundo as quais dezenas e dezenas de prisioneiros caem sob os tiros da escolta, sem salvar-se um sequer, enquanto tentam saltar dos camburões em movimento do Exército ou dos *carabineros*. As águas do Rio Mapocho devolvem corpos desfigurados de um enorme número de vítimas e em cada cidade os tribunais militares instalados pela Junta Pinochet distribuem condenações à morte em série, com execução imediata após a sentença. De acordo com uma informação recolhida por Moretti, um helicóptero, que a opinião pública chama de helicóptero da morte, decola a cada manhã de Santiago levando a bordo um general que obteve pessoalmente de Pinochet licença para matar: chama-se Arellano Stark e goza de um poder absoluto até sobre as hierarquias militares regionais, inclusive as de seu mesmo nível. Cada visita conclui-se regularmente com o fuzilamento não só de militantes de base dos partidos e da chamada esquerda revolucionária, como também de cidadãos

comuns suspeitos de simpatias democráticas, operários e camponeses, funcionários e professores, estudantes e comerciantes. No devido tempo, as façanhas do general serão reconstruídas em detalhe com base nas listas de fuzilados, bem como em testemunhos de oficiais obrigados a obedecer às ordens de Stark.

Naquele 11 de setembro

O Chile tem uma configuração geográfica que alguém já definiu como louca e uma história muito singular. Fala-se de uma louca geográfica em duplo sentido: pela particularíssima inversão climática que comporta a presença de terras quentes, como o Deserto de Atacama, na parte setentrional, e de regiões frias, como a Terra do Fogo, no extremo sul; mas também pelo desequilíbrio entre a projeção longitudinal, que é de mais ou menos 4 mil quilômetros, e a estreiteza da faixa que corre entre os Andes e a costa do Pacífico, com no máximo 200 quilômetros. Quanto a seu desenvolvimento histórico, o Chile conquista sua independência do domínio espanhol em 1818 e, depois da vitória na guerra contra o Peru e a Bolívia, terminada em 1884, torna-se a primeira potência do Pacífico, graças também a sua vizinhança com o Estreito de Magalhães, que atrai para sua costa um fluxo maciço de navios de todos os países, sobretudo ingleses e alemães, que acabarão alimentando uma extraordinária imigração destas nacionalidades, inclusive de inúmeros comandantes e membros de tripulações quando se aposentam.

No final do século 19, e depois no século seguinte, o regime político chileno oscila entre a democracia parlamentar e o presidencialismo autoritário, com uma influência muitas vezes relevante do Exército sobre o governo e um papel econômico decisivo da exploração de notáveis recursos minerais. A alternância de conservação e inovação continua depois da metade do século 20, graças também à difusão da classe média: experiências de frente popular e de centro-esquerda precedem o governo conservador de Jorge Alessandri e o governo moderado do democrata-cristão Eduardo Frei, até que, em 1970, registra-se a vitória nas eleições presidenciais do candidato socialista Salvador Allende, com um ousado programa de reformas e uma coalizão de esquerda bastante ativa, que vão deparar com uma cerrada oposição das camadas de maiores posses. E que desembocará três anos depois no golpe de Estado militar.

Os interesses atingidos pelas drásticas reformas de Allende espelham a

distribuição totalmente desigual da riqueza em um país em que, no final da década de 1960, os latifundiários controlam 50% das terras cultiváveis, embora representem apenas 1% da população, da qual cerca de 5% vive no limiar da miséria. Os recursos minerais, riqueza fundamental do Chile (cobre, molibdênio e ferro), estão em mãos do capital norte-americano, que substituiu o inglês dominante nos primeiros decênios do desenvolvimento industrial, ao passo que a burguesia chilena esqueceu as ambições e o orgulho do início do século 19, quando esteve à frente da luta pela independência da Espanha e contenta-se com seu papel parasitário. É determinada por este estado de coisas a coalizão de socialistas, comunistas, esquerda católica e radicais (um partido de inspiração socialdemocrática moderada) reunidos sob a bandeira da Unidad Popular, que, tendo em vista as eleições presidenciais de 1970, propõe — segundo uma fórmula importada de certo modo da Europa — uma aliança entre os partidos de esquerda e as camadas médias progressistas e ciosas da independência política e econômica do país. A candidatura de Allende resultou vitoriosa porque teve o apoio não só da Unidad Popular, como do grupo dirigente da democracia cristã, de quem é chefe Rodomiro Tomic: o líder socialista obtém 36% dos votos, mas com o apoio de Tomic arranca do Parlamento a ratificação da sua eleição, embora a extrema-direita tenha tentado *in extremis* uma provocação violenta assassinando o chefe do Estado-Maior do Exército, General Schneider, acusado de ter garantido o mais escrupuloso respeito das Forças Armadas ao veredicto das urnas.

Enquanto o grupo de Tomic controla o partido católico, Allende pode enfrentar com a atitude impetuosa e resoluta que caracteriza sua personalidade as primeiras reformas de base previstas no programa eleitoral da Unidad Popular: a total nacionalização das minas de cobre e de carvão, a dos bancos e, sobretudo, uma reforma agrária radical que transfere 35% de toda a área agrícola dos latifundiários para os camponeses. Não só as minas e os bancos, mas também a eletricidade, a telefonia, os transportes, o cimento e a siderurgia passam a fazer parte de uma área de "propriedade social", que tira todas as indústrias de base das mãos da empresa privada. Uma reorganização tão completa da economia chilena não se dá conta, evidentemente, das condições internas e internacionais a que ela estava subordinada antes do advento do novo presidente da República. As reações não se fazem esperar: entre 1970 e 1972, os créditos dos organismos internacionais e estadunidenses vão sendo gradativamente reduzidos até desaparecerem, bloqueando também as importações e, sobretudo, o setor alimentício, com presumíveis consequências sobre o custo de vida e sobre a inflação. No fortíssimo partido católico, Tomic e seus amigos de esquerda perdem rapidamente o controle da direção, que passa à ala conservadora. Uma viagem de Allende à Europa para procurar ajudas e créditos não encontra resposta nos governos ocidentais, e muito menos no soviético — pelo menos na

medida esperada pelo presidente. Ao retornar à pátria, ele se vê obrigado a enfrentar uma situação ainda pior, quer devido à queda (talvez não fortuita) do preço do cobre nos mercados internacionais, quer devido a um erro histórico dos sindicatos, inclusive os católicos, que em uma conjuntura já tão desfavorável exigem um desmedido aumento de salários, agravando de maneira irreparável a inflação.

Ao falar aos socialistas de Milão, no já citado discurso no Teatro Novo, Craxi conta um episódio que demonstra quão aventureiro e irresponsável foi o comportamento desses sindicatos: Allende vai a uma fábrica têxtil em cujos depósitos há quase dois milhões e meio de metros de tecido ainda não vendidos, enquanto na cidade as mulheres ficam horas na fila para comprar alguns metros de fazenda. "Os companheiros encarregados da venda", comenta emocionadamente o presidente com a assembleia de trabalhadores da fábrica, "dizem que não podem vender porque estão de férias. Oferecemos a eles o dobro do salário a fim de conseguir que o tecido seja posto à venda: responderam-nos que não têm intenção de trabalhar nem se nós lhes pagarmos tudo isso. Se continuarmos assim, não terei alternativa a não ser renunciar à Presidência".

Para agravar as dificuldades do governo de esquerda, além dos sindicatos maximalistas aparecem também personagens como o socialista Altamirano e grupos extremistas dentro da própria Unidad Popular, lançando propostas extravagantes, como, por exemplo, a dissolução da Câmara para dar margem a uma espécie de *soviet* de camponeses, de operários e de estudantes. Não se trata apenas de tolice anacrônica, vinte anos depois da morte de Stalin e dezesete anos depois da denúncia de seus crimes, mas também de assim reforçarem objetivamente os protestos que surgem por parte dos meios conservadores e moderados: os comerciantes que escondem as mercadorias, alimentando o mercado negro, os médicos e outros profissionais liberais que iniciam uma greve fora de toda a tradição e, finalmente, os transportadores que os imitam com reflexos catastróficos para a economia nacional, porque paralisam literalmente o país. A extrema-direita sente que é chegada a sua hora e se organiza em um movimento de tipo nazistoide, cujo símbolo é uma fúnebre aranha negra, para desencadear uma onda de terror em grande escala, atacando trens, minando os entroncamentos ferroviários, realizando expedições punitivas e atentados mortais. O reflexo do descontentamento começa a envolver até a chamada "maioria silenciosa", os habitantes dos bairros residenciais de Santiago, as senhoras de sociedade, os velhos burocratas aposentados que chegam a vir para as ruas e, ainda mais perigosamente, as Forças Armadas. Oficiais e generais começam a dividir-se em "allendistas", ou seja, os que apoiam o governo, e que a direita rotula com o depreciativo apelido de "galinhas", e os anticomunistas ora convencidos de que têm de escolher "entre o marxismo e a farda".

Um primeiro golpe no governo da Unidad Popular é dado a 29 de junho de

1973, em seguida a uma ruidosa ofensiva de propaganda lançada pelos meios de direita por meio da imprensa aliada, da rádio privada (numerosas e muito loquazes no Chile) e das emissoras de televisão. Uma coluna de carros blindados circunda o Palácio de la Moneda enquanto a Rádio Agricultura transmite a notícia ao vivo, assegurando que a operação visa a provocar as mudanças "que a maior parte deste país espera". A tentativa fracassa, mas Allende evita instaurar uma censura ou um regime mais repressivo, por estar convencido de que "a ordem civil deixou de constituir uma garantia para o sistema capitalista e representa hoje um fator que colabora para a transformação pacífica da sociedade". Outra firme convicção sua, partilhada por amplos setores da Unidad Popular, é a de que no Chile, à diferença de outros países latino-americanos, os militares têm uma vocação constitucional, são leais às instituições republicanas e, em um passado não muito distante, muitas vezes fizeram causa comum com as camadas menos conservadoras da sociedade.

Para esconjurар, contudo, o perigo de um *pronunciamiento*, o presidente procura estabelecer uma relação mais estreita com os outros comandos, colocando, por exemplo, o chefe do Estado-Maior, General Carlos Prats, também no Ministério do Interior. E, reassegurado pelo êxito mais que positivo das eleições políticas que, em março do mesmo ano de 1973, registram um inesperado sucesso dos candidatos da Unidad Popular, que passaram de 36 a 44%, apesar da inflação, da escassez de bens de consumo e de produtos alimentícios e, mais em geral, de penosa crise da economia. A população respondeu confiantemente ao apelo que foi acompanhado de uma campanha bastante mais realista, como a do manifesto que dizia: "Este é um governo de merda, mas é o meu governo." No entanto, o vitorioso resultado assinala a condenação definitiva do regime, como demonstram não só o golpe sufocado dois meses depois, mas também a liquidação da corrente de esquerda dentro da democracia cristã.

A situação se torna cada vez mais crítica. Em junho, a DC nega no Parlamento plenos poderes a Allende; em fins de julho, depois do assassinato do ajudante de ordens do presidente por terroristas de extrema-direita, a nova direção do partido católico exige que voltem ao governo os militares afastados três semanas antes; em abril, a crise se precipita para seu dramático epílogo, embora a reivindicação da democracia cristã tenha sido satisfeita com a inclusão, no Executivo, de exatamente quatro generais. No país estouram greves de todo tipo, até o dia 22, quando a Câmara aprova a moção da DC em que se considera ilegal a coalizão da Unidad Popular e, repentinamente, convidam-se os militares a escolher entre o Parlamento e governo, como se se tratasse de duas entidades políticas inconciliáveis. Segundo afirmarão mais tarde os socialistas, foi Eduardo Frei, o ex-presidente democrata-cristão da República e chefe da ala conservadora, quem puxou os fios da conspiração e, sobretudo, quem a fez

tramitar entre os generais traidores e determinados círculos dos Estados Unidos, prejudicados com as nacionalizações em série da Unidad Popular, embora o líder de esquerda Tomic afirme que, na realidade, Allende e seus colaboradores cometeram o erro histórico de recusar, por sectarismo, a oferta de um entendimento do governo com os progressistas católicos, levando a DC a voltar-se na direção da extrema-direita sob a orientação da corrente mais reacionária, de Caminho Próprio.

A 23 de julho, 24 horas depois das graves decisões do Parlamento, o General Prats se demite de ambos os cargos que lhe tinham sido confiados pelo presidente. O que havia acontecido é que, no dia 21, um grupo de cerca de trezentas mulheres, esposas de oficiais do Exército, tinham se postado diante de sua casa para entregar-lhe uma carta na qual os maridos lhe pedem que interceda junto ao governo para que deixe de confiar aos militares tarefas políticas ou de ordem pública. Foi um expediente para, de certa forma, alertar a Prats da iminência de um golpe, e este, em lugar de tentar esclarecer a obscura manobra dos subordinados, se assusta e corre em lágrimas para Allende para depor em suas mãos o dúplice mandato. O presidente vê com desdém a fraqueza do general, mas na realidade trata-se de algo bem diverso, como o demonstra o fato de que, simultaneamente ao ex-ministro do Interior, renunciaram de súbito a seus cargos três generais responsáveis por setores muito delicados e que tinham fama, evidentemente desmerecida, de leais democratas.

Frente ao vazio que se abre na cúpula das Forças Armadas, Allende toma a decisão mais errada de sua vida, nomeando para o lugar de Prats o General Augusto Pinochet, de 58 anos, um militar de carreira frio e duro, nascido em Valparaíso, em 1915, de uma família de modestos funcionários do Estado e que comandara, entre outras, a guarnição de Santiago. Ele está tão distante das opiniões e paixões da Unidad Popular que, poucos dias depois de ter sido investido no cargo de confiança do presidente, no decurso de um contato mantido com outros chefes das três armas, irá convidá-los a cerrar fileiras contra a ameaça subversiva, acenando, embora ainda vagamente, com a eventualidade de uma iniciativa das Forças Armadas caso a situação se precipite. No entanto, na conversa com o chefe de Estado não lhe apresenta a menor objeção, escudado como é por uma veludosa prudência, a mesma que o levará a esperar até a penúltima hora antes de aderir à conjura dos rebeldes.

Segundo a minuciosa reconstrução de uma jornalista chilena, Patricia Verdugo, foi somente no dia 8 de setembro, um sábado, à tarde, que o General Arellano Stark apresentou-se em casa de Pinochet a fim de informá-lo do plano, pedir seu apoio e solicitar que desse sua confirmação imediata por telefone ao colega de quem partiu a ideia do *pronunciamiento*, o General Gustavo Leigh. À impetuosa pressão do visitante, o comandante-em-chefe opõe uma reação que é "uma mistura de surpresa e aborrecimento", típica de um temperamento

orgulhoso e arrogante como o seu, e quanto ao telefonema a ser imediatamente dado a Leigh pede tempo para pensar. Na mesma noite, o presidente encontra-se por acaso em casa de amigos comuns a Prats, já em trajes civis, e depois, intuindo de repente que algo de grave está para acontecer, manda convocar ao Palácio de la Moneda, para o dia seguinte, Pinochet e outro general, Orlando Urbina.

Ainda a 8 de setembro, em Valparaíso, completa-se o balanço para o complot. O Almirante José Toribio Merino reúne os oficiais da Marinha já comprometidos com a rebelião para ouvirem o Vice-Almirante Carvajal, que se refere à situação nas demais Forças Armadas, garantindo que a Aeronáutica está pronta para o golpe ao passo que ainda restam dúvidas quanto ao empenho do Exército em sua totalidade. O melhor, portanto, é deixar a decisão para o dia seguinte, enquanto esperam que Carvajal verifique em Santiago como estão realmente as coisas. Há, porém, alguém em Valparaíso que tem pressa. É Huidobro, o comandante da infantaria da Marinha, que concebe um plano fraudulento para acelerar a revolta: pega o telefone e ordena ao chefe do Serviço Secreto, um tal de Gonzáles, que venha imediatamente à capital para uma comunicação de extrema urgência, que tem relação exatamente com o plano — uma maquinação diabólica, orquestrada para persuadir os almirantes a superar suas últimas reservas. Na reunião do dia seguinte, domingo, será preciso garantir que não só a Aeronáutica, como também o Exército, aderiram em sua totalidade à conspiração contra o governo marxista da Unidad Popular e que, além disto, já marcaram o dia e a hora do golpe de Estado: às seis da manhã da próxima terça-feira, dia 11 de setembro.

O truque funciona

Domingo, depois da missa, os almirantes escutam a fraudulenta relação de Huidobro que, chamando Gonzáles para confirmar sua mentira, obtém plenos poderes para negociar na capital em nome de toda a Marinha de Guerra. Na mesma hora em que os dois comparsas chegam a Santiago, o presidente recebe, em seu gabinete, Pinochet e Urbina, que não lhe escondem a gravidade da situação — mesmo deixando de pô-lo a par de todas as informações de que dispõem. Confiando neles, Allende pede a Pinochet que prepare um projeto que, a seu ver, poderá mais uma vez impedir o golpe, tal como acontecera no mês de junho: a coordenação entre as Forças Armadas e os trabalhadores organizados nas fábricas. É a solução revolucionária menos aceitável pela casta de galões, mas o presidente não se dá conta disto. Se pudermos dar crédito a seus colaboradores presentes em La Moneda naquele dia, o General Pinochet ter-se-ia despedido prometendo a Allende que no dia seguinte tomaria as providências necessárias para pôr em prática o projeto, confirmando assim a confiança que ele nutre em relação à sua lealdade e à da grande maioria dos generais e almirantes, inseridos por tal, legalmente, nas estruturas institucionais da República. A serenidade do presidente é acrescida com os acordos que fez nos últimos dias com os dirigentes conservadores da democracia cristã, com quem se encontrou secretamente em casa do Cardeal Primaz Silva Henríquez, com a finalidade de tranquilizá-lo quanto à revitalização da indústria privada, demasiado pressionada, a seu ver, pelo governo em benefício do setor público.

Acreditando ter colocado as premissas de um bom acordo com políticos e militares, o presidente se permite naquela tarde de domingo uma breve sesta antes de ir ao aeroporto para receber a mulher e a filha que voltam de uma viagem à Cidade do México, em companhia do adido militar, Comandante Sánchez. De volta à cidade, na estrada, Allende confia ao oficial amigo que espera uma bonança na preocupante situação que se esboçou no país, graças às iniciativas tomadas em vários campos e, sobretudo, a uma ideia que lhe parece adequada para reforçar o regime: a proposta de lançar um grande plebiscito popular.

A data em que planeja fazê-lo é a mesma que os conspiradores marcaram para o início da revolta: 11 de setembro, terça-feira.

A morte de Allende

Tarde do dia 10 de setembro, segunda-feira. Assim que entra de volta em casa, Allende começa a escrever o discurso que pensa pronunciar no dia seguinte no Politécnico para lançar a proposta de plebiscito no decorrer das manifestações que os estudantes progressistas programaram para protestar "contra o fascismo e contra a guerra civil". Simultaneamente, os generais rebeldes estão definindo os últimos detalhes do golpe. São cinco horas quando alguém bate à porta da casa de Pinochet, em festa pelo aniversário de Jacqueline, a caçula do comandante-em-chefe. O General Gustavo Leigh traz o texto da proclamação assinada pela junta que acabara de ditar a um amigo jurista, e veio pôr contra a parede seu superior: ou segue com eles, ou fica definitivamente de lado. Explica que o que venceu as últimas resistências dos generais mais moderados foi o ameaçador discurso pronunciado naquela manhã, em um teatro da capital, pelo socialista revolucionário Carlos Altamirano, com base no mote: é preciso avançar sem transigir. Eles ficaram apavorados.

Diante das pressões de Leigh, Pinochet não perde a calma, mas demonstra inicialmente uma certa perplexidade, a ponto de perguntar a seu impaciente interlocutor se ele se dá conta de que estão arriscando a pele. O outro não tem nem tempo de responder, pois batem novamente à porta: são os chefes da Marinha de Guerra, portadores de uma mensagem-ultimato do Almirante Merino que os dois têm de assinar. Leigh o faz imediatamente, enquanto Pinochet expressa ainda algumas reservas e só cede quando o chefe da Aeronáutica exclama pateticamente: "Decida-se, meu general! Assine!" A esta altura ele não só está assinando a mensagem, mas endossando-a com o timbre do comando supremo que lhe fora confiado poucos dias antes pelo Presidente da República.

A partir deste momento, no entanto, a preocupação dominante de Pinochet é de tomar pulso da situação impondo sua autoridade aos demais golpistas. Foi o último a tomar a decisão, mas será o primeiro a desfrutar dela, e durante um tempo bastante longo. Para começar, recorre a uma encenação simbólica: reúne alguns dos conspiradores e deles exige fidelidade com um juramento diante da espada de Bernardo O'Higgins, o pai da pátria chileno que dá nome à Escola de Guerra, advertindo-os de que, caso ele caísse em combate ou em uma emboscada dos subversivos, o comando das Forças Armadas passaria ao General Oscar Bonilla, um dos primeiros inspiradores do complô. Depois disto ele dedica toda a segunda-feira para organizar a concentração das tropas em Santiago e,

quando Leigh submete a seu exame o texto da proclamação a ser dirigida aos chilenos, exige, com sua habitual cautela, que também seja assinada pelo comandante dos *carabineros*, o General Mendoza, o qual, embora no sábado tenha recebido na academia da corporação o Presidente Allende, brindando à sua saúde e exaltando sua coragem "em conduzir o povo pelos caminhos de uma maior justiça social", não hesita em subscrever também o pacto golpista. São 16 horas do dia 10: o esquadrão da traição está completo. Poucas horas depois, três pessoas, entre as quais um dirigente sindical, são recebidas no gabinete presidencial de Allende, a quem encontram "tranquilo e relaxado, como se lhe tivessem tirado das costas um enorme e pesado fardo", porque está convencido de que o apelo ao plebiscito programado para o dia seguinte aliviaria a tensão política, permitindo de certo modo a todos uma reflexão mais relaxada sobre a possível via de saída. Talvez esta serenidade do líder socialista seja o aspecto mais chocante da tragédia.

A noite de segunda-feira permanece igualmente tranquila, pelo menos até a meia-noite, quando começam a chegar à casa os primeiros sinais de movimentos suspeitos de tropas na capital e na província, mas o presidente está demasiado cansado para não ir deitar-se com a esperança de enfrentar em boa forma a dura jornada que sabe que o espera no outro dia. E é exatamente nas poucas horas em que consegue repousar que se põe em movimento a máquina do golpe: o Almirante Merino transmite de seu gabinete de Valparaíso a palavra de ordem combinada "execução do Plano Cochayoyo" (nome de uma alga muito encontrada na costa chilena), enquanto em Santiago é deslançado o Plano Silêncio, que prevê a interrupção das comunicações telefônicas e o bloqueio de transmissões das emissoras de rádio da esquerda.

O sono do presidente é interrompido depois de poucas horas por uma outra série de telefonemas, cada vez mais alarmantes, que o aconselham a vestir-se rapidamente para alcançar o Palácio de la Moneda, onde sua primeira preocupação será a de pôr-se em contato com Pinochet e com o Vice-Almirante Carvajal, que não são, porém, encontrados. O almirante, na verdade, chegara às primeiras luzes do amanhecer em seu gabinete da Defesa, onde convocou os chefes do complot para coordenar com eles as primeiras iniciativas do Plano Cochayoyo, depois de ter providenciado a vigilância do palácio presidencial. Quando se sabe que o carro de Allende está cruzando a entrada principal, o General Diaz Estrada deixa escapar um grito de triunfo: "Agora começa a ação!" A ação, na realidade, já tinha começado. Um grupo de blindados circundara o Palácio de la Moneda, fazendo crer aos homens da guarda — chamado O Grupo, dos amigos pessoais de Allende — que desejavam proteger o presidente, que, por sua vez, espera ainda poder honrar o compromisso assumido, de estar às 11 horas no Politécnico, com a ideia de lançar a proposta de um plebiscito popular.

Mas a atmosfera que encontra às sete e meia em seu gabinete o desaconselha a mover-se, ainda mais porque em Santiago não há mais nem sinal do comandante-em-chefe das Forças Armadas. Pinochet está chegando, a toda velocidade, ao quartel-general estabelecido em Penaldén, depois de ter prudentemente posto a salvo a família, aos pés da Cordilheira, na Escola de Guerra de Los Andes, cujo comandante, o Coronel Cantuarios, conhecido por sua fidelidade à República, será encontrado no dia seguinte crivado de balas.

O cerco se aperta cada vez mais em torno do presidente, mas, quando Carlos Altamirano insiste com ele por telefone a refugiar-se em lugar mais seguro, contrapõe-lhe uma recusa clara, porque "o lugar do presidente é no Palácio de La Moneda". A ingênua retórica e o heroico apego ao dever fazem companhia ao velho socialista em todos os momentos da trágica terça-feira. Pouco depois das oito, falando por duas vezes ao microfone da Rádio Corporación, convida os trabalhadores à escuta a irem para seus locais de trabalho e manterem a calma, garantindo que a situação na capital está sob controle; e quando Sánchez, seu adido militar, lhe comunica que a Aeronáutica tem à sua disposição e de sua família um DC6 no Aeroporto de Los Cerillos, retruca friamente que o presidente do Chile "não sai fugido" de avião. A um amigo embaixador na Argentina que o chama emocionado de Buenos Aires para perguntar-lhe que fundamentos têm os boatos de um golpe, confirma melancolicamente, advertindo-o, porém, de que está decidido a lutar "até a morte".

É exatamente o que acontecerá ao final de um dia infernal. Às 8h30min, falando dos microfones de uma rede de emissoras de direita, o Coronel Guillard lê a primeira proclamação dos golpistas, explicando que sua ação está sendo determinada pela gravíssima crise social e moral que estaria pondo o país em perigo e intimando o Presidente da República a passar imediatamente seu alto mandato para o comando das Forças Armadas e dos *carabineros*. A proclamação, assinada pelos chefes do complô (dois dos quais se arrogaram o direito de agir em nome da Marinha e dos próprios *carabineros*), ameaça os *mass media* de esquerda de uma punição "aérea e terrestre" se não suspenderem toda e qualquer atividade e aconselha a população civil a não sair de casa. Por uma rádio aliada, Allende replica imediatamente que não obedecerá, denunciando ao país "a inacreditável atitude de soldados que não honram a própria palavra".

Na realidade, não há mais saída. Quando um grupo dos GAP tenta entrar no palácio, é capturado: são dez homens e o filho de uma colaboradora do presidente, que a partir deste momento desaparecem. Dentro do Palácio de La Moneda, o velho socialista se prepara para a resistência final e tenta de todos os modos afastar policiais, colaboradores e as duas filhas, Isabel e Beatrix, esta grávida de seis meses, que vieram lhe fazer companhia assim que souberam das notícias. A Rádio Magallanes transmite a proclamação do sindicato, que exorta os trabalhadores a ocuparem as fábricas e os campos, um convite desta vez sem

sentido, enquanto sobre o palácio presidencial passam como ameaçadores relâmpagos os aviões dos rebeldes. Estes fazem mais uma tentativa, com um telefonema de Carvajal, no sentido de induzir Allende a render-se, garantindo-lhe um avião para que vá para o diabo, mas recebem de volta uma avalanche de insultos: "Mas o que é que vocês pensam, seus traidores de merda? Enfiem no eu o seu avião!"

Os médicos presentes temem que possa se repetir o ataque cardíaco de que o presidente já tinha sido vítima três vezes em passado recente, mas Allende se refaz prontamente e vai passar em revista as pouquíssimas tropas de defesa, trazendo ao ombro um fuzil em cuja ponta brilha a tarjeta do doador: "Para Salvador, de seu companheiro de armas, Fidel Castro." Depois de contar os poucos homens, volta para o gabinete, para escutar os três adidos militares que lhe fazem ver a crescente gravidade da situação, sem contudo afastá-lo um milímetro sequer de sua decisão: "Não me arrancarão fora daqui nem se bombardearem o La Moneda." Os três, heroicamente, fazem-se acompanhar até à antessala, depois somem de lá, enquanto o presidente se comunica com a última rádio de esquerda ainda livre e dirige aos longínquos ouvintes o último discurso em que acusa "o capital estrangeiro e o imperialismo, em união com a reação, de terem criado um clima propício à rebelião das Forças Armadas". É uma espécie de testamento espiritual, endereçado aos trabalhadores: "Vão adiante, sabendo que, mais cedo ou mais tarde, reabrir-se-ão as grandes estradas pelas quais passará o homem livre para construir uma sociedade melhor."

Os chefes do golpe não se comovem com tão pouco. Instalados cada um em três pontos diferentes, com outras tantas estações de rádio à disposição, dirigem as operações em Santiago, manifestando em falas cruzadas — cuja gravação cairá posteriormente em mãos de Patrícia Verdugo — um ódio fanático para com Allende e uma vulgaridade sem comparação. Tanto Carvajal quanto Pinochet, ao serem informados da intenção do presidente de resistir até a morte, a definem grosseiramente como empulhação. "Acho que isto de suicídio é uma fraude", diz ao microfone o vice-almirante, ao que Pinochet responde ironicamente: "Às 11 horas, quando chegarem os primeiros aviões, você verá o que vai acontecer... Uma vez bombardeado o La Moneda, vamos tomá-lo de assalto com o Regimento Buin e os alunos da infantaria."

Logo a seguir insinua: "Tenho a impressão de que Sua Excelência já fugiu só com os blindados", e, ao ser desmentido pelo outro, rebate: "Então temos de impedir sua saída; e se sair temos de fazê-lo prisioneiro... A esta altura é bom matar a cadela e acabar também com os filhotes." Ao ver aparecer o General Leigh, ordena que seja emitida uma proclamação para esclarecer ao povo que as Forças Armadas lutam "contra a fome que o governo marxista estava semeando, contra a pobreza, contra o sectarismo a que nos estava levando o Senhor Allende, enquanto ele passava muito bem entre festas e orgias". O tom

peremptório do comandante das Forças Armadas irrita os demais generais, que o induzem a deixar que a proclamação seja também assinada pelos comandantes das três armas e da dos *carabineros*, embora a luta pelo poder entre eles esteja destinada a prolongar-se por quase cinco anos, ao fim dos quais, em 1978, virá ser vencida pelo pior de todos, Pinochet.

O ultimato dos rebeldes exige a rendição incondicional do palácio presidencial, ameaçando com represálias cruéis de bombardeio aéreo. Entre os policiais e os milicianos da guarda pessoal de Allende deve ter ficado ainda algum espião, porque os golpistas são informados minuto a minuto do que faz o presidente; mas é o adido naval que acaba saindo do La Moneda para telefonar a Carvajal, dizendo que o chefe do Estado anda pelo palácio armado de metralhadora e decidido a resistir até o último tiro antes de suicidar-se. "São balelas...", ruge o comandante-em-chefe; "esse merda não dispara contra si mesmo nem com uma bala de mascar!" A esta altura, no entanto, passam à fase de execução, até porque se estão espalhando boatos os mais discordantes, como o de que o presidente estaria para ordenar o ataque ao Ministério da Defesa com não bem identificadas "brigadas socialistas" ou então que o General Prats estaria marchando do Norte do país para vir em socorro dos assediados.

Na realidade, o que acontece dentro do palácio presidencial é que Allende está tentando convencer a maior parte dos amigos que ficaram a seu lado, e sobretudo a suas duas filhas, a voltarem para a cidade antes que seja demasiado tarde. Do lado de fora, de fato, o último assalto por terra já começou: as tropas rebeldes abrem fogo até com os tanques, causando enormes rombos nas paredes do La Moneda e obrigando os defensores e o próprio Allende a buscarem abrigo debaixo das mesas ou em locais mais no interior. Por meio do telefone proliferam as intimações à rendição incondicional juntamente com a garantia de que o presidente e todos os seus familiares e colaboradores poderão fugir em um avião que os levará para o exterior. É uma promessa mentirosa, como demonstra inequivocamente a gravação de uma troca de piadas entre o Vice-Almirante Carvajal, que acena à expatriação com o famoso DC6 de Los Cerrillos, e Pinochet, que rosna, à sua maneira habitual: "Sim, sim, mantenha até a oferta de expatriação, meu velho, só que durante o voo o avião vai cair." Uma perspectiva que diverte imensamente o bom almirante.

A pressão militar se intensifica. O assalto por terra ao La Moneda é reforçado com a intervenção da artilharia e dos lança-foguetes, o bombardeio sofre um pequeno atraso, para grande irritação do comandante supremo, porque os aparelhos que vêm da base de Concepción tiveram problemas de abastecimento de gasolina. A primeira bomba vinda do céu, todavia, cai às 11h52min em ponto, logo seguida de uma chuva de explosões que fazem tremer as paredes dos porões em que Allende e seus últimos amigos buscaram provisoriamente abrigo. No palácio é o fim do mundo.

Um incêndio explode exatamente nos gabinetes da Presidência, alastrando-se rapidamente a todo o lado setentrional e, quando o esqueleto do velho edifício é derrubado, os gritos dos assediados se misturam ao pó e à fumaça que invadem todos os aposentos, porque do exterior começam a chover bombas de gás lacrimogêneo. No caos total alguém avisa que a aviação dos rebeldes está bombardeando também a área em que fica a habitação privada do presidente. Então este decide pedir ao Ministro Flores, a seu secretário e a uma terceira personagem que parlamentem com a Defesa, munindo-os de uma carta. Os generais golpistas, que evidentemente são logo avisados da novidade, começam a discutir animadamente se é ou não oportuno aceitar a rendição de Allende e de seus companheiros, se convém embarcá-los de imediato no aparelho que já está na pista em Los Cerrillos ou se não seria preferível prendê-los, permitindo que apenas o presidente e seus familiares deixem o país de avião, com o risco, porém, de que passem pelos países que se mostrem dispostos a hospedá-los para jogar lama nos conspiradores. Seja como for, não se aceitam condições para a rendição do velho socialista: "Nada de condições!", berra Pinochet. "Mas o que é que esse filho-da-puta está pensando?"

Neste ínterim, o filho da puta e seus últimos amigos não encontram um só ângulo no La Moneda em que seja possível respirar e, enquanto dão voltas pelo palácio em desesperada busca de um alívio para o ardor dos olhos e dos pulmões, alguém descobre, na Sala Augusto Olivares, um diretor da televisão estatal, íntimo de Allende, agonizando em sua poltrona, com uma metralhadora entre as mãos: dera um tiro no peito. O presidente pede um minuto de silêncio em homenagem ao amigo, depois decide que não é mais o momento de fazer crescer o número de vítimas e que chegou para todos o momento de se renderem. A alguém que lhe pergunta se ele fará o mesmo, responde vagamente que não se trata mais de preocupar-se com isto e que de qualquer forma ele será o último a sair. Tem em mãos um velho pergaminho, a Declaração de Independência, o ato solene que traz como primeira assinatura a de O'Higgins, e que foi salvo milagrosamente do incêndio do salão em que estava guardado: ao dirigir-se com os outros para a saída principal do palácio, entrega à fidelíssima Miria Contreras tanto o pergaminho quanto o paletó de Olivares para que o entregue à viúva. Chega ao comando supremo dos rebeldes a notícia da rendição total dos assediados, e o primeiro tema que surge na discussão entre Pinochet e seus cúmplices é, naturalmente, seu destino, concluindo, por fim, quanto a reservar o famoso DC 6 exclusivamente para Allende e seus familiares, mas não antes de o chefe de Estado ter assinado sua renúncia. Enquanto isto dão-se ordens de difundir por todo o país a grande notícia da capitulação, do triunfo do golpe.

São exatamente 14h15min do dia 11 de setembro de 1973, quando o drama chega ao fim, mas de maneira bem diversa da imaginada por Pinochet.

Salvador Allende se suicida em meio a um cenário trágico. Como contaria o

Doutor Jirón, um dos médicos que dele cuidava e que ficou até o último momento com ele, juntamente com outro médico, o Doutor Guijón, o intendente do palácio, Enrique Huerta e um funcionário da Polícia Civil, David Garrido, "ninguém", disse Jirón em um depoimento dado a Patricia Verdugo, "viu quando ele se sentou na poltrona de veludo vermelho do chamado Salão Independência. O Doutor Guijón diz que conseguiu ver como o corpo se sacudiu em um verdadeiro espasmo, levantou-se e caiu". Jirón conta que não ouviu o tiro. Confundiu-se com os disparos que aumentavam na rua. O Detetive Garrido diz que ouviu quando ele gritou "Allende não se rende!". Todos concordam que a seguir Enrique Huerta gritou: "O presidente está morto!"

Eram duas e um quarto da tarde. "Entreí e o vi", continua Jirón. "Uma metralhadora entre as pernas, a cabeça estourada. Morto. Vi Enrique Huerta pegar a metralhadora e dizer alguma coisa, muito alterado, alguma coisa como que ele sairia do La Moneda armado e disparando. Alguém o segurou e lhe pediu calma. Foram instantes de confusão. Sei apenas que vi o Doutor Patricio Guijón, de cabeça baixa, sentar-se em uma poltrona ao lado do presidente. Eu estava arrasado."

Poucos minutos depois, os soldados irrompem no palácio, reúnem todos os sobreviventes e os empurram aos trancos e barrancos para a rua, onde os obrigam a estender-se por terra, com as mãos na nuca e as pernas abertas, sob a mira de uma metralhadora. Quando chega o comandante do regimento, General Palácios, quatro de seus homens o acompanham sem dizer uma palavra até a sala onde ainda está Allende tombado sobre a poltrona vermelha, a cabeça estourada, fragmentos do cérebro salpicados sobre as paredes.

Palácios reconhece o relógio de marca no pulso do presidente, e do Doutor Guijón, que ficara na sala paralisado de horror, recebe a confirmação do suicídio. Sai da sala e, depois de ordenar a liberação de todos os médicos sanitaristas a serviço da Presidência, comunica sucintamente via rádio ao comando da guarnição: "Missão cumprida. La Moneda tomada. Presidente morto." Muitos anos depois, ele iria acrescentar: "Allende cumpriu com seu dever, isto ninguém pode discutir. E seu ato foi um ato de homem, o ato de um homem de valor."

Já o comentário de Pinochet, assim que soube da notícia, foi diferente: "Que o metam em um caixão e o embarquem em um avião juntamente com sua família. E que o sepultem em algum outro lugar, em Cuba, por exemplo!"

Mesmo morrendo este intrigante ainda nos traz problemas."

O torturador

O avião que transporta o cadáver do presidente, e no qual viajam a viúva, Hortênsia, a irmã, Laurita e os sobrinhos Grove, decola de Los Cerillos em direção à base aérea de Quintero, pouco distante de Viria dei Mar, uma localidade balneária em cujo cemitério Allende é sepultado no túmulo de família dos sobrinhos, em meio a um silêncio total, rompido apenas por Hortênsia, que, ao jogar sobre o cadáver um punhado de flores colhidas de uma planta vizinha, diz serenamente: "Que todos saibam que aqui jaz o presidente constitucional do Chile." Quando, poucos dias depois, a delegação da Internacional socialista chega ao cemitério tentando aproximar-se do túmulo, uma patrulha de *carabineros* para diante dos estrangeiros e, de metralhadora em punho, intima a que voltem atrás. A um deles, que faz menção de continuar, como contará mais tarde Bettino Craxi, um dos guardas lança uma seca advertência: "Um passo mais e eu atiro!"

Os generais golpistas já tinham proclamado o estado de sítio, marcando para o dia 18 o início do toque de recolher e estabelecendo que, para cada componente das Forças Armadas que viesse a ser atingido pelos "terroristas", seriam fuzilados cinco "marxistas". Todos os redatores de jornais, das rádios e das televisões de esquerda são presos, toda e qualquer comunicação proibida.

Os sobreviventes do La Moneda, com exceção dos policiais civis, são transferidos primeiro para um quartel, depois para uma guarnição militar na periferia, onde serão fuzilados. Termina também tragicamente a manifestação antifascista dos estudantes da qual o presidente teria participado: soldados e policiais cercam a universidade intimando a liberação do local e, como os estudantes se recusam, abrem fogo, com metralhadoras e canhões de 105

milímetros, contra rapazes dos quais apenas um está armado com um revólver.

No dia seguinte, de manhã, precedido pelo fogo dos morteiros, o ataque final põe fim à resistência dos estudantes, que são capturados, cobertos de insultos e de tabefes e depois transportados para dentro de um dos estádios da cidade, o Chile, que juntamente com o Estádio Nacional verão chegarem de hora em hora centenas e centenas de outros jovens, na maior parte operários, camponeses e militantes de esquerda, aí concentrados como em uma estação de trânsito para a tortura, o fuzilamento e o desaparecimento.

Com os estudantes são também aprisionados dois cantores muito populares entre os jovens, Víctor Jara e Violeta Parra, que viriam a desaparecer depois de atrozes torturas: a Víctor, particularmente, que tocava na guitarra as tradicionais melodias chilenas, os algozes deceparam as mãos. A respeito do tratamento que os militares sob o comando do Coronel Jorge Espinosa deram aos infelizes que estavam presos (sem processo) no Estádio Nacional restam testemunhos de dar calafrios: "Todas as noites", conta, por exemplo, o jornalista venezuelano Pablo Antillano, "escutávamos os gritos dos trabalhadores que estavam sendo fuzilados na tribuna oriental do Estádio Nacional de Santiago. No dia seguinte, as poças de sangue eram apagadas com baldes de água."

Ainda a respeito do Estádio Nacional, o exilado chileno Viente Vergara Taquias, em uma denúncia apresentada em sua época na procuradoria de Milão e prontamente arquivada, escreve, entre outras coisas: "Éramos levados para o velódromo, na parte de trás do estádio, e nos torturavam. Às vezes durava dez minutos, às vezes horas. Alguns até saíam cuspidando sangue, outros com os ossos quebrados. Vi cadáveres serem carregados para caminhões. A mim, me torturaram durante quinze dias, sistematicamente."

Batiam com os canos dos fuzis, com cassetetes, com descargas elétricas sobre todo o corpo. Queimaram-me a língua." As violências perpetradas pelos golpistas a partir do fatal 11 de setembro de 1973 são indescritíveis. Uma moça chilena de origem italiana, estudante na universidade de Bolonha, Maria Paz Venturelli, deu seu depoimento a respeito da sorte que coube a seu pai, o Professor Venturelli Leonelli: "Em 11 de setembro de 1973 meu pai estava na lista dos procurados. Era professor de pedagogia na universidade e militava no grupo de socialistas cristãos. Apresentou-se voluntariamente no quartel no dia 14 para saber de que era acusado. A 4 de outubro, foi transferido para a prisão de Temuco. Ninguém tinha conseguido falar com ele. Depois desapareceu por completo. Tinha 31 anos, e eu, 32. E este pesadelo dos familiares dos *desaparecidos*: tiram-nos a pessoa querida, não se sabe que fim lhe dão, não há uma tumba sobre a qual chorarmos. É uma forma de repressão que dura a vida inteira."

Há quem afirme, como o coronel reformado Olagir Benavente, prefeito de Tolca nos anos da ditadura, que muitos dos desaparecidos chilenos foram jogados de aviões, no mar ou sobre os rochedos dos Andes (o que acontecerá também anos depois na Argentina), mas faltam dados seguros quanto a seu número, nem fica claro se as vítimas foram mortas antes de serem atiradas dos aparelhos ou se viveram até o terror de se verem atiradas assim no abismo.

No primeiro dia do golpe de Estado, focos de resistência espocaram aqui e ali, mas foram reprimidos pela infantaria, pelos *carabineros* e pelos tanques. Jovens oficiais fiéis a Allende foram amontoados nos quartos da Academia da Aeronáutica, de olhos vendados, algemados e depois torturados.

Os maiores expoentes do governo legítimo, dos partidos da maioria e dos sindicatos viram-se aprisionados na Escola Militar de Infantaria para serem deportados para a longínqua Ilha de Dawson, no gélido Sul da região austral.

Do dia do golpe até o final de 1973 caem apenas quinze militares da parte dos rebeldes, enquanto que do outro lado os mortos civis são 1.823, muitos dos quais em idade inferior aos trinta e até aos vinte anos. Entre 1973 e 1990, o número total de cidadãos chilenos ou de estrangeiros suspeitos de simpatias marxistas, mortos ou desaparecidos, oscila entre quatro e cinco mil, mas os prisioneiros são em muito maior número, talvez 300 mil, e pelo menos 100 mil chilenos são também obrigados a ir para o exílio na Europa ou são expulsos *manu militari*. Não há delito algum perpetrado depois do golpe contra os direitos civis dos chilenos — sua vida, sua liberdade, sua segurança, os próprios bens patrimoniais — que não tenha sido desejado, ou expressamente autorizado, por Augusto Pinochet Ugarte, inclusive a tortura. O que fica comprovado por uma fria página da instância acusatória apresentada contra o general pelo juiz espanhol Baltazar Garzón, que conseguirá dos ingleses a prisão de Pinochet em Londres, a 16 de outubro de 1998, O ato de acusação parte do encontro em que, um ano depois da dramática data de 11 de setembro de 1973, os dois presidentes da Comissão pela Paz, o bispo católico Aritzía e o luterano Walter Frenz, pediram a Pinochet para entregar-lhe um amplo dossiê sobre casos de tortura praticados sistematicamente até sobre sacerdotes ligados ao movimento dos cristãos pelo socialismo, pelos agentes da DINA, a organização secreta dos serviços de segurança criada no mesmo ano de 1974 pelos golpistas. E, para manifesta perplexidade dos dois religiosos (e Garzón aqui usa evidentemente um eufemismo), Pinochet lhes pergunta se quando falam dos "maus-tratos físicos" (termos efetivamente usados por eles) estão se referindo à "tortura". Os bispos respondem que sim. Então Pinochet, depois de folhear atentamente a documentação que lhe é apresentada, lhes diz: "Vocês são sacerdotes e podem dar-se ao luxo de serem misericordiosos.

Eu sou um soldado e presidente de toda a nação chilena. O povo foi infectado pelo vírus do comunismo. Os marxistas e comunistas devem ser aniquilados, e é preciso torturá-los; do contrário, não falam."

A documentação recolhida pelo magistrado espanhol sobre o capítulo da tortura é particularmente detalhada e eloquente. O recurso a este tipo de violência é generalizado, ou seja, prescinde da idade, da condição e do sexo das vítimas, e é desencadeado no momento mesmo da prisão. São usadas as técnicas mais diversas: "golpes violentos e contínuos até produzir fraturas ou aspersão de sangue; obrigação de ficar horas com a cara para o chão ou em pé, nus, sob refletores potentes, ou encapuzados, com as mãos e os pés amarrados, ou trancados nos nichos, cubículos baixos e estreitos nos quais é impossível mover-se; recusa a dar-lhes comida, água e roupas para se cobrirem; ficar suspenso pelos braços; asfixia parcial mergulhando a cabeça na água, em substâncias

líquidas malcheirosas e excrementos; aplicação de choques elétricos nos testículos, na língua e na vagina; estupros sistemáticos; fuzilamentos fingidos e outros refinados métodos de tortura, como o chamado 'pau de arara', suspensão do corpo do preso durante horas de cabeça para baixo."

As torturas são controladas e orientadas por médicos encapuzados, cuja tarefa fundamental é evitar que as vítimas morram, como é perfeitamente possível nos casos de tratamento particularmente feroz, quando se aplica, por exemplo, *la parrilla* [o churrasco], termo que normalmente indica a carne assada sobre as brasas e que, na interpretação da DINA, consiste em obrigar a vítima a deitar-se, nua e amarrada pelas extremidades, sobre uma superfície metálica, enquanto lhe são aplicadas descargas elétricas nos lábios, nos genitais, nas feridas ou em eventuais próteses metálicas. Fala-se em cerca de meio milhão de chilenos submetidos nos dezessete anos da ditadura de Pinochet, às mais variadas torturas, com especial encarniçamento contra dois ou três grupos odiados pelos generais golpistas: os índios mapuche, uma população de paupérrimos camponeses aborígenes que conseguiram alguma melhoria graças à reforma agrária de Allende e lhe são por isso devotados; os judeus, por óbvios arroubos nacionalistas; e os já citados cristãos pelo socialismo, sobretudo se sacerdotes. Mas o episódio mais terrível, entre os listados no libelo de acusação do Juiz Garzón, diz respeito a um jovem socialista, Pedro Hugo Arellano Carvajal, apanhado com o pai, em 1973, depois do bombardeio ao edifício em que estava a sede da emissora de rádio do partido de Allende e de Altamirano.

Desde o momento da prisão, o jovem Pedro é submetido a sevícias e maus-tratos desumanos e, uma vez içado para o helicóptero para ser trazido para o centro de detenção, vem amarrado com cordas e pendurado, primeiro no vazio, depois sobre uma esarpa coberta de plantas espinhentas, até ser atirado, no momento da aterrissagem, sobre a pista, onde fica com o rosto para cima e as mãos e os pés amarrados. Mas no centro de detenção algo ainda pior o espera. Vale a pena citar mais uma vez a instância acusatória do magistrado madrilenho: "Amarram-no a uma corda e o mergulham em um poço com água, deixando-o até quase afogar-se. Puxam-no para cima, fazem-lhe outras perguntas, e quando ele responde negativamente mergulham-no de novo. Praticam com ele a roleta-russa, que consiste em vedar-lhe os olhos e obrigá-lo a ficar imóvel, em pé, enquanto os militares fingem disparar em sua cabeça com uma metralhadora e um revólver e por vezes disparam realmente bem ao lado de sua cabeça para que sinta o zunir das balas. No Centro de Detenção de Belloto, põem-lhe uma maça na cabeça e fazem tiro ao alvo. No sanatório naval de Olmué, dirigido por Pedro Arancibia, obrigam-no a despir-se diante da família Rodriguez (pai e dois filhos), que também tinha sido obrigada a despir-se. Os rapazes são obrigados a deitar-se no chão, um por cima do outro. Ao pai obrigam a que se ponha sobre o filho maior e o penetre, enquanto o rapaz tem de penetrar o irmão menor. Depois

obrigam Pedro Arellano a pôr-se sobre um dos rapazes e a penetrá-lo, e o mesmo obrigam o Senhor Rodriguez a fazer com o outro filho. Em seguida, os fuzileiros navais forçam todos a caminhar nus em um corredor, golpeando-os seguidamente com cassetetes. Abrem o ânus de um dos rapazes com uma baioneta, fazendo-lhe um corte."

A implacável repressão de todo e qualquer resíduo do passado marxista ou de qualquer manifestação possível de dissenso é essencial para o projeto do General Pinochet de realizar a contrarrevolução tradicionalista e, ao mesmo tempo, de garantir seu controle total. As etapas por que passa a realização deste projeto, desenvolvido com fria tenacidade, são assinaladas pelas limitações impostas à junta militar (junta governamental dos comandantes-em-chefe das Forças Armadas e da polícia). Criada no próprio dia 13 de setembro de 1973, conferindo poderes colegiados, mesmo que, desde o início, Pinochet já seja o presidente. Treze meses mais tarde, ele se faz nomear também Presidente da República, prenunciando um longo período de dez anos de poder absoluto exercido muito além de qualquer limite legal e de qualquer controle. Quando sindicatos e partidos, no início da década de 1980, comecem lentamente a recobrar fôlego graças à piora das condições econômicas internas e à redução simultânea do apoio ao regime por parte da Igreja Católica e dos Estados Unidos, o ditador não hesita em recorrer mais uma vez ao estado de sítio, desencadeando uma nova onda de repressão.

O libelo acusatório do Juiz Garzón demonstra irrefutavelmente a pesadíssima responsabilidade pessoal e política de Augusto Pinochet Ugarte em cada ato e cada momento da repressão levada a cabo a partir do outono de 1973. Nenhum dos principais colaboradores, a começar pelo Coronel Manuel Contreras, tomou jamais qualquer iniciativa sem uma ordem expressa sua, seja no caso dos crimes cometidos dentro do país, primeiro pela DINA, depois pela CNI, seja no caso de delitos cometidos por agentes dos serviços secretos chilenos ou a eles coligados em localidades estrangeiras nas Américas Central e do Sul e na Europa. A DINA, ou seja, a Direção Nacional de Serviços de Segurança, substituiu em 4 de junho de 1974 a comissão homônima composta sete meses antes e que foi dissolvida em agosto de 1977 para dar lugar à CNI, isto é, a Central Nacional de Informações, com tarefas análogas, mesmo que de forma mais seletiva. Outros esquadrões da morte, como o Comando dos Vingadores dos Partidos e a Direção de Comunicações dos *carabineros*, se encarregam, sempre a partir de determinações precisas do Presidente da República, do trabalho sujo no início da década de 1980, quando movimentos clandestinos de esquerda e o próprio Partido Comunista começam com dificuldades a reorganizar-se.

Nos primeiros anos, são o Coronel Contreras e o General Sérgio Arellano Stark os principais executores das obras de justificação desejadas por Pinochet. O General Arellano atua inicialmente na região setentrional do país, estendendo

para lá a prática de fuzilamentos em massa já realizados em Santiago, dominando as eventuais resistências dos comandantes locais graças à delegação dada pelo próprio Pinochet. O Coronel Manuel Contreras é o organizador, dentro da DINA (da qual é o diretor executivo), do chamado Plano Condor, um projeto elaborado pessoalmente por Pinochet para livrar-se de maneira ilegal de personalidades hostis ao regime. O plano prevê acordos com a extrema-direita sul-americana, com os fascistas italianos da *Vanguardia Nazionale* e os franceses da *Fratellanza* da Córsega. O objetivo é a liquidação física dos adversários políticos: o General Carlos Prats, que fora o predecessor de Pinochet à frente das Forças Armadas e colaborador de Allende no governo, é feito em pedaços com sua mulher em uma estrada de Buenos Aires, pela explosão de uma bomba teleguiada colocada sob o Fiat dos dois velhos cônjuges; o ex-Vice-Presidente da República e fundador da democracia cristã chilena, Bernardo Leighton, é deixado quase agonizante também com a mulher em um atentado organizado em Roma por fascistas como o famigerado Stefano Delle Chiaie e pela DINA; o ex-Ministro da Defesa Orlando Letelier dei Solar, refugiado em Washington depois de meses de confinamento e torturas na Ilha de Dawson, tem a mesma sorte do General Prats, com a explosão de uma bomba colocada sob o assento de seu carro por anticastistas cubanos a serviço da DINA. Outros democratas desaparecem em ações combinadas entre agentes chilenos e sul-americanos, enquanto Carlos Altamirano escapa de uma emboscada armada na Espanha, exclusivamente graças às extraordinárias medidas de segurança que adotara para proteger-se.

Em 1986, porém, a situação interna do Chile está de tal forma mudada que quem escapa por milagre de um atentado é o próprio Pinochet. A pressão internacional, à qual ora se associa também a administração Reagan, já havia obrigado o general a realizar contatos com os democratas mais moderados e a lançar, em 1980, uma nova Constituição, que previa, entre outras coisas, a possibilidade de realizar-se um referendo popular para consolidar os favores de que goza o governo junto à opinião pública. A 16 de outubro de 1988, dois anos depois do fracassado atentado contra o presidente, os resultados da consulta por referendo anulam a esperança de Pinochet de manter o poder por mais nove anos: 56% dos eleitores votam contra, obrigando-o a rever seus planos. Assim, no ano seguinte, resigna-se a entregar o cargo de presidente ao democrata-cristão Patricio Aylwin, mas planeja para continuar na chefia das Forças Armadas até 1998, e, com base em uma norma providencial por ele mesmo inserida na Carta Constitucional, torna-se senador vitalício para garantir sua impunidade no caso, que sente cada vez mais provável e ameaçante, de uma volta do país à democracia.

Protegido não só pelo conclave, mas também pela solidariedade de casta das cúpulas militares, resigna-se a secundar uma política de reconciliação nacional,

imposta, aliás, pelas condições internas e internacionais e que, contudo, não lhe há de valer muito dez anos depois, quando se vir sob a acusação do Juiz Garzón, com uma série esmagadora de provas. O magistrado espanhol pede a prisão e a extradição do velho ditador, que se encontra em Londres para tratar-se em uma clínica de luxo, mas o juiz, e principalmente o governo inglês, creem não poder aceitar a requisição de Garzón, sobretudo devido às pressões do governo chileno, que teme desordens entre os militares e os que apoiam o general. Acaba-se permitindo que ele retorne a sua terra sob a mentirosa máscara de grande inválido, acolhido triunfalmente pelos aposentados e pelas senhoras da alta burguesia: uma encenação que seria escandalosa se não se tratasse já apenas de um fóssil arqueológico. O que tanto é verdade que, a 26 de janeiro de 2000, 26 anos depois do trágico fim de Salvador Allende, o povo chileno elege para a Presidência da República um socialista, Ricardo Lagos. As pulsões revolucionárias dos Altamirano já fazem também parte do passado: Lagos venceu a prova realizando uma campanha prudente e responsável, que lhe valeu inclusive o voto de grande parte das camadas moderadas.

O novo clima político permite que seja relançada a ação judicial iniciada pelo juiz chileno Juan Guzmán contra Pinochet, que ora tem 85 anos, está mal de saúde e pode ainda gozar do apoio de uma parte da casta militar e de algumas senhoras da alta sociedade.

Em março de 2001, depois de muitas prorrogações e mil maquinações por parte da defesa, a Corte de Apelação chega a uma decisão: a de derrogar as acusações ao impiedoso ditador, que será julgado não mais como o mandante, mas apenas como o protetor (nós diríamos: cúmplice) de Stark e dos outros militares que em 1973 se mancharam com crimes horrendos, entre eles o de organizadores da chamada "caravana da morte". Nos dias que se seguiram ao golpe, pelo menos 151 das muitas centenas de *desaparecidos* foram levadas a um voo sobre o oceano aberto, a uma centena de quilômetros de Santiago, e despejados no mar como sacos de lixo.

Pagando uma caução de sete milhões de liras, o velho golpista espera, em sua mansão de Los Boldos, a decisão final do tribunal, embora o novo Código chileno e sua avançada idade lhe garantam que, seja ela qual for, ele não encerrará na prisão sua pouco recomendável existência.

POL POT

Um serial killer

Preferimos matar dez amigos a deixar vivo um só inimigo.

POL POT

1975: começa a tragédia

Saloth Sar, cujo nome de guerra é Pol Pot (o Irmão Número Um), líder dos *khmer* vermelhos do Camboja, morre em abril de 1998, com a idade de 73 anos, sem ter nunca prestado contas à Justiça de seu país e aos tribunais internacionais pelo regime de terror por ele instaurado como líder da revolução comunista de 1975 a 1979. É uma singular mistura das mais grosseiras características de Stalin, Hitler e Mao Tsé-tung: a gestão tirânica do poder, um desprezo dos mais absolutos pela vida humana (e não só pela dos adversários ou dos dissidentes), uma híbrida junção de marxismo asiático e de nacionalismo, exaltados por um fanatismo levado ao último grau. O genocídio que traz sua assinatura, com um total de vítimas superior a um milhão e meio, pode parecer modesto em comparação com os massacres realizados pelos três grandes *serial killers*, mas passa a ter primazia absoluta quando se leva em conta a população total do Camboja, calculada, na época de seu advento, em 1975, em cerca de oito milhões de habitantes.

Para enquadrar, contudo, a personagem em seu ambiente e no contexto histórico em que atuou, convém darmos alguns passos atrás em relação aos anos

da revolução dos *khmer* vermelhos. Em primeiro lugar, a origem do nome: os *khmer*, povo do qual descendem os cambojanos, criaram entre os séculos 9 e 14 de nossa era um Império que dominou grande parte da Península Indochinesa, espremida (como seu nome mesmo sugere) entre a Índia e a China e compreendendo a Birmânia, a Tailândia, a Malásia, o Camboja, o Laos e parte do Vietnã (Annam). Dão origem a uma civilização bastante florescente, mas são progressivamente fragmentados por lutas internas e ameaçados pelos exércitos das nações vizinhas até experimentarem um longo período de decadência que, no entanto, não os impede de manterem sua independência.

O Rei Norodom, em 1863, vê o próprio trono tão em perigo que se resigna a pedir ajuda à França, oferecendo-lhe um protetorado, que nos decênios seguintes se estenderá a toda a região.

Na realidade, quando as tropas de Napoleão III põem os pés no Camboja, o país já vive a certo tempo uma profunda crise institucional. Seus soberanos ora mantêm apenas o poder de nomear e demitir os funcionários que, uma vez instalados na cúpula do Estado, tornam-se senhores absolutos das estruturas públicas, do Exército e do trabalho dos camponeses. A Monarquia não deriva sua sacralidade de um direito divino, como na Europa, e sim de uma espécie de pacto com os súditos: sua fidelidade em troca do empenho do rei pelo bem-estar do povo; e, se este empenho não é mantido, a legitimidade da instituição fica em perigo e o povo pode ceder à solicitação de outros pretendentes que de alguma forma se mostrem assinalados por uma marca sagrada. A tentação revolucionária é, portanto, um fator genético para os cambojanos. Nos decênios que se seguem à imposição do protetorado, os franceses fazem um hábil jogo entre o monarca, os burocratas e o povo, deixando a Norodom e depois a seus sucessores um poder apenas aparente e instalando o seu "residente" no Conselho de Ministros; mas buscando ao mesmo tempo obter o apoio de outra instituição fundamental do país, os monges budistas, há séculos protegidos e favorecidos pelos soberanos, que os apresentam como símbolos do conhecimento perfeito, além de portadores da gloriosa herança dos *khmer*: Os ministros e os funcionários periféricos, ao contrário, veem todos os seus poderes confiscados, salvo o de manter a ordem e de recolher os impostos devidos a uma administração francesa bastante taxativa, que não tem, contudo, maiores preocupações nem com a criação de um sistema de estradas e de controle hídrico, nem com espalhar escolas, e muito menos ainda com solicitar a participação dos camponeses na vida pública. O vilarejo fica sendo, assim, o único centro comunitário, juntamente com o mosteiro budista que o representa junto ao rei, sem que com isto se opere qualquer melhoria nas condições dos camponeses, oprimidos pelos impostos, pelas obrigações sociais e pelas corveias religiosas.

Trata-se de uma condição muito difícil, porque a falta de água obriga os agricultores a cederem seus produtos a preço de fome aos mercadores chineses

e a se endividarem com os atacadistas e os bancos a juros enlouquecedores: uma safra má ou uma catástrofe natural é suficiente para arruiná-los; e esta precariedade explica as frequentes revoltas e os episódios de bandidagem. Também pagam por elas os franceses, como no caso de duas alarmantes insurreições, em 1885 e em 1916, incomensuravelmente alimentadas pela imposição de taxas ilegais por parte dos funcionários cambojanos; e é destes precedentes que sairá, em seu devido tempo, o movimento dos *khmer* vermelhos para recrutar militantes e obter, pelo menos no início, o beneplácito das massas rurais.

O protetorado francês se prolonga até quase a véspera da Segunda Guerra Mundial, sem acontecimentos de maior relevo, a não ser a posse do décimo oitavo príncipe, Norodom Sihanouk, que o governador francês da Indochina, Almirante Decoux, em abril de 1941, instala no trono cambojano sem imaginar o papel anômalo que iria desempenhar seu jovem e esperto protegido. No decurso do segundo conflito mundial, o país é invadido, primeiro, pelos tailandeses e, depois, pelos japoneses, que em princípios de 1945, prevendo a iminente derrota, instigam Sihanouk a proclamar a independência para criar dificuldades aos países ocidentais. Imediatamente depois da rendição nipônica, as coisas caminham em sentido contrário, porque o Camboja se associa, mantendo embora certa margem de autonomia, à União da Indochina, tornada francesa; mas nove anos depois, a derrota de Dien Bien Phu obriga a potência colonial a abandonar todas as suas possessões indochinesas, para reconhecer, na Conferência de Paz em Genebra, não só o Camboja como o Vietnã e o Laos como Estados soberanos. No decorrer do longo e tumultuado conflito, que se consuma no clima de guerra fria que ora divide soviéticos e chineses dos aliados ocidentais, os revolucionários vietcongues e os próprios *khmer* vermelhos fizeram suas primeiras provas: uma experiência que não ficará sem sequelas.

Por ora, na cena domina ainda Sihanouk, protagonista de um jogo cada vez mais refinado e tortuoso. Um ano depois da Genebra, abdica de surpresa em favor do pai para dedicar-se a uma singular empresa política: a fundação de uma comunidade que deve lutar pelo advento de um socialismo budista que fará do budismo a religião de Estado, exaltando ao mesmo tempo o socialismo como a síntese de todas as virtudes pregadas pelo Gautama. Cinco anos depois, morto o pai, o príncipe se recusa a voltar ao trono e, permanecendo a condição do Camboja como Monarquia Constitucional, aceita assumir o cargo de chefe do Estado. Na política externa, faz profissão de neutralidade em nome da "coexistência pacífica", um slogan caro aos soviéticos, embora solicitando ajuda militar e econômica dos Estados Unidos. Mas quando, em 1965, a aventura americana do Vietnã se revela mais difícil que o previsto, não hesita em romper relações diplomáticas com Washington, aproximando-se de Moscou e de Pequim. O astutíssimo príncipe não calculara as consequências internas e

externas de seus rodopios de valista, entre os quais a potencialização das forças de esquerda e em particular dos *khmer* vermelhos, que começam a entrar em conflito com as forças de direita, enquanto se multiplicam as invasões de fronteiras por parte de tropas e de bandos de guerrilheiros do vizinho Vietnã. Diante da embaraçosa situação, Sihanouk faz mais uma pirueta: primeiro contata os americanos, esperando induzir pelo menos os vietcongues a voltarem atrás, para seu país, depois percebe que não é fácil livrar-se dos revolucionários comunistas e toma publicamente posição contra o governo de Hanói, apressando-se a restabelecer relações diplomáticas com os Estados Unidos — até porque o Presidente Nixon, furioso com suas tramas, ordenara pesados bombardeios sobre os territórios cambojanos de fronteira.

A verdade é que os imprevistos desdobramentos da guerra no Vietnã, que estão revolucionando consciências e equilíbrios políticos em todo o mundo, não podem evidentemente deixar de ter um impacto dramático sobre o Camboja, aguçando todas as contradições que, até 1969, ainda são mediadas pelo ex-rei: o regime vem sendo minado pela corrupção, a direita filo-americana pressiona no sentido de um decidido apoio ao governo sul-vietnamita, a extrema-esquerda intensifica as relações com Pequim e prepara na clandestinidade sua ofensiva. A partir de 1960, Saioth Sar assumira a secretaria do Partido Comunista, isto é, Pol Pot, que liquidara a facção filo-vietnamita de obediência soviética e se mostra cada vez mais influenciado pelo nacionalismo marxista dos companheiros chineses. Em 1967, ele apoiara as desordens que estouraram na província ocidental do país, mas encontrara uma duríssima reação por parte das tropas governamentais, trazendo-lhe a lição de que o movimento deve enraizar-se cada vez mais entre as massas camponesas.

A desordem sob o céu, como diria Mao, está demasiadamente difundida porque a esperteza de Sihanouk é suficiente para restabelecer o equilíbrio. O ano de 1970 mal começara e o príncipe-presidente acabara de partir para a Costa Azul, onde pensa submeter-se a um bom tratamento de emagrecimento, ignorando o que o espera na pátria, quando em Phnom Penh estoura uma confusão generalizada. São os conservadores que se movem na sombra, provavelmente de acordo com os americanos, com toda a razão enraivecidos (como escreverá mais tarde um grande jornalista italiano, Egisto Corradi) com a presença ativa de um contingente militar norte-vietnamita que, de bases cambojanas, se movimenta para atacar as tropas americanas do outro lado de fronteira, e que, para recuperar forças, se fecha nas mesmas bases, que se tornam inatacáveis santuários. Para um país que se diz neutro, não é pouco. É um triunvirato que vai preparar a reviravolta: dele fazem parte Cheng Hen, presidente da Assembleia Nacional, Lon Nol, o ex-Premier-geral, e o príncipe e vice-presidente do conselho, Sirik Matak, que parece ser o adversário mais perigoso de Sihanouk e dos *khmer* vermelhos. Na noite de 11 de março de 1970,

enquanto na embaixada cambojana de Pequim se projeta um filme rodado pelo próprio Sihanouk sobre o complô filo-americano de um general traidor, em Phnom Penh uma multidão de fanáticos, instigados pelos do terceto conservador, ataca as legações do governo e dos guerrilheiros vietnamitas, saqueando-as.

É o sinal. Uma semana depois, a Assembleia Nacional declara deposto o príncipe-presidente e elege Cheng Hen para seu posto, designando para a presidência do conselho o General Lon Nol, que garante o apoio do Exército, enquanto o Príncipe Sirik Matak permanece na sombra. Em vão, na noite anterior, a mãe de Sihanouk, a Rainha Sisowath Kossomak, tentara *in extremis* salvar o filho, organizando um contragolpe e tentando mandar prender o general. A causa do omisso príncipe-presidente está comprometida também pelas penosas condições econômicas em que está metido o país devido ao pesado déficit da balança comercial, agravado por uma desastrosa safra de arroz. A notícia do golpe de Estado chega a Sihanouk enquanto está de passagem por Moscou com a mulher e o leva a seguir imediatamente para Pequim, onde chega no dia 21, com um plano e uma proclamação já prontos: o plano é de se aliar com os chineses, a proclamação é um apelo ao povo cambojano no sentido de que se rebele ao governo de Lon Nol, aceitando a ajuda "fraterna" dos 50 mil vietnamitas há muito já postados ao longo das fronteiras. O presidente deposto pode contar com a amizade de Chu En-lai e, portanto, com o apoio militar e político dos chineses, mas sabe muito bem que em seu país os problemas se complicam em virtude da secular hostilidade que separa os cambojanos dos vietnamitas, independentemente de sua respectiva coloração política ou internacional.

Obviamente, Pol Pot e seus amigos se propõem antes de tudo a liquidar o governo conservador e o fazem aplicando ao pé da letra a lição de Mao a respeito do cerco às cidades por parte do exército revolucionário. No decurso de dois anos não só os *khmer* vermelhos se tornam senhores de grande parte das zonas rurais, como conseguem tornar ingovernável a situação também na capital, para onde afluem às centenas de milhares os camponeses em desesperada fuga de suas regiões, inclusive devido aos pesados bombardeios da aviação americana. A pouca combatividade do Exército republicano e a corrupção que mina a burocracia de Phnom Penh aceleram a capitulação do governo conservador. A 17 de abril de 1975, cinco anos depois do golpe do Príncipe Sirik Matak, os pequenos revoltosos vestidos lugubrememente de negro entram vitoriosos na capital. É o início de uma tragédia diante da qual passarão para segundo plano as próprias vicissitudes da guerra civil.

O restrito grupo de dirigentes que comanda a revolução dos *khmer* vermelhos entrega a chefia a Pol Pot e com ele dará origem, por quatro intermináveis anos, ao que será definido como a mais radical tentativa de transformação de uma sociedade em todos os tempos. Sua receita oscila entre a loucura e o infantilismo, porque ignora até mesmo aquele período de transição do capitalismo para o comunismo por meio de uma fase socialista, que está prevista nos sagrados textos marxistas; mas é o método pelo qual a receita vem a ser aplicada que supera qualquer imaginação, das mais perversas. O novo ministro do Exterior deixa entrever isto quando, assim que entra em Phnom Penh, anuncia que será realizada no Camboja uma solução "que deixará o mundo estupefato". O que é um eufemismo. Mas quem é Pol Pot e como decidiu se tornar o líder dos comunistas cambojanos? Nascido provavelmente em 1925 (ninguém sabe a data precisa), de uma família camponesa da Província de Kompong Thom, aprende a ler e a escrever em um mosteiro budista, para vir a frequentar a escola técnica na capital. Em 1948, depois de ter participado da resistência às tropas francesas de ocupação durante a Segunda Guerra Mundial, ganha uma bolsa de estudos de engenharia eletrônica em Paris, onde ficará durante três anos. Houve boatos de que uma irmã e uma prima sua eram bailarinas na corte e concubinas do rei, e que um irmão permaneceu como funcionário na administração monárquica até a queda de Phnom Penh, mas não é em uma hipotética origem burguesa que se deve buscar um possível complexo de culpa sublimado no cego ódio a qualquer aspecto da sociedade tradicional. Foi o Partido Comunista, para o qual entrou na época de sua estadia na França, que determinou sua educação política, completada com a total adesão ao marxismo-leninismo, depois de entusiasmos iniciais em relação às revoluções americana e francesa.

Ao voltar à pátria, no início da década de 1950, ensina em uma escola secundária da capital e escreve a respeito de política. Em 1960, participa da fundação do Partido Comunista cambojano, do qual, três anos depois, é eleito secretário-geral. Homem de aparelho, ambiciosíssimo, mas esquivo a contatos com as grandes massas, encontra-se perfeitamente à vontade no período clandestino em que vive predominantemente na selva, ou em refúgios secretos na cidade, para escapar à prisão por parte da polícia de Sihanouk. Descrito na juventude como "um professor sensível e tímido, apaixonado pela poesia francesa e querido por seus alunos", uma vez chegado ao poder demonstrará, pelo contrário, uma impenetrável ferocidade e um desumano desprezo a qualquer afeição, a ponto de evitar qualquer relação, inclusive com os parentes mais próximos, como seus dois irmãos e sua cunhada. Deportados sem que ele

intervenha, os três infelizes nem suspeitam que Saloth Sar seja o novo primeiro-ministro e, quando por acaso o identificam a partir de uma fotografia, evitam revelar aos carcereiros quem eles são. E é uma intuição sagaz, embora no momento os três ainda não saibam que seu poderosíssimo parente mandou prender muitos de seus companheiros de luta da véspera, ignorando seus desesperados apelos e ordenando até, depois de terem sofrido cruéis torturas, que venham a ser eliminados.

Pol Pot tem duas obsessões: acredita ser um gênio e teme os complôs, mas leva estas duas manias além de todo e qualquer limite razoável. Sua desconfiança supera até a de Stalin: todas as ações políticas dos *khmer* vermelhos, suas relações com a população e o próprio sistema repressivo vêm dominados pela suspeita de que se estejam tramando permanentemente conspirações visando a realizar um golpe de Estado, a sabotar a produção e a guerra, a favorecer o inimigo interno ou externo. A diferença, porém, de todos os outros mais funestos ditadores do século 20, ele não sofre de exibicionismo; ao contrário, prefere ficar na sinistra sombra do poder, sem pedir estátuas, retratos oficiais ou biografias elogiosas, vetando até a divulgação de suas raríssimas fotografias. Chegou a esconder de seus súditos-escravos a própria identidade até um ano depois de ser deposto. Esta falta de vaidade demonstra, sem dúvida alguma, que este sanguinário mentiroso, mais sanguinário e mais mentiroso que todos os tiranos do século 20, tem total e delirante boa-fé nos objetivos da revolução e nos meios infames de que se serve. Total e delirante boa-fé quando afirma que a revolução dos *khmer* vermelhos não tem precedentes na história porque eles pretendem realizar, sob sua orientação, o que jamais foi realizado; e também quando se recusa a reconhecer a superioridade de todos os grandes revolucionários passados ou atuais, a ponto de acreditar perceber perigosos elementos de revisionismo, isto é, de traição dos princípios, até nos companheiros chineses "que nos admiram e tentam imitar-nos, mas não conseguem", porque não suprimiram o mercado e a moeda. Para ele, o ex-estudante da universidade francesa, o dia em que seus guerrilheiros entraram em Phnom Penh é o maior evento revolucionário da história, com exceção apenas da Comuna de Paris.

A presunção faz com que ele creia ser mais inteligente e perspicaz que todos os revolucionários do mundo em qualquer campo de atividade, e não só como estrategista ou economista, mas até nos setores mais frívolos, da dança à moda, da cozinha às canções e, como acrescenta maldosamente seu cunhado, sobretudo na arte de mentir. Ele mentiu, de fato, até quando se apresentou pela primeira vez como candidato às eleições de 1976, fazendo-se passar por um ex-boia-fria agrícola; assim como, ao fugir treze anos antes para a capital a fim de escapar da prisão, tinha mentido fazendo espalhar o boato de sua morte.

A experiência de partido na França e na sua pátria deixou nele a convicção de que o trabalho político é o mais elevado estágio da condição humana. "Para

construir diques", mandará ele dizer a um de seus colaboradores-algozes, "não se precisa mais que de educação política." Em outra ocasião, para justificar a crueldade de uma repressão baseada no princípio de que "quando se arranca a relva é preciso arrancá-la com todas as raízes" (e por isso matar, junto com o culpado ou hipotético culpado, também a mulher e os filhos) afirmará que "um milhão de bons revolucionários é suficiente para o país que queremos construir" e fará circular este terrível slogan: "Preferimos matar dez amigos a deixar vivo um só inimigo." O trabalho político, a seu ver, dá frutos abundantes, até mesmo porque os cambojanos têm atrás de si uma história fabulosa: "Se o nosso povo foi capaz de edificar Angkor, tudo é possível." Angkor é a legendária Camboja dos *khmer*, o conjunto de templos da antiga tradição.

É partindo destas premissas que, em 1976, um ano depois do famoso 17 de abril, Pol Pot apresenta um plano quinquenal fundamentado em previsões totalmente desconectadas da realidade, um plano delirante que deveria garantir um sólido desenvolvimento da produção e da exportação agrícolas, para passar imediatamente depois a uma fase superior, caracterizada pela industrialização da agricultura, pela criação de uma indústria leve diversificada e de uma indústria pesada. Os camponeses pobres, como demonstraram com sua vitória de 17 de abril de 1975, se vangloriam de sua indiscutível superioridade "sobre a primeira potência imperialista" para realizar todos os objetivos: será suficiente que os inimigos da revolução, os proprietários de terras, os burocratas, os intelectuais, sejam submetidos a um regime adequado de reeducação, aprendendo a trabalhar pelo menos onze horas por dia, quando não doze, gozando de um dia de descanso a cada dez dias de trabalho e usando provavelmente aquele único dia de descanso para participar de intermináveis reuniões políticas nas quais são obrigados a dar a máxima atenção, uma contribuição crítica construtiva e fazer uma saudável autocrítica. E se os resultados são, como será o caso, infalivelmente catastróficos, até pela arrogante incompetência dos *khmer* vermelhos, a culpa será atribuída aos sabotadores, aos preguiçosos, aos que se fingem de doentes, em suma, aos inimigos do povo, exatamente como aconteceu na Rússia de Stalin, mas com consequências até certo ponto ainda mais assustadoras.

No regime de Pol Pot, todos os defeitos e erros do comunismo são elevados à sua potência máxima. A cultura arcaica que neles se expressa é realçada pelo atraso com que os *khmer* vermelhos chegam para realizar seu projeto e com a frustração de, simultaneamente, estarem percebendo a evidente crise de seus dois grandes modelos, o soviético, posto dramaticamente em discussão depois da morte de Stalin, e o chinês, que exatamente naquela época registra os grandes confrontos de cúpula depois do recentíssimo desaparecimento de Mao Tsé-tung. As coisas não vão muito melhor para seus companheiros na Europa, enquanto na Ásia se afirmam o nascente capitalismo japonês e o carreirismo dos países

anticomunistas, de Formosa à Coreia do Sul, de Singapura a Hong Kong. Diante deste panorama, a reação de Pol Pot e dos demais dirigentes cambojanos é condicionada por seu atraso cultural, porém, mais ainda, por um grotesco complexo de superioridade na comparação com os partidos irmãos, que não tiveram, segundo eles, a coragem de levar a intransigência a seu limite último e de lutar com impiedoso rigor contra os traidores e os dissidentes. Eles o farão, mesmo que tenham de pedir ajuda aos chineses e aos vietnamitas, e seguramente conseguirão a vitória, ainda mais por ser inapto e corrupto o regime de Lon Nol, apenas superficialmente apoiado pelos americanos, contra os quais eles se rebelaram.

A escolha maximalista, já por si mesma arriscada, acarreta consequências ainda mais graves devido à fragilidade do aparelho institucional, militar e político do país, sem esquecer que os quadros do partido são relativamente poucos e pouco preparados para as tarefas da revolução e do governo, além de estarem depois amplamente desfalcados pelas depurações que se seguem. A crueldade é diretamente proporcional à ignorância e à incompetência, porque nasce de uma sensação de insegurança e, portanto, de medo, de isolamento, que os homens de Pol Pot tentam superar com uma repressão cada vez mais dura. O líder planeja o genocídio partindo de uma espécie de fria simplificação, porque pensa, como Mao, que "é sobre a página em branco que se escreve a mais bela poesia". Não há mediações possíveis, nem compromissos, não há paciência nem piedade, é preciso forçar os cambojanos a partir de novo literalmente do zero, até mesmo com relação à própria identidade, ao próprio passado, queimando documentos, os álbuns de fotografias, as bagagens, os livros. Estes particularmente se tornam um ato de acusação, uma prova irrefutável de conivência com o inimigo, quando não até mesmo de filiação à CIA. As láureas e o diploma são escondidos porque representam uma garantida candidatura à eliminação.

O ódio à cultura só é superado, talvez, pelo ódio à cidade, especialmente à capital, Phnom Penh, que o tenebroso Pol Pot definiu uma vez como "a grande prostituta do Mekong", definição impregnada por aquele fundamentalismo moralista que está na base de todas as atrocidades dos *khmer* vermelhos e que sugerirá severas limitações à sexualidade e até ao casamento, a ponto de fazer cair a natalidade a níveis desoladores, em contraste com a ambição de fazer da Kampuchea democrática uma nação florescente e poderosa.

Não basta a austeridade, exige-se também a humildade, virtude que é imposta como um dever político, mas que se torna igualmente para os infelizes súditos reduzidos à escravidão um modo de evitar o pior, de não dar pretexto às perseguições, de conseguir um pouco de comida: oferecer-se para limpar os sanitários, por exemplo, é uma demonstração de adequação ideológica, trabalhar na cozinha salva da fome. O pior pecado, porém, é o individualismo; o refúgio ideal, o trabalho prático; a lei fundamental, a obediência. A nostalgia em relação

às afeições familiares é banida como sintoma de uma mentalidade reacionária, porque o poderio pátrio e qualquer outro tipo de vínculo deve ser um patrimônio exclusivo do partido, o Angkar; e é também por isso que Pol Pot decide tirar os filhos de seus genitores assim que completam doze anos, ou às vezes até antes, para transformá-los em soldados, guardas, espiões dos adultos, ou até médicos, meninos-criança capacitados a dar injeções e distribuir remédios, todos, porém, educados no sentido de executar as ordens — sejam quais forem, mesmo as mais insensatas, sem discutir — de desprezar as tradições e de rir da religião.

A perspectiva que o tirano oferece a todos os seus súditos-escravos é lúgubre como o uniforme negro abotoado até o pescoço que representa o único traje por ele permitido. Em sua paranoia, para os escravos não se deve dar qualquer possibilidade de movimento, nenhum tipo de comércio livre, nenhuma forma de instrução, nenhuma assistência médica. Não existe liberdade de culto nem para os budistas, nem para os islâmicos, nem para os católicos, e vigora, além disto, a mais férrea proibição de manifestar sentimentos ou reações emotivas. Leva-se ao auge a liturgia comum a todos os regimes comunistas: na Kampuchea, a ordem é de ater-se cegamente às instruções, participar ativamente das reuniões políticas, aplaudir ou entusiasmar-se quando for mandado, exercer a crítica sem jamais ultrapassar os limites adequados e mergulhar em uma falsamente humilde e abjeta autocrítica quando a isto for solicitado. O trabalho, sempre obrigatório, muitas vezes forçado e cumprido regularmente em condições impossíveis de vida e de alimentação, não é sequer agilizado por meio de explicações ou instrumentos técnicos; quem erra, mesmo sendo portador de severos *handicaps*, é inexoravelmente punido. Não é, pois, de surpreender que muitos súditos-escravos, especialmente os dotados de um mínimo de personalidade e de cultura, desgastados por inúmeras privações materiais e a perda da própria identidade, procurem uma fuga no suicídio: nos primeiros tempos da revolução, houve uma verdadeira epidemia de suicídios.

Aliás, o passado é considerado objetivamente uma culpa que pode levar à prisão, à confissão e, muitas vezes, à morte, com base em uma simples denúncia. Ao súdito-escravo que ceda à monstruosa chantagem do regime não se deixa a possibilidade de respirar para que não tenha tempo para refletir, para revoltar-se, para conspirar. Pol Pot se vangloria de governar um país em que não existem prisões, mas a verdade é que a Kampuchea democrática não tem o mais elementar aparelho judiciário, e as condenações, do chicoteamento ao tiro na nuca, são dadas sem sombra de processo. Sempre com uma finalidade pedagógica, orquestram-se até execuções fingidas, destinadas a enrijecer a têmpera moral do súdito-escravo, ou seja, a aterrorizá-lo e a difundir em torno dele o terror. Em todos os casos, cada tipo de violência, até o mais sádico, vem precedido de um cerimonial muito gentil que os assassinos se empenham em observar por vontade de Pol Pot, que quer evitar a revolta da vítima e tirar

partido da surpresa: não é raro que a deportação para os chamados centros de reeducação, em lugar do cárcere e do campo de concentração, venha expressa como uma convocação para uma "sessão de estudos".

Os delitos que podem levar à prisão e à morte, segundo os critérios ditados pelo tenebroso tirano, são infinitos: vão do furto de comida à deserção, da briga às visitas clandestinas a familiares dos quais se vive afastado, do abuso de álcool ao intercâmbio sexual fora do casamento, das queixas contínuas ao protesto real e verdadeiro, da execução falha das próprias tarefas a uma manifestação de perplexidade que possa ser interpretada como derrotista. O juízo e a pena dependem exclusivamente do *khmer* vermelho, às vezes até do soldado-menino, e são, obviamente, de todo independentes de uma efetiva realização de qualquer delito. A Kampuchea democrática de Pol Pot é um imenso pesadelo sem ar-condicionado.

Um pacto de sangue

"Perdê-lo não é uma perda, conservá-lo não tem a menor utilidade."

Neste slogan, apresentado aos súditos-escravos como viático para os trabalhos forçados ou para a morte, Pol Pot sintetiza sua ideia de humanismo socialista. Quanto ao projeto, o líder não é menos sucinto: supressão de toda propriedade privada no decurso de dois anos; eliminação dos conflitos de classes por meio da eliminação física do maior número possível de expoentes das classes privilegiadas (isto é, segundo os *khmer* vermelhos, os proprietários, os comerciantes e também os intelectuais e os grandes burocratas); superação da contradição maoísta entre campo e cidade por meio da destruição dos centros urbanos, possivelmente em uma única semana; solução ao antigo problema da distribuição desigual da riqueza com a abolição da moeda. Estabelecendo assim sua estratégia revolucionária, o ex-estudante parisiense está persuadido de ter lançado as bases para a criação de uma sociedade ideal, perfeita e perfeitamente igualitária, inscrevendo assim o próprio nome junto aos dos grandes protagonistas da Revolução Comunista mundial, do Outubro Vermelho ao Livro Vermelho.

Alguém a definiu como "uma loucura classificadora e eliminatória" e, aliás, o próprio Lenin já havia falado do extremismo como uma doença infantil do comunismo. Por exemplo, a deportação dos habitantes das cidades para as zonas rurais, muitas vezes realizadas com repetidas transferências, provoca graves problemas não só para a instalação das vítimas, mas também para a arrumação e o aprovisionamento, o que o Partido Comunista resolve subdividindo a população em duas categorias, os Velhos e os Novos. Os primeiros são também chamados de os Setenta, porque recrutados entre os cambojanos que habitavam o território controlado pelos revolucionários desde o início da guerra civil, ao passo que os Novos são denominados também Os Setenta e Cinco, ou "os 17 de abril", porque surpreendidos naquela data pelos *khmer* vermelhos nas zonas dominadas pelos governantes, antes da queda de Phnom Penh. Aos Velhos se concedem modestos privilégios, inicialmente até o direito de possuírem um pequeno pedaço de terra; os Novos são excluídos de qualquer concessão, por serem cidadãos de segunda categoria, a ponto de não poderem casar com mulheres da outra categoria e nem mesmo de dirigir a palavra aos Velhos; embora também entre estes se decida separar os analfabetos e os simples trabalhadores dos ex-funcionários da administração governamental e

principalmente dos intelectuais, raça vil e danada. Uns e outros estão destinados, em sua maior parte, a serem demitidos, presos, torturados ou deportados e, não raro, justicados juntamente com suas mulheres e seus filhos, quando estes não são requisitados para serem usados como instrumentos do novo regime. Para sufocar toda e qualquer tendência ao individualismo, visto como manifestação criminoso, chega-se a oferecer aos súditos-escravos a transferência "voluntária" para áreas menos inóspitas e mais próximas de suas famílias; e, naturalmente, uma vez apresentada a solicitação do infeliz, ele é punido submetendo-o a um processo de reeducação mais severo que aquele do qual, por assim dizer, já desfrutava. A orientação fortemente nacionalista e xenófoba dos *khmer* vermelhos demonstra igualmente uma invencível hostilidade para com os cambojanos que tenham qualquer longínquo antepassado vietnamita e apenas por isso já se arriscam a amargos castigos.

A lógica discriminatória se abate inexoravelmente sobre súditos-escravos que se dedicam a qualquer tipo de culto religioso, em público ou (se a denúncia parte de um patriota) até mesmo em âmbito privado. Calcula-se que quase 50% dos cambojanos de confissão católica tenham sido assassinados, enquanto que em todas as zonas controladas pelos *khmer* vermelhos as mesquitas foram regularmente destruídas e as preces coletivas rigorosamente proibidas. Um tratamento particular foi reservado aos *cham* — população de antiquíssimo enraizamento local, mas de religião islâmica —, que foram obrigados a mudar de nome e de "mentalidade", evidentemente depois de terem sido evacuados de seus vilarejos, considerados covis de inomináveis heresias contrarrevolucionárias. A mesma atenção é reservada aos monges budistas, que não aceitam despir a túnica laranja e renegar sua fé. Pol Pot está convencido, tal como ou ainda mais que Stalin e Mao, que nunca se desconfia suficientemente do próximo, mesmo que, ou principalmente, se este próximo milita em seu próprio partido e se arrisca, por capacidade pessoal, a ter atitudes críticas ou laços com os comunistas do Vietnã vizinho, podendo revelar-se futuramente seu perigoso rival na liderança do movimento. Aos infelizes portadores destes traços bastam três denúncias para provocar a incriminação, a que se seguem infalivelmente o encarceramento sem processo e cruéis torturas que visam a extorquir confissões verdadeiras ou falsas. O próprio Pol Pot, nos casos mais clamorosos, não se mostra infenso a participar pessoalmente dos espancamentos e suplicios.

Há um pacto de sangue entre o carníface da Kampuchea democrática e suas vítimas. Já se comentou que o Hino Nacional começava com um verso de dar calafrios: "Sangue escarlate que inunda as cidades e os campos da pátria!"

E o líder dos *khmer* vermelhos observou que a essência do hino era "o sangue de todo o povo, um apelo aos que morreram nas gerações anteriores", completando provavelmente o sentido maior de seu comentário com um apelo também a todos os que ele estava fazendo "cair" entre 1975 e 1979 em nome da

"vingança de classe". Houve já quem tentasse colocar os crimes da revolução de Pol Pot no contexto dos "grandes erros" do século 20, e, depois de uma argumentação pretensamente jurídica, acabou admitindo que se tratou de um genocídio de base racial, no sentido de que os *khmer* vermelhos consideraram determinados grupos sociais "por natureza e em sua totalidade" criminosos, e como tais os exterminaram, transmitindo inclusive a acusação de crime ao marido, à mulher e aos filhos, como se fosse um traço hereditário.

A grande matança começa na primavera de 1970, quando o Rei Sihanouk é deposto com o beneplácito da CIA, e o governo republicano, além de atacar as embaixadas de Hanói e dos vietcongues, desencadeia uma série de *pogroms* contra a minoria vietnamita, de quase meio milhão de indivíduos, que em sua maioria encontra refúgio em Saigon. O Vietnã comunista finge apoiar os *khmer* vermelhos que já passaram a opor-se a Lon Nol, mas, na realidade, aproveita a ocasião para ocupar grande parte do Camboja em nome do soberano deposto, agora refém dos chineses e da extrema-esquerda. Para enfrentar inimigos tão poderosos, Lon Nol é obrigado a recorrer à ajuda militar dos Estados Unidos, partilhando assim, aos olhos da população, da responsabilidade pelos mortíferos bombardeios aéreos dos americanos.

Duramente derrotado na ousada ofensiva de 1972, o governo republicano resiste por mais três anos nas cidades, aumentando os sofrimentos e os prejuízos das massas rurais, em meio às quais crescem, em consequência, o ódio aos estrangeiros e a solidariedade para com os bandos de guerrilheiros de cujas fileiras fazem parte muitos camponeses, enquanto Phnom Penh e as outras cidades regurgitam de fugitivos famintos e desesperados até o ingresso vitorioso na capital dos *khmer* vermelhos, em 17 de abril de 1975.

Mas os homens de Pol Pot não esperaram o dia da vitória para dar uma demonstração de sua barbárie: tomando como exemplo os campos de concentração situados no Vietnã do Norte para os prisioneiros e mais ainda os organizados na China pelos jovens apóstolos da Revolução Cultural, criam nos territórios tomados ao Exército governamental centros de reeducação, nos quais impera um regime de terror, baseado no princípio de que os soldados republicanos são todos uns traidores. No rol dos inimigos a serem massacrados estão incluídos também os próprios parentes e até mesmo os filhos, além de monges budistas, viajantes suspeitos e assim por diante, todos destinados a perecer de fome, de doença ou de morte violenta. Um ano antes da vitória final são organizadas as primeiras deportações em massa de populações civis, obrigando-as muitas vezes a seguirem os deslocamentos dos *khmer* vermelhos. Quando, no mesmo ano, Hanói decide suspender as ajudas até então fornecidas, Pol Pot começa a liquidar os companheiros que voltam do Vietnã depois de terem participado da guerra contra os franceses e os americanos e, portanto, com uma bagagem de experiência política que o tenebroso tirano considera

extremamente perigosa: é o "grupo de 1951", que os *khmer* vermelhos querem aniquilar para que se imponham como os verdadeiros fundadores do Partido Comunista da Kampuchea democrática — que na realidade só viria a ser criado dez anos depois. O que é também um erro: a perseguição irrita Hanói, cujas tropas começam a ter os primeiros conflitos com os soldados de Pol Pot.

A evacuação de todos os habitantes da capital "libertada" pelos bandos revoltosos na primavera de 1975 provoca um número relativamente modesto de vítimas, aproximadamente um par de centenas de milhares, mas, naturalmente, deixa um traço indelével na memória dos infelizes, "levados embora por soldados inflexíveis que jamais sorriam" e obrigados a abandonar casas e haveres, muitas vezes a separar-se de entes queridos, sem saber o próprio destino e sem receber a mínima assistência durante as marchas de transferência, por vezes intermináveis. Nas encruzilhadas das estradas, patrulhas de *khmer* vermelhos revistam os fugitivos para identificar os funcionários e os oficiais de Lon Nol, destinados a morrer no cárcere ou a serem liquidados ali mesmo, embora tenham alguma dificuldade em sua identificação em virtude da bizarra decisão de Pol Pot, que ordenou que fossem destruídos todos os documentos. Quanto aos que são deportados ainda com vida, eles poderiam encontrar refúgio no campo, adaptando-se às muito precárias condições de vida, se o partido não tivesse inventado a subdivisão entre Velhos e Novos, em uma espécie de trágica encenação na qual os primeiros representam os patriotas revolucionários e os outros os lacaios do imperialismo ianque, uns os camponeses pobres e os outros os proprietários de terras, os comerciantes, os intelectuais, a escória da Terra — evidentemente sempre em nome da luta de classes. Como se a situação já não fosse bastante dura, os Novos que sobreviveram à primeira seleção veem-se encaminhados sucessivamente a diversos outros lugares de deportação, enquanto que os jovens recrutados para as brigadas de trabalho desaparecem durante meses inteiros. Os *khmer* vermelhos ficam divididos entre a ânsia de explorar o trabalho forçado para realizar as obras públicas e a reforma agrária idealizada pela megalomania de Pol Pot, a incapacidade de garantir aos deportados um mínimo de condições de sobrevivência e o sádico prazer de vê-los extinguir-se lentamente em seus extenuantes deslocamentos.

Não se deve crer, porém, que a crueldade do tenebroso tirano e de seus acólitos se exerça apenas sobre os Novos. Desde o inverno que se segue à entrada na capital, todos os diplomatas do governo monárquico são chamados de volta à pátria, e, com exceção de um par deles, torturados e justicados. As dificuldades da guerra, a hostilidade dos vietnamitas, o visível fracasso da insensata política econômica fazem crescer na camarilha dominante a suspeita de traição e o medo do fracasso. Daí uma onda de depurações dentro do próprio Partido Comunista e principalmente entre seus quadros dirigentes, depurações levadas a cabo sem incriminações precisas, sem provas, sem processos,

baseadas apenas em uma luta "feroz e impiedosa, mortal" contra o inimigo de classe que se esconde preferencialmente (exatamente como no PCUS de Stalin) nas fileiras do partido, e também no Estado-Maior do Exército *khmer* e, obviamente, em toda a periferia: desaparecem assim cinco dos treze chefes que haviam levado os revoltosos à conquista de Phnom Penh, quase todos os secretários regionais do PC e dois dos sete componentes da direção constituída em 1978. São todos agentes da CIA, como se depreende da confissão dos traidores (muitas vezes repetida e corrigida seis ou sete vezes), confissão esta feita debaixo de maus-tratos e torturas. Não são poupados sequer os dirigentes das cooperativas e seus associados, acusados em bloco de infames contatos com os americanos e com os vietnamitas.

É claro que é exatamente a região mais próxima do muito odiado Vietnã, a oriental, que desperta a máxima suspeita em Pol Pot e seus sicários, até mesmo porque o afastamento do centro do país possibilita aos chefes locais alguma autonomia. É o caso de um certo Sao Phim, que, no verão de 1978, fomenta até uma pequena guerra civil contra seus companheiros, é derrotado e vê-se levado ao suicídio, enquanto sua mulher e filhos são massacrados durante os funerais, e todos os dirigentes de seu grupo são capturados, salvo uns poucos sobreviventes que fogem para o Vietnã. Ai todos os fugitivos vão constituir, com o partido local, uma Frente Única de salvação nacional, que os vietnamitas usarão como cobertura política quando seu exército entrar, um ano depois, em Phnom Penh. Mas os futuros aliados de Hanói deixam atrás de si uma tragédia, pois, nos últimos meses de 1978, Pol Pot se vingara da breve revolta da Sao Phim, exterminando de 100 a 250 mil pessoas dos um milhão e 700 mil habitantes da região oriental, incluindo toda a população de alguns vilarejos, enquanto os sobreviventes são deportados "em caminhões, em trens, em barcos, para outras zonas" e obrigados a vestir o uniforme azul (diferente do uniforme negro dos *khmer*); milhares deles são mortos durante o percurso e pouco a pouco todos os demais desaparecem nos locais de trabalho, desta vez sem estabelecer distinção entre Velhos e Novos, e muito menos entre homens, mulheres e crianças.

A esta altura, não há outras vias de escape a não ser a fuga para além das fronteiras ou a chegada do exército norte-vietnamita, embora as dezenas de milhares de infelizes que tentam se expatriar venham a encontrar inenarráveis angústias: o risco de serem descobertos e justicados, a desumana fadiga de atravessar a selva a pé, a fome e a prostração física. Quanto ao avanço dos soldados de Hanói, terão ainda de esperar, mas é significativo que em muitas localidades, a partir de janeiro de 1979, eles não tenham encontrado viva alma nas prisões porque os *khmer* vermelhos tinham liquidado todos os detentos antes de se retirarem; e que, em outras localidades, tenham sido os camponeses cambojanos que exterminaram os *khmer* antes da chegada dos vietnamitas. O ódio é a marca de fábrica da Kampuchea democrática.

O exemplo do boi

Diferentes avaliações foram feitas em relação ao número de vítimas que o Terror Vermelho disseminou na Kampuchea democrática, até porque entre eles podem ser incluídos os cambojanos mortos por doença e de desnutrição em virtude do abandono em que foram deixados pelos *khmer* vermelhos, pelos bombardeios aéreos americanos e, finalmente, pelas próprias vicissitudes bélicas que reviraram o país nos anos da tragédia que explodiu depois da deposição do Príncipe Sihanouk. Segundo o protagonista do genocídio, apenas "alguns milhares" de cambojanos teriam morrido em consequência "dos erros" na aplicação de uma política que, sempre no dizer de Pol Pot, visava exclusivamente a "dar abundância" ao povo. Seus inimigos, como Lon Nol e Pen Sovan, fornecem cifras bem diferentes, que oscilam entre dois milhões e meio e três milhões de mortos, ao passo que a CIA preocupou-se apenas com o déficit demográfico em seu todo, inclusive a queda da natalidade, que decresce em cerca de quatro milhões.

Posteriormente, terminada a tragédia, os curadores do Cambodian Genocide Program, um projeto da Universidade de Yale financiado pelo Departamento de Estado, chegaram a um cálculo provavelmente mais exato: pelo menos 1.700 mil cambojanos eliminados, ou seja, cerca de 20% da população, estimada em 1975 em 7.900 mil habitantes. Em 1981, em 170 distritos do país foram localizadas cerca de 9.138 fossas comuns, contendo meio milhão de cadáveres, e em outros 89 distritos foram encontrados outros tantos. Quanto aos edifícios públicos, foram destruídos 796 hospitais, 5.857 escolas, 1.987 pagodes, 108 mesquitas e um número mais modesto, porém impreciso, de igrejas católicas. A grande massa de doentes que foram deixados à morte durante as marchas de transferência, nos centros de reeducação e nos hospitais que restaram se explica também pelo massacre dos agentes sanitários, detestados pelos *khmer* vermelhos, como todos os cambojanos cultos: 91% dos médicos, 83% dos farmacêuticos (!), 45% dos enfermeiros e até 32% dos obstetras. Um atroz festival da ignorância.

A pureza revolucionária implica, para Pol Pot, eliminação de qualquer traço de cultura, em imitação da revolução maoista elevada ao cubo. Segundo os princípios da Angkar, isto é, do aparelho comunista, "a liberdade é escravidão, a ignorância é força. Não se instaura uma ditadura para tutelar uma revolução, faz-se uma revolução para instaurar uma ditadura". O súdito-escravo, por isso, no

ato de lavrar a terra deve seguir o exemplo do boi: "Vocês veem esse boi que está puxando o arado: ele come o que lhe dão de comer; se o deixam pastando no campo, ele o faz, se o levam para outro campo onde não há grama suficiente, pasta do mesmo modo. Não pode mexer-se, está vigiado.

E quando o mandam puxar o arado, ele puxa: não pensa nunca em sua fêmea, em seus filhotes." A idolatria de bestialidade, do analfabetismo tem um lugar de honra na ideologia de Pol Pot e de seus colaboradores. Os *khmer* vermelhos adquiriram a convicção de que a ideologia supera a técnica e que é preciso livrar-se dos engenheiros e dos especialistas. "Um dique construído no verão segundo esses preceitos estourou no início de dezembro de 1975", conta o engenheiro Pin Yathay, que escapou por milagre ao calvário dos trabalhos forçados: "O balanço do acidente foi dramático: uma centena entre mortos e desaparecidos, sobretudo velhos e crianças. Os feixes de palha, as cabanas, as contenções construídas às margens do rio ficaram revolvidos: os *khmer* vermelhos responsáveis pelas obras não tinham jamais usado as mais elementares técnicas de construção de diques. Os quadros dos revoltosos, em sua maioria analfabetos, improvisavam à medida que os problemas apareciam."

É claro que o engenheiro cambojano, que fornecerá um amplo testemunho de sua trágica experiência em um livro e em uma série de conferências pronunciadas no mundo livre, teve a prudência de não advertir os soldados de Pol Pot quanto a sua competência: limita-se a apresentar-se como "Técnico de Obras Públicas", e somente graças a esta prudente mentira escapa da morte instantânea. O único comportamento a ser adotado para sair vivo do campo é o silêncio, bancar o boi. Naturalmente, tal como no *gulag* soviético ou no *lager* nazista, também no Camboja a sociedade da pureza reabilita automaticamente o papel do ouro, a corrupção, o roubo e em geral todo tipo de tráfico escuso: "Pol Pot tinha dividido a sociedade em duas classes: de um lado, a gente da cidade, impura e feia, os escravos, os Novos; do outro, os homens puros, os Velhos, que fiscalizam os trabalhos e recebem a parte melhor dos víveres. Os *khmer* vermelhos nos humilhavam deliberadamente e, como é óbvio, retribuíamos seu desprezo. Graças a seu sistema repressivo, tinham conseguido abolir todo tipo de delinquência, menos o roubo." Nos centros de reeducação todos roubam: "Quando o estômago fica vazio, quando se tem fome, nenhum sentimento, nenhum impulso amoroso ou sensual pode subsistir, são impulsos que só se manifestam quando se tem a barriga cheia."

O sistema repressivo é também o fruto, bem como a causa, de uma bárbara simplificação. No campo se é condenado à morte por alguns gramas de arroz e, neste caso, com a costumeira delicadeza de maneiras, o prisioneiro é arrastado para a floresta da qual ninguém o verá mais reaparecer e onde ele é massacrado com o cabo da enxada para poupar cartuchos. Quando o cadáver já decomposto vier a ser descoberto por acaso não muito longe da estrada, nenhum dos forçados

falará a respeito, ninguém ousará sepultá-lo: o medo inevitavelmente dá origem à velhacaria. Aliás, quem não é morto por um motivo qualquer morrerá de fome ou de doença, porque para os *khmer* de Pol Pot as perdas humanas não têm o menor valor. Eles consideram inimigos irreconciliáveis todos os que viveram na época do regime de Lon Nol e que foram evacuados das cidades exatamente para ser exterminados, segundo a lógica fria e criminoso da "purificação". Os cadáveres dos forçados mortos de fome são jogados em uma fossa comum, ao passo que os justicados, para não dar na vista, prefere-se escondê-los na floresta.

Os poucos sobreviventes, como o engenheiro que contou sua terrível odisseia, viram morrer devido a maus-tratos ou à desnutrição pais e filhos ou assistiram à queda dos pais vencidos pelo cansaço. É preciso um físico de aço para sobreviver no campo, onde a comida é distribuída em quantidades ridículas, o arroz em uma meia latinha de leite condensado, cerca de 125 gramas de arroz, distribuídas depois de uma espera de quase quatro horas. Só quem tem ainda algum ouro, qualquer objeto de valor ou alguma peça de vestuário pode obter outros alimentos, recorrendo ao florescente mercado negro favorecido pelos próprios milicianos de Pol Pot, que conseguem alimentos deixando de registrar ou demorando a registrar o nome dos forçados mortos, de modo a poder dispor de suas rações: um par de calças vale dez latinhas de arroz, uns quarenta gramas de ouro fino, de trinta a quarenta latinhas; mas o relógio, que tem mais valor que qualquer outro objeto, rende sessenta a oitenta latinhas, com o aviso de que o negócio envolve também os *chlops*, isto é, os espões, que deveriam contar aos superiores todas as possíveis falcaturas do campo, mas estão dispostos a calar em troca de uma parte da comida negociada.

As desumanas condições do campo de reeducação destroem nos deportados quaisquer sentimentos de solidariedade e de compaixão. Diz Pin Yathay: "A degradação modificou profundamente o caráter de nossa gente. No centro de reeducação não conseguimos sequer dar ouvidos aos pedidos dos mais desgraçados nem prestávamos atenção aos choros e aos lamentos. É terrível, mas é a verdade. Entre nós um gesto de piedade era até reprovado. Aconteceu até comigo. Queria dar um pouco de arroz a uma senhora idosa que tinha a seu lado uma menina e que, pelas roupas, parecia vir de um ambiente civil, mas minha mãe me advertiu: Pensa primeiro em ti mesmo', disse-me. 'Se tiveres pena dos outros, quando chegar a tua vez, verás como serão tratados, tu e tua família.' E seu conselho bastou para que eu deixasse de dar presentes: o egoísmo era uma das chaves da sobrevivência."

É como uma infecção que os torturadores transmitem às vítimas. "Os *khmer* vermelhos tinham perdido toda a capacidade crítica, todo o senso de medida. Haviam-nos avisado de que os Novos jamais se tornariam bons soldados revolucionários, e esta era a contradição mais clamorosa da revolução que queria esmagar-nos porque não podia dar marcha à ré, empurrada por sua

própria lógica para o abismo." Após os dois primeiros anos de terror, todos os *khmer* vermelhos, do simples soldado ao chefe supremo, se viram presos em sua própria armadilha: não havia meio de escapar ao frenesi de homicídio e das torturas, pois desde o princípio Pol Pot havia estabelecido que "a rota da revolução não tem piedade, esmaga todos que a atravessam".

O horror não tem limites e é perpetrado de maneira tão extravagante que por vezes chega a parecer grotesco. Além dos ex-funcionários da administração governamental, por exemplo, são eliminados todos os repórteres fotográficos, ao passo que não é raro que os intelectuais, embora representem os principais inimigos do regime, possam salvar-se caso renunciem a desempenhar suas funções específicas e até se apenas tirarem os óculos e fizerem sumir seus livros, símbolos que irritam profundamente os discípulos de Pol Pot. De todas as categorias mais ou menos atormentadas pela desconfiança e o ódio dos *khmer* vermelhos fazem exceção apenas (e por motivos utilitários) a do pessoal ferroviário, com algumas exceções no caso dos principais chefes de estação. Minorias religiosas e étnicas são alvo da intolerância ideológica e nacionalista, com particular encarniçamento contra os monges budistas e os descendentes de chineses e vietnamitas. Mas vale a pena sublinhar uma passagem de particular sadismo nos confrontos dos cambojanos de fé muçulmana com os já citados *cham*, aos quais, em algumas regiões, se obriga a comer duas vezes por mês carne de porco: há quem aceite e há quem se rebele, até vomitando a comida proibida, mas é exatamente sua pouca docilidade que provoca uma matança, que chega, no total, a 50% de toda a população.

Na Kampuchea democrática o genocídio varia de intensidade segundo a época e as áreas. O terror e a fome acompanham todos os eventos, mas os massacres são mais frequentes nos primeiros meses do regime. Quando a fome devasta o campo em 1976 e sobretudo em 1977, Pol Pot desencadeia uma nova onda de depurações contra as minorias étnicas, os camponeses ricos e os professores, eliminando a população de vilarejos inteiros e ordenando a eliminação das viúvas de indivíduos justicados até muito tempo antes. No ano seguinte, a foice da morte se abate com inaudita violência também sobre os Velhos, em geral poupados até aquele momento e de modo particular na região oriental, a mais próxima do odiado Vietnã.

De início, porém, as zonas mais populosas e a capital, Phnom Penh, foram atingidas com inaudita brutalidade: depois, ser deportado para áreas florestais ou montanhosas, ou para zonas de cultura industrial significou praticamente a condenação à morte, pela funesta combinação de dificuldades climáticas, excesso de fadiga e condições de vida insustentáveis. Execuções à parte, são a disenteria e a malária que aniquilam os exaustos deportados, sempre que não intervém a fome ou o capricho das hierarquias locais, deixando morrer milhares de desventurados muitas vezes açulados por jovens mulheres ou *khmer* desejosos

de fazer carreira. Nos centros, no entanto, o dia está dividido em um horário inexorável: doze horas de trabalho, duas para comer, três de repouso e de reeducação, sete de sono, um caminho intermediário entre "a condição de um animal de carga e o de um escravo de guerra". Não é raro que, para satisfazerem a um chefe de aldeia em competição com outros colegas seus, os deportados sejam obrigados a acordar às quatro da manhã para trabalhar em canteiros de obras até as dez ou onze da noite.

Há campos de concentração para onde se vai "pelo crime de falar inglês". É o que conta um desgraçado cidadão de Margolin, que chegou arrastado com a corda no pescoço, mancando e oscilando, à prisão de Kach Roteh, nos arredores da Battambang, nos limites com a Tailândia. Aí é posto a ferros junto aos outros prisioneiros, com ferros que lhe cortam a pele e o torturam até desmaiar. À noite não consegue dormir, porque os guardas de vez em quando irrompem na sala, chamando pelo nome dois ou três prisioneiros e levando-os embora. Um deles está no campo porque fala inglês e é dos poucos que sobrevivem graças a sua bondade, ao contar às crianças e aos rapazes que fazem a guarda histórias de animais da tradição cambojana e fábulas de Esopo.

É o símbolo mais terrível da loucura homicida de Pol Pot difundida em todo o país e provavelmente no centro de Tuol Sleng, na capital, onde foram assassinados 16 mil inocentes, entre homens, mulheres, adolescentes, crianças e um ou outro estrangeiro, que acabarão morrendo em meio às piores sevícias. Tinha sido um liceu até o dia em que chegaram mil *khmer* vermelhos, cercaram-no com arame farpado e impuseram um regulamento que prevê, entre outras coisas, chicotadas com um fio elétrico em caso de violação das regras, a obrigação de não gritar quando receberem as chicotadas e de limpar o pavimento com a língua quando derramarem por acaso o conteúdo do penico. Um escritor americano que em 1991 visitou o Museu do Genocídio, situado no próprio centro de Tuol Sleng, registrou algumas de suas impressões: "Usavam veneno, fios elétricos, barras de aço, revólveres." São os instrumentos de tortura. "Em uma sala havia mais de oito mil caveiras alinhadas sobre mesas de vidro: vi uma delas com uma fissura, outra com um buraco, uma negra, uma marrom, uma cinzenta, uma amarela, e todas exalavam um odor nauseabundo." Continuando sua visita, o americano anota: "A sala seguinte estava cheia de fotografias, especialmente de mulheres com filhos, vistas de frente, os olhos esbugalhados, o olhar vazio, uma delas com uma corda no pescoço. Um rapaz olhava fixamente um ponto à sua frente, os braços apertados atrás da nuca, e às suas costas um outro prisioneiro aterrorizado era o centro de um bando de gente com os braços para cima: da boca do rapaz com o olhar perdido no vazio escorria um filete de sangue. Em uma outra fotografia, filas de caveiras estavam alinhadas em uma fossa como cocos, montanhas de caveiras, e a seguir cadáveres estendidos sobre o pavimento, cada um com seu número anotado no

peito, tal como as mulheres de antes." O busto de Pol Pot, ao contrário, apresentava "um aspecto sereno, as faces lisas, o nariz e a fronte iluminados por um raio de sol, como um Buda de pedra".

Aquele Buda tinha sido o primeiro ministro da Kampuchea democrática até 1979, tendo Khieu Samphan como presidente nominal da República e do partido comunista no governo. Dois anos antes, em dezembro de 1977, os *khmer* vermelhos tinham rompido relações com os vietnamitas, mas na região oriental da fronteira inúmeros chefes revolucionários, sendo o primeiro de todos Hen Samrin, desertaram e, cruzando a fronteira, passaram para o lado do inimigo secular, reforçando a expedição militar de caráter antichinês que Hanói está preparando com o apoio soviético. O mundo acompanhou, entre estupefato e divertido, a luta fratricida entre os dois grandes países comunistas e seus aliados, sinal irrevogável da iminente queda do sistema. Poucos meses depois o Exército do Vietnã, juntamente com os fugitivos cambojanos, iniciou a invasão da Kampuchea, enormemente enfraquecida em virtude das deserções em massa e, sobretudo, da desgraçada política de depurações.

Sustentados pela aviação e com uma coluna de carros blindados armados, a 7 de janeiro de 1979 os soldados de Hanói, os Bo Dai, entram vitoriosos em Phom Penh, abandonada no dia anterior pelos *khmer* vermelhos.

Um avião chinês dá fuga tanto a Pol Pot quanto ao Príncipe Sihanouk, que voltara à capital em 1972, depois de um longo exílio em Pequim, e com o mandato do governo chinês de apoiar os revolucionários. O ex-soberano o faz durante alguns meses, aceitando o cargo meramente formal de chefe de Estado, sem opor-se frontalmente à política sanguinária de seu aliado e ficando três anos praticamente em prisão domiciliar, segregado em sua antiga mansão real, sem ser usado nem sequer como mediador na dura contenda com os vizinhos vietnamitas. Só quando estes, três anos depois, entram triunfantes na capital e Pol Pot se entrincheira novamente nas selvas com o que lhe resta de seus guerrilheiros, o talento diplomático de Sihanouk torna a brilhar na confusa situação criada com a reaproximação entre Deng Xiaoping, o reformista sucessor de Mao, e os americanos, enquanto a Rússia de Gorbachev se afasta gradativamente de seu compromisso na Indochina e com isto para de apoiar o governo de Hanói.

A esta altura estabelece-se na região um novo equilíbrio, que vê a China, os Estados Unidos e a Tailândia empenhados em buscar soluções políticas menos traumáticas que as que infelicitaram durante vinte anos aquela parte do mundo. O resultado, ao mesmo tempo cínico e paradoxal, é que acabam promovendo a formação de um governo de coalizão cambojano no qual, reconduzindo ao poder a Monarquia, estão de certo modo representados os amigos dos chineses, os *khmer* vermelhos. Um deles, o novo Premier Hun Sem, pode assim excluir

categoricamente a hipótese de processar Pol Pot e outros criminosos seus cúmplices. Por conta própria, o líder comunista volta para a clandestinidade, recusando-se a participar das eleições de maio de 1993 e refugiando-se na selva com seus súditos mais fiéis. Em julho de 1997, Hun Sem dá um novo golpe de Estado, liquidando o filho de Sihanouk e nomeando ministro das Relações Exteriores o novo premier, mantendo para si a Presidência da República.

Agora com mais de setenta anos, Pol Pot os arrasta fatigadamente, abandonado até pelos últimos guerrilheiros que se recusam, porém, a entregá-lo às autoridades, com grande alívio para os americanos, pelos quais o velho carrasco foi usado em sua época contra os vietcongues. Atacado há muito de malária, Pol Pot é fulminado por um infarto em 18 de abril de 1998, e vai para o Inferno, depois de ter tentado minimizar, se não justificar, em uma entrevista a um jornalista ocidental, suas celeradas ações, enquanto dois de seus cúmplices, Khieu Samphan e Nuon Chea, têm a desfaçatez de declarar-se "desgostosos, muito desgostosos" com tudo que aconteceu, pedindo a seus compatriotas que esqueçam o passado para não comprometer a reconciliação nacional.

O último dos *khmer* vermelhos a render-se é o lugar-tenente de Pol Pot, Ta Mok, o Açougueiro, pessoalmente responsável por pelo menos 100 mil homicídios. Mas a esta altura o genocídio cambojano, graças aos bons ofícios de Pequim e de Washington, já se tornou uma velha história, ou melhor, uma fábula suja que não se pode em absoluto contar às crianças. Seus ecos, já apagados, virão à tona quando for concluído o processo "especial" votado por unanimidade em 2 de janeiro de 2001 pela Assembleia Nacional de Phnom Penh, tal como fora estabelecido em abril do ano anterior pela ONU, para julgar os responsáveis por aquela que foi considerada "a mais aterrorizante carnificina" do século 20, que custou, segundo os últimos cálculos, pelo menos 1.700 mil vítimas, em uma população de menos de 10 milhões de pessoas.

MUSSOLINI

Um caso diferente

*O fascismo não é um mal imprevisto e passageiro,
e sim a autobiografia da própria Nação.*

PIERO GOBETTI

Por mais pecados que tenha cometido contra a liberdade, por mais funestos que tenham sido seus erros políticos e militares, por mais trágica a responsabilidade que ele compartilha (e não só objetivamente) com Hitler em virtude de sua malfadada aliança, Benito Mussolini não foi certamente um monstro. Faltaram-lhe as características de que Stalin e Hitler, além de muitos de seus epígonos menores da esquerda e da direita, foram tão bem-dotados: a crueldade abstrata e sistemática, um prazer sádico em fazer o mal, a fantasia paranoica ao inventar práticas das mais cruéis. Com um pouco de maldade poderíamos ainda acrescentar que não foi um monstro até porque lhe faltaram seriedade e coerência para sê-lo realmente.

Mas, provavelmente, a verdade última ultrapassa a questão individual: o Duce não foi um monstro porque, na época e nas circunstâncias então existentes, representou, talvez de modo exacerbado, as poucas virtudes e os muitos defeitos dos italianos, dos quais estão em geral excluídos a ferocidade e o sadismo. Foram necessários os cinquenta anos que se seguiram ao fuzilamento dele e de sua amante para entender como eram semelhantes o tirano e seu povo, embora, a rigor, uma tese deste tipo possa ser igualmente sustentada no caso de Stalin e de Hitler, já que os ditadores, como dizia Antonio Labriola, referindo-se a suas ideias, não caem do céu, mas brotam da terra que os gerou, degenerando.

No caso do Duce e do fascismo é até fácil fazer esse jogo. Para começar, o

instinto do teatro, tão enraizado nele, especialmente com o avançar dos anos, é notoriamente uma inclinação nacional, assim como faz também parte do mais característico patrimônio genético italiano o contraste entre os objetivos e sua realização, entre o dizer e o fazer: o gosto mussoliniano pelas cerimônias, pela colocação de pedras fundamentais e pelos desfiles — a que raramente se seguia uma realização igualmente cuidada — encontrou no meio século posterior uma perfeita correspondência com o que, em jargão modernista, seria definido como "efeito-propaganda", herança dos homens políticos tanto na Primeira como na Segunda República.

Em um plano ainda mais significativo, o Duce e seus sucessores democratas, como, aliás, seus predecessores liberais, tiveram a mesma atitude diante da mediação política. Entre os predecessores liberais, no caso do Conde de Cavour ficou famoso o conluio com a oposição; no de Agostino Depretis, o transformismo; no de Giovanni Giolitti, o audacioso cruzamento de reformas com capatazes bem distribuídos. Quanto a seus sucessores democratas, o acordo histórico de Aldo Moro com os comunistas e o permanente conchavo entre partidos de governo e oposição, sindicatos e patrões constituem duas autênticas joias de gênio italiano, saídas, contudo, do mesmo tesouro no qual se inspiraria o ferozmente anticlerical Mussolini para assinar a Concordata com o Vaticano e o Duce republicano para firmar com a Monarquia uma sólida aliança, que só o mentiroso rei trairia em Villa Savoia, no dia seguinte ao 25 de julho de 1943.* Sem falar, obviamente, na respeitosa atenção que durante o Vintênio [o período fascista] o ex-socialista radical nascido em Predappio dedicou às fortunas das grandes empresas dos Agnelli, Pirelli, Donegani, Volpi di Misurata, e sem falar no entusiasmo com que o ex-sabotador da guerra da Líbia entrou, um quarto de século depois, na glória conquista da Etiópia.

**25 de julho de 1943 — Data em que o Grande Conselho do Fascismo, que substituiu o Parlamento italiano, vota uma moção de desconfiança contra Mussolini, que ao ir entregar seu mandato de primeiro-ministro ao Rei Vittorio Emanuele III é preso pelos carabinieri. (N. T.)*

Em suma, ninguém estava tão convencido como Benito Mussolini, mesmo já superados os arroubos juvenis, de que a política é a arte do possível.

Porém não estava menos convencido disto aquele Togliatti que voltou da União Soviética com um compromisso selado com Stalin e livros de Gramsci na mala de aliar-se em um primeiro momento com o Marechal Badoglio, já chefe do Estado-Maior do Duce, e de em seguida assinar, como ministro da Justiça, a

anistia aos fascistas e, finalmente, de propor, com o artigo 7º, a inserção da Concordata Mussoliniana na Carta Constitucional da República nascida da resistência. Foi, aliás, o mesmo Togliatti que, quando ainda jovem revolucionário, ao chegar a Moscou no final da década de 1920, com a recomendação de seu partido de votar em Bukarin contra Stalin, quem rapidamente compreendeu que convinha fazer justamente o contrário, e com este repentino rodopio de valsista salvou a si mesmo e a toda a direção do PCI do pelotão de execução, do qual não viriam a escapar os poloneses, iugoslavos e alemães.

Naturalmente, no caso de Benito Mussolini tal desenvoltura desperta ainda uma certa admiração, porque parece contrastar com o importante poder conseguido, do qual poderia se servir para ficar coerente com a exaltação do fascismo como mobilização permanente, levada até o heroísmo. Na realidade, ele só foi exigente com os dissidentes, os antifascistas, a quem incriminou, rotulando-os de "antinacionais" e inimigos da pátria, e a quem perseguiu durante todo o Vintênio com uma série de sofisticados instrumentos, que incluíam a demissão do emprego e a proibição de desenvolver atividades profissionais, a censura aos jornais, a implantação de um regime de polícia vigilante e sagaz, a criação do Tribunal Especial para Defesa do Estado (ou seja, do regime), as pesadas condenações ao cárcere ou ao exílio, e até a pena de morte, também decretada depois dos atentados dos primeiros anos, porém unicamente devido à tentativa de assassiná-lo. Segundo Enzo Magri, foram 32 as condenações à pena capital de fuzilamento, executadas de 1926 a 1943.

De qualquer modo, não há dúvida de que devam ser-lhe imputados sistemáticos episódios de violência cruel e generalizada, a começar pela atividade dos esquadrões organizados e atuantes entre 1919 e 1926 com a benévola neutralidade das forças de ordem e do Exército, além de uma esporádica recaída nos anos seguintes, como, por exemplo, quando foi exercida em 1929 contra a Ação Católica e em 1940 contra os leitores do *Osservatore Romano*, muito críticos em relação à sua decisão de entrar na guerra aos lado dos alemães. No imediato após-guerra, os membros dos esquadrões foram encarregados de *raids* punitivos, incêndios de bibliotecas, de domicílios dos mais conhecidos e ilustres antifascistas, generosas distribuições de cacetadas e de óleo de rícino, sem prever, ou talvez calculando deliberadamente, a eventualidade de poderem transformar-se em homicídios diretos ou indiretos, como no caso de Giacomo Matteotti, de Giovanni Amendola, de Don Minzoni e, muitos anos depois, dos irmãos Rosselli.

Também não há dúvida de que não são menos graves as responsabilidades pelas leis antissemitas de 1938, criadas unicamente para satisfazer ao aliado nazista e sem a menor justificativa, dada a total assimilação da minoria judaica desde os longínquos anos de unificação nacional: uma decisão ainda mais imperdoável que a própria subserviência com que, depois da Operação Skorzeny,

o Duce aceitaria funcionar como o *Quisling* da República de Saio*, sem ter a menor garantia de que conseguiria contrabalançar, mesmo que minimamente, a arrogância e a brutalidade dos invasores alemães, bem como o sadismo dos colaboracionistas de camisa negra.

**Quisling, Vidkun — Político norueguês cujo nome se tornou sinônimo de traidor. Ministro da Guerra de 1931 a 1933, fundou a União Nacional, pró-nazista. Após a invasão alemã, tornou-se chefe do governo. Foi condenado à morte e executado após a Libertação. Quanto a Salò, pequena cidade do Lago de Como, seria a sede do governo da República Social Italiana, criada por Mussolini em 1943, depois de sua prisão, a que se seguiria sua libertação pelos alemães invasores. (N.T.)*

Em outras palavras, podem ser atribuídas a esta personagem muitas culpas. Porém, não a de ter ordenado massacres, nem de ter encarcerado os dissidentes em campos de concentração nem de longe semelhantes aos *gulags* soviéticos ou aos *lager* hitleristas. Com uma única exceção, que não se pode, contudo, ignorar, até mesmo por estar documentada no *Diário* de Gaetano Ciano, que, na data de 22 de fevereiro de 1939, aludindo a um relatório do General Gastone Gambara sobre o desenrolar da guerra da Espanha, escreve textualmente: "Madri se rende necessariamente dentro em breve, ou então no final de março será dado pelas cinco colunas [italianas] o golpe que marcará o fim da Espanha vermelha. Muitos italianos têm também sido presos: anarquistas e comunistas. Eu disse isto ao Duce, que me deu ordem de mandar fuzilar todos eles, acrescentando: os mortos não contam a história." As centenas de milhares de italianos mortos, feridos e deportados em suas três guerras pertencem a um capítulo completamente diferente, ao passo que, para aliviar o pesadíssimo balanço da ditadura em Suas duas encarnações, podem ser lembradas poucas atenuantes, entre as quais a relativa amenidade do regime carcerário e do exílio (embora Gramsci tenha chegado à beira da morte antes de ser autorizada sua internação em um hospital), as frequentes anistias e a ajuda dada por baixo do pano aos parentes e a algumas vítimas dos esquadrões.

Sem dúvida, nem com a mais ardente fantasia seria possível atribuir a Stalin ou a Hitler uma relação com seu próprio adversário político como a que durante decênios uniu Mussolini e Pietro Nenni, e mesmo depois da Libertação este dirigente socialista e a família do Duce. É um capítulo interessante por muitas razões, inclusive pela oportunidade de reler as reflexões de um homem inteligente e generoso como Nenni acerca de seu antigo companheiro, muito tempo depois de sua traumática separação e do longo exílio a que ele foi condenado pelo ditador.

Sua amizade remontava a 1911, quando o socialista Benito Mussolini e o republicano Pietro Nenni, ambos originários da Romagna, tinham vindo à praça em Forlì com os operários vermelhos contra a expedição colonial pretendida por Giolitti à Tripolitânia. O assalto à estação em que culminaram aqueles dias de desordens e de greves levou os dois subversivos ao tribunal, onde o socialista concluiu sua autodefesa com uma citação de um filósofo grego que já espelhava sua personalidade agressiva e sarcástica: "Se me absolverem", disse o futuro Duce, "dar-me-ão um prazer; se me condenarem, honrar-me-ão." O tribunal honrou a ele e a Nenni, condenando-os respectivamente a sete e a doze meses de prisão que, em sua maior parte, passaram juntos na prisão bolonhesa de San Giovanni in Monte.

Nenni escreveria mais tarde que a prisão aproxima e fortifica a amizade.

Ele e Mussolini passavam algumas horas do dia na mesma cela, jogando cartas, lendo e fazendo projetos para o futuro. "Nosso autor preferido", registra Nenni, "era Sorel. Este escritor, por seu desprezo em relação aos acordos parlamentares e ao reformismo, nos encantava. Sua tentativa de conciliar Proudhon e Marx nos parecia abrir novos horizontes para o socialismo.

Mussolini não era um feticista do marxismo. Socialista por instinto e por uma espécie de tradição familiar, ele era acima de tudo um rebelde. Pouco a pouco foi me confessando as recordações de sua juventude, seus sonhos, suas ambições. Era um prisioneiro exemplar, indulgente para com os hóspedes habituais da cadeia, pronto a tudo desculpar e justificar em nome da injustiça social, origem de todo crime. Nossas celas ficavam em frente ao corredor dos menores, e à noite Mussolini experimentava uma espécie de sádico prazer em fazer com que nos contassem suas histórias e suas pequenas e miseráveis vicissitudes de detentos viciados. No cárcere de San Giovanni in Monte, em Bolonha, onde ficamos algumas semanas, em um grande aposento com sete ou oito outros detentos, sua alegria assumia frequentemente formas barulhentas e quase histéricas. Ele sentia falta de espaço, do violino e da filhinha, Edda, que na época tinha pouco mais de um ano."

Depois da Libertação, eu tive ocasião de ir visitar Nenni no apartamento em que então morava, na Praça Adriana, e foi ele quem me contou que, poucas horas antes, tinha enviado alguns pêssegos à "Eddinha", que ele tinha batizado e que, como toda a família Mussolini, naqueles meses estava vivendo na miséria: uma lembrança, evidentemente, daqueles longínquos anos de juventude em que tinham passado juntos por muitas experiências. Daquele período o líder socialista oferece uma síntese magistral em um escrito de 1964, no qual é impossível perceber o mínimo toque de rancor ou de vingança retrospectiva para com Mussolini, o homem que havia se transformado no pior inimigo dos socialistas.

"Era um rapaz de inteligência precoce, de um caráter vivaz, mas brutal em

sua timidez selvagem (...) Comprazia-se com longas leituras solitárias, sem, no entanto, amar os estudos. Quando sua mãe quis interná-lo em Faenza, no Instituto Salesiano, ele fugiu como um potro, abandonando seus mestres de batina. Seu pai se orgulhava legitimamente desta proeza. Apesar disto, Mussolini conseguiu terminar a escola normal e obter o diploma de professor primário em Forlimpopoli. Mas ele se sentia sufocado nas salas de aula. Tinha necessidade de espaço, de horizontes mais vastos e novos. Abandonou o colégio e as cartilhas e partiu para a Suíça, onde frequentou os cursos universitários de Vilfredo Pareto, em Lausanne, trabalhando de vez em quando como ajudante de pedreiro, como agitador político, como jornalista e até mendigando. Não respondeu à convocação para o alistamento militar e foi considerado revel. Conta-se que um dia, em Lausanne, durante uma controvérsia com um pastor protestante, ele desafiou o Todo-Poderoso Deus dos crentes a dar uma prova de Sua existência. E diante de um público desconcertado tirou do bolso o relógio: 'O senhor diz, senhor pastor, que Deus está em toda parte e tudo pode. Concedo a Ele cinco minutos para fulminar-me. J Esperou e, depois de passados os cinco minutos, exclamou: "O senhor é um impostor! Deus não existe!"

Aproximadamente trinta anos depois, este céptico assinaria com o Vaticano uma *Concordata*, na qual, na qualidade de primeiro-ministro italiano, concedia um *status* privilegiado à Santa Sé em troca de uma preciosa legitimação aos olhos de todos os católicos e moderados. Tinha se transformado em um cínico realista, a anos-luz de distância do jovem incendiário de então, para quem a luta política era como uma ginástica revolucionária: "Sua estratégia consistia na conquista das ruas. Por isso, no dia em que chegou à Itália a notícia do fuzilamento na Espanha do anarquista Francisco Ferrer, os manifestantes em Forli foram arrastados por ele até a praça principal onde uma estátua da Virgem no alto de uma coluna foi derrubada entre gritos e blasfêmias. Posteriormente, em Milão, a conquista da *Galleria* foi o objetivo constante das manifestações populares organizadas por ele."

O futuro ditador da Itália levava na época uma vida simples e paupérrima. Podia ser frequentemente visto vagando solitário pelos campos, e seus concidadãos o consideravam um maluco. Alguém até o tinha apelidado de "O Louco".

Sua mulher, na intimidade, também o chamava assim. Apesar de tudo, em 1922, o ex-socialista de Predappio levava ainda uma vida simples, e até mais do que pobre, e sobretudo tinha se tornado excessivamente pacato, a ponto de estar se preparando para levar ao rei saviardo* aquela "Itália de Vittorio Veneto" da qual estava prestes a tornar-se primeiro-ministro. Alguns meses antes, no mês de janeiro, o acaso quis que os dois velhos companheiros subversivos se encontrassem, como jornalistas, em Cannes, onde o velho Aristide Briand tinha organizado uma importante conferência internacional. A conferência tinha se

prolongado até altas horas da noite, mas depois do jantar os dois italianos se encontraram e começaram a caminhar juntos e a conversar ao longo da Croisette. "O destino", escreve Nenni, "nos colocava pela última vez um diante do outro em pé de igualdade. Uma velha amizade, uma origem comum, muitas batalhas travadas juntos: era este passado que nos unia. Nossos ideais, nossas paixões, nossos sentimentos atuais nos contrapunham violentamente."

**Vittorio Emanuele III di Savoia, rei da Itália. (N.T.)*

Apesar de tudo continuaram discutindo até o alvorecer, hora em que a brisa que sopra do mar "leva consigo o eco das últimas palavras". E, naturalmente, são palavras polêmicas, contestações recíprocas, um documento extraordinário sobre os sentimentos e as motivações de Mussolini na véspera de seu passo decisivo. É inútil relatar todas as passagens citadas por Nenni, basta registrar as afirmações com as quais o futuro Duce justifica sua clamorosa mudança de posição política e demonstra igualmente aquela ambiguidade que o acompanhará até os últimos e trágicos dias de sua vida, quando, em abril de 1945, em Milão, mandará chamar Corrado Bonfantini, o comandante das Brigadas Matteotti, para informá-lo de que pretende render-se, sim, mas exclusivamente ao Partido Socialista. E depois nada disto acontece.

Naquela noite de janeiro de 1922, o humor, naturalmente, é outro.

Explica a Nenni, antes de tudo, por que levou o movimento fascista à guerra civil: a seu ver, é uma trágica necessidade, imposta pela carência do Estado diante da "ameaça bolchevista", que somente seu partido é capaz de evitar, a necessidade de restabelecer a autoridade e salvar a vitória "mutilada", como diz, repetindo a expressão usada por D'Annunzio. À contestação do companheiro de outros tempos na Romagna, que o acusa de ter-se tornado um instrumento das classes dominantes, para as quais é bolchevismo o simples direito dos trabalhadores de se organizarem em defesa de seus interesses e para a conquista do poder, o Duce responde que não ignora os "sentimentos e ressentimentos" daquelas classes, das quais, apesar de tudo, não se sente de modo algum um instrumento. Mas que, de qualquer modo, teve de aceitar a "guerra" com a esquerda porque, quando falou em paz, "riram na sua cara".

Seu interlocutor não usa tons agressivos. Nos bancos em que estão sentados para descansar "dir-se-ia que flutuam nas sombras, suas vozes tornam-se apagadas, quase dolorosas". E o juízo final que o futuro líder dos socialistas italianos expressa sobre Mussolini é severo, porém não hostil: "Ele sabe que, a cada dia que passa, o círculo de ódio se fecha cada vez mais. Sente um profundo desprezo por aqueles que o apoiam e sabe que é, por sua vez, desprezado. Não ignora que só é chefe se obedecer às baixas pressões de uma classe ébria de

vingança que quer o extermínio dos socialistas."

Os dois velhos amigos se afastam sem dramas e sem reconciliação.

Vinte e um anos mais tarde, quando Nenni for preso na França pela Gestapo e deportado para a Alemanha, algo ou alguém intervirá para desviá-lo para a Itália. Até hoje não há qualquer documentação sobre isto, mas a lenda julga que este algo tenha sido um telefonema do Palácio Veneza para Hitler e que alguém, isto é, Mussolini, tenha pedido ao Führer para entregar-lhe um prisioneiro que lhe pertence. A verdade é que, no dia 3 de junho de 1943, depois de cinco semanas de reclusão transcorridas na prisão romana de Regina Coeli, sem um interrogatório nem qualquer contestação, Pietro Nenni desembarca da *Gaeta* em Ponza e é transferido para um quartel onde já estão amontoados 600 exilados, falta água e a higiene é deplorável, mas que aos deportados de Dachau e de Auschwitz pareceria o Paraíso terrestre. O personagem que o enviou para lá, tirando-o da mira da Gestapo, encontrar-se-á com ele por uma estranha brincadeira do destino somente em 28 de julho, três dias depois da histórica sessão do Grande Conselho, que encerrou o penúltimo capítulo da sua existência. E Nenni anota isto tranquilamente em seu diário: "Trinta anos atrás, estávamos no cárcere juntos, ligados por uma amizade que parecia desafiar o tempo e as tempestades da vida, por estar fundamentada no desprezo de ambos pela sociedade burguesa e pela Monarquia. Hoje estamos ambos aqui, confinados na mesma ilha: eu, por decisão dele, e ele por decisão do rei e das camarilhas da corte, militares e financistas que se serviram dele contra nós e contra o povo, e que hoje se desfazem dele com a esperança de sobreviverem à derrocada do fascismo.

Entre a detenção comum de 1911 e este fortuito exílio comum em Ponza, trinta anos, dos quais vinte foram para ele de poderio, de orgulho, de loucas ambições e de abusos sem limites do poder, e foram para nós, socialistas, anos de luta, de miséria, de dor, do cárcere ao exílio, do exílio ao cárcere, de uma derrota a outra, porém sem que a humilhação e a vergonha jamais nos tenham feito baixar a cabeça. Esta noite gostaria de retomar com Mussolini a conversa interrompida há vinte anos em Cannes, a última vez em que falei com ele..."

Na realidade, Nenni, como afirma De Felice na famosa *Entrevista sobre o Fascismo*, gostaria também de saber se era verdade que "em determinado momento de sua vida", ou seja, quando de sua deportação para a Alemanha, Mussolini o teria ajudado. Mas não teve nunca certeza disto.

Para quem nasceu poucos meses antes da Marcha sobre Roma*, como é o caso deste autor, e viveu, portanto, sua infância e adolescência na envolvente atmosfera do Vintênio, não foi fácil livrar-se do fascínio de Mussolini. No âmbito da classe média, somente quem tinha um parente irredutivelmente antifascista podia sentir, até a metade da década de 1930, o peso do regime, sua intolerância

em relação à dissidência, o aspecto irritante e às vezes ridículo de sua retórica. Sabíamos pouco ou nada da história italiana entre o Renascimento e as guerras coloniais, pouco a respeito dos partidos democráticos, das organizações e dos intelectuais que o fascismo havia obrigado ao silêncio, ao exílio ou à cadeia. E se, naquela época, a grande maioria dos adultos mantinha seu apoio, frequentemente entusiasta, a Mussolini, para os muito jovens a opção conformista era inevitável, não só pela atração que exercia o mito do Duce, tão obsessivamente cultivado, como também, ou talvez sobretudo, pela natureza infantil do fascismo, a puerilidade de suas estruturas e de suas palavras de ordem, sua vulgaridade em termos de cultura. A fantasia das crianças, e mais ainda a dos rapazes, era cotidianamente bombardeada pelo estímulo a gestos exemplares, atos de coragem e heroísmo, aventuras, dentro de uma concepção da vida que oscilava entre a combatividade do esportista e o ímpeto do guerreiro. As coreografias do *Littorio* não aguentariam uma comparação com as dos nazistas, mas naqueles anos o mundo nibelúngico de Hitler era desconhecido, ou objeto de zombaria, na Itália, onde se exaltava, ao contrário, a ressurreição da romanidade — artifício totalmente retórico, mas do qual, apesar de tudo, nos sentíamos muito orgulhosos. Sem suspeitar que o Duce o devesse à imaginação de Margherita Sarfatti, sua amiga e inspiradora nos primeiros anos do Vintênio.

**A marcha dos ex-combatentes da Primeira Guerra Mundial, seguidores de Mussolini, realizada em 1922 e cujo resultado foi a tomada do poder por parte dos fascistas. (N. T)*

O diapasão do entusiasmo e do consenso popular foi alcançado provavelmente na noite de 9 de maio de 1936, quando Mussolini, do balcão do Palácio Veneza, proclamou a conquista do Império. Era o vitorioso término da conquista da Etiópia, que a opinião pública tinha saudado como a revanche da Batalha de Adua e de outros sofrimentos trazidos pelo "mal da África", não tanto por parte dos abissínios, como por parte dos pérfidos e insaciáveis ingleses e de seus cúmplices franceses, aos quais nos ligava, como disse o Duce, "uma irmandade ou um parentesco de primos bastardos". Nós, rapazes, havíamos acompanhado a gesta do General De Bono, de seu colega Graziani e, depois, do Marechal Badoglio, no mapa verde do "chifre da África", fincando dia a dia nossas bandeiras tricolores sobre o nome das localidades que, a partir da Eritreia ou da Somália, nossas tropas iam ocupando nas terras sobre as quais reinava o Negus,²⁴ personagem respeitável que o regime nos havia ensinado a considerar uma caricatura ridícula.

Naquela noite, como poderíamos constatar alguns dias depois no Cinejornal LUCE, a Praça Veneza e toda a cidade de Roma estavam iluminadas com milhares de lâmpadas, enquanto a voz de Mussolini pronunciava pausadamente

seu triunfal discurso exaltando o retorno do Império "sobre as colinas predestinadas de Roma". Minha mãe e eu, que ouvíamos o discurso pelo rádio, nos abraçamos chorando, como se fôssemos testemunhas do triunfo de Caio Júlio César sobre Vercingetórix. Nós éramos muito pobres, mas nos sentíamos orgulhosos com a conquista da Etiópia, como se o Império tivesse verdadeiramente um sentido, como se nos pertencesse e pudesse mudar o nosso destino, e o de todos os italianos. Naturalmente, naquela noite não suspeitávamos sequer que jatos de gás tinham já sido lançados contra as milícias de Negus*, nem que o Vice-Rei Graziani faria a seguir um massacre em Adis-Abeba, após o choque de um atentado por ele sofrido.

**Negus — Título dos soberanos da Etiópia, que significa "o rei dos reis", aqui designando Hailé Selassié. (N. T.)*

Poucos dias depois do discurso na Praça Veneza, Mussolini se retirara para saborear a alegria do triunfo em sua casa de campo na Romagna, a *Rocca delle Caminate*, em companhia da esposa, Rachele Guidi, que os bajuladores chamavam aristocraticamente Senhora Rachele e os maldizentes asseguravam que era filha da amante de Alessandra, o famoso ferreiro, e depois dono de botequim, pai de Benito. Nas memórias publicadas em 1973, na França, a viúva de Mussolini narra dois episódios que se passaram precisamente em maio de 1936 e que nos ajudam a apresentar o Duce do fascismo em sua real dimensão. Na intimidade daqueles dias de descanso desenrola-se entre marido e mulher, que acabavam de voltar de um passeio em um Alfa Romeu, um diálogo cujos termos os italianos jamais teriam imaginado naquele momento, embora seja provável que Rachele tenha acentuado *ex-post* o tom bonachão de seu cônjuge: "Benito", teria dito a Senhora Mussolini, "lembre-se de Napoleão, você que o admira tanto. Era poderoso, senhor de metade da Europa, imperador. Depois das vitórias buscou novas vitórias, depois das conquistas quis mais conquistas. E o que foi que conseguiu? Despencou-lhe tudo em cima. Você se lembra daquela letra da canção que cantávamos quando éramos jovens? 'Napoleão com toda a sua soberba... acabou na Ilha de Elba.' Esqueceu-se desta canção?"

Atingido pelo toque de mau agouro, o Duce teria perguntado com uma certa irritação: "O que eu deveria fazer, a seu ver? Demitir-me e ir criar galinhas na Romagna? Ah, não brinque, Rachele!"

Mas Rachele não teria se deixado intimidar e, com muito bom-senso, mas também com pouca esperança de conseguir, teria tentado persuadir o marido: "Não, não lhe peço que venha bancar o camponês. Quero só que você pare a tempo. Queria que dedicasse a si mesmo, a mim e a seus filhos dez ou quinze anos de sua vida, depois de ter dedicado trinta anos à Itália e à política!"

A política é traiçoeira; hoje você vive os seus melhores aspectos, mas existem também os perigosos... Cuidado com o que pode acontecer." É inútil dizer que uma vez de volta a Roma o Fundador do Império riscou até da memória o sábio conselho de sua esposa, ainda mais porque a roda da história, como ele certamente teria dito, estava girando na direção de outro empreendimento memorável, a guerra civil da Espanha. Porém, durante aquela pausa doméstica em Rocca, tinha havido uma outra troca de ideias entre marido e mulher que vale a pena citar. Benito tinha acabado de rachar lenha no pátio da mansão para manter-se em forma quando se recorda de um episódio que o divertira muito e decide contá-lo à mulher: "Veja só, Rachele. Sabe o que o rei me propôs há dois dias? Queria nomear-me príncipe."

"Essa, não!", disse Rachele. "E você, aceitou?" "Está brincando? Já imaginou? Eu chegando em um lugar e o recepcionista anunciando: Sua Alteza, o Príncipe Mussolini!"?

"E eu teria de me tornar a Princesa Rachele Mussolini? Nossa, que absurdo!"

É uma anedota divertida, embora seja demasiado fácil assinalar que à afabilidade e à discrição que o chefe do fascismo realmente mantinha na vida privada, com um hábito exemplar de probidade pessoal, correspondia, infelizmente, a ênfase histrionica das aparições e discursos públicos, para não falar de tantas outras lacunas de um temperamento só exteriormente firme.

Seja como for, se evocamos a noite luminosa e um tanto surreal de 9 de maio de 1936, é principalmente porque nos lembra, à distância de tantos decênios, de que magia era capaz o Duce, e também porque, paradoxalmente, exatamente a partir daquele dia inebriante começa o declínio cada vez mais rápido e incessante daquele que o Papa Ratti tinha definido como o Homem da Providência Divina, até transformá-lo no político mais desprezado e odiado do país, encarnação viva de um desengano doloroso cujo preço viria a pagar de modo cruel juntamente com sua corajosa companheira, Claretta.

O ditador nunca tinha tido sucesso tão amplo e tão comovente como o da noite de 9 de maio de 1936, porque, naquele momento, a mensagem e o meio coincidiam perfeitamente, coincidiam o evento e o modo de anunciá-lo, com resultados igualmente positivos, persuasivos, brilhantes. De fato, ainda que se possa questioná-lo e criticá-lo sob muitos aspectos de sua vivência política e humana, Mussolini se coloca, porém, como um dos fenômenos de mídia mais interessantes do século 20. Não se trata apenas de sua habilidade de jornalista, de sua capacidade de formular suas próprias teses ou de articular a polêmica com uma prosa clara, sintética, frequentemente irônica e apesar disto bastante eficaz, até por vir expressa com brevidade em artigos, comentários ou discursos ricos em ditos espirituosos e em slogans, nos quais se sente o eco de uma inteligência sólida e de uma cultura vasta, mas desordenada e superficial, típica de um

autodidata que se alimentou com caótica avidez primeiro das noções de classe de Marx e de outros profetas do socialismo, depois da prosa carregada de D'Annunzio e da linguagem descarnada e fulgurante do futurismo.

Porém, há algo mais. Ele intuiu desde as suas primeiras experiências como diretor do *Avanti!*, na década de 1910, a importância fundamental no mundo moderno do nexos entre palavras e ações, isto é, o potencial revolucionário da propaganda como instrumento de persuasão, mas também de manipulação, de pressão psicológica, de travestimento da mentira em verdade diante de uma multidão ingênua e desinformada. Até mesmo depois de ter-se afastado da disciplina marxista, conservou o hábito mental de considerar a história como história da luta de classes e olhar para o proletariado como o protagonista da mudança, embora com duas diferenças decisivas, duas colossais deformações da teoria: primeiro, liquidou a luta de classe como processo dialético nacional, pretendendo resolvê-la por mediação de um corporativismo de ambições irrealizáveis, que nunca chegou à prática (como demonstraria exaustivamente Bottai em seu diário) e transferindo-a ao plano internacional como luta entre os países ricos em colônias e recursos contra os países pobres cuja única riqueza é a mão de obra e ser carne para canhão. Em segundo lugar, atribuiu na realidade ao proletariado, suposto protagonista da história contemporânea, um papel subordinado, subjugando-o à vontade, às diretrizes, ao gênio de um ditador perpétuo, ou seja, dele mesmo.

Em suma, percebeu apenas uma dimensão da civilização de massa, a da mobilização partida do alto, da obediência partidária, de uma espécie de alienante consumismo político.

À parte este condicionamento redutor e instrumental com que viu a comunicação — algo, aliás, que não é estranho a muitos políticos até de declarada fé democrática —, Mussolini sem dúvida continua sendo um professor primário e, em certo sentido, um precursor da que muitos anos mais tarde será chamada de Teoria da Informação. É por natureza, instintivamente, um jornalista e, além disto, um criador de jornais (duas profissões paralelas que nem sempre coincidem), como teve a ocasião de demonstrar desde os anos de juventude, quando dirige primeiro *A Luta de Classe*, em Forlì, e depois, com expressivo sucesso de difusão, o jornal socialista *Avanti!* É uma profissão que vive com paixão "verdadeira e profunda", como escreveu De Felice, apoiada em um estilo "inconfundível, feito de clareza, imediatez e incisiva agressividade". Esta última característica pode ser apontada como o único limite do jornalista Mussolini. Muito longe da concepção anglo-saxã a respeito do caráter exaustivo da informação, ou seja, da relação indissolúvel entre a notícia e o fato, ele é, ao contrário, o primeiro político italiano a ter plena consciência da função que pode ter a imprensa no século 20 como instrumento para orientar as massas que a Revolução Industrial libertou do silêncio da pré-história, manipulando-as

conforme a ideologia, a linha política, os interesses do partido, do grupo de pressão ou do líder.

Já havia demonstrado isto com o *Avanti!*, quando tentara levar o Partido Socialista a posições mais radicais, e vai demonstrá-lo de forma ainda mais evidente no outono de 1914, quando funda o *II Popolo d'Italia*, depois de sua expulsão do partido por ter proclamado a necessidade de passar da neutralidade absoluta pregada pelos socialistas italianos a uma "neutralidade ativa e operacional", antessala da intervenção [na Primeira Guerra Mundial].

Como de costume, suas motivações ideais são ambíguas, porque ele se justifica com a exigência ideal de evitar um triunfo dos Impérios centrais, que cortariam pela raiz qualquer possibilidade revolucionária, embora não tenha vacilado em aceitar ajudas financeiras por parte de empresários italianos e, principalmente, do governo francês. Porém, à diferença de seus antigos companheiros socialistas — que por coerência ideológica foram fortemente contra a intervenção e assumiram em relação a ela uma atitude de distanciamento, expressa no lema "nem aderir, nem sabotar" —, o futuro Duce, graças a seu faro de cronista desencantado, intuiu exatamente pelo contato com a opinião pública a transformação que a guerra estava provocando na psicologia coletiva dos italianos, os elementos novos que, apesar daquela assustadora carnificina, vão se desenvolvendo no país no que diz respeito à cultura do século 19, à separação entre as camadas sociais, ao isolamento da zona campesina em geral e particularmente do Sul da Itália.

Os meses passados no *front*, no hospital ou na redação do *Popolo d'Italia* o ajudaram a entender que a trincheira ofereceu a milhares de jovens de uma classe média até então tímida e frustrada a oportunidade de viver a emocionante aventura do mando e do perigo, em contato com um mundo fechado, mas ingênuo e generoso como o do camponês, enquanto no *front* interno se iniciava uma marcha lenta, mas irreprimível, em direção à emancipação da mulher, inclusive com a sua participação no trabalho das fábricas ou nos serviços públicos em substituição aos homens fardados em verde-cinza. Mussolini compreendeu que o processo de modernização da sociedade exigia um preço altíssimo em sacrifícios e em sangue, criando em todas as classes uma sensação de mal-estar e a espera de uma remuneração que a velha classe dirigente não está em condições de dar, apesar da forte pressão vinda do proletariado e que se acentuará, sob o impulso das ideias comunistas no "biênio vermelho", como se na realidade estivessem a ponto de "fazer como na Rússia". Também aqui o ex-socialista, depois de alguma hesitação inicial que se percebe no programa "diciannovista"* do nascente movimento fascista, escolhe o caminho indicado por D'Annunzio, com a conquista de Fiume**, e sugerido, sobretudo, pela amargura e pelas veleidades dos que voltavam da guerra, formando a estrutura de base dos *squadristi* [esquadrões de ação].

**Diáannovista — Os que fizeram parte do movimento fascista desde sua fundação, em 1919. Este primeiro programa tinha ainda marcas de ideias socialistas. (N. T.)*

***Fiume — Pelo Tratado de Versalhes, esta cidade ficou com a Iugoslávia. Para protestar contra o que D'Annunzio considerava traição à Itália por parte dos aliados, ele a ocupou com um grupo de soldados voluntários, em 7 de julho de 1919, aí ficando até 12 de novembro de 1920. (N. T.)*

A violência nas ruas contra as esquerdas e os sindicatos se alterna, no ambicioso projeto de Mussolini, com uma ação política muito flexível e, sobretudo, com uma campanha de propaganda engenhosa, virulenta, persistente, que criminaliza os adversários e exalta o protesto nacionalista contra a "vitória mutilada" do Tratado de Versalhes, com um objetivo bem definido: captar as simpatias da Monarquia, das castas militares e das grandes indústrias. O "biênio vermelho" já está superado no país (até porque demonstrou que faltavam ao movimento operário um projeto e um Estado-Maior eficiente), mas a propaganda fascista continua agitando cada vez mais dramaticamente a bandeira vermelha do perigo comunista e confirmando, nos discursos e nos artigos do jornalista romagnolo, sua mortífera força de embate.

Mais tarde, ao rememorar o momento em que passara a direção do jornal a Arnaldo, seu irmão, para assumir a presidência do Conselho, ele mesmo proclamará, "sem os falsos pudores das falsas modéstias", que conseguiu imprimir ao *Popolo d'Italia*, "por meio de milhares de artigos, de títulos, de notas breves, de desenhos" por ele inspirados, "um caráter polêmico, agressivo, de luta contínua", habituando algumas dezenas de milhares de leitores à sua prosa "personalíssima", que jamais poderia mascarar com pseudônimos ou outros expedientes. Uma observação na qual transparece o prazer de quem sabe fazer o próprio ofício e o ama genuinamente. Por outro lado, foi realmente necessário um profissionalismo diabólico para apresentar à opinião pública como uma empreitada heroica dos camisas-negras aquela marcha sobre Roma que o quadriunvirato orientou tranquilamente pelas estradas da península enquanto o Duce viajava comodamente de Milão para a capital no vagão-leito colocado à sua disposição por Sua Excelência, o *prefeito**.

**Prefeito — Interventor do governo nas províncias. (N. T.)*

Mesmo depois da transferência da direção para Arnaldo ele continuará a

acompanhar, a inspirar e frequentemente até a escrever editoriais e comentários para o *Popolo d'Italia*, não aceitando, infelizmente, satisfazer-se com este prazer, mas realizando também o seu sonho tirânico de dirigir idealmente todos os jornais italianos por meio dos expedientes mais diversos, cada um mais indecente que o outro: a censura, a desapropriação forçada no caso dos editores que não se alinhavam totalmente ao regime, a expulsão ou o exílio para redatores pouco ortodoxos, e finalmente o envio, aos cuidados do responsável pela imprensa do partido e em seguida do Ministério da Cultura Popular, de instruções cotidianas, que constituem um breviário de propaganda para todos os diretores dos jornais, uma espécie de catecismo fascista da notícia, que às vezes se transformava em recomendações ridículas, como no famosíssimo convite a "minimizar o papa". Apesar de tudo, este estrangulador de colegas compartilha de seus hábitos, debilidades e exaltações, lê diariamente todos os jornais em banca, além de inúmeras outras folhas da província, ou dos jovens do GUF (Grupo Universitário Fascista); sublinha com caneta vermelha e azul os artigos que considera bons, ou os suspeitos, descobre com prazer talentos pouco conhecidos, incluindo-os até como colaboradores do *Popolo d'Italia*. E continua sendo jornalista até entre o outono de 1943 e a primavera de 1945, durante os meses humilhantes em que está praticamente prisioneiro dos alemães nas margens do Lago de Garda e se sente como "morto": é quando publica em série no *Corriere della Sera*, da República de Salò a *História de um Ano*, versão venenosa e muito manipulada do 25 de julho*, contribuindo para aumentar vertiginosamente a tiragem do jornal; ou quando, para matar o tempo na fúnebre Mansão Feltrinelli, inventa uma agência, a "Correspondência Republicana", que só ele abastece de notícias e comentários, embora saiba perfeitamente que sua prosa "personalíssima" já não surtirá o mínimo efeito sobre o desenvolvimento dos acontecimentos.

**Em revanche ao ocorrido em 25 de julho, foi aberto um processo no qual Mussolini se empenharia pela condenação dos membros do Grande Conselho que votaram contra ele.*

Obviamente a ação propagandística do chefe do governo não se limita ao férreo controle da imprensa. Há pelo menos outros três setores dos meios de comunicação que ele olha desde os primeiros anos do regime como a outros tantos canais a serem utilizados para a divulgação de sua palavra: o rádio, o esporte e o cinema, ao passo que leva mais tempo a predispor-se a experimentar a televisão, sem chegar a vir utilizá-la com maior empenho, como poderia certamente ter feito. Na verdade, os primeiros contatos do Duce com o rádio não são felizes, até porque, como todos os homens de sua geração, ele nutre ainda uma certa desconfiança para com a genial invenção de Marconi.

Quem vem a romper o gelo é Costanzo Ciano, muito sensível aos problemas da comunicação devido a suas ligações com a Marinha e grande admirador do físico de Bolonha [Marconi]. Nomeado ministro dos Correios e Telégrafos em fins de janeiro de 1924, o velho Ciano tem facilidade de convencer o Duce a autorizar a transmissão, via rádio, do discurso que deve pronunciar em 25 de março no Teatro Costanzi, de Roma. Uma pane técnica interrompe a transmissão imediatamente após o início do discurso, provocando mágoa no interessado e decepção para Ciano, mas o incidente não impede a afirmação do rádio na Itália, tanto que, em junho do mesmo ano, é criada a URI— União Radiofônica Italiana —, que em dezembro torna-se concessionária exclusiva do serviço.

Reforma

O processo de politização, inicialmente menos rápido que o da imprensa, começará em breve a queimar etapas. Os lançamentos da agência oficial do governo, a Stefani, os artigos e os comentários do *Il Popolo d'Italia*, os discursos de Mussolini alimentam noticiários e transmissões em ritmo crescente. Marconi contribui para atenuar a perplexidade do ditador, quando reivindica para si "a honra de ter sido na radiotransmissão o primeiro fascista, o primeiro a reconhecer a utilidade de reunir em feixes [*fascio*] os raios elétricos, assim como Mussolini foi o primeiro a reconhecer a necessidade de reunir em feixes as sadias energias da nação para a maior grandeza da Itália". O paralelo é forçado e um tanto cômico, mas dada a enorme popularidade da personagem tem um incalculável valor propagandístico.

Entre os chefes fascistas, todos estão convencidos da importância do meio, sobretudo Arnaldo, o sábio irmão do Duce, e o secretário do PNF, Augusto Turati. Será este que, em novembro de 1927, levará a cabo o estudo de uma reforma que se traduz na criação de uma nova entidade, o EIAR (Entidade Italiana de Audições Radiofônicas), e na constituição de um comitê de vigilância que garanta o controle do governo sobre as transmissões. A ordem é de incrementar a difusão capilar do rádio, aumentando o número de assinantes, durante alguns anos ainda bastante reduzido, enquanto se busca acelerar a produção nacional de aparelhos cujo custo representa um sério obstáculo para a penetração capilar da mensagem. Serão necessários alguns anos, contudo, para que o noticiário da rádio se torne mais informativo, articulando-se em redações mais bem organizadas e sendo assim capaz de garantir o mais amplo destaque às manifestações fascistas e aos discursos do Duce por meio de novos sistemas de amplificação que permitam "a presença de grandes multidões de ouvintes em espaços abertos". Em 1931, o caminho percorrido é já tão significativo que, segundo um estudioso da história do rádio, uma pesquisa de opinião classifica Mussolini — objeto, neste momento, de descarada adulação com a qual ele é o primeiro a comprazer-se — entre os doze melhores oradores radiofônicos do mundo, embora ele na realidade prefira que o microfone capte seu diálogo com a multidão, um ritual que lhe lembra inconscientemente os antigos comícios socialistas.

Quando o regime empreende a invasão da Etiópia, providenciar-se-á para que os discursos do chefe possam ser ouvidos por 20 milhões de italianos, concentrados pelas organizações fascistas de massa nas praças das cidades ou

conectados nos vilarejos rurais por meio de alto-falantes instalados pelo partido. Um passo decisivo em direção à sociedade totalitária é dado no dia 6 de setembro de 1934, quando o Departamento de Imprensa do PNF é substituído por uma Secretaria para a Imprensa e Propaganda que mais tarde, a exemplo do modelo nazista, se transformará no Ministério da Cultura Popular (que no zombeteiro dialeto de Roma tornar-se-á o *Minculpop*)*. Mas a esta altura estamos já no plano inclinado que nos levará à Segunda Guerra Mundial, e diante desta perspectiva Mussolini cria em Bari uma poderosíssima transmissora para difundir a propaganda anti-inglesa para todo o Mediterrâneo e especialmente para os países árabes. Por uma diabólica brincadeira do destino são exatamente essas instalações que vão possibilitar ao setor da guerra psicológica aliada (o *Psychological Warfare Branch*) lançar suas transmissões contra os nazifascistas, em apoio à resistência guerrilheira, também com límpida escuta no território da República de Salò.

**Ao que parece, os romanos, sempre dessacralizadores, assim abreviaram o dito "Mi hanno inculato il popolo" ("Botaram no cu do povo"). (N. T.)*

Mas o rádio serve igualmente para favorecer a instrumentalização do esporte por parte do regime, um outro recorde de mídia de Mussolini. A primeira transmissão radiofônica de uma competição atlética é feita pela EIAR em 25 de março de 1928: é uma partida internacional de futebol entre a Itália e a Hungria, tendo como comentarista um redator da *Gazeta do Esporte*, Giuseppe Sabelli Fioretti. Também aqui se procede gradualmente e por meio de experiências, até que, em primeiro de janeiro de 1933, entra como radiocomentarista do encontro Itália — Alemanha realizado em Bolonha um jornalista nascido na Sicília e que se mudara para Gênova, Nicolò Carosio, que, a partir daquele dia e durante cerca de meio século, dará voz à paixão popular pelo jogo, primeiro pelos microfones da rádio e depois, por poucos anos, pela televisão. Carosio tem pouca familiaridade com a técnica futebolística, mas, em compensação, fala com voz agradável e em um ritmo endiabrado, superando a competência com a fantasia e, sobretudo, interpretando com perfeição a inspiração nacionalista que o regime pretende conferir às manifestações esportivas como veículo de sua ideologia vitalista e patriótica.

O acontecimento que vai oferecer ao jovem comentarista a oportunidade de tornar-se conhecido de um público, para aquela época, vastíssimo é o campeonato mundial de futebol, realizado no verão de 1934, na Itália, por vontade de Mussolini, com a intenção de demonstrar o espírito "vibrante" e a capacidade de organização do fascismo. A demonstração é bem-sucedida porque os "azuis" conquistam a vitória e Carosio confere a seus comentários radiofônicos

o suspense e a participação necessários para suscitar o entusiasmo dos ouvintes, sobretudo dos mais jovens, que têm assim um modo de apaixonar-se a seguir com a afirmação do "nome italiano no mundo" em 1936 e em 1938, no momento em que os "azuis" vencem também o torneio olímpico em Berlim e o segundo campeonato mundial em Paris. Antes de Hitler e dos próprios dirigentes dos governos comunistas do Leste, o Duce intuiu que, com o advento da cultura de massa, o esporte tornar-se-ia um formidável instrumento de propaganda política (como o será a publicidade comercial na era televisiva), devido a sua natureza competitiva, a sua popularidade e a sua fácil identificação com os sentimentos locais e chauvinistas da massa. Mas em dezembro de 1925 o chefe do jornal do partido, Lando Ferretti, é transferido para a Presidência do Comitê Olímpico, órgão de coordenação de toda a federação esportiva, com ordens precisas no sentido de fascistizar o esporte, mas, a partir de dentro, sem alterar, contudo, sua autonomia técnica e gerencial, ao contrário, defendendo-a da invasão das organizações juvenis do PNF. No ano seguinte Ferretti, que é um chefe culto e equilibrado, "depois de receber as ordens do Duce", segundo a fórmula tradicional, nomeia como presidente da Federação Italiana de Futebol o chefe dos esquadrões de Bolonha, Leandro Arpinati, um ex-anarquista, de grande honestidade pessoal, que desenvolverá um bom trabalho, até que, entrando em violento conflito com Achille Starace, será liquidado também como subsecretário do Interior e será enviado para o exílio. A partir daí os representantes do futebol italiano passam a vestir a camisa negra, a fazer a saudação romana e são vaiados no exterior pelos antifascistas exilados, como aconteceu, aliás, em todas as outras disciplinas esportivas, que viriam a ter presença discreta nos jogos olímpicos, tanto nos de Los Angeles, em 1932, como nos de Berlim, em 1936.

Tanto quanto, ou mais que o esporte, busca-se valorizar, para consolidar o consenso e a imagem do regime, o cinema, que Mussolini define até como "a arma mais forte". As etapas de uma reorganização do setor estão representadas pela transformação do Instituto Nacional "LUCE" em uma entidade do Estado, pela abertura em Veneza da Mostra do Cinema no âmbito da Bienal de Arte, e pela criação do Centro Experimental de Cinematografia, em Cinecittà. Aqui, porém, o condicionamento ideológico é mais difícil, pois o meio é infinitamente mais complexo, o ambiente indócil e extravagante, por mais que o Duce se interesse de perto — inclusive como autor, com Gioacchino Forzano ou em pessoa — por textos destinados a serem filmados, do teatral *Campo di Maggio* ao cinematográfico *Luciano Serra pilota*. Tudo que se pode fazer é criar um gênero de evasão, o dos chamados "telefones brancos"*, e exercer uma censura implacável, e às vezes ridícula, que impõe a ambientação na Hungria ou em países imaginários de roteiros cinematográficos bastante livres em matéria de costumes ou de ortodoxia política. A invasão de filmes estrangeiros, especialmente americanos, franceses e até soviéticos, é de qualquer forma

incessante, apesar de todas as campanhas moralizadoras da imprensa fascista, até que, em 1938, isto é, às vésperas da conflagração mundial, o próprio Mussolini impede autoritariamente, com um decreto de autossuficiência nacional, a importação dos filmes de Hollywood — mesmo que Vittorio, seu filho, um admirador daquela produção, tenha visitado recentemente os estúdios americanos e dirija a revista *Cinema*, em que dá vasto espaço a jovens críticos que são tudo menos conformistas.

**Telefones brancos — Gênero de filmes italianos de 1930 a 1940 cujas temáticas excluíam os problemas políticos e sociais. O aparelho era típico objeto de luxo das ricas mansões da época. (N. T)*

Apesar de não terem faltado no cinema italiano do Vintênio bons filmes e diretores de valor, como Amleto Palermi, Alessandro Blasetti, Mario Camerini, o Luchino Visconti da primeira fase ou o Comandante Francesco De Robertis (um pioneiro do neorrealismo), a questão é que um bom cinema de propaganda é, por definição, irrealizável. De utilidade bem diversa para os fins a que se propõe Mussolini se reveste o Cinejornal LUCE, tecnicamente muito bem feito, e que é totalmente posto à disposição da propaganda do regime, exaltando não só as iniciativas políticas, sociais e bélicas do Duce, como seu mito pessoal, apresentando-o progressivamente como guerreiro sério, vigoroso desportista, incansável trilhador de trigo de peito nu, fundador de cidades, e, sobretudo, genial estadista para quem o mundo inteiro olha com estática admiração. Quando "no quadrante da história chega a hora das decisões supremas", isto é, todas as vezes que o fogueiro *romagnolo* jogar os italianos na fornalha de uma aventura bélica, o Cinejornal LUCE colocará os seus operadores e os seus técnicos a serviço da pátria em armas, com cenas extraordinárias e ousados comentários que naturalmente se tornarão cada vez mais tediosos à medida que declina a sorte das Forças Armadas italianas.

A noite de 9 de maio de 1936 representa, como já assinaiei, o ponto máximo da operação iniciada a partir de 1929 pelo regime para ampliar a área de consenso, isto é, o momento em que se encerra o período mais duro da repressão. Não é por acaso que os sete anos apoiados pela crescente satisfação de grande parte da população coincidem com a fase mais moderada da política de Mussolini — mesmo que esta observação nos sugira que na realidade estamos diante de três ou quatro encarnações muito diversas desta singular personagem, que interpretou indiferentemente, mesmo que em épocas diversas, diferentes papéis: o do militante agitado e criativo do movimento operário, o do Duce cínico e desabusado de formação de extrema-direita, o do sábio e equilibrado chefe de um governo autoritário, mas aberto ao social e, finalmente, antes da tragédia final de Salò, o de artífice de uma estratégia político-militar leviana e

catastrófica. É impossível dizer, mesmo à distancia de mais de meio século, quem foi "o verdadeiro Silvestri" (para usar o título de um belíssimo conto de Mario Soldati): se o sinistro servo do capitalismo, segundo a definição clássica das esquerdas marxistas, ou a ridícula marionete apresentada em *O Grande Ditador*, de Chaplin. Lenin acusa os socialistas italianos de tê-lo deixado escapar; George Bernard Shaw o considera durante muito tempo uma espécie de novo Napoleão; mas Dona Rachele o descreve como um modesto e diligente funcionário do Estado, que joga bola ou tênis com os filhos, quebrando as vidraças da Mansão Torlônia, se enche de água-de-colônia depois do banho e batiza como "museu dos horrores" o Salão da Rocca, onde estão amontoados presentes "de péssimo gosto" que lhe foram enviados por devotíssimos súditos. É um homem bom, que tem apenas o pequeno vício de permitir-se de vez em quando algum pequeno adultério, como fazem todos os maridos italianos, ou é o chefe audaz e generoso de que fala Giuseppe Bottai em suas esplêndidas memórias, que seria corrompido pelo poder e pela bajulação a ponto de transformar-se em um louco tirano?

Se Benito Mussolini foi, sucessivamente, um arrivista de talento na juventude, um hábil político na maturidade, um tirano embriagado com a grandeza com o declinar dos anos, o certo é que exatamente no período central de sua turbulenta existência ofereceu uma notável demonstração não tanto do seu pensamento, jamais claro e consequente, quanto de suas capacidades táticas, muitas vezes extraordinárias. Uma vez aniquilados brutalmente partidos e sindicatos democráticos, uma vez enviados para a cadeia e para o exílio os antifascistas, uma vez também apaziguadas, em surdina, as críticas mal-humoradas dos membros mais intransigentes dos *squadristi*, dedica os anos entre 1929 e 1936 à consolidação de um sistema de governo que obscuramente, e talvez até inconscientemente, se propõe a transformar em regime, ou pelo menos em uma ditadura pessoal. A metamorfose mais surpreendente neste período diz respeito a ele próprio, o ex-socialista revolucionário e meio anarquista que põe no centro de sua criação política o Estado, e para nobilitá-lo chama o filósofo Giovanni Gentile, que o carrega de significados idealistas e éticos que devem ter feito sorrir internamente o aventureiro da Romagna, embora, naturalmente, o tenham lisonjeado mais que a oferta real de uma coroa de príncipe.

Quão hábil era Mussolini o demonstram, coerência e moralidade à parte, as escolhas dos colaboradores nos anos iniciais. É o prudentíssimo nacionalista Luigi Federzoni que vai cuidar, como ministro do Interior, da impiedosa normalização das estruturas estatais imediatamente depois do discurso de 3 de janeiro de 1925. É outro nacionalista, Alberto De Stefani, que vai encaminhar em sentido liberal a sistematização da política econômica e financeira que viria a ser desenvolvida pelo Conde Volpi. É também um outro nacionalista, o jurista Alfredo Rocco, que vai lançar a reforma dos códigos que, por mais repressiva e reacionária que seja,

difficilmente seria mais bem articulada. Giovanni Gentile organiza a escola. A Domenico Barone, discretíssimo conselheiro de Estado, são confiadas com sucesso as complicadas e demoradas negociações com o Vaticano, que culminarão no golpe magistral da *Concordata*, assinada em 11 de fevereiro de 1929 pelo ex-ateu de Predappio [vilarejo natal de Mussolini] e pelo eminentíssimo Cardeal Gasparri. Chega até, paradoxalmente, a convidar um antifascista amigo e seguidor de Francesco Saverio Nitti, aquele Alberto Beneduce a cuja competência empresarial recorrerá em 1933 para criar o IRI — Instituto para a Reconstrução Industrial —, que coroa de algum modo o *new deal* corporativo oposto por Mussolini à gravíssima crise do sistema industrial e bancário provocada pela quebra de Wall Street. E quando é indispensável apelar a expoentes do movimento fascista (que em geral o Duce não honra com uma grande estima), mobilizam-se sagazmente as pouquíssimas personagens de certo nível cultural: por exemplo, Dino Grandi para a política exterior, Giuseppe Bottai para o projeto sobre o trabalho e as corporações, Ítalo Balbo para a criação de uma Aeronáutica que deve se tornar uma flor na lapela do regime.

Três colaboradores que futuramente se transformariam, todos eles, em inimigos do Fundador do Império.

Depois da proclamação do Império são necessários, todavia, cinco ou seis anos para dissipar um patrimônio de consenso e popularidade acumulado pelo Duce no período inicial do governo iniciado com o golpe de Estado de 3 de janeiro de 1925. O homem que havia entusiasmado os italianos na noite de 9 de maio de 1936 transformar-se-á primeiro em um estranho, depois em uma pessoa odiada pela maioria. Isto aconteceu, contudo, por uma série de razões que fazem lembrar em primeiro lugar uma outra, e ainda mais surpreendente, metamorfose do próprio Mussolini, delineada precisamente a partir do epílogo da vitoriosa Campanha da Etiópia, que ele vivenciou como uma epopeia sem pensar na modéstia intrínseca da empreitada, e convencendo-se, ao contrário, de tê-la resolvido graças a um talento militar que ninguém jamais lhe atribuiu.

Ou mais, influenciado ulteriormente pelo sucesso da intervenção na Guerra Civil Espanhola — cuja orientação estratégica foi na realidade prerrogativa quase exclusiva dos generais de Franco —, o ex-socialista se deixa possuir de uma pueril paixão pelos uniformes, que é inexplicável e até um pouco indecorosa para um homem político com seu passado e também com sua permanente sensibilidade ao social.

Em uma evocação bastante engraçada dos antecedentes familiares do Duce, Vittorio Emiliani contou que o avô de Benito, tendo servido em 1848 na Guarda Nacional, desde então vestia, sempre que possível, aquele uniforme, mesmo que só para ir jogar cartas no botequim do povoado. Sua inocente mania estava ligada a um momento revolucionário, enquanto que para seu célebre descendente, pelo

menos a partir de 1936, o uniforme se transforma em um símbolo declaradamente bélico, a alegoria de um projeto totalitário que Mussolini começa a planejar vagamente, provavelmente também inspirado pelo modelo nazista.

Ao ser recebido no Palácio Veneza ao retornar da África Oriental, um de seus colaboradores mais inteligentes, Giuseppe Bottai, intui imediatamente a transformação acontecida na psicologia do Duce. O primeiro encontro, registra ele em seu diário, foi "um golpe tremendo": "Para decidir-me a enfrentar esse risco tinha havido, entre outros, um motivo ligado a minhas relações *humanas* com ele, uma fidelidade ao homem, a mesma de 1918. Era sob o signo desta fidelidade que pensava retomar contato com ele. Lembro-me de ter atravessado a porta com meu corpo magro tremendo e ter-me encontrado, pálido, diante daquela mesa. À minha frente não estava o homem, mas uma estátua, uma dura estátua de pedra, da qual saiu uma voz fria com incisivas palavras: 'Estou satisfeito com você como soldado e como fascista.' Um reconhecimento supérfluo para um servidor veterano, um reconhecimento que afasta e faz sentir as distâncias." É a frieza de um deus. Mussolini extraiu da conquista de um Império de opereta a convicção de estar investido de uma missão histórica muito mais solene que a que até então assumira: não se trata mais de conduzir energeticamente um país normal, mas de "forjar", no sulco da empreitada realizada, um novo italiano, um guerreiro digno da tradição de Roma, um cidadão permanentemente mobilizado para o serviço de uma pátria cada vez maior e, portanto, sempre uniformizada, como o avô do ditador.

Obviamente tal projeto pressupõe duas convicções: a existência, ou a criação, de um inimigo, e o endeusamento do *condottiero* que conduzirá os italianos contra aquele inimigo. O Duce realiza o primeiro objetivo partindo do boicote que as democracias ocidentais fizeram contra a empreitada italiana na África Oriental. Durante meses, entre 1935 e 1936, bate seguidamente nesta tecla, alimentando com toda a habilidade propagandística de que é capaz um clima de rancor e de ódio em relação aos franceses, e principalmente aos ingleses, culpados de tentar "sufocar-nos em nosso mar" com as sanções impostas pela Sociedade das Nações em defesa do Negus. Na realidade, o alcance das medidas de embargo é tão modesto que exclui o bloqueio das importações de petróleo, que teria sido fatal para a Itália. Os governos das democracias ocidentais, sobretudo quando contavam com uma maioria conservadora, sempre tiveram para com Mussolini uma atitude conciliadora ou até de deferência: em outubro de 1943, Michel Foot, jornalista da esquerda trabalhista, teria publicado com o pseudônimo de Cassius, o justiceiro de César, um panfleto no qual finge estar movendo um processo contra o Duce, não tanto para denunciar seus delitos quanto para acusar os expoentes do *establishment* inglês de terem mantido com ele relações cordiais e de se terem desmanchado em desmedidos elogios a ele. Elogios cuja lista é bem

longa, indo de Sir Austen Chamberlain, ministro das Relações Exteriores entre 1924 e 1929, a Winston Churchill, que, em um discurso de 20 de janeiro de 1927, dissera entre outras coisas: "Se eu fosse italiano, estou certo de que teria ficado a seu lado de todo o meu coração, do início ao fim de sua triunfante luta contra os apetites bestiais e as paixões do leninismo."

Este motivo de simpatia por Mussolini, isto é, a hostilidade em comum ao comunismo, teria determinado também, na década de 1930 e virtualmente até à entrada italiana na guerra, a atitude indulgente dos ingleses e também dos franceses para com o ditador italiano, apesar da série de desafios lançados contra eles, da empreitada da Etiópia à intervenção na Espanha, da "conquista" da Albânia à aliança com Hitler. Isto não impediu o Duce de apresentar à opinião pública italiana as duas potências democráticas como implacáveis inimigas, a começar pela campanha conduzida com insistente violência por parte da imprensa e da rádio na época das "injustas sanções". Aquela polêmica experimentou um único momento feliz, o 18 de dezembro de 1935, dia em que se desenvolve em toda a Itália a cerimônia da oferta à pátria do ouro, da prata e dos metais ferrosos. Do rito, celebrado em Roma diante do Altar do Soldado Desconhecido, como se os gauleses ou os lansquenets* estivessem batendo às portas da Cidade Eterna, participaram também a Rainha Elena e Dona Rachele doando os seus anéis nupciais, enquanto o Duce se privava dos bustos em bronze colocados na Rocca delle Caminate e o Príncipe Humberto da condecoração da Annunziata.** Aquela iniciativa, à qual se associou até Benedetto Croce, representa talvez uma obra-prima de propaganda do grande comunicador.

**Lansquenets* — Soldado mercenário germânico dos séculos 15 e 16. (N. T.)

***A mais alta condecoração da Monarquia, que dava aos por ela distinguidos a prerrogativa de se tornarem parentes da família real.*
(N. T.)

Um compromisso de duração muito maior foi o que assumiu pessoalmente ou delegou aos bajuladores da imprensa e ao secretário do PNF o fiel Achille Starace: o da própria divinização, do culto a um Mussolini "que tem sempre razão", o mito do novo César que não é apenas um gênio político e um incomparável regente do Estado, mas também um invencível *condottiero*, exatamente como o Divino Júlio [César]. O camponês *romagnolo* que inventou o fascismo ensinando seus fundamentos a Adolf Hitler, na fantástica noite organizada para ele em 1937, em Berlim, concebe o plano de superar os alemães até no terreno que lhes é característico: o das artes marciais. Ao voltar para casa, lança um programa que parte da imposição do "passo romano" aos pobres

soldados italianos (uma canhestra versão nacional do passo de ganso), e chega, na primavera do ano seguinte, a levar à votação no Parlamento uma lei que confere simultaneamente a ele e ao rei da Itália e imperador da Etiópia a mesma patente: a de primeiro marechal do Império.

Vittorio Emanuele recebera sem pestanejar o cancelamento do Estatuto Albertino* e a atribuição ao Grande Conselho do Fascismo da última palavra sobre a escolha do seu sucessor, mas desta vez se irrita. É Dona Rachele que conta o fato em primeira mão: "Foi um verdadeiro drama quando meu marido chegou ao Quirinal** para levar a lei, que deveria ser ratificada pelo rei.

34 Estatuto promulgado por Carlos Alberto, rei do Piemonte e da Sardenha, em 1848. (N. T.)

35 Palácio do Quirinal — Residência de verão dos papas e, depois, do rei (1870). (N. T.)

Encontrou-o particularmente irritado: 'Esta lei é um novo golpe mortal às minhas prerrogativas de soberano. Poderiam ter-lhe concedido qualquer outro título para dar-lhe provas de minha admiração, mas o fato de colocar-nos a uma mesma altura me põe em uma situação intolerável. Se não estivesse iminente uma crise internacional, eu teria preferido abdicar a sofrer semelhante afronta.' Meu marido não quis piorar as coisas, mas declarou a Ciano: 'Estou farto disso. Eu trabalho, e ele assina.'

E escusado dizer que não se trata apenas de suscetibilidade da parte da personagem despeitada e complexada que mais tarde Umberto Terracini definirá como "o calejado monarca": o que está realmente em jogo é o controle das Forças Armadas, que não escapará do rei nem mesmo nos dias mais humilhantes da derrota militar, tanto que lhe dá possibilidade de entregar a Badoglio o governo, assim que os conspiradores do Grande Conselho o livram do outro primeiro marechal do Império: Hitler não estava errado quando desconfiava da possibilidade de domínio conjunto do Duce e do pequeno Savoia. Mas em 1937, sem imaginar sequer a trágica conclusão que terá a sua aventura imperial, Mussolini ainda aposta resolutamente no aperfeiçoamento de uma sociedade totalitária, que deverá investir não só no controle das Forças Armadas, mas nos costumes, na ética, no pensamento de todo o povo italiano.

E para concretizá-la acredita que não necessita mais da colaboração de especialistas, como os nacionalistas dos Vintênio, de economistas a *La Beneduce* ou de cooperativistas convictos como Bottai e sim de bajuladores sem pudor e sem humor. Como Achille Starace.

Os italianos não se dariam conta de imediato do delírio militarista de

Mussolini, cujos efeitos apocalípticos só se manifestariam alguns anos depois.

A gestão do partido e do regime de Achille Starace, contudo, golpeou-os desde o início como uma prova ostensiva e irremediável do absurdo do fascismo, de sua insuportável intrusão na esfera privada, da sua substancial vacuidade, embora cometessem durante muito tempo o erro de atribuir toda a responsabilidade ao secretário do Partido Nacional Fascista, excluindo disto o Duce, como se fosse possível a qualquer membro da hierarquia, mesmo que infinitamente mais inteligente e culto que o *bersagliere* de Galípoli, assumir ao longo de oito anos importantes iniciativas sem a autorização ou até sem a inspiração do chefe. Contudo, independentemente das extravagâncias cada vez mais grotescas de Starace, Mussolini já tinha feito nos primeiros anos do regime embaraçosas exibições de seu talento histriônico, deixando-se retratar por fotógrafos ou por operadores do Cinejornal LUCE tocando violino com ar inspirado, brincando com um leão, nadando majestosamente no mar de Riccione ou trilhando incansavelmente o trigo nas eiras dos paludes de Pontini, beneficiados com um abundante transplante de colonos vênets. Pareciam inocentes caprichos de um ex-camponês vaidoso, mas representavam a prova geral de um novo tipo de ditador moderno, que se expressa principalmente por meio dos meios de comunicação de massa e cujo modelo será imitado, com variações, tanto por Stalin como por Hitler, por Perón ou por Mao Tsé-tung. É exemplar, neste sentido, a exploração em todo o decênio da propaganda da Marcha sobre Roma, comemorada em 1932 com a montagem de uma mostra sobre a revolução fascista; ou a exaltação da chamada Batalha do Trigo, desencadeada para reduzir a partida contábil de importação de grãos.

Tigellino dei Nerone, de Predappio, tal como ele *ebersagliere* e experiente cavaleiro, além de atleta em tempo integral, assume a secretaria do PNF em 7 de dezembro de 1931, depois de ter eliminado com intrigas, mentiras e outros golpes baixos os seus predecessores ou concorrentes. As razões da sua escolha por parte do Chefe estão todas na resposta que ele deu a Leandro Arpinati, quando o chefe bolonhês, subsecretário do Interior, perfidamente caluniado pelo dirigente de Galípoli, gritou: "Mas ele é um cretino!" Imperturbável, o Homem da Providência Divina respondeu: "Sim, mas é um cretino obediente." Exatamente por isso entrega-lhe o partido, ao qual jamais confiara um papel político, nem a realização do seu programa de alienação total do povo italiano. E para demonstrar até que ponto são conformes a sua índole ambos os objetivos que esse programa se propõe, bastaria lembrar um episódio citado por Antonio Spinosa: "Em uma manhã, Mussolini, tendo a seu lado Starace, ao olhar a praça de uma janela da Praça Veneza exclamou: 'Está vendo como os italianos caminham mal? Parecem todos mancos. Temos de ensiná-los a caminhar direito.' E piscou o olho para o outro, satisfeito, percebendo que a frase tinha um duplo sentido."

Enquanto esse Duce ortopedista leva o país a enfrentar, sem a menor preparação militar e industrial, a mais mortífera conflagração de todos os tempos, seu colaborador, no comando do partido, tenta transformá-lo em uma nação em estado de mobilização permanente. Starace é um orador zeloso e atuante, que não dá tréguas nem a si nem a seus infelizes compatriotas. Para os mais jovens inventa o Campo Dux, as competições esportivas, as aulas obrigatórias de educação física nas escolas sistematicamente privadas de ginásios desportivos, o sábado fascista dedicado às reuniões dos *balilla** e aos exercícios "pré-militares" dos vanguardistas e dos jovens fascistas com velhos e aposentados fuzis "modelo 91". Pior ainda acontece com os adultos, que são obrigados a adequar-se ao "estilo fascista" em todas as fases da vida pública e privada. Atenção, porém: o intérprete é Starace, mas o autor é Mussolini. Os *diktat* [imposições] sobre os costumes representam o aspecto exterior, o mais frívolo, mas também o mais tangível da vivência cotidiana da ditadura; sem esquecer que o uso do PNF como organização destinada a perseguir o consenso terminará por reduzi-lo "a uma caixa vazia", um corpo inerte do qual no dia seguinte ao 25 de julho não partirá qualquer reação que não seja de resignado terror.

**Nesta organização paramilitar da criança e do jovem, a hierarquia progredia do figlio della lupa para o balilla, o balilla-moschettiere, o avanguardista e o giovanni fascista. (N. T.)*

A cruzada antiburguesa, inspirada no Duce por um passado socialista que ele não consegue apagar, articula-se com uma série de obrigações e de proibições que acompanharão os oito anos da secretaria de Starace: a saudação romana em vez do aperto de mão; o uso de "vós" e não de "senhor", "este maldito hispanismo da terceira pessoa"; a eliminação de qualquer termo estrangeiro, mesmo de uso generalizado, e sua substituição por cômicos neologismos; a solene entrega de prêmios às famílias mais numerosas ("número é potência") e a imposição de uma taxa sobre o celibato; a gradual extensão do uniforme até mesmo aos funcionários do Estado e a maníaca preocupação em modificar até os mínimos detalhes os casacos militares para igualá-los ao modelo nazista. A ordem é mudar os italianos e torná-los obedientes soldados por meio da linguagem, da prática esportiva e da instrução paramilitar, a exemplo do Chefe cuja vigorosa energia encarna o mito de uma eterna juventude, e cujo nome, por determinação do secretário do PNF, virá escrito sempre em negrito e todo em maiúsculas para que até graficamente seja inconfundível: DUCE.

Blefe

O "estilo fascista" envolve, naturalmente, sobretudo os chefes, inclusive os ministros, cujas carreiras Starace transforma em um perigoso "percurso de guerra", semeando-o de provas acrobáticas como as longas marchas, as corridas *bersaglierescas*, o salto através de um círculo de fogo ou sobre uma barreira de baionetas. Aos secretários federais prescreve um comportamento austero, que consiste em abster-se de frequentar lugares de luxo, em só usar automóvel quando não for possível servir-se da moto ou da bicicleta, mas, sobretudo, em "caminhar em direção ao povo". Vigora para todos os italianos uma espécie de receituário perpétuo prevendo a guerra que inevitavelmente virá.

O relacionamento com Starace, a cumplicidade com suas ridículas invencionices, a indulgência para com sua grosseira malandragem representam uma das tantas contradições do ditador romagnolo. Na verdade, o homem que se fez nomear com patente de nível igual à do rei e que se crê um émulo de César é o mesmo homem que em outras circunstâncias e em outros setores do seu governo não esqueceu as suas origens. Paralelamente ao processo de imbecilização nacional perseguido antes e durante a secretaria de Starace, toma "providências" baseadas de algum modo em uma certa sensibilidade para o social: as colônias marinhas e serranas para os filhos dos trabalhadores, as viagens "populares" que permitem aos italianos saírem com poucas liras dos estreitos limites de seu vilarejo natal, a Ópera Nacional depois do trabalho destinada a preencher o tempo livre dos operários e empregados; para tutelá-los, o sindicato fascista não raro vai ver perdoado seu pecado de origem, ou seja, o vergonhoso aniquilamento de todos os outros sindicatos, entrando tenazmente em choque com a Confederação dos Industriais e contra os *prefetti*, que, por ordem de Roma, estão sempre dispostos a apoiá-la.

Uma organização de vanguarda, que a República democrática infelizmente deixará apodrecer no segundo após-guerra, é a dos *Littoriali* do esporte, da cultura e da arte, que a partir de 1937 engajam os GUF (Grupos Universitários Fascistas) por meio de competições e concursos poéticos, literários, críticos, artísticos e sobretudo políticos. De início o Duce obviamente conta selecionar a partir daí a nova classe dirigente fascista, mas a ideia é tão involuntariamente democrática que produz efeito contrário ao esperado, no sentido de que os poucos jovens universitários que se aproximam da "fé" fascista a interpretam com a intransigência e a pureza típicas de sua idade, entrando, assim, em polêmica com

o "emburguesamento" dos velhos caciques, ao passo que os estudantes mais críticos e desencantados vão se afastando cada vez mais do regime até se alinharem decididamente na barricada oposta, tomando contato primeiro com os partidos clandestinos, depois passando a fazer parte dos grupos guerrilheiros e, finalmente, dando origem no imediato pós-guerra à maior parte da classe dirigente democrática.

Seria, todavia, injusto e errado atribuir excessiva responsabilidade ao pobre Starace, que, entre outras coisas, nos dias da Libertação de que falei demonstrará muita coragem diante das metralhadoras dos guerrilheiros, que o mandam para o outro mundo depois de tê-lo interceptado quando corria incrivelmente vestido com um macacão de operário através de uma Milão em revolta. A verdade é que, como anota Ciano em seu diário, ele "criou uma atmosfera de perseguição e aborreceu com mil pequenas coisas de caráter pessoal" os italianos que, "embora estejam dispostos a perdoar até quem lhes fez mal, não perdoam quem lhes causou chateações". Mas, nos anos que vão de 1936 a 1939 e além, a rejeição ao regime é provocada por erros e crimes bem mais graves, que estão registrados nos livros de história: da aliança com Hitler às leis raciais, da criminosa imprevidência na preparação da guerra à precipitação com a qual é decidida a intervenção na mesma em 10 de junho de 1940, na ilusão de que a derrota francesa induziria a Grã-Bretanha a um acordo de paz.

Em alguns casos poder-se-á falar em avaliações erradas por parte do Duce ou em escolhas determinadas pela cegueira dos conservadores ocidentais, mas a cumplicidade no genocídio dos judeus, apoiada em 1938 com as leis para a chamada "defesa da raça", não é atenuada, mas, pelo contrário, é agravada pela execução falha, irregular e frequentemente piedosa daquelas leis, nas quais o Duce é o primeiro a não crer, como demonstram não só as declarações explícitas dadas a Emil Ludwig seis anos antes, mas também, ou sobretudo, documentos que se seguiram ao lançamento da vergonhosa campanha racial. Em um estudo dedicado a Mussolini por Gaspare Giudice, foi publicada uma carta do Duce dirigida nesse mesmo ano à irmã Edvige e à sobrinha Rosetta, que revela a leviandade e a inanidade moral com que ele assumiu uma decisão tão grave: "Que na Itália se pratique o racismo e o antisemitismo é algo tão pouco importante do ponto de vista político quanto isento de peso em termos de uma substância real. A pureza da raça neste povo que já sofreu tantas invasões e que absorveu tanta gente dos quatro pontos cardeais e o perigo semita em uma nação como a nossa onde até a alta finança, mesmo que esteja nas mãos dos judeus, acaba se tornando algo católico (entre parênteses: eu sei que você e outras pessoas de sua família ajudam os judeus, e isto não me incomoda, e acho que assim podem constatar a absoluta fragilidade de nossas leis raciais), são, evidentemente, mentiras que se permite que certos relatores escrevam.

Porém, se as circunstâncias me tivessem levado a um eixo Roma-Moscou em

vez do eixo Roma-Berlim, eu talvez tivesse preparado para os trabalhadores italianos (...) uma mentira equivalente à da ética stakanovista e da felicidade que ela traz."

Ainda e sempre o blefe.

A intervenção na guerra é o último blefe que o velho viciado em jogos de azar tenta no terrível pôquer da história moderna sem se dar conta de que os anglosaxões irão infalivelmente "pagar para ver", dada a força que têm em imensos recursos materiais e morais os de cá e os de além-oceano. As vítimas civis e militares, as destruições de cidades e de instalações, os incríveis sofrimentos humanos que seu blefe trará para aquela Itália que ele afirmava querer tornar grande e temida constituem, na sua vida, um capítulo ainda mais funesto que os que ficaram marcados em sua época pela violência dos esquadrões e pela instauração de um regime policial mais obtuso que impiedoso. Contudo, todos esses crimes do fascismo juntos, a mais de meio século de distância, não parecem nem de longe comparáveis às atrocidades do nazismo e do comunismo, assim como a própria figura de Mussolini não parece poder ser igualada às figuras monstruosas de Hitler e de Stalin ou de seus discípulos. Pelo contrário, continua sendo surpreendente, e sob certos aspectos inexplicável, o declínio em que entrou em determinado momento o ditador italiano, a explosão de uma senilidade precoce que nem a úlcera nervosa da qual ele sempre sofreu, nem outras patologias, excluídas pela autópsia e por outras pesquisas póstumas, podem explicar.

Está com apenas 56 anos em 1939 quando parece imprevisivelmente arrastado pelos acontecimentos que até a guerra da Espanha controlara com vigor e muitas vezes até com certa prudência. Um primeiro sinal de desbaratamento tinha-se manifestado no ano anterior: depois de ter secundado o jogo de Hitler no encontro de Mônaco com ingleses e franceses, apresenta-se à opinião pública como o salvador da paz mundial, mas, ao mesmo tempo, se irrita com a acolhida triunfal que os italianos, aliviados e reconhecidos, lhe tributam ao longo de todo o percurso do trem presidencial. A partir daquele momento entra em uma vertiginosa sequência de oscilações febris. No triênio seguinte à empreitada na Etiópia, desejaria ser seduzido com concessões por parte das democracias ocidentais, mas, diante de sua desdenhosa inexistência, estreita cada vez mais com o Terceiro Reich os laços que acabarão por estrangulá-lo. Na véspera do grande incêndio, generais e membros da hierarquia informam-no detalhadamente a respeito das catastróficas carências das Forças Armadas, mas ele as minimiza ou, melhor, decide consigo mesmo ignorá-las. Depois da invasão alemã na Polônia, tenta durante quase um ano resistir à tentação de entrar na guerra ao lado de Hitler, a quem inveja e odeia, mas finalmente se precipita em socorro do vencedor, cometendo o erro mais descomunal de sua vida por medo de uma vingança final do Führer — chantagem que o Generalíssimo Franco

recusará com irredutível firmeza no encontro de Hendaye.

Envolvido na imensa conflagração, Mussolini terá um comportamento ainda mais hesitante, desorientado, doloroso. Desempenhará desde o início um papel secundário, apunhalando pelas costas uma França de joelhos, mendigando a participação dos aviões italianos nos bombardeios sobre a Inglaterra, criando desastres durante uma inspeção na frente greco-albanesa, desembainhando a "espada do Islã" na fronteira com o Egito, precisamente no momento em que a ofensiva italo-alemã aí está encalhando sem salvação, enviando para a Rússia dois corpos expedicionários em uniformes de verão e sapatos de sola de papelão. Seis dias antes do 25 de julho, ao encontrar Hitler em Feltre para ler-lhe a relação de pedidos de armas e abastecimentos que lhe fornecera o chefe do Estado-Maior, deixará o Führer falar três horas seguidas sem ter coragem de abrir a boca.

As derrotas militares, os primeiros desembarques aliados na Sicília, a derrubada do regime em meio a intrigas e traições o levam ao desalento: não há outro termo para definir o estado de torpor em que o surpreendem a conspiração do Grande Conselho, a prisão na Mansão Savoia, a deportação para Ponza e, a seguir, a transferência para Campo Imperatore, via Ilha da Madalena, o rapto pelos alemães.

Mais tarde ele se queixará da traição da hierarquia do partido e da ingratidão de Vittorio Emanuele, mas, na realidade, no momento mesmo nada fez para reagir, porque esperava que fosse atribuído à Monarquia o enorme peso da derrota. Dois documentos bastariam para comprovar seu colapso total: a carta que escreveu depois da prisão a Badoglio, seu sucessor, em que se põe à sua disposição, e as fotos tiradas pelas tropas especiais de Otto Skorzeny, que o mostram em trajes amarrotados e com as abas do chapéu abaixadas sobre os olhos: o príncipe da juventude reduzido a um pobre velho.

Nem a presidência do governo-fantoches de Salò lhe devolverá o poder e a garra: serão dezenove meses de humilhações que ele procura justificar com a esperança de limitar as consequências da cólera de Hitler, quando na realidade não consegue sequer atingir este objetivo; e, em troca, deverá figurar também como cúmplice na impiedosa sentença de Verona e, portanto, no fuzilamento do pai de seus netos.

O parêntese jornalístico a que me referi, incluindo a publicação da *História de um Ano* nas colunas do *Corriere della Sera*, e talvez o seu último discurso, aquele fantasioso discurso feito em Milão, no Teatro Lirico, em fins de 1944, constituíram os únicos momentos de consolo que o ditador vencido pôde dar a si mesmo antes do trágico epílogo de Giulino di Mezzegra. Contudo, mesmo quando já corre ao encontro da morte, perde-se em um labirinto de contradições: jura que defenderá com suas legiões o Vale do Pó e começa a sondar discretamente

até na sede do arcebispo as possibilidades de salvação; planeja render-se, mas exige fazê-lo só aos socialistas, de quem escarnecera e a quem aniquilara vinte anos atrás; recusa-se a fugir de avião para a Espanha, onde teria um refúgio seguro, mas quando se decide a fugir vai fazê-lo travestido de soldado alemão.

Sua própria morte é um elogio zombeteiro e cruel à contradição, pois o profeta da família italiana vai ser fuzilado ao lado de sua jovem amante, Claretta [Petacci] — uma das poucas protagonistas da aventura de Salò que suscita admiração, juntamente com Edda Ciano Mussolini, que se mostrou capaz de ameaçar fisicamente Hitler no desesperado intento de salvar Galeazzo [seu marido].

A horrível encenação do Largo Loreto, já ensanguentado por um massacre de guerrilheiros, encerra um drama que não poderia ser mais italiano, mais melodramático e mais desordenado. Mas não é uma tragédia de monstros ou de titãs, é uma malsucedida e convivial encenação do tipo Carro de Téspis, 39 embora as vítimas, de um lado e do outro, mereçam respeito e piedade.

**Téspis — Quem primeiro apresentou uma tragédia nas grandes dionisiacas urbanas, a suntuosa festa em homenagem ao deus Dionísio. (N. T.)*



O século XX foi um século de grandes mudanças, de conflitos, de confrontos ideológicos, de violência e barbárie: duas guerras mundiais, revoluções, golpes de Estado, assassinatos políticos. Aos olhos de hoje, no entanto, parece ter sido principalmente o século dos grandes ditadores, homens de personalidade ambígua e muitas vezes cruel, oradores brilhantes, por vezes com grande capacidade de liderança, mestres na arte da propaganda e da mentira, impiedosos em relação aos inimigos e, não raro, em relação aos próprios amigos. Porém, muitas vezes, demasiadas vezes mesmo, estes violentos tiranos gozaram da cumplicidade tácita, do apoio ou até mesmo do afeto dos povos que dominaram. Como pode isto ter acontecido? É esta a questão que Antonio Ghirelli tenta responder com este livro, relendo a história do século findo e desenhando uma inquietante galeria de retratos desses ferozes "demônios do poder" — de Mussolini a Stalin, de Hitler a Franco, de Mao a Pinochet —, autores de algumas das páginas mais negras de toda a História recente.

FIM

Bibliografia básica

STALIN

Carr, Edward H., *La rivoluzione bolscevica*, Torino, Einaudi, 1968.

Chamberlain, William Henry, *Storia della rivoluzione bolscevica*, Milão, II Saggiatore, 1978. Geller, Mihail e Nekric, Aleksandr, *Storia dell'URSS dal 1917 a oggi*, Milão, Rizzoli, 1984.

Gilas, Milovan, *Conversazioni con Stalin*, Milão, Feltrinelli, 1978. Lilly, Marcou, *Stalin: vita privata*, Roma, Editori Riuniti, 1996. Ulam, Adam B., *Stalin*.

Uomo e la sua epoca, Milão, Garzanti, 1975. Volkogonov, Dimitri, *Trionfo e tragedia*, Milão, Mondadori, 1991.

HITLER

Assei, Ulrich, von, *Diario segreto 1938-40*, Roma, Editori Riuniti, 1996.

Bertoldi, Silvio, *Hitler e la sua battaglia*, Milão, Rizzoli, 1990.

Bullock, Alan, *Hitler; studio sulla tirannide*, Milão, Mondadori, 1979.

Mayer, Arno J., *Soluzione finale*, Milão, Mondadori, 1990.

Saletti, Cario (org.), *La voce dei sommersi*, Milão, Mondolibri, 2000.

Sessi, Frediano, *Auschwitz, 1940-45*, Milão, BUR, 2000.

Speer, Albert, *Memorie del Terzo Reich*, Milão, Mondadori, 1995.

FRANCO

De la Mora, Costancia, *Gloriosa Spagna*, Roma, Editori Riuniti, 1975.

De Madariaga, Salvador, *Storia della Spagna*, Bologna, Cappelli, 1966.

Georgel, Jacques, *Il franchismo*, Torino, Società Editrice Internazionale, 1972.

Orwell, George, *Omaggio alla Catalogna*, Milão, Mondadori, 1993.

Preston, Paul, *Franco*, Milão, Mondadori, 1995.

Rosselli, Cario, *Oggi in Spagna, domani l'Italia*, Torino, Einaudi, 1967.

Thomas, Hugh, *Storia della guerra civile spagnola*, Torino, Einaudi, 1964.

MAO TSÉ-TUNG

Bergère, Marie-Claire, *La Repubblica popolare cinese*, Bolonha, II Mulino, 2000.

Collotti Pischel, Enrica (org.), *Mao Tsetung*, Milão, CEI, 1966.

Fan, Kuang Huan (org.), *La cultura di Mao*, Firenze, La Nuova Italia, 1969.

Galli, Giorgio, *La tigre di carta e il drago scarlatta*, Bolonha, II Mulino, 1970.

Han, Suy in, *Mao Tsetung. Una vita per la rivoluzione*, Milão, Bompiani, 1972.

Payne, Robert, *Portrait of a Revolutionary: Mao Tsetung*, Londres, Nova York, Toronto, 1961. Snow, Edgar, *Stella rossa sulla Cina*, Torino, Einaudi, 1977.

POLPOT

Chandler, David P., *Brother Number One*, Boulder (Col.), Westview Press, 1992.

_____. *A History of Cambodia*, Boulder (Col.), Westview Press, 1983.

Conquest, Robert, *Il secolo delle idee assassine*, Milão, Mondadori, 2001.
Kiernan, Ben, *The Pol Pot Regime*, New Haven, Londres, Yale University Press, 1996.
Ternon, Yves, *Lo stato criminale. I genocidi del XX secolo*, Milão, Corbaccio, 1997.

PINOCHET

Carrasco, Rolando, *Nelle mani di Pinochet*, Milão, Teti, 1978.

Mina, Gianni, *Un continente desaparecido*, Milão, Sperling & Kupfer, 1996.

Moretti Ítalo, *In Sud America*, Milão, Sperling & Kupfer, 2000.

Rojas, Jaime e Van der Schuren, Franz, *Chiesa e golpe cileno*, Torino, Claudiana, 1976.
Stabili, Maria Rosaria, *Il Cile: dalla Repubblica liberale al dopo Pinochet*, Firenze, Giunti, 1991.
Valdés, Hernán e Verdes, Tejas, *Diário di un prigioniero di Pinochet*, Milão, Bompiani, 1977.

MUSSOLINI

Antonio, Spinosa, *Alia corte di Mussolini*, Milão, Mondadori, 2000.

Bertoldi, Silvio, *Badoglio*, Milão, BUR, 2001.

Bocca, Giorgio, *Mussolini socialfascista*, Milão, Garzanti, 1983.

Bottai, Giuseppe, *Diário 1935-44*, Milão, BUR, 1989.

Ciano, Galeazzo, *Diário*, Milão, Rizzoli, 1980.

De Felice, Renzo, *Intervista sul fascismo*, Roma-Bari, Laterza, 1997.

_____. *Mussolini*, Vol. 6, Torino, Einaudi, 1995.

Emiliani, Vittorio, *Il paese dei Mussolini*, Torino, Einaudi, 1994.

_____. */ tre Mussolini*, Milão, Baldini e Castoldi, 1997.

Guidice, Gaspare, *Benito Mussolini*, Torino, UTET, 1983.
Magri Enzo, *I fucilati di Mussolini*, Milão, Baldini e Castoldi, 2000.
Mack Smith, Denis, *Mussolini*, Milão, Rizzoli, 1983.
Nenni, Pietro, *Vent'anni di fascismo*, Milão, Avanti, 1965.
Sarfatti, Margherita, *Dux*, Milão, Mondadori, 1982.

Salvatorelli, Luigi e Mira, Giovanni, *Storia d'Italia nel periodo fascista*, Torino, Einaudi, 1956.

Tradução Giuseppe D'Angelo & Maria Helena Kühner DIFEL Copyright © 2001 Amoldo

